

REVISTA TEÓRICA, POLÍTICA E DE INFORMAÇÃO
MAIO ■ JUNHO ■ JULHO 1991 N.º 21 Cr\$ 1.000,00

PRINCÍPIOS



A DISPUTA PELO IMPÉRIO MUNDIAL

ESPECIAL

120 ANOS DA COMUNA DE PARIS



Editora Anita Garibaldi

Revista Teórica
Política e de
Informação

**Diretor e
Jornalista Responsável**
João Amazonas

Editor
Rogério Lustosa

Conselho Editorial
Aldo Arantes
Bernardo Joffily
Fernando Pupo
Haroldo Lima
Helena de Freitas
Jô Moraes
Jorge Bermudes
José Reinaldo de Carvalho
Luís Fernandes
Luís Paulino
Luiz Manfredini
Madalena Guasco
Olival Freire Jr.
Pedro de Oliveira
Umberto Martins
Walter Sorrentino

Colaboradores
Irasson Cordeiro Lopes
Agenor Silva
Altamiro Borges
Ana Maria Rocha
Ary Normanha
Carlos Pompe
Clóvis Moura
José Carlos Ruy
Loreta Valadares

Edição gráfica da capa
Ary Normanha

Diagramação
Elide Uetake

Neste número colabora ainda
Eduardo

**Administração, Distribuição
e Assinaturas**
Divo Guisoni

Composição e Montagem
Compuart Produções
Gráficas e Assessoria
de Sistema S/C Ltda.
Rua Cruz e Souza, 60 - Aclimação
São Paulo - SP
Tel.: (011) 285-3669

**Publicação da
Editora Anita Garibaldi**
Rua Bororós, 51 - 1.º andar
São Paulo - SP
Tel.: (011) 278-3220

IMPRESSÃO E ACABAMENTO
gráfica Brasileira

Este número da revista tem como tema central o fim da bipolaridade e análise da nova configuração mundial de forças. Traz, também, um encarte especial sobre a Comuna de Paris, extraíndo lições principalmente no que se refere à questão do Estado.



| | |
|---|----|
| ESPECIAL: LIÇÕES DA COMUNA DE PARIS 120 ANOS DEPOIS | 29 |
| A ONU A SERVIÇO DA GUERRA | 3 |
| BIPOLARIDADE NÃO É MAIS A CARA DO IMPERIALISMO Dilermando Toni | 4 |
| GUERRA E PAZ NO MUNDO CAPITALISTA ATUAL Rogério Lustosa | 14 |
| PALESTINOS NA FORMAÇÃO DO MUNDO ÁRABE Entrevista com Hassam El-Emleh | 18 |
| A VOLTA DO CAPITALISMO NA UNIÃO SOVIÉTICA João Amazonas | 25 |
| O COMUNISMO E O ESTADO: (TEORIA POLÍTICA MARXISTA A PARTIR DE LÊNIN) Luis Fernandes | 60 |
| CIÊNCIA E FILOSOFIA NA EXPERIÊNCIA SOCIALISTA Olival Freire Jr. | 70 |
| IDEOLOGIA E HEGEMONIA NA OBRA DE GRAMSCI Augusto Cesar Buonicore | 79 |
| RESENHA | 86 |

Capa: Veronika Nakazoni

O P I N I Ã O

A ONU a serviço da guerra

Seria ilusão acreditar que uma assembleia de países fosse suficiente para debelar as guerras no mundo capitalista. Mas, é razoável exigir que sirva de fórum para discutir as divergências internacionais e, no mínimo, fazer esforços pela paz. Porém, a ONU envereda por outro rumo. Torna-se joguete nas mãos dos EUA para legalizar suas aventuras guerreiras e, agora, para intervir nos assuntos internos dos países. Em vez de fator de tranquilidade, torna-se ameaça aos povos.

No caso da guerra do Golfo, a atitude da ONU foi vergonhosa. O imperialismo americano decretou o embargo e depois o bloqueio econômico ao Iraque e exigiu aprovação da Assembleia das Nações. Decidiu ocupar o Oriente Médio e invadir o Iraque, e, novamente, obteve plena aprovação. Tinha tanto controle da ONU que iniciou as operações militares sem ao menos comunicar oficialmente ao secretário-geral Perez de Cuellar.

O pretexto para tanta submissão era a ocupação do Kuwait. Mas, em relação à barbárie cometida há décadas por Israel, usurpando territórios árabes e assassinando indiscriminadamente os palestinos, a ONU limita-se a reprovações formais. E, em relação ao respaldo logístico, financeiro e militar dos EUA a tais crimes, nem uma palavra.

Agora a ONU vai mais adiante, num perigoso precedente. Interfere abertamente no conflito com os curdos e xiitas, ditando ao governo iraquiano o que pode e o que não pode ser feito na guerra civil. Agora a desculpa é humanitária. Porém, tal acesso de piedade jamais veio à tona com os massacres do Vietnã, com o bombardeio de civis no Panamá - onde foram mortos cerca de 30 mil pessoas - e com o genocídio dos palestinos. Nem com o brutal tratamento que os curdos recebem também na Turquia, por exemplo.

Não se trata de acobertar ou justificar os métodos do governo iraquiano, mas de impedir que a ONU fuja de suas atribuições, passando a intervir nos assuntos internos de cada país soberano. Se tal prática se implanta, o belicismo americano terá um reforço assustador, pois pode exercer seu domínio mundial, submeter os povos, derrubar governos e conformar regimes títeres, com o amparo de uma Organização dita de unidade das nações.

A Liga das Nações, na primeira guerra mundial, colocou-se a serviço dos belicistas. E, por isso, esfacelou-se. A ONU surgiu, depois da II Guerra Mundial, com o propósito de servir à paz. No entanto, sob pressão imperialista, vai pelo mesmo caminho, transforma-se em arma de guerra.

Mais grave ainda, com tal política, a ONU acirra as contradições interimperialistas. Alemanha e Japão, que disputam a hegemonia com os EUA, evidentemente não aceitarão que seu principal rival, que tem enorme superioridade militar, no momento, utilize-se da ONU para conquistar espaços políticos, áreas de influência e, obviamente, mercados e fontes de matérias-primas. ■

BIPOLARIDADE NÃO É MAIS A CARA DO IMPERIALISMO

DILERMANDO TONI

O imperialismo muda de cara. Os EUA, decadentes, dominam o mundo. Companhias globais surgem do entrelaçamento de monopólios. Megabloco econômico disputam o mercado mundial. Cresce a ambição alemã e japonesa

Ao fim da II guerra mundial correspondeu o início da bipolaridade entre Leste e Oeste. A vitória da URSS socialista sobre o nazifascismo, liderando uma série de países do Leste europeu, que iniciavam o processo de construção do socialismo, marcou uma viragem na situação internacional. A URSS tornou-se uma grande potência. Tinha conseguido em menos de três décadas construir uma economia avançada. De 1913 a 1940, o volume da produção industrial soviética aumentou 7,7 vezes, passando do 5.º ao 2.º no mundo, do 4.º para o 1.º lugar da Europa. O índice de mecanização na agricultura era o maior do mundo. Logo após a guerra, passou a dominar a tecnologia de fabricação da bomba atômica e de hidrogênio. Também a revolução chinesa de 1949 colocou fora de órbita imperialista um grande país e milhões de pessoas.

Os EUA por outro lado saíram da guerra como potência imperialista hegemônica. Não só a Alemanha e o Japão, mas também a Itália e a França, estavam arrasados. Quando o Japão já estava derrotado, os americanos lançaram bombas atômicas sobre Hiroshima e Nagasaki provocando mais de 100 mil mortes e outro tanto de feridos. Para impedir o contínuo crescimento do socialismo e das forças que lutavam pela independência nacional, democracia e paz, promoveram a "guerra-fria". Em 1949 criaram a

OTAN e, através dela, concentraram tropas, bases e equipamentos militares na Europa. A armada americana espalhou-se pelos oceanos, construiu bases militares pelos continentes. Dessa época vêm também uma série de organismos e instituições econômicas, financeiras e comerciais através dos quais os EUA mantinham sua hegemonia. Surgiram o GATT e a OCDE. O BIRD (Banco Mundial) e o FMI tiveram seus papéis reforçados. O dólar colocou-se como padrão monetário internacional.

Neste cenário que dominou o mundo por uns dez anos, a bipolarização entre o Leste e o Oeste expressava a luta entre sistemas opostos, socialismo e capitalismo. O pêndulo pendia para o primeiro.



A bipolaridade passou a confrontar duas potências imperialistas

Ai pelos meados dos anos 50 tem início o processo de transição (volta) do socialismo ao capitalismo na URSS e nos países do Leste europeu. Essa derrota, de caráter histórico, abalou profundamente o



movimento revolucionário. Desagrega-se o campo socialista. O imperialismo adquiria um novo fôlego e, temporariamente, saía daquela situação que foi caracterizada como “crise geral do capitalismo”. O Pacto de Varsóvia, aliança militar liderada pela URSS, surgida em 1955, e o CAME (Conselho de Ajuda Mútua Econômica) garantiam hegemonia da URSS sobre os países do Leste e também cumpriam o papel de manter um certo equilíbrio internacional.

A bipolaridade continuava a existir, mas havia então mudado de caráter, expressava a contradição entre duas superpotências imperialistas. Apesar dos EUA se proclamarem defensores da paz e da democracia e do disfarce socialista usado pela URSS, esse período que durou mais de 3 décadas, foi marcado pela corrida armamentista, pela exploração e agressão aos povos, pela disputa imperialista de influência econômica e militar. Em nome da paz os EUA fizeram a guerra da Coreia e do Vietnã, invadiram a República Dominicana, tentaram várias vezes derrubar o regime cubano. Os soviéticos invadiram a Tchecoslováquia e mais tarde o Afeganistão.

Mas, a roda não parou de girar. A URSS viria a completar seu processo de retorno ao capitalismo, acumulando uma série de contradições. Já em 85 Gorbachov seria obrigado a reconhecer a crise e preparar terreno para a retirada.

Os EUA, que durante uns 25 anos após a guerra havia experimentado uma situação de certa estabilidade, a partir dos anos 70 viveria graves problemas econômicos e acirrada concorrência internacional, agora por parte de uma Europa reconstituída e mais unificada, Alemanha à frente, e de um novo e poderoso Japão, apto a disputar, em pé de igualdade, espaços com os outros países ricos. A correlação de forças entre as potências imperialistas mais poderosas havia sofrido uma nova viragem ao se encerrarem os anos 80. O mundo já não era mais o mesmo.

Nestas circunstâncias é que se realizou em Paris, no final do ano passado uma Conferência de Segurança e Cooperação Européia. As estrelas do evento foram os dirigentes das grandes potências capitalistas que, ao final, decretaram uma “nova ordem internacional” onde, conflitos e ameaças dariam lugar à paz, à cooperação para resolver os problemas comuns a toda a humanidade.

O guru da moda, F. Fukuyama, chegou mesmo a sugerir que “a história parece agora sinalizar em apenas uma direção: a do capitalismo”⁽¹⁾.

Por um momento tudo parecia resolvido mas, súbito, veio a guerra do Golfo, a destruição do Iraque e do Kuwait, mais de 100 mil árabes mortos por um aparato militar sofisticado e brutal. Foi imposta a “paz americana”. Afastado o perigo, garantido o pe-

trôleo, trata-se agora de, solidariamente, reconstruir aqueles países...

A guerra trouxe novamente à baila discussões que pareciam vencidas. Qual sua verdadeira natureza? Estariam suas causas ligadas à luta pela manutenção da hegemonia e à crise americana? Como se comportam a Alemanha e o Japão e que papel lhes caberia no futuro? Por que a URSS apoiou a ação bélica dos EUA, seu rival durante tantos anos?

O debate sobre a *nova situação do imperialismo* é tão importante quanto a análise da experiência socialista passada. "Esquecer" a crítica do imperialismo, como muitos tem feito no campo da esquerda, significaria desorientar-se da ofensiva ideológica da burguesia e perder a perspectiva revolucionária.

O início dos anos 70 marca uma mudança significativa no desenvolvimento do capitalismo monopolista americano, que passou a enfrentar dificuldades cada vez maiores.

O primeiro sinal veio em relação à balança comercial. Invertendo a tendência superavitária de então, os EUA passaram a acumular déficits crescentes que, com o tempo, se tornaram crônicos (ver tabela 1). Em certa medida, isso se deve à elevada dependência dos EUA em relação ao petróleo e as variações altistas que esse produto teve a partir de 73. Os EUA importam 80% do petróleo que consomem e seu consumo é mais de 1/3 da produção mundial, apesar da população americana ser apenas 6% da mundial.

Mesmo assim, os EUA continuavam a ter um saldo positivo em conta corrente porque os juros, dividendos e remessas vindas do exterior cobriam o déficit comercial. Mas, a partir de 1981, o balanço de pagamentos tornou-se negativo (ver tabela 2).

Os EUA passaram de credor a maior país devedor de todo o planeta



Os problemas apareceram também no orçamento federal. O déficit público que era de US\$ 59,6 bilhões em 1980 passou para US\$ 221,1 bilhões em 86, e tem previsão de atingir neste ano fiscal que se encerra em setembro, a cifra de US\$ 318,12 bilhões. Para suprir o déficit, o governo emite títulos, e paga aos credores altas taxas de juros. Assim, os EUA acumulam astronômicas dívidas externa e interna. Marshall Robinson, professor da Universidade de Nova York, assim descreve o processo: "Em 1980 o resto do mundo devia aos EUA cerca de US\$ 600 bilhões, e nós devíamos ao mundo em torno de 500 bilhões. Nos oito anos seguintes, as dívidas que as outras nações tinham conosco dobraram para cerca de US\$ 1,2 trilhão, mas nossas dívidas para com elas mais que tri-

TABELA 1
Acumulam-se os déficits na balança comercial...

(em US\$ bilhões)

| Ano | Saldo | Ano | Saldo | Ano | Saldo |
|------|-------|------|--------|-------|--------|
| 1973 | -2,8 | 1979 | -40,4 | 1985 | -122,1 |
| 1974 | -12,8 | 1980 | -36,4 | 1986 | -152,1 |
| 1975 | +1,8 | 1981 | -39,7 | 1987 | -160,2 |
| 1976 | -17,3 | 1982 | -42,7 | 1988 | -129,1 |
| 1977 | -39,2 | 1983 | -67,0 | 1989* | -114,9 |
| 1978 | -42,4 | 1984 | -112,5 | 1990 | -121,1 |

* 1989, dados de janeiro a setembro

Fontes: FMI, Departamento de Comércio dos EUA

TABELA 2
... e no balanço de pagamentos dos EUA

(US\$ bilhões)

| Ano | Saldo | Ano | Saldo |
|------|---------|------|---------|
| 1980 | +1,84 | 1985 | -116,40 |
| 1981 | +6,87 | 1986 | -138,84 |
| 1982 | -8,64 | 1987 | -153,95 |
| 1983 | -46,28 | 1988 | -135,13 |
| 1984 | -107,09 | | |

Fonte: FMI

plicavam, para cerca de US\$ 1,7 trilhão e nós nos transformamos numa nação devedora". Quanto à dívida pública ele diz: "Dez anos atrás, a dívida pública federal era de cerca de US\$ 625 bilhões; hoje é de 2,1 trilhões. Nestes dez anos o governo mais que triplicou sua dívida, o que antes tinha levado 200 anos para acontecer."⁽²⁾ Diga-se de passagem que não estão aí incluídos os 600 bilhões de dólares devidos pelos governos estaduais e municipais. Em 1990 a dívida pública federal atingia já os US\$ 2,3 trilhões. Passando de 26,6% a 42,5% do PNB, em 10 anos. A dívida federal bruta, que inclui além da dívida com o público, a dívida lançada nas contas do governo como seguridade social, por exemplo, passou dos US\$ 3,1 trilhões em 1990; mais de 57% do PNB⁽³⁾. Pelo menos 20% da dívida pública está nas mãos de estrangeiros.

O fato dos EUA terem se transformado em país devedor, com uma dívida externa de cerca de US\$ 850 bilhões, enquanto o Japão e a Alemanha são Estados credores, tem grande significado econômico e também político. O que os EUA acumulam, interna e externamente não é suficiente para garantir o crescimento econômico. Dependem de um fluxo, crescente e cons-

tante, de poupança externa. Importam capitais do Japão e da Europa, sobretudo. O gráfico A ilustra bem a evolução das posições exteriores dos três países.

Analisando os motivos que teriam gerado tantas dificuldades à economia americana, o professor Celso Furtado afirma: "Nada contribui tanto para isto como o peso dos gastos que o governo dos EUA fez para montar um sistema defensivo, com instalações em todos os continentes. Em 1973, os gastos militares representavam 5,6% do PNB dos EUA. Estes gastos reduziam o papel de investimento do setor público em atividades econômicas e sociais. No decênio que se inicia em 1973, o crescimento da produtividade não passou da metade do que havia sido nos 10 anos anteriores. Essa desaceleração não impediu que os gastos militares chegassem a 6,6% do PNB em 1983"⁽⁴⁾. Em 1981 os gastos militares equivaliam a 25% do orçamento, em 1987 chegaram perto dos 40%. O gasto per capita que era de US\$ 2,25 em 1913, passou para US\$ 250 em 1952, em 1980 para mais de US\$ 600. E, em 1990, já andava pela casa dos US\$ 1.400. Pelo menos 1/3 do que os EUA investem atualmente em ciência e tecnologia são destinados ao aperfeiçoamento militar.

A militarização da economia é um dos sinais mais evidentes do parasitismo e da decomposição do imperialismo americano. Está condicionada pela necessidade da luta hegemônica e de reprimir o movimento operário e de libertação dos povos. Apesar de criar empregos, encomendas, e do comércio de armas ser extremamente lucrativo, propiciando o enriquecimento dos monopólios do setor, tomado em seu conjunto, o fenômeno da militarização da corrida armamentista, freia o desenvolvimento das forças produtivas, mina a base da reprodução ampliada. O que se gasta com o consumo militar improdutivo reduz os recursos da acumulação produtiva e não volta ao ci-

clo econômico. Para se ter uma idéia do que isto significa, o atual gasto militar dos EUA, também chamado de "dividendo da paz", equivale a algo como o PIB brasileiro.



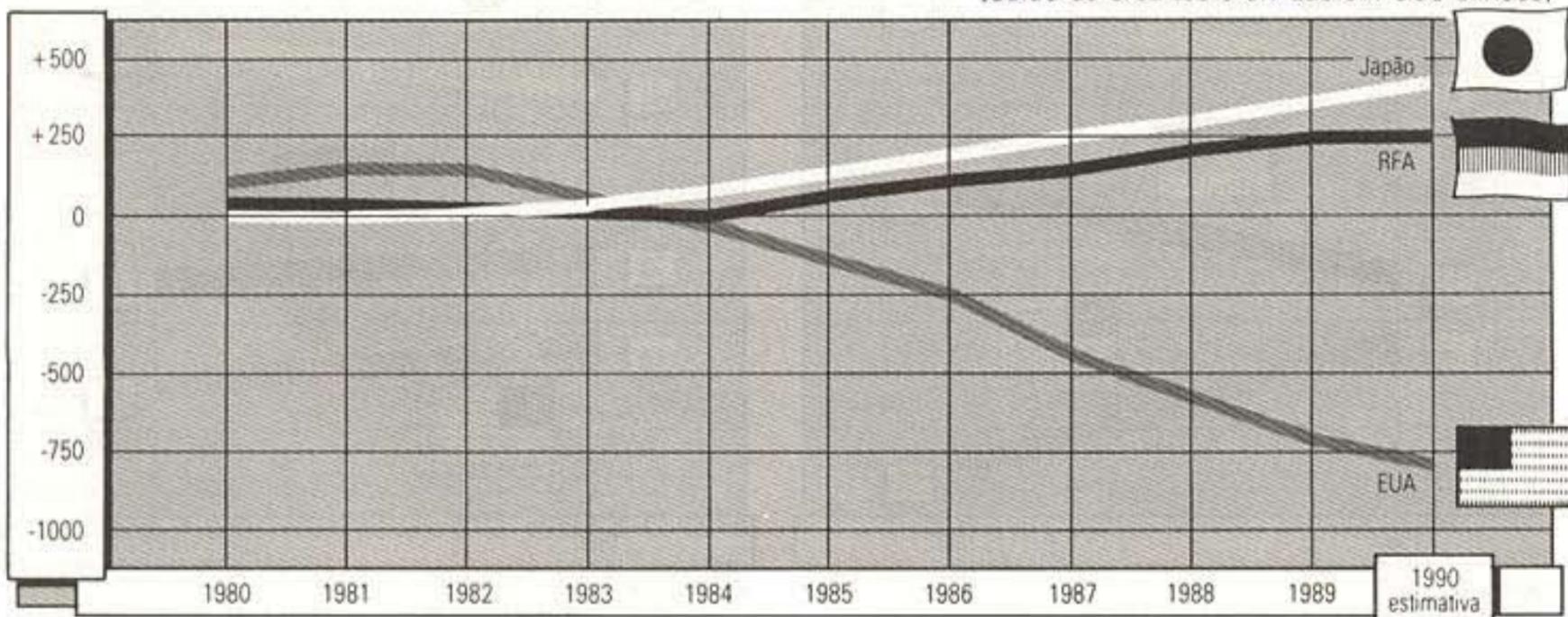
Problemas graves de caráter estrutural, marcam decadência norte-americana

Após 1970 as crises cíclicas tem debilitado ainda mais a economia americana. A primeira, entre 1974/75, a segunda de 80 a 82 e a terceira e mais grave que começou em meados do ano passado. A primeira afetou também a Europa e Japão e a produção e o consumo, mas o sistema financeiro bancário que, como se sabe, é o coração do imperialismo. De 81 a 84, 170 bancos fecharam suas portas por dificuldades financeiras: de 85 a 90 nada menos de 1017 bancos fizeram o mesmo⁽⁵⁾. O sistema bancário monopolizou-se, mais ainda, e os gigantes enfrentam sérios problemas. O Citycorp, o N.º 1 dos EUA, teve um prejuízo de US\$ 382 milhões no 4.º trimestre de 90; o Chase Manhattan, o n.º 2, teve um prejuízo de US\$ 334 milhões em 1990 e de US\$ 665 milhões em 89.⁽⁶⁾ A GM, N.º 1 da indústria automobilística americana, que teve um lucro de US\$ 4,2 bilhões em 1989, fechou o ano passado com um prejuízo de US\$ 2 bilhões; a Ford no mesmo período teve seu lucro reduzido de US\$ 3,8 bilhões para US\$ 860 milhões.⁽⁷⁾ A inflação chegou a 6,1% em 90, a maior desde 1981.

Na última década tornaram-se mais evidentes os problemas estruturais do capitalismo monopolista americano. São dificuldades crescentes da acumulação para a renovação do capital fixo. (Ver gráficos compa-

GRÁFICO A
EUA, o maior devedor do mundo
Posições exteriores líquidas comparadas

(Saldo de créditos e dívidas em US\$ bilhões)



rados B e C) A partir de 1982, como mostra o gráfico D, inverteu-se a tendência ao crescimento da composição orgânica do capital cuja consequência é a queda da produtividade do trabalho.⁽⁸⁾ Em função disto caem sucessivamente as taxas de crescimento industrial (ver tabela 3), e os EUA vão perdendo a competitividade em setores de alta tecnologia. No período de 1980 a 88 a participação americana no mercado internacional de fibras óticas caiu de 73% para 48%; no de semi-condutores, de 60% para 30%; no de máquina-ferramenta de 18% para 7%.⁽⁹⁾ e o mais grave é que o mesmo acontece dentro dos EUA, como mostra a tabela 4.

Alguns indicadores sociais mostram a gravidade da situação e o rebaixamento do nível de vida do povo norte-americano. 13% da população, aproximadamente 32 milhões de pessoas, vivem abaixo do nível de pobreza, 40 milhões sem assistência à saúde. São 8 milhões de desempregados sem contar as pessoas que vivem de pequenos serviços temporários. Só no 2º semestre de 1990 perderam o emprego 780 mil trabalhadores.⁽¹⁰⁾

Quando terminou a guerra do Golfo, um ufanismo simplificado tomou conta dos dirigentes americanos. Pensava-se que, como um passe de mágica, tudo estaria resolvido; no entanto, o conhecido economista J. K. Galbraith se encarregou de colocar a realidade em seu lugar: "O impacto positivo do final da guerra do Golfo não faz supor que vá se dar nenhuma mudança real no processo de recessão mundial que estamos vivendo (...) os anos 80 foram não só de grandes déficits públicos, altas taxas de juros e declives dos investimentos e da produtividade como também se caracterizaram por uma especulação sem precedentes (...) uns poucos, já bem de situação, ficaram mais ricos; os menos beneficiados, ficaram mais pobres."⁽¹¹⁾

A essa altura, poderíamos resumir algumas características que espelham a decadência do imperialismo norte-americano:

1 - O parasitismo caracterizado pela exportação de capitais e pelo militarismo, que é uma propriedade orgânica do capital monopolista, levaram a economia americana a ser cronicamente deficitária, devedora e dependente de energia e de capital do exterior.

2 - O crescimento econômico tem sido lento, de tipo extensivo, entremeado de crises frequentes e graves, que sucedem a fase de reanimação e não de auge, propriamente dito. A reprodução ampliada vai se tornando mais difícil.

3 - As crises cíclicas atingem o sistema produtivo, financeiro e monetário - a inflação crescente está presente em todas as fases do ciclo - e se entrelaçam com a crise de estrutura (energia, sobretudo). Piora o padrão de vida do povo.



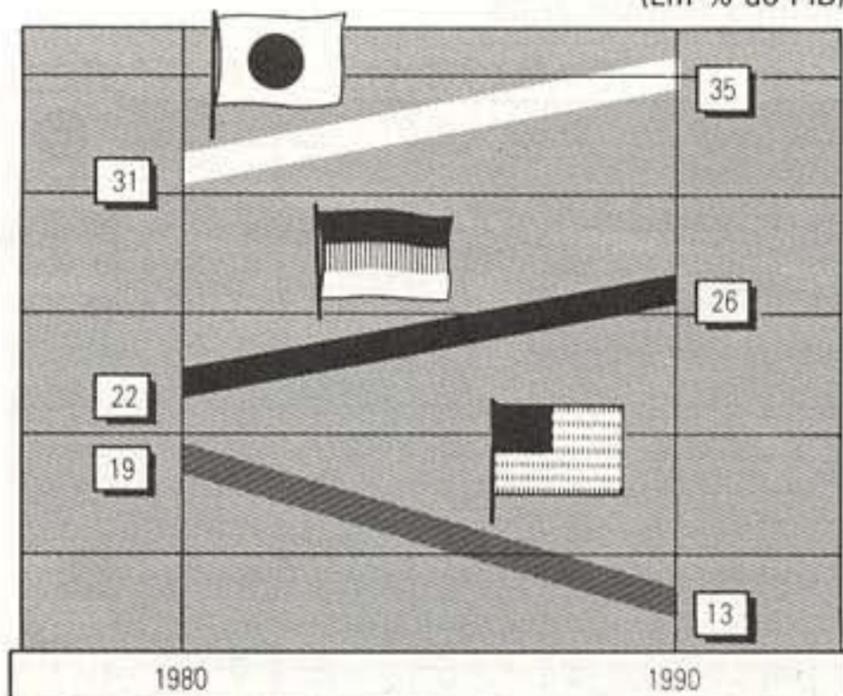
É difícil manter a hegemonia apoiada apenas no avanço do militarismo

Apesar da evidente decadência, os EUA continuam a ser a potência imperialista nº 1 do mundo. Em valores absolutos, o PIB americano continua a ser o maior entre todos, ultrapassando os US\$ 5 trilhões, embora percentualmente tenha perdido a metade de seu volume em relação ao Produto Mundial Bruto, do pós-guerra até hoje. Além disso, e o que é muito importante, os EUA detêm um grande controle sobre a comunicação. Chega-se a supor que algo em torno de 80% do fluxo de palavras e imagens que estão circulando no mundo se originam nos EUA. Mas, o

GRÁFICO B

Queda na poupança nacional americana

(Em % do PIB)

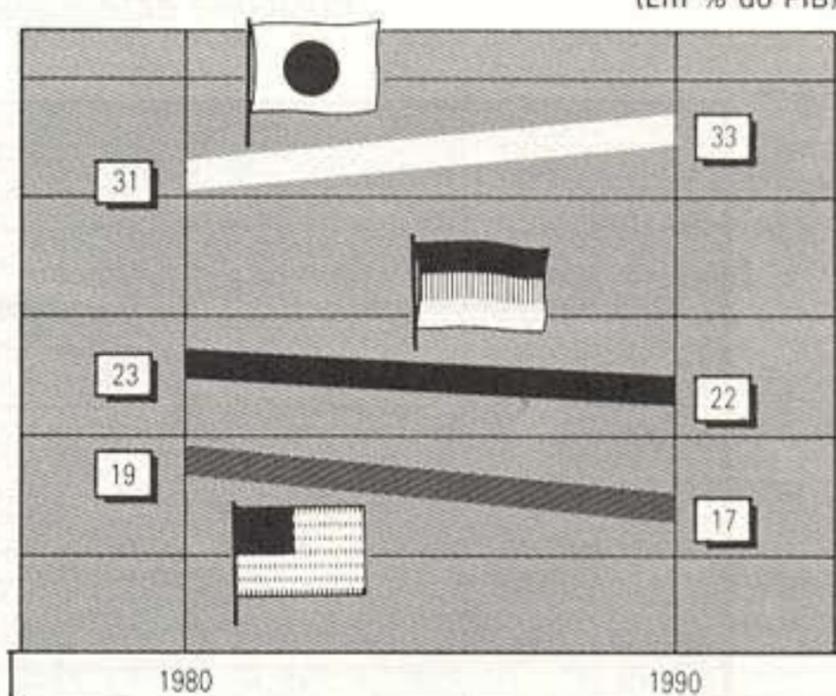


FONTE: OCDE

GRÁFICO C

Queda nos investimentos americanos

(Em % do PIB)



FONTE: CEE

TABELA 3
Crescimento da produção industrial comparada

(%)

| País | II Guerra (*) | 1948-1971 | 1989-90 |
|----------|---------------|-----------|---------|
| EUA | 7,4 | 4,0 | - 0,3 |
| Alemanha | - 5,4 | 8,4 (**) | + 5,6 |
| Japão | - 5,8 | 16,7 (**) | + 6,8 |

* Taxa anual

** Taxa acumulada

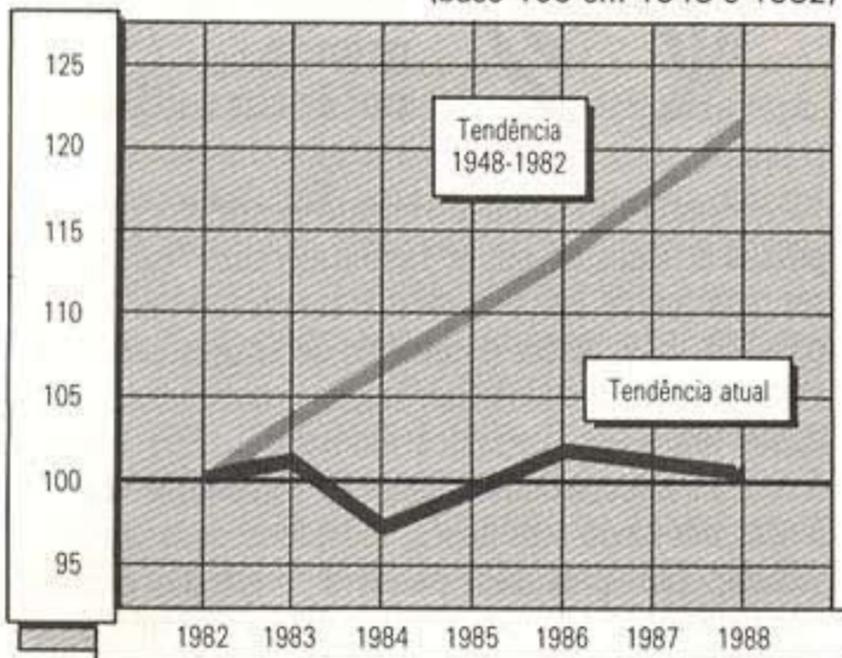
Fonte: Le Monde Diplomatique, Março 91

que lhe garante o *status de superpotência* é antes de mais nada, o poderio bélico. Mísseis, satélites de informação militar e um vasto aparato de espionagem, aviões e helicópteros, carros de combate e tanques, bombas, navios e submarinos, armamentos leves ou pesados, convencionais ou nucleares, ofensivos e defensivos, de alta tecnologia, em grande quantidade, colocam os EUA ainda muito acima das outras potências, com capacidade de intervir rapidamente em todo o mundo, com alto poder de destruição e aniquilamento.

A situação do imperialismo americano é, em síntese, a seguinte: perdendo a hegemonia no campo econômico, vê-se obrigado a fortalecer o militarismo e, quanto mais desenvolve essa "manifestação vital do capitalismo", como dizia Lênin, mais aprofunda a crise econômica. Chega aquebrado ao fim do século, em condições bem diferentes da pujança do pós-guerra. A saída está na guerra para submeter concorrentes e povos que querem a liberdade. Porém, essa solução não é tão fácil. E a experiência histórica indica

GRÁFICO D
Queda na produtividade (capital por trabalhador) na indústria americana

(base 100 em 1948 e 1982)



FONTE: New York FED

TABELA 4
Recuo da indústria americana High-tech face às importações

(Parte sobre o mercado dos EUA)

| Setor | % | | Empregos | |
|------------------------|------|------|----------|---------|
| | 1979 | 1989 | 1979 | 1989 |
| Indústria aeroespacial | 95 | 88 | 365.000 | 403.000 |
| Computadores | 94 | 66 | 122.000 | 96.000 |
| Material telefônico | 95 | 81 | 100.000 | 54.000 |
| Semi-condutores | 90 | 67 | 94.300 | 98.200 |
| Máquinas-ferramentas | 77 | 54 | 68.900 | 47.400 |

Fontes diversas. retirado do artigo "Is 'MADE IN USA' fading away" de E. Faltermayer, da revista Probleme Economique de 20/02/1991

que o resultado pode ser outro. A história parece se repetir. No início do século Lênin comentando as modificações na correlação de forças entre as potências imperialistas, escreveu: "Há meio século, a Alemanha era uma absoluta insignificância comparando a sua força capitalista com a da Inglaterra de então; o mesmo se poder dizer do Japão se o compararmos com a Rússia" e perguntava: "Será concebível que dentro de dez ou vinte anos permaneça *invariável* (grifo de Lênin) a correlação de forças entre as potências imperialistas? É absolutamente inconcebível."⁽¹²⁾

Após a II Guerra Mundial, a lei do desenvolvimento desigual do capitalismo, na sua fase imperialista, continuou a atuar, de início lentamente mas, de 20 anos para cá, as modificações se fazem aos saltos.

O Japão se transformou muito rapidamente em país credor. O resto do mundo lhe deve mais de US\$ 400 bilhões. Vem ocupando desde 1985 a posição de banqueiro do planeta. Em 1990, 7 bancos japoneses estavam entre os 10 maiores do mundo. (Ver tabela 5). Ao mesmo tempo notificava-se a fusão dos ban-

TABELA 5
Os bancos japoneses são os maiores do mundo

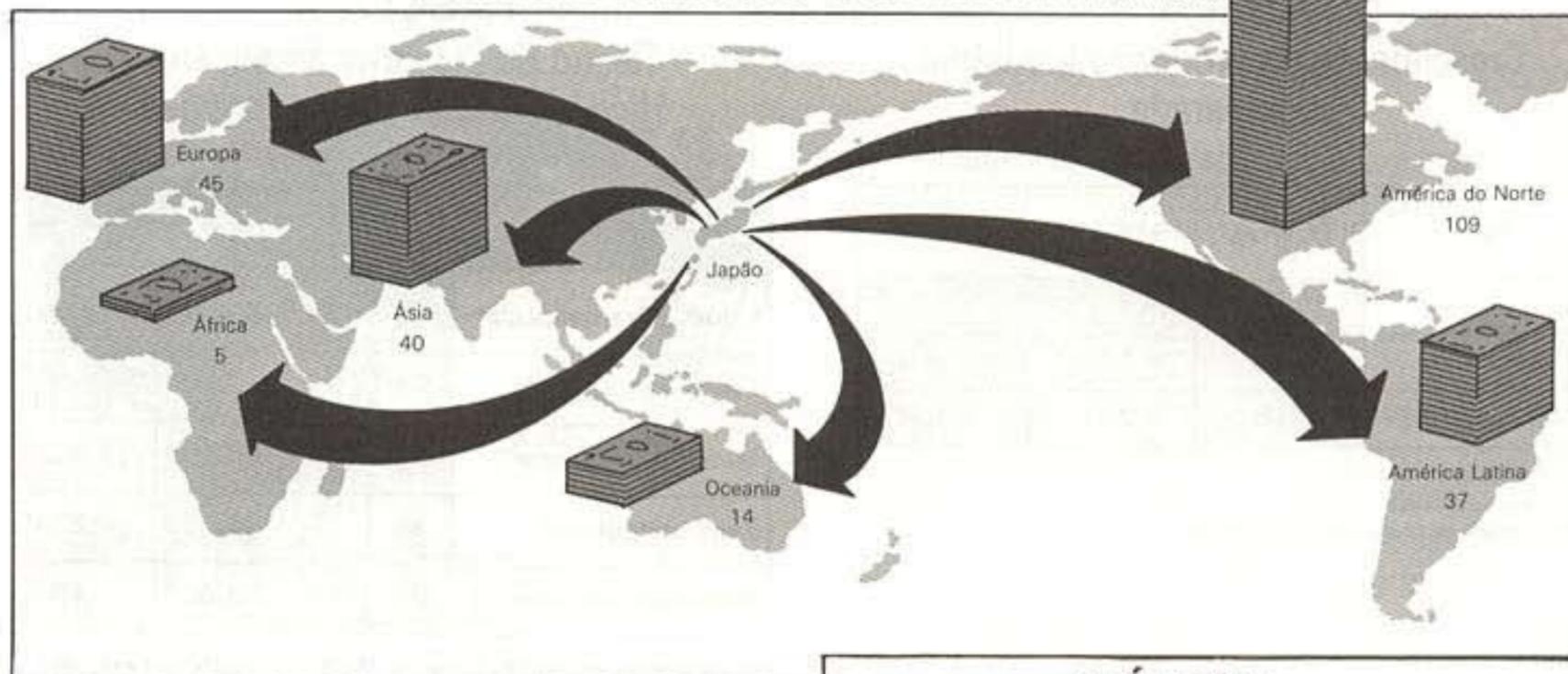
| Banco | País | Ativos US\$ bilhões |
|---------------------------|-----------|---------------------|
| Dai-ichi Kangyo Bank | 1° Japão | 405.958,9 |
| Sumitomo Bank | 2° Japão | 370.515,8 |
| Fuji Bank | 3° Japão | 364.888,0 |
| Mitsubishi Bank | 4° Japão | 362.256,3 |
| Sanwa Bank | 5° Japão | 355.948,1 |
| Industrial Bank of Japan | 6° Japão | 248.730,4 |
| Credit Agricole | 7° França | 241.983,4 |
| Banque Nationale de Paris | 8° França | 231.462,9 |
| Citicorp | 9° EUA | 230.643,0 |
| Tobai Bank | 10° Japão | 229.191,1 |

Fonte: IBCA

QUADRO I

A investida japonesa sobre o mundo...

(Investimentos acumulados de 1951 a 1989 em US\$ bilhões)



Fonte: Jetro

cos Mitsui e Taiyo Kobe, formando uma instituição que só ficaria atrás do gigante Dai-Tchi Kangyo em tamanho.⁽¹³⁾ Assim, já seriam 8.

O Japão funciona como um país-usina. Tem poucas matérias-primas, compra-as, transforma-as e vende produtos elaborados. Importa 85% do minério de ferro, 100% do alumínio, níquel e urânio, 73% do cobre, 56% do chumbo, 72% do carvão, 99% do petróleo, que processa. Destina à exportação uma pauta relativamente pouco diversificada de produtos, mas bastante competitiva.⁽¹⁴⁾

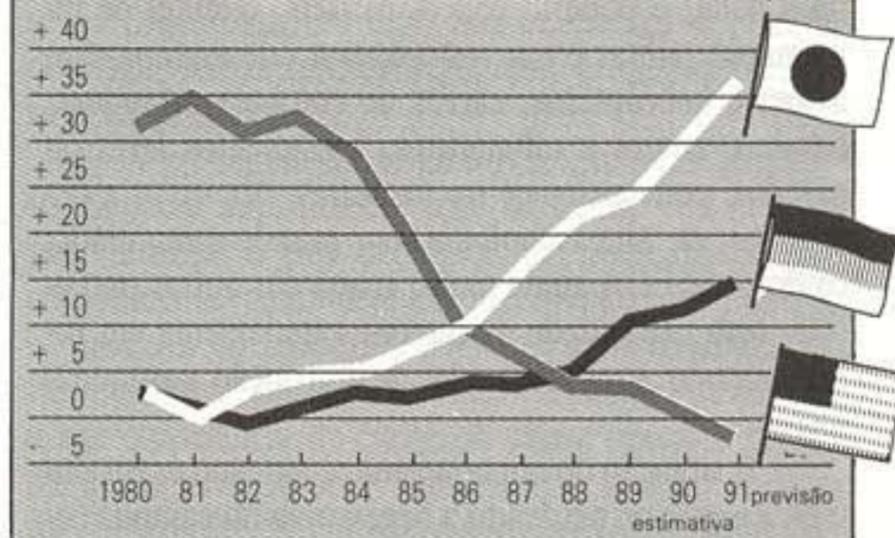
A balança de pagamentos japonesa entre 1981 e 1990, acumulou um superávit de cerca de US\$ 500 bilhões, quase o dobro da alemã.⁽¹⁵⁾ O PNB japonês é de US\$ 2,8 trilhões, o segundo do mundo. Entre 1986 e 90 cresceu a uma média anual de 4%. De 1958 a 88 o crescimento da economia foi de 1.114%.⁽¹⁶⁾

O Japão é hoje o maior investidor do mundo. Em termos acumulados é o segundo. De 1951 a 89 os seus investimentos somavam US\$ 250 bilhões (os EUA até 87 já tinham US\$ 308,8 bilhões). Os japoneses hoje têm enormes rendimentos do capital que investiram no mundo, comparados aos alemães e americanos (Ver quadro I e gráfico E).

O Japão vai crescendo em cima das dificuldades dos EUA. As marcas japonesas de automóveis já ocupam 32% do mercado americano. Contudo, o melhor exemplo dessa "invasão" japonesa, talvez seja o caso do complexo financeiro-industrial Mitsubishi, cujo faturamento anual é de US\$ 175 bilhões. Em outubro de 89 comprou 51% da Rockefeller Center por US\$ 850 milhões, em julho de 90 mais 6,6% por US\$ 110 milhões. Em janeiro de 90 comprou o controle da Aristech Chemical Corp. por US\$ 877 milhões. E mais, a maior parte da Verbatim de Eastman Kodak por US\$ 200 milhões, lucrou US\$ 400 milhões no negócio de uma usina elétrica na Virgínia, além de uma série de negócios de centenas de milhões de dólares até chegar ao ponto de ser o principal prestador dos

GRÁFICO E

... tem alto rendimento (US\$ bilhões)



Fonte: OCDE

US\$ 940 milhões da compra de um famoso campo de golfe na Califórnia!⁽¹⁷⁾ Na Europa o número de indústrias japonesas até janeiro de 91, era de 676.



O Japão se prepara para se transformar numa grande potência militar

Quanto ao desenvolvimento científico e tecnológico, o articulista Phillippe Lefournier diz: "os japoneses pararam de imitar o mestre americano para ultrapassá-lo. Eles detêm o controle de setores chaves da nova revolução industrial: micro-processadores, circuitos impressos, cerâmica industrial... Eles estão à frente na super-condutividade (a Mitsubishi vem de lançar um navio sem hélice, movido à super-condutividade). Eles procuram passar à frente dos grandes computadores"⁽¹⁸⁾. Ao mesmo tempo são introduzidos novos métodos de organização do trabalho

(Kanban, JIT, TOC, etc.) para uma jornada média de 2.600 horas/ano, de longe a maior do "mundo desenvolvido". Esse incremento da mais-valia absoluta e relativa tem permitido uma enorme acumulação capitalista (a nível individual inclusive, os homens mais ricos do mundo são os japoneses) e a retirada de um excedente de mais-valia (extraordinária) em relação a seus concorrentes internacionais.

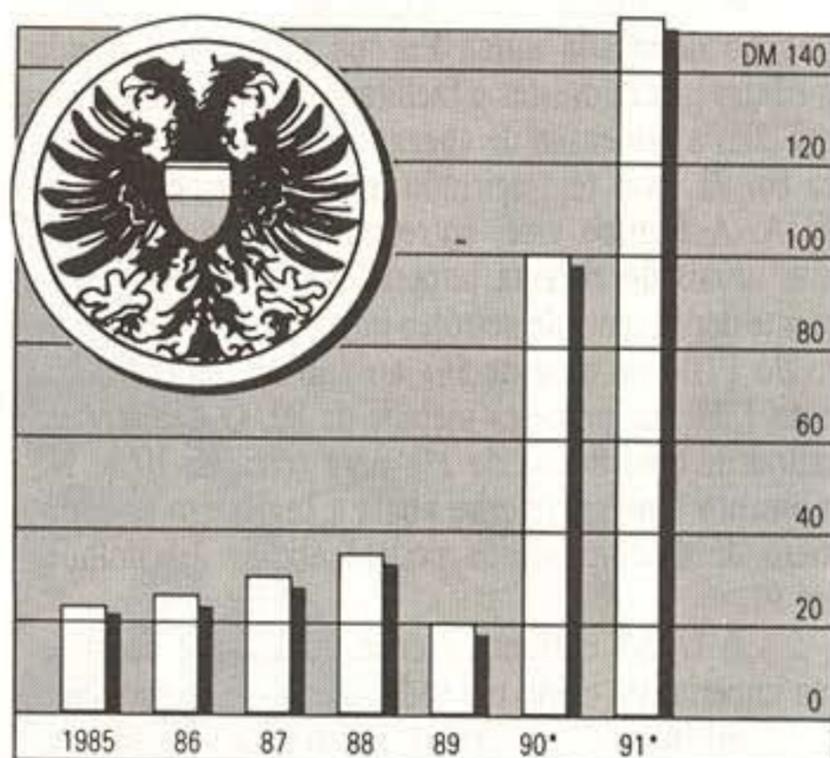
Atualmente os japoneses preparam um salto na indústria aeronáutica. Imagina-se que num prazo relativamente curto estarão à altura das outras grandes potências nesse terreno. Embora mal disfarçadas, as intenções japonesas são de transformar o país numa grande potência militar e disputar a hegemonia mundial. Em entrevista recente, M. Motonu, ex-asserador do primeiro-ministro japonês declarou: "A Europa e o Japão poderão, de certa forma, preencher os vazios deixados pelo enfraquecimento dos EUA e da URSS. O fator militar não deve ser superestimado. O Japão já se encontra em 3º lugar no tocante às despesas militares, mas isso não quer dizer grande coisa(!)... Durante 40 anos o Japão pôde viver num quadro político onde os EUA garantiam sua segurança (...), mas isso criou um vazio na consciência política japonesa".⁽¹⁹⁾ O ex-primeiro ministro Nakasone deu sua opinião sobre a lição que seu país deveria retirar da guerra do Golfo: "No nosso debate constitucional o Japão aprendeu que nós precisamos dar passos no sentido de acabar com as velhas limitações sobre o uso de nossas forças armadas".⁽²⁰⁾

O professor F. A. Mediansky, da Universidade de Nova Gales do Sul, assim avaliou o processo de militarização em curso no Japão: "Nos últimos anos, (o Japão) investiu grandes recursos no desenvolvimento de seu exército. Consequentemente, sua reserva militar convencional atinge níveis comparáveis aos das superpotências. Por exemplo, seus aviões de combate tático brevemente atingirão número comparável aos aviões que defendem os EUA no continente. Suas forças navais logo terão três vezes o número de navios, do tipo contratorpedeiro de superfície, da Sétima Frota norte-americana."⁽²¹⁾ A evolução comparada dos gastos militares dos últimos anos pode ser vis-

GRÁFICO F

Déficit no orçamento público federal alemão

(em bilhões de marcos alemães)



Fonte: Ministério das Finanças

ta na tabela 6. A conclusão de tudo isto é que o Japão prepara a guerra.

Também na Alemanha, H. Kohl fala em acabar com as limitações constitucionais para uso externo de forças militares. Isto reflete as ambições hegemônicas deste país que recentemente anexou a ex-RDA e avança para Leste no vácuo deixado pela URSS. Recentemente a Volkswagen ganhou a concorrência para explorar a Skoda Tcheca, maior fábrica de automóveis do Leste. A maior parte das joint-ventures soviéticas são com os alemães.

Porém, a Alemanha enfrenta sérios problemas para financiar essa nova partilha do Leste europeu e poderá entrar em crise num curto espaço de tempo. Em 1990 o déficit no orçamento público foi de US\$ 100 bilhões (Ver gráfico F) e o endividamento interno chegou a US\$ 900 bilhões. O superávit em conta corrente reduziu-se a metade.

Há uma profunda crise na ex-RDA, queda de 51% na produção industrial, desemprego de 3 milhões de pessoas para uma população economicamente ativa de 9 milhões. O desemprego em todo o país deve chegar aos 5 milhões de trabalhadores esse ano.⁽²²⁾

TABELA 6
Gastos com defesa

(base 100 em 1980)

| País | 1980 | 81 | 82 | 83 | 84 | 85 | 86 | 87 | 88 |
|--------------|------|-------|-------|-------|--------|-------|-------|--------|-------|
| Japão | 100 | 104 | 108 | 111,7 | 116,8 | 121,5 | 129,4 | 137,25 | 143,1 |
| EUA | 100 | 111 | 116,7 | 128 | 133 | 143 | 152 | 151 | 144 |
| França | 100 | 102 | 104,5 | 106,5 | 106,25 | 105,7 | 109,4 | 112,5 | 111,9 |
| R.F. Alemã | 100 | 100,6 | 99,6 | 100,4 | 99,5 | 100 | 102 | 103,8 | 104,5 |
| Grã-Bretanha | 100 | 95,6 | 106 | 107 | 115 | 113 | 112 | 110 | 108 |

Fonte: F.A. Medianski

A Alemanha, maior exportador do mundo, tem posição destacada numa Europa que vem tomando medidas protecionistas e facilitando o comércio regional com a pretensão de chegar à unificação econômica em 92. Isso tem acirrado as contradições com os EUA. A Europa vive, entretanto, os graves problemas atuais do sistema imperialista. A região é altamente dependente de petróleo importado, o crescimento do PIB real caiu de 5% ao ano na década de 60 para 1,2% na primeira metade de 80. O desemprego saltou de uma média de 2% para cerca de 10%. No momento uma grave crise abala a Inglaterra cujo número de desempregados poderá atingir 2,5 milhões em 91.

A URSS enfrenta a crise mais grave do sistema imperialista como um todo, que além de econômica é também política. Vem de recuo em recuo, tentando saídas que se enquadram no receituário do FMI, como mostra o chamado programa dos 500 dias. O país vai se integrando cada vez mais à economia do Ocidente, através de milhares de joint-ventures, através de zonas livres (semelhantes às ZPEs) e de empréstimos vultuosos.

Os oligopólios são o traço dominante do atual modo de ser do imperialismo



A fase de transição esgotou-se. Já não é mais possível manter um enorme orçamento militar, preços artificiais, câmbio irreal, a mesma taxa de emprego, etc., com as formas disfarçadas de acumulação capitalista que vinham vigorando até então, incapazes de sustentar os subsídios concedidos pelo governo. Por isso a orientação mudou no sentido do capitalismo claro. Incentivo à iniciativa privada e ao mercado, liberalização de preços, desvalorização do rublo, etc. Essas medidas têm piorado mais a situação. O desemprego, a carestia e a escassez de produtos são crescentes. O PIB caiu 2% em 1990, a produção industrial pode cair 25% este ano, a inflação está estimada em 20%. A produção e exportação de petróleo, que tem grande importância para a URSS, declinam brusca-mente como mostram os gráficos G e H.



A desintegração do império é evidente. O Pacto de Varsóvia e o CAME chegaram ao final. A luta nacional é aguda. A luta interna na República Russa e a situação do PCUS espelham um país dividido. Entretanto a URSS continua sendo uma grande potência imperialista. Tem a maior produção de aço do mundo, um PIB de US\$ 1,5 trilhão, equivalente ao da Alemanha, tem um poderoso exército e equipamentos militares modernos e, exatamente daí partem as resistências à redução do papel da URSS. Apesar do recuo, a URSS não pode ser considerada carta fora do baralho. Continuará a lutar por posições no cenário internacional.

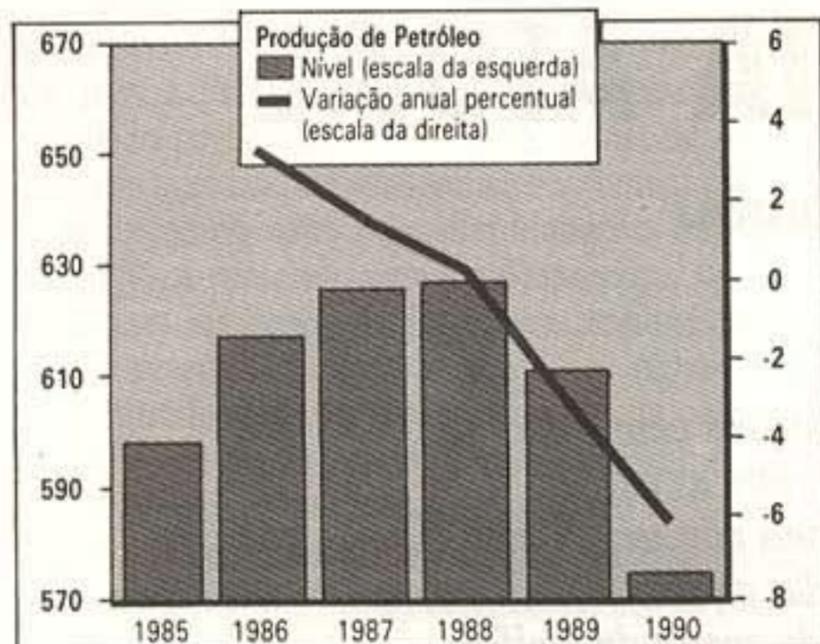
De alguns anos para cá temos assistido a uma grande intensificação da exportação de capitais - tanto em investimentos diretos como em empréstimos - e também a um incremento do comércio mundial. Os monopólios japoneses, americano e alemães, sobretudo esses três, vão espalhando tentáculos nas próprias metrópoles e no resto do mundo, multiplicando a internacionalização do capital e da produção. Vão se *entrelaçando*, formando os *oligopólios* ou companhias globais, nos principais setores da economia. Os grandes bancos dominam esse processo. Os oligopólios são o traço dominante do imperialismo atual, vão engolindo os monopólios menores. O capital japonês, que tem um alto grau de fusão do capital bancário com o industrial, joga papel destacado nesse processo. A oligopolização parece se dar primeiro dentro das próprias metrópoles. Houve, assim, uma modificação na direção do fluxo de capitais. Os japoneses têm o seu maior investimento na América do Norte e Europa. Em 1950 os EUA destinavam 49% de seus investimentos diretos e outros países capitalistas e 49% nos dependentes: já em 1982 a relação era 73,7% e 24%.⁽²³⁾ A economia capitalista fica mais interdependente.

Mas, esse é um processo contraditório. Comporta a tendência "de aliança de todos os imperialistas e outra, que confronta uns capitalistas com outros" como analisou Lênin.⁽²⁴⁾ A luta inter-imperialista entre os EUA, Japão e Alemanha para assegurar e conquistar novos mercados para suas mercadorias vai se agudizando. Parece que todos descobriram, ao mesmo tempo, a chamada saída exportadora. As barreiras nacionais diminuíram *por região*. Vão se formando os "megabloco" econômicos encabeçados pelos EUA, Japão e Alemanha cuja lógica é a seguinte: o

GRÁFICOS G e H

Na URSS a produção de petróleo despensa

(em milhões de toneladas)



Fonte: NARKHOS

máximo de protecionismo próprio e o mínimo dos outros. E essa disputa se dá no quadro da crise energética, da inflação e do desemprego, do crescimento a pequenas taxas, da luta dos povos e países que lutam pela independência. Os oligopólios acirram as contradições do capitalismo.

A luta pela hegemonia se dá numa nova correlação de forças, dinâmica, entre uma superpotência decadente, duas potências econômicas sem ainda grande poderio militar e uma potência em queda livre. A aliança que os EUA conseguiram em torno de si na guerra do Golfo, não poderá durar muito.

F. Fukuyama, diante desse quadro prevê "sécu-

los de chatice" mas os fatos, por mais maquiados que estejam, não parecem apontar nessa direção. Ao que parece, a história dará razão a Lênin, que analisando uma situação semelhante previu que "mesmo uma aliança geral de *todas* as potências imperialistas - só poder ser, *inevitavelmente*, 'tréguas' entre guerras. As alianças pacíficas preparam a guerra..."⁽²⁵⁾ (grifos de Lênin) ■

DILERMANDO TONI, jornalista

BIBLIOGRAFIA / NOTAS

- (1) Revista *Isto é Senhor* de 06/03/91.
- (2) ROBINSON. Marshall. "Os pouco inquietantes déficit americanos", em *Economic Impact* n.º 3/1990, dados de 1988.
- (3) Revista *Problemes Économiques*, 20/02/91.
- (4) FURTADO. Celso. "La Natureza del' centro cíclico principal", Revista da Cepal, dez/90.
- (5) *Folha de São Paulo* de 25/03/91.
- (6) A revista *Business Week* de 24/12/90, comentou assim a particularidade da crise atual: *This time around, de bank system has been under severe earnings and regulatory pressure. This time around, debt burdens in the US economy are far higher.*
- (7) Revista *Isto é Senhor* de 27/02/91.
- (8) Por capital fixo entende-se a parte do capital produtivo que não transfere de uma só vez, e sim paulatinamente, valor ao produto. o capital fixo é o que se investe em máquinas, equipamentos e instalações industriais. É uma parte do capital constante. A composição orgânica do capital é a proporção entre o capital constante o capital variável, ou seja, a relação entre o volume dos meios de produção e a força de trabalho.
- (9) Periódico *Le Monde Diplomatique*, março de 91.
- (10) Periódico *Le Monde Diplomatique*, março de 91.
- (11) *Jornal Vanguardia Obrera* de 13 a 19/03/91.
- (12) V.I.Lênin, "O Imperialismo, fase superior do capitalismo", OE, Vol 1, pág. 664.
- (13) Revista *Business Week*, 2/7/90.

- (14) Revista *Probl'emes Economiques*, 30/1/91, artigo de Jean-Michel Dinand.
- (15) Revista *L'Expansion*, 18 a 30/10/90.
- (16) *Jornal Folha de São Paulo*, 29/11/90, artigo de Ignácio Rangel.
- (17) Revista *Business Week*, 24/08/90, artigo *Mighty Mitsubishi is on the move - its hundreds of interdependent companies are building an empire that stretches from Rockefeller to Riyadh.*
- (18) Revista *L'Expansion*, 18 a 30/10/90. A revista traz um quadro interessante mostra, em cada período do desenvolvimento capitalista, o setor motriz, mais avançado, bem como o país que o dominava: 1.º - De 1780 a 1850, têxteis e carvão, Inglaterra; 2.º - De 1850 ao início do século, siderurgia e estradas de ferro, Alemanha; 3.º - Do começo do século a 1940, automóveis e eletricidade, EUA; 4.º - Dos meados do século até 1980, petróleo, química e aeronáutica, EUA; 5.º - De 1980 até hoje, informática e biotecnologia, Japão e Europa
- (19) *Jornal Folha de São Paulo*, caderno especial "A nova desordem mundial", de 20/12/90.
- (20) Revista *News Week*, 11/03/91.
- (21) *Jornal Folha de São Paulo*, idem nota 19.
- (22) *Jornal Folha de São Paulo*, 26/03/91. A matéria diz que o Ministro das Finanças, Theo Waigel anunciou que o país vai entrar na sua maior crise desde 1949.
- (23) *Survey of Current Business*, Agosto de 1982.
- (24) LENIN, V.I., *Informe sobre a política exterior de 14 de Maio 1918.*
- (25) LENIN, V.I., *O Imperialismo...*

GUERRA E PAZ NO MUNDO CAPITALISTA ATUAL

ROGÉRIO LUSTOSA

*Em 1985, Gorbachov anunciava uma era de paz,
e de entendimento entre as nações.
As disputas internacionais não seriam mais
resolvidas pelas armas.
Como fica isto depois da guerra do Golfo?*

O maior bombardeio aéreo de todos os tempos inaugurou a Década do Direito Internacional da ONU. E recolocou em pauta a discussão sobre guerra e paz. A terrível destruição causada no Iraque reforçou a conhecida tese de Clausewitz de que a guerra é a continuação da política por outros meios - considerada obsoleta por Gorbachov.

Afinal, o que estava em jogo no Golfo? Será que ainda existe algum inocente capaz de dar crédito à humanitária desculpa americana de salvar o coitado do Kuwait das garras do satânico Iraque? Ou será mais razoável estudar a brutal agressão ianque no cenário das disputas interimperialistas? A guerra foi um episódio fortuito ou desdobramento de uma política própria da natureza capitalista?

Os Estados Unidos saíram da Segunda Guerra Mundial com uma posição de liderança destacada no mundo capitalista. Só encontrava contestação por parte do campo socialista, com a União Soviética à frente. Com a restauração do capitalismo, e transformação da própria pátria do socialismo em superpotência, a hegemonia mundial passou a ser disputada por esses dois gigantes.

Mas, não precisa ser especialista em assuntos internacionais para perceber que este quadro mudou muito. Alguns dados simplificados, servem para retratar o declínio vertiginoso do poderio norte-americano, ao lado da desagregação da URSS.

A produção industrial americana vem caindo sistematicamente e hoje trabalha com 20% de capacidade ociosa, num ritmo equivalente ao de outubro de 1986. A inflação permanece em índices elevados. A especulação financeira atinge níveis assustadores. O parasitismo se mostra abertamente como um mal ine-

vitável do sistema capitalista. A recessão perturba o sono dos empresários e sacrifica os trabalhadores.

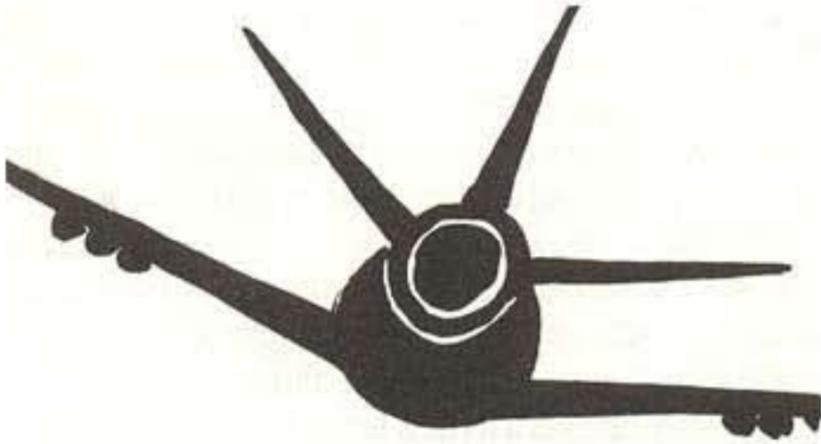
A tecnologia do Japão e Alemanha tende a superar a dos EUA em diversos setores. E os produtos destas potências substituem as mercadorias ianques por todo lado - inclusive no próprio mercado americano.

O sistema financeiro dos EUA está em crise flagrante. Hoje, nove entre os dez maiores bancos do planeta são japoneses - em 1980 eram americanos. O mecanismo de sucção de riquezas através do incentivo de dívidas externas dos países dependentes esgotou-se. As cifras do endividamento tornaram-se de tal monta que não podem ser pagas, mesmo pelos governos mais subservientes - como é o caso de Collor, no Brasil. Mais grave ainda, os próprios Estados Unidos tornaram-se os maiores devedores do mundo, com compromissos internacionais na ordem de 850 bilhões de dólares.



A rivalidade entre as potências não se encerra na economia, é política e militar

Até na corrida pela exportação de capitais, os americanos estão com a língua de fora, atropelados pelos europeus e japoneses. Um sintoma disto: foram investidos neste período recente US\$ 390 bilhões estrangeiros na economia americana. Enquanto os EUA, no mesmo período, colocaram US\$ 359 bilhões no exterior. Importantes empresas como a General Electric,



a rede NBC de televisão, têm passado para o controle de capitais japoneses. Até Michel Jackson hoje é contratado da Sony.

O desenvolvimento desigual dos países é uma característica intrínseca ao capitalismo. O processo de crise da URSS e dos EUA, e a subida da Alemanha e Japão são prova disto. E este crescimento desigual conduz à luta para redividir áreas de influência no mundo visando assegurar primazia sobre mercados e fontes de matérias primas e oportunidades para investir capitais. Num determinado momento, a competição ultrapassa os limites "normais" e recorre aos argumentos militares.

A Primeira Guerra Mundial foi o desdobramento lógico do avanço alemão sobre seus rivais. E a Segunda, novamente, foi fruto do rompimento, pela Alemanha, das amarras do Tratado de Versalhes e da sua marcha em busca do que denominou "espaço vital".

A rivalidade interimperialista não se encerra, portanto, na esfera econômica. Ela é necessariamente também política e militar. Não é, pois, por acaso, que na análise do declínio americano um número se destaca. Enquanto quase todos os indicadores são desfavoráveis ao Tio Sam, no terreno bélico as coisas se invertem. O orçamento militar americano entre 1980 e 1986 saltou de US\$ 134 bilhões para US\$ 266 bilhões. A guerra do Golfo é uma decorrência disto. Bush precisava demonstrar aos rivais que os EUA dispõem de meios insuperáveis para conquistar mercados e fontes de matérias primas no mundo. Exibir força era, portanto, o primeiro objetivo da agressão. E não se pode negar que o espetáculo, deste ponto de vista, foi convincente. A humanidade ficou boquiaberta com o

poderio destrutivo lançado contra o Iraque. Nem se levava em conta a desproporção dos exércitos em confronto. Era como se tudo corresse num campo de provas. A soberba máquina de propaganda montada pelos meios de comunicação fazia parte do show. Resaltava-se a incrível precisão das "operações cirúrgicas", a sofisticação dos equipamentos, a impotência do adversário. E, para completar, a cena final: um soldado iraquiano acovardado - representando, para os editores da TV americana, o povo iraquiano e todos os povos do mundo - beijando as botas de um marine alto, louro, forte, bem nutrido, como convém a um guarda-costas do mundo livre e dos bons costumes internacionais. Se fosse na época de Hitler se poderia acrescentar, ariano.

A investida comandada pelo general Schwarzkopf tinha também outro alvo muito claro: aumentar a presença americana no Oriente Médio e o seu controle sobre o petróleo - material estratégico de primeira ordem - que têm nesta região as maiores reservas mundiais, fonte de 90% das importações da Europa e Japão. Neste sentido, era fundamental liquidar o Iraque como potência regional capaz de oferecer resistência contra a dominação imperialista ianque. Este objetivo ficou evidente com o covarde e bárbaro ataque desfechado contra tropas iraquianas que, depois de aceitarem as condições do cessar-fogo, tratavam de se retirar do território kuwaitiano.

De quebra, as 3 mil ações por dia abriam imensas possibilidades de investimentos na indústria bélica e espaço para contratos bilionários na reconstrução de tudo que foi arrasado - no Kuwait e, que ninguém se assuste, talvez, daqui a pouco tempo, no próprio Iraque. Afinal, a pátria dos capitalistas é sobretudo o lucro. E combater a recessão é um problema urgente para os magnatas ianques na atualidade.

Aliás os resultados imediatos já se fazem sentir. A "reconstrução" está calculada em US\$ 100 bilhões. Sendo que contratos de US\$ 500 milhões já foram assinados, 70% com empresas norte-americanas. E o Império já decretou que só participa de tão "bondosa" obra quem esteve diretamente na guerra.



**Uma lição que
custou
100 mil vidas e
uma inovação
que nasce morta**

Não há como deixar de perceber que a batalha no sentido militar foi uma decorrência da disputa econômica há muito travada - em tempos de paz - entre os imperialistas. A ocupação do Kuwait serviu de pretexto para os EUA usarem a sua superioridade em armamentos para tentar ganhar espaço de seus concorrentes. Foi uma continuação pela via armada da política de rapina do imperialismo americano contra os po-

vos e nações mais frágeis, e de busca de superação dos rivais imperialistas.

A guerra do Golfo teve pelo menos um mérito: desmascarou radicalmente as ilusões pacifistas espalhadas por Mikhail Gorbachov. Em seu livro sobre a perestroika, ele afirmava: "A frase de Clausewitz, segundo a qual a guerra é a continuação da política, mudando-se apenas os meios, parece hoje absolutamente fora de moda".

Lástima que o preço da lição sejam mais de 100 mil pessoas destroçadas pela "tempestade no deserto" pelo equivalente a 20 bombas de Hiroshima atiradas contra o Iraque pela aviação americana.

Mas, e do lado iraquiano, a guerra foi também uma forma especial de fazer política? Evidente que sim. Algumas correntes de pensamento que trataram logo de condenar igualmente as duas partes, esqueceram-se de analisar que política estava em jogo com a ocupação do Kuwait e que caráter tomou a luta com os EUA no conflito.

O Iraque tratava de ampliar sua influência no Mundo Árabe. Afirmar-se numa região que vem de longe procurando salvaguardar sua identidade nacional. E que encontra como maior obstáculo a presença das potências estrangeiras - no período colonial como agora, sob um novo colonialismo encabeçado pelos EUA e Israel como cabeça de ponte.

Os argumentos de que o Kuwait era, anteriormente, parte do Iraque e que o Emirado estava sendo usado pela ultrareacionária família que o governa como Cavalo de Tróia do imperialismo têm certa validade. Mas, não justificavam a invasão. Afinal todas as fronteiras da região foram construídas artificialmente. E se cada um tratasse de recolocar as coisas em ordem a golpes de baioneta, o Oriente Médio se tornaria palco de mil guerras simultâneas.

Mas, a desmedida resposta dos EUA à invasão do Kuwait alterou a qualidade do problema. A disputa regional foi suplantada por uma ação imperialista - da maior (e atual única) superpotência do globo - contra todo o Oriente Médio, afrontando inclusive interesses de outros países imperialistas, e transformando-se em ameaça para todo o planeta.

Os EUA submeteram a ONU a seus ditames. Aproveitaram a situação de desagregação da URSS para colocá-la na posição vergonhosa de cúmplice da agressão. Intimidaram seus parceiros - e rivais ao mesmo tempo - a sustentar financeiramente a aventura belicista. Consta, inclusive, que com custos superfaturados, configurando um verdadeiro assalto.

A guerra mudou de caráter. O Iraque, assim como os demais povos árabes - já que os governos se acovardaram - entraram numa luta defensiva contra o imperialismo. O próprio governo de Sadam, independente de sua natureza, passava a representar parte da aspiração dos povos árabes, inclusive da heróica resistência palestina.

Aqueles que, alegando princípios, comparavam

o caráter do governo Sadam, o seu autoritarismo, seu passado em relação aos curdos e à revolução iraniana, com o imperialismo americano e, por isto condenavam as duas partes, acabavam comparando elefante com alface. Evidentemente que os povos e o proletariado tinham que levar em conta o que Sadam representava e as limitações decorrentes de sua posição de classe. Porém, nas condições concretas esta era uma consideração no campo da luta anti-imperialista. Assestar baterias contra os dois lados era, conscientemente ou não, prestar um serviço ao imperialismo.

Não que os princípios não sejam válidos. Mas, o manejo cego deles, com considerações abstratas, fora do contexto, conduzem ao fracasso e, muitas vezes a resultados opostos aos próprios princípios.

A II Guerra Mundial também começou como um conflito interimperialista. O proletariado e os povos não tinham compromisso com nenhum dos contendores. Sua tática era transformar a guerra em guerra civil contra seus governos. Contudo, num determinado momento, a Alemanha nazista voltou seus canhões contra a União Soviética. E o conteúdo da luta sofreu uma mudança radical. Da parte do povo soviético tratava-se então de defender a pátria e o socialismo. Os trabalhadores em todo o mundo, em defesa da revolução e da democracia, empreendem uma gigantesca batalha para golpear os agressores nazistas. Trataram até de forçar que os governos de seus países declarassem guerra à Alemanha. E, inclusive potências que, mesmo a contragosto, formaram a grande aliança junto com a União Soviética, na prática ajudaram o avanço da causa popular em todo o mundo. De fato, a vitória contra o Eixo representou um enorme impulso do movimento progressista e democrático. É claro que a comparação não pode ser feita mecanicamente. A URSS de então não é o Iraque. Mas, o exemplo ajuda a raciocinar.

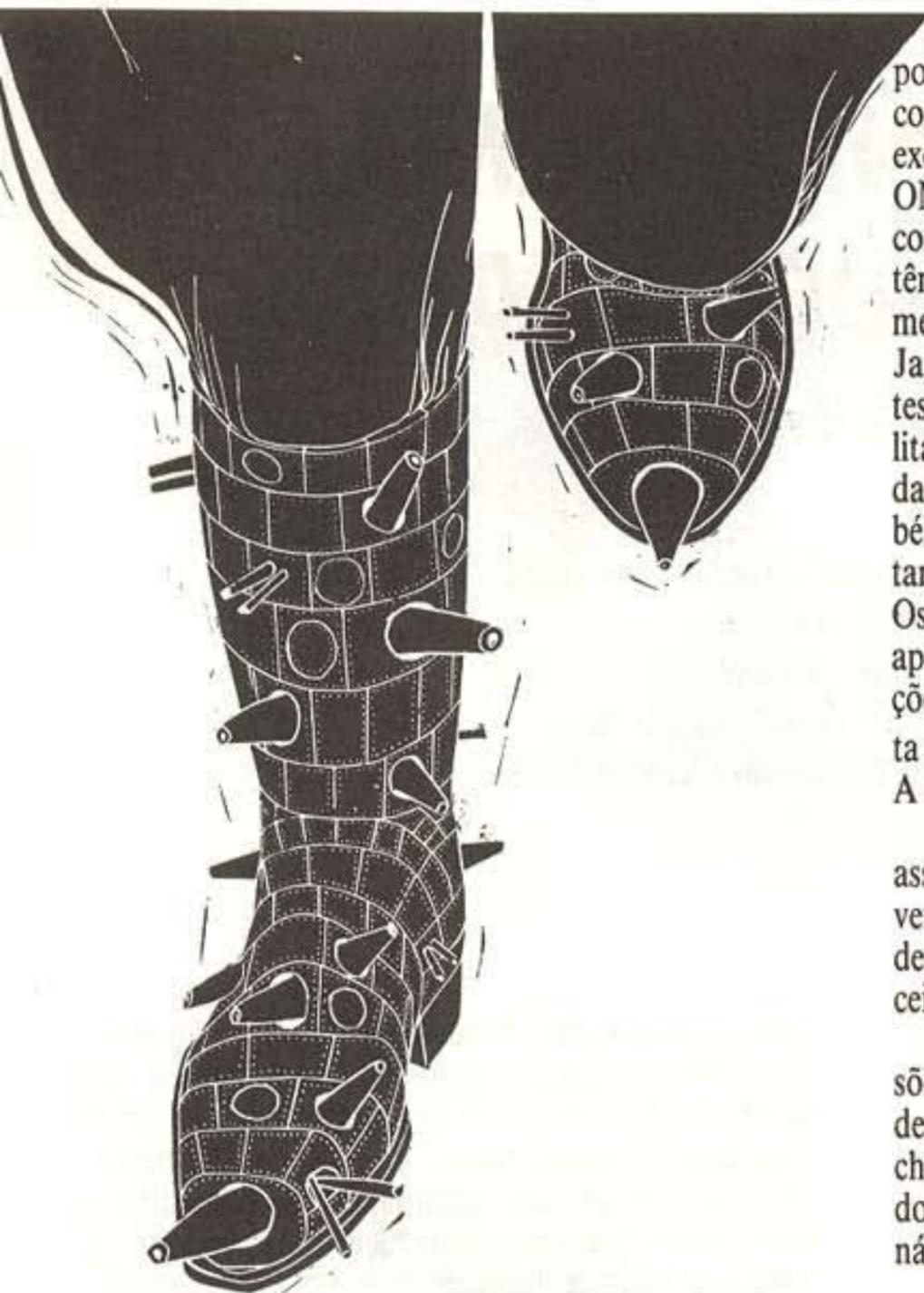


A nova ordem já surge contestada e pode levar à 3ª guerra

A guerra do Golfo tem ainda um aspecto a ser explorado. Gorbachov, em seu livro, afirma que "é hora de esquecer qualquer aspiração imperialista em termos de política externa. Nem a URSS nem os EUA estão em condições de impor seus próprios pontos de vista às demais Nações.(...) Uma nova relação dialética entre força e segurança surge da impossibilidade de uma solução militar para as questões internacionais."

Um pensamento condizente com a vida ou mais uma formulação teórica para mofar nas prateleiras?

É certo que hoje, pouco tempo depois do líder soviético escrever estas coisas, a prática mostrou que



a URSS, de fato, não está capacitada a fazer valer suas pretensões. No entanto, os EUA, ao contrário, foram capazes de se transformar no Grande Império Mundial, desafiando todo o planeta.

E daqui para diante? A espetacular vitória de Bush no Oriente Médio afetou a tendência de declínio dos EUA? Deteve a marcha da Europa encabeçada pela Alemanha e do Japão em busca da hegemonia mundial?

Dentro da União Soviética, as coisas se acomodam para aceitar a supremacia americana indiscutível?

Não precisa muita argúcia para responder respectivamente a estas indagações.

Alemanha e Japão engoliram a prepotência americana pela precariedade da correlação de forças no terreno militar. Contudo, certamente perceberam que, para alterarem o quadro internacional, defrontam-se com uma máquina militar poderosíssima e com gente desatinada, capaz de cometer a maior violência para salvar-se da bancarrota. Aliás, tanto o Japão como a Alemanha - esta última em particular, com Hitler, - têm também um trato considerável com o uso da violência.

Japão e Alemanha vão tolerar a perpetuação, por exemplo, de um conselho de segurança da ONU com o veto dos "cinco grandes" - dos quais eles são excluídos - por muito tempo? Esta conformação da ONU é resultado da Segunda Guerra Mundial e da correlação de forças por ela criada. Porém, uma potência decadente poderá manter esta ordem indefinidamente? A superioridade tecnológica e financeira do Japão e Alemanha não tende a se transformar em contestação dos EUA em todos os terrenos, inclusive militar? Em vez de impossibilidade, como quer o líder da perestroika, aumenta a probabilidade da solução bélica para as questões internacionais. Em Moscou também, os resultados da guerra já se fazem sentir. Os setores ditos "conservadores", encastelados no aparato estatal e no exército reascenderam suas aspirações militaristas e autoritárias. Reclamam a reconquista do lugar de superpotência mundial para a URSS. A pregação já ganhou as ruas.

A "nova ordem" pretendida por Bush parece assim condenada a uma contestação crescente. Nuvens ameaçadoras no horizonte indicam que ela pode até ser o início de uma tendência rumo a uma terceira confrontação mundial.

Nesta realidade tão ameaçadora, espalhar ilusões sobre uma paz duradoura e sobre uma nova era de colaboração entre os poderosos, como faz Gorbachov, só serve para anestesiar a capacidade de luta dos povos e desviá-los do caminho da luta revolucionária.

Para que as massas elevem a sua compreensão, é essencial que saibam que as guerras fazem parte da essência do capitalismo. Que enquanto vigorar este modo de exploração, haverão guerras de disputa entre as próprias potências imperialistas e destas contra os povos e nações oprimidas. E haverão guerras que os povos e nações serão forçados a empreender, contra seus opressores.

As guerras sempre causam sofrimentos e horrores. Neste sentido, é inteiramente justo fazer todos os esforços para evitá-las. Mas, enquanto existir o sistema de exploração e competição capitalista a tendência ao uso da força bruta está presente. Em determinados momentos, os povos também não dispõem de outro recurso para se defenderem de seus opressores. Nestas condições a violência pode representar um papel progressista, ao ajudar a destruir instituições arcaicas, que sufocam o progresso social e sustentam regimes despóticos da burguesia. No mundo burguês, portanto, é preciso estudar cada guerra em particular e seu conteúdo, identificar a que política serve, e não tomar posição *a priori* contra todos os combatentes. ■

PALESTINOS NA FORMAÇÃO DO MUNDO ÁRABE

LEJEUNE MATO GROSSO

Entrevista com Hassan El-Emleh, deputado do Conselho Nacional Palestino, ao professor Lejeune Mato Grosso. Dados históricos da luta palestina e uma avaliação da situação do Oriente Médio.

Princípios: Na guerra do Golfo, que teve origem no dia 2 de agosto com a invasão do Kuwait pelo exército iraquiano, a discussão relativa à legitimidade do território e sobre o Emirado é polêmica, havendo argumentos a favor e contrários. Qual é a legitimidade da reivindicação histórica do povo iraquiano sobre o território do Kuwait?

Hassan El-Emleh: Antes de falar do Kuwait, da sua origem histórica, do meu ponto de vista, esta guerra não era só pelo Kuwait, nem tem origem histórica no Kuwait. Esta guerra significou que uma nação ou um povo pequeno passou a linha traçada pelas potências. O governo do Iraque chegou a ser forte militarmente, tinha influências no Médio Oriente e passou da linha traçada pelas potências. Assim, estas queriam quebrar a liderança desse país, deste governo para voltar à linha que elas traçaram para ele. Aparentemente tinham a intenção de libertar o Kuwait, mas na realidade, os americanos e seus aliados queriam acabar com governo de Sadam Hussein, porque ele é nacionalista e poderia ter uma influência no nacionalismo árabe, que pode ser um perigo contra o interesse americano no Oriente. Então, o Kuwait não era o ponto principal desta guerra, por isso você está vendo até agora os EUA ocuparem o Iraque. E por que o está ocupando? Se era para a libertação do Kuwait, já foi libertado. O imperialismo inventou duas guerras civis, uma no Sul e outra no Norte do Iraque. Por que isto? Porque queria esconder os crimes de guerra que fez no país, através da guerra civil em seu interior. Para dizer que toda essa destruição do Iraque é por causa da guerra civil e não pelos ataques americanos. Outra coisa muito importante, eles estão tentando, e vão seguir tentando até o máximo, acabar

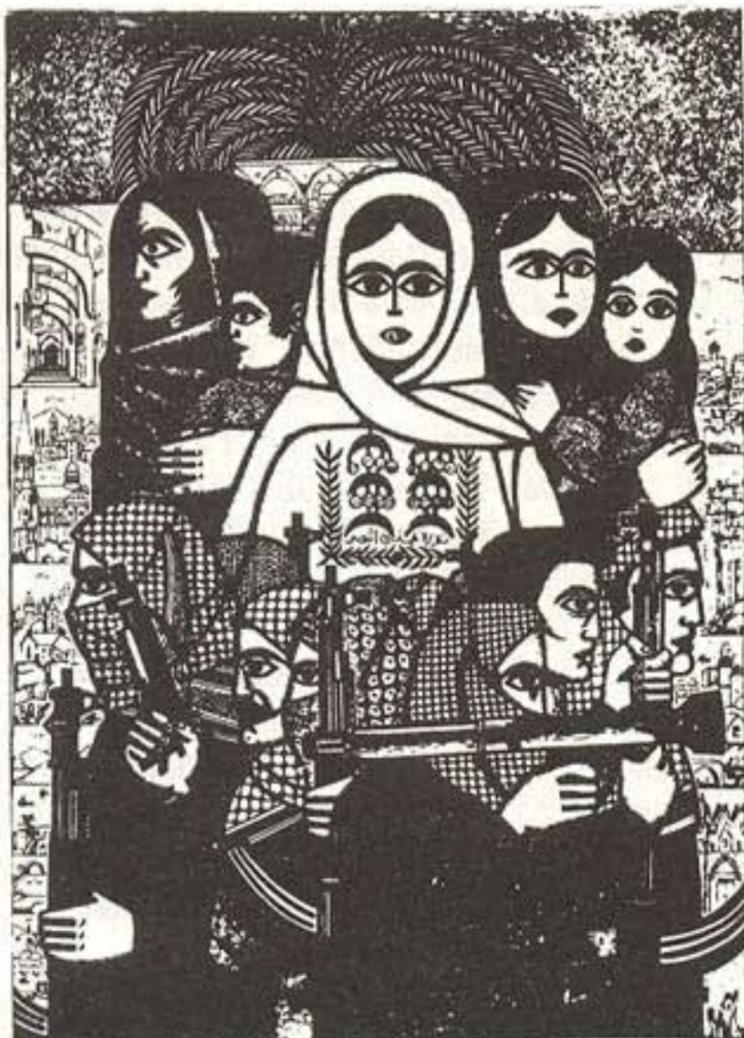
com o governo da Sadam Hussein. Esse é o ponto mais importante desta guerra. Por isso o Iraque está destruído. E quem vai reconstruir? Logicamente os americanos! Custará bilhões de dólares para reconstruir o Iraque. Se fica Sadam Hussein, os americanos não tomarão parte na reconstrução do Iraque. Então é preciso tirá-lo de qualquer jeito. Primeiro para acabar com a influência do arabismo, depois para dar aos EUA o direito da reconstrução.

Agora, voltando ao Kuwait, na verdade ele nunca foi um país. Se você olha o mapa da antiga Mesopotâmia, e olha o mapa do Iraque agora, não precisa pensar duas vezes para ver que o Kuwait é parte do Iraque. O Kuwait simplesmente, na época dos otomanos, tinha uma família feudal, que dominava o lugar. Ao chegarem os ingleses, deram o direito a essa família de governar esse pedaço de terra a que pertencia; província de *Basrah*, como chamavam os otomanos.

A palavra Kuwait significa, em árabe, pequena colônia. A Mesopotâmia é uma região de seis mil anos, uma potência, na época anterior ao islamismo e na época do islamismo. Quem acredita que não tenha hoje uma saída ao mar? A Inglaterra antes de proclamar a família Al-Sabah como príncipes, sempre soube que o Kuwait era parte do Iraque.

Na verdade a "independência" do país em 1961, estava ligada com a política de nacionalização do petróleo, que o governo do Iraque estava tomando, como ele iria nacionalizar toda a exploração, a Inglaterra resolveu então ficar com aquele pedaço.

Princípios: A imprensa afirma que os palestinos foram derrotados junto com Sadam, já que apoiaram o Iraque. Afinal de contas os palestinos foram derrotados pelas suas posições nesta guerra?



Hassan: A OLP não estava a favor de ocupar o Kuwait. Por isso o presidente *Arafat*,⁽¹⁾ foi o primeiro a sair com um plano de retirar o Iraque do Kuwait: nós nunca fomos a favor da ocupação. Estamos com o Iraque, porque somos contra a presença estrangeira no golfo arábico. Estamos contra a interferência estrangeira nos assuntos árabes. Nós já declaramos sempre que os árabes devem resolver seus problemas entre eles mesmos. Por isso quero deixar claro: nós não fomos a favor da ocupação: Quem sofre ocupação territorial nunca pode apoiar outra. Acreditarmos que o Iraque tem direito ao seu pedaço.

Princípios: Os comentaristas internacionais e nacionais durante a guerra passaram a chamar Sadam Hussein de ditador sanguinário. Quando ele fez a guerra contra o Irã, ele era chamado presidente Sadam Hussein. Os governos árabes não são exemplos de democracia nessa região. Neste caso nem de democracia burguesa, se assim se pode dizer. Em especial sobre o regime iraquiano, o que o senhor tem a nos dizer sobre a democracia interna do Iraque. Há alguma procedência sobre o que se proclama na imprensa sobre Sadam Hussein?

Hassan: Eu particularmente sempre sou contra a política de um partido único, sempre fui a favor de vários partidos e democracia. Infelizmente não existe no Oriente Médio até agora uma democracia em sua plenitude. Nunca cheguei a saber em toda minha vida, que tinha um país árabe que mudou o seu presidente pelo voto direto. Falam da democracia do Líbano. Isso não existe. O Congresso, o Parlamento do Líbano desde 1972, não mudou. Outra coisa, é um parlamento baseado no conceito religioso. Isso não é democracia, porque se sou eleito porque sou muçulma-

no ou porque sou cristão então não existe democracia. Democracia tem que eleger-se sem olhar que sou negro, muçulmano, cristão, católico.

O Iraque, também como outros países do Médio Oriente, não é uma democracia. Sadam Hussein foi duro com seus inimigos internos, mas trabalhou para seu país. Ele deu passos gigantes na construção do Iraque, especialmente na área de educação, na área de saúde, na área de transporte, reforma agrária, em todos os sentidos ele investiu. Se considerarmos o Iraque um país moderno ao lado dos outros, observamos que Sadam usou o dinheiro do Iraque no próprio país, ao contrário de outros países em que o dinheiro do petróleo está sendo aplicado fora. Agora isso não quer dizer que ele seja democrático. Eu não via democracia no regime iraquiano.

Todos os países pagaram pelo sistema de partido único. Estive na Argélia, vi como também a Argélia pagou caro por ter um partido único. Esperemos que Sadam Hussein fique no poder e que o Iraque se torne uma democracia. Eu o criticava quando ele perseguia seus opositores políticos. Apóio seu nacionalismo e seu arabismo e o trabalho que fez por seu país, porém não sou a favor dessa ditadura nem de outra, infelizmente isso existe em todo o Médio Oriente. Por que não falar da Síria? E acaso a Arábia Saudita é democrática? E acaso o Kuwait é democrático? E o Egito? E acaso qual é o país democrático? Quero saber.

Princípios: Qual seria a análise das perspectivas do futuro no Oriente Médio, dos desdobramentos depois do pós-guerra e o papel que a OLP joga nessa conjuntura internacional?

Hassan: É uma resposta difícil. Ninguém acreditava que o Irã estava preparando 100 mil soldados para entrar em guerra civil contra Sadam, antes mesmo que a guerra tivesse acabado. Ninguém acreditava que a Síria podia mandar um exército a favor dos americanos. Eu acho que a solução do problema exige um pouquinho de paciência. Esta guerra mostrou aos Estados Unidos que Israel não serve mais aos interesses no Médio Oriente e que as linhas seguras de Israel são uma farsa, a melhor linha segura de Israel e a melhor maneira de servir aos interesses de todo o mundo do Médio Oriente é ter paz entre todos os países e povos da região. Eu acho que a paz está como uma luz no fim do túnel. Na verdade temo pelo futuro do Iraque. Temo pela loucura de Israel quando se vê encurralado e tiver que ceder algo. Mas, eu acho que o mundo inteiro tem que ver que chegou um momento dos palestinos terem seu lar próprio, e que os palestinos foram injustiçados. É preciso que se faça justiça para eles. Será que o mundo vai aceitar essa humilhação? Até quando?

A solução exige dos dois lados renúncia de algo, porque se cada um vai decidir com seu fanatismo, com seu extremismo, nunca chegaremos a um acordo.

Eles temem os palestinos, porque sabem que so-

mos muito bem preparados. Inclusive os árabes temem um Estado Nacional Palestino (2).

Chegou o momento de criar um lar palestino, em seu território, na Palestina. A Conferência é o ponto mais importante para se chegar a paz. E se Israel pensa em resolver o problema entre ele e os países árabes apenas, então está caminhando para o lado errado, para o lado agressivo, porque na verdade, o problema é o *povo palestino* e tem que ser resolvido com os palestinos. Não se poderá resolver os problemas de minha casa conversando com meus vizinhos, tem que conversar comigo. Será que *Shamir* tem o direito de escolher quem me representa? Ou eu escolho quem me represente? Precisamos uma Conferência Mundial de Paz para que as potências coloquem seu peso e sua influência e se chegue a um acordo. Não há outro jeito, tem que ser resolvido entre palestinos e israelenses. Por que todas as potências ficaram juntas para obrigar o Iraque a retirar-se do Kuwait? Por que usaram as Nações Unidas? As Nações Unidas eram como uma "Conferência Mundial de Paz" contra o Iraque, não era isso? Não usaram doze resoluções da ONU contra o Iraque? Israel não foi criado pela ONU? Por que agora não se pode discutir debaixo do teto das Nações Unidas o problema palestino?

Mas, estou vendo uma luz no túnel e estou otimista. Não sou pessimista. Graças à luta dos irmãos iraquianos, que mexeram toda a situação do Oriente, que estava parada. Essa luta iraquiana não vai ser em vão.

Se ela não ocorresse, talvez a situação iria ainda ficar anos parada, sem solução. Para um futuro melhor, sem agressão americana, sem agressão israelense, sem agressão das potências que querem roubar a energia e o sangue dos árabes, devemos continuar a lutar. Chegou o momento de abrir os olhos e resolver tudo.

Princípios: A legitimidade da posse das terras da Palestina está diretamente ligada à ocupação eventual que o antigo povo hebreu teve naquela região. Gostaríamos que o senhor falasse um pouco das origens históricas do povo palestino e da sua presença na Palestina.

Hassan El-Emleh: A Palestina foi ocupada pelas tribos dos *cananeus* (3) há cerca de 3.000 anos a.C. e eram tribos semitas que emigravam da Península Arábica, para o Norte e ocuparam a Palestina, inclusive, até Jerusalém que, segundo a história, foi construída pelos *cananeus*. Dizem que lá viveu um rei há quase 2.000 anos a.C. que se chamava *Salem*, o pacífico. Salem era um nome religioso, era um homem de paz. Ele usava Jerusalém como a sua casa. Quando as tribos *cananeus* ocuparam a Palestina naquele tempo, chamavam o lugar de *Terra de Canaã*(4). Os judeus são tribos também de origem semita que emigraram da Península para o Iraque, perto de uma cidade de *Ur*, perto da Babilônia, *Caldéia*. E eram tribos dirigidas por patriarcas e sempre emigravam de

um lugar para outro, buscando lugar melhor para seus gados, para sua gente.

As tribos dos hebreus imigravam do Iraque para a Palestina. E diz a história religiosa que o profeta *Abrão* que era patriarca de uma das tribos dos hebreus (5), sonhou que estava falando com Deus, e que Deus prometera a ele uma terra, a Terra de Canaã, que era ocupada pelos *cananeus*. Em 2.000 a.C., ele passou para a Palestina e foi recebido por *Salem*, sendo bem tratado. A religião fala que ele migrou para lá com suas tribos. Agora a história diz que eles foram ajudados pelos *icsos* que ocuparam o Egito.

Moisés, que era filho de uma egípcia, sem pai conhecido, e foi criado no Palácio do faraó lembrou: "nós chegamos da Palestina, e vamos voltar à Palestina." Moisés se perdeu por 40 anos no deserto saindo do Egito em 1250 a.C. e seus descendentes só chegaram na Palestina mais ou menos no ano 1000 aproximadamente, quer dizer, ficaram quase 200 anos lutando para entrar na Palestina. Moisés morreu sem entrar na Palestina, só entrou na Jordânia.

Diz a lenda religiosa, que Deus prometeu aos judeus um lar na Palestina, mas nunca teria prometido expulsar os árabes *cananeus* da Palestina, nem tampouco falou com Moisés, nem com Abraão para matar os Palestinos ou os árabes *cananeus*. Por isso, eu não concordo com a história que diz que eles são os donos da Palestina, pois ficaram pouco tempo nela, especialmente em Jerusalém, e nunca ocuparam toda a região. Com o tempo, eles se dividiram em dois estados, do Norte e do Sul e depois ficaram sempre vassallos de outros países, sejam os persas, sejam os assírios, sejam os babilônios, seja de Roma, no tempo de Jesus Cristo, até que saíram da Palestina.

Princípios: Como podemos classificar a formação histórica do povo árabe?

Hassan El-Emleh: A história nos diz que haviam dois centros que sofriam migrações para outros lugares: a Arábia e o Norte da Índia, do outro lado. Sempre a Península Arábica era de onde saíam os imigrantes, porque é um lugar deserto, árido, e às vezes fica anos e anos na seca. Então as tribos árabes saíam buscando um melhor lugar para seus gados. Anualmente, ocupavam o Iraque (Mesopotâmia), Síria, Sul da Síria (Palestina), Jordânia, Líbano, chegavam ao Egito e ao Norte da África até Marrocos. Por isso, quando os árabes muçulmanos saíram da Península Arábica, depois do profeta *Mohamed*, (6) eles foram até a fronteira com a Turquia.

Na Síria, no Sul da Síria, no Líbano, em todos esses lugares falavam o mesmo idioma, eram a mesma raça, era a mesma história, o mesmo sangue árabe.

Princípios: A Palestina ocupa uma posição estratégica na região, ligando vários continentes e sendo desde a antiguidade, ponte de passagem para grandes rotas de comércio. Assim, ela fica sendo uma região essencial para qualquer plano de obtenção da hegemonia estratégica da região do Oriente Médio. Co-

mo foi o processo das sucessivas invasões que a Palestina sofreu na história?

Hassan El-Emleh: O lugar estratégico da Palestina, obrigava a passagem por ali das caravanas do comércio que vinham de dois lugares: uma rota que chegava do Iêmen, na Costa do Mar Vermelho e da Etiópia, da Somália, passando por Meca até sobre a Palestina. Entravam na Síria e às vezes seguiam para a Itália e para o Sul da Europa. Outra linha do comércio, chegava da Índia através do Golfo Árabe, passava pelo Kuwait, Iraque, depois entrava na Síria para chegar ao Sul da Europa.

O profeta *Mohamed* começou sua vida fazendo esse comércio. Ele anualmente fazia uma viagem até a Síria e Palestina, inclusive o avô do profeta, que está enterrado em Gaza, morreu numa dessas viagens. Como lugar estratégico do comércio, a Palestina também era cobiçada pelos vizinhos. Ela foi ocupada pelos egípcios várias vezes, pelos babilônios, pelos assírios, pela Grécia, pela Persia e depois por Roma. Obrigatoriamente todas as caravanas tinham que passar por lá.

Princípios: Apesar de todas as tentativas de conquista da Palestina, nunca os invasores conseguiram, em tempo algum, impor sua cultura, sua língua, seus costumes aos árabes. Fale-nos um pouco sobre a relevância da cultura árabe para a civilização ocidental.

Hassan El-Emleh: Nós temos que falar da civilização árabe antes do islamismo e depois do islamismo. Porque se a influência da civilização árabe antes do islamismo era forte, depois ficou ainda mais. Antes, através das guerras e das caravanas de comércio, chegava a civilização árabe para o mundo europeu, mas, na verdade, o mais importante da civilização árabe que chegou à Europa, veio depois do islamismo. Era através do comércio ou através da Espanha, que os árabes ocuparam, ou através de Constantinopla, que os turcos ocuparam. Porque os árabes tinham um grande trabalho de conservar as civilizações antigas, seja da Mesopotâmia, seja dos egípcios, seja dos gregos ou romanos ou até da Índia, ou da China. Eles conservaram essas civilizações enriquecendo-as e passando-as ao mundo europeu.

Princípios: Sabemos que de todos os planos de conquistas estratégicas da região, talvez o mais bem sucedido, tenha sido o plano sionista. A tese que se deveria assegurar um lar nacional judaico aos judeus na Palestina é até anterior ao próprio movimento sionista moderno. Quais as informações que o senhor pode nos dar a respeito dessa raiz histórica do sionismo?

Hassan El-Emleh: Por que os judeus foram perseguidos? Eles foram muito perseguidos, mas a única raça que não perseguiu os judeus foram os muçulmanos árabes. Eles queriam criar um lar nacional e não pensavam em criá-lo na Palestina. Não importava o lugar, inclusive alguns deles pensavam em fazer no Brasil, outros na Argentina, outros na África, em Uganda, até que realizou-se o Congresso da Basileia,

na Suíça, que influenciou os judeus a formarem a decisão de ir para a Palestina. Alegando os laços históricos que existem com a Palestina, então tinha que ser lá. Tentaram através do sultão da Turquia, para que ele permitisse a entrada dos judeus ou de sionistas naquele momento na Palestina. O sultão não aceitou. Então, os judeus aliaram-se com a Inglaterra, para criar seu espaço físico definitivo. E ali começou o sionismo a trabalhar efetiva e ativamente para fazer seu Estado na Palestina.

Quando a Inglaterra entrou na Palestina fez a declaração de Balfour⁽⁷⁾, em 1917. Trabalhou 30 anos para criar o Estado judeu na Palestina em 1947, concretizando o projeto sionista na Palestina.

Princípios: O movimento sionista consegue um impulso maior depois do congresso da Basileia em 1897. Mas, fala-se inclusive, que “Lar Nacional Judaico” não se refere necessariamente a criação de um estado judeu. Seria apenas uma localidade onde pudessem habitar. De qualquer maneira o sionismo moderno tomou um rumo diferente daquele do século passado. Assim, eu queria que o senhor falasse sobre o sionismo hoje, seus objetivos, propostas e métodos de ação.

Hassan: O lar nacional quer dizer lar, e não Estado. Na verdade, o que significava Estado? Eu talvez possa até divergir. Mas, a declaração de Balfour era para criar um Estado nacional judaico na Palestina. Por quê? Porque a Inglaterra exigiu da Liga das Nações um mandato na Palestina. Então a Liga das Nações deu um mandato de 30 anos para que a Inglaterra fizesse todo o possível e impossível para criar um Estado sionista na Palestina. Cumprindo com este mandato, a Grã-Bretanha mandou o primeiro governador para a Palestina, um sionista declarado que governou de 1921 até 1925/26. Aliás, ele chegou à região com o exército por todos os lados para protegê-lo, pois ele tinha medo de um atentado dos palestinos e colocou sua casa fora de Jerusalém. Ele abriu as portas da Palestina para a imigração judaica.

Quem acredita que uma potência como a Inglaterra, a primeira potência daquele tempo, não tinha condição de impedir a imigração clandestina para Palestina? A Palestina tem 200 km. Como, diariamente, entravam milhares de pessoas sem que a Inglaterra soubesse?

Princípios: O mandato da Liga das Nações, no artigo 22, expressa que ele era para implementar a declaração de Balfour?

Hassan: Sim, e inclusive deu à Agência Judaica a oportunidade política de dirigir o país com as autoridades britânicas. Então, os ingleses trabalharam clinicamente, para criar esse *lar*. Parece-nos que o europeu sente uma culpa por perseguir os judeus. Para apagar essa culpa resolveu criar um lar sionista numa terra alheia.

Qual o direito que dá a Inglaterra, como um país que ocupou a Palestina, de criar em nosso país um

Estado nacional sionista, quando existe o povo palestino ali? Ao não consultar o povo palestino, este se levantou contra o sionismo desde 1919 e os levantes ocorreram em 19, 21, 25, 29, 36, 39. Todos os anos tiveram levantes palestinos, porque o palestino sentira que a Inglaterra estava trabalhando contra ele. O palestino era proibido de ter uma faca de cozinha e os sionistas preparavam campos militares e a Haganah⁽⁸⁾ crescia dia-a-dia. Formava um exército, moderno, equipado com todos os armamentos.

Princípios: Após o término do império turco-otomano em 1917, as potências imperialistas acertaram a partilha dos países do Oriente Médio através do acordo Sikes-Picot⁽⁹⁾. O qual foi confirmado posteriormente pela conferência de San Remo⁽¹⁰⁾ em 1920. Qual o significado e a posição da liderança árabe sobre esse acordo que dividiu o Oriente Médio?

Hassan: Para nós os dias mais difíceis da história foram os da declaração de Balfour e o do acordo Sikes-Picot, porque queriam dividir os árabes para governá-los e para poder criar um território sionista. A desgraça dos árabes começa aí. E agora a história se repete de novo. Os americanos estão fazendo o mesmo, cada dia dividindo mais os árabes, criando atrito entre os árabes, afastando uns dos outros porque sabem que a união do mundo árabe é um perigo contra os interesses deles. A divisão foi o melhor caminho para poder governar o mundo árabe e para poder criar um lar nacional judaico na Palestina.

Princípios: A declaração de Balfour, tem tanta importância que chega a ser citada em literatura e colóquios dos juristas internacionais, integra o texto de criação do estado de Israel. Qual é, para os árabes, o significado histórico e jurídico dessa declaração?

Hassan: Para mim, quem melhor analisa a declaração Balfour é Henry Cattán⁽¹¹⁾. Quando o general Allenby⁽¹²⁾, que era comandante das forças britânicas que ocuparam o mundo árabe, entrou pelo rio Jordão, nesse dia fizeram a declaração Balfour. Eles estavam esperando o seu exército entrar na Palestina para fazê-la. Os europeus sempre tinham ódio e medo do islamismo, do arabismo. Queriam dividir os árabes, queriam dividir os muçulmanos para poder governá-los e acharam o melhor, que era enxertar um tumor que se chama Israel. A Inglaterra fez esta declaração quando ela não tinha nenhum direito de fazê-la. Inclusive naquele tempo, nem sequer ocupava toda a Palestina. Um país, uma potência que ocupe a Palestina, não tem nenhum direito, nem histórico, nem jurídico, de dar uma declaração dessas quando ela tinha um acordo com os árabes de criar um país árabe. Ela enganou os árabes, ela mentiu para os árabes, não cumpriu o que prometeu e no mesmo momento fez a declaração. Por quê? Porque através desse tumor canceroso, que se chama Israel, ela poderia seguir soberana. Por isso ela continuou dominando o mundo árabe até a década de 50, quando cedeu o lugar a outra potência, os Estados Unidos.

Israel foi plantado pela potência inglesa e foi criado e protegido pela potência americana, uma plantou e a outra regou e cuidou, para chegar onde está agora. A reação contra isso começou a crescer com o nacionalismo árabe de Gamal Abdel Nasser⁽¹³⁾ e o arabismo de Sadam Hussein.

Princípios: Agora nós queríamos entrar em uma questão polêmica, que é o problema do processo de migração forçada dos judeus para a Palestina de modo que se criasse uma situação onde a Liga das Nações apreciase a proposta dos sionistas pela qual se criaria o Estado de Israel. Se por um lado é fato que na Europa, em especial, os judeus foram perseguidos, por outro lado, alguns acordos entre a Agência Judaica e até mesmo com o Partido Nacional Socialista da Alemanha, beneficiaram essa imigração forçada. Como o senhor vê essa questão?

Hassan: Os sionistas usaram todos os meios para chegar à Palestina. Eu não vou entrar em detalhes neste ponto porque como se falou, é polêmico. Mas, é histórico que o sionismo usou o nazismo, o fascismo e a perseguição europeia para sair como vítima e chegar na Palestina. Ele não se importou com o sofrimento do povo judeu para chegar à Palestina. Na verdade houve muitos acordos sinistros na Europa e não é necessário agora repeti-los, mas houve isso inclusive com Eichmann. Quando ele foi capturado na Argentina. Ele não acreditou que Israel poderia processá-lo porque tinha muitos laços com a Agência Judaica na Europa. Infelizmente, como se falou, a Europa perseguiu os judeus e eles tinham que fugir de lá. Mas, não cabe a nós palestinos pagar a conta dos erros europeus. Não cabe a nós pagar os erros dos outros.

Nós assimilamos e recebemos o judeu livre, inclusive nós demos a eles até albergues e comida e demos tudo que podíamos dar no começo. Sentíamos que era um ser humano perseguido por outro. Infelizmente, eles escondiam na alma o desejo de matar um palestino para ocupar a casa dele.

Nós sempre falamos muito claro, diferenciamos muito a religião judaica do sionismo. Sionismo para nós é um trabalho político, é um movimento político que visa retirar o palestino de sua terra e colocar um judeu no lugar dele. A religião judaica é a religião do judeu, é uma religião do mundo que acredita em Deus, como nós também acreditamos em Alá. Então há muita diferença entre judaísmo e sionismo. Sionismo é o movimento que visa tirar o palestino da sua raiz, temos que combatê-lo mas o judaísmo não.

Não temos nada contra o judeu. O judeu brasileiro é brasileiro, o judeu russo é russo, a diferença entre um russo cristão e um russo judeu é a religião de cada um, a casa aonde rezam. Os dois são russos, inclusive a maioria dos judeus da Europa não são sionistas.

Princípios: Nós sabemos que historicamente os judeus eram proprietários de no máximo 59%⁽¹⁴⁾

das terras na Palestina. Quando a ONU votou em 1947, o resultado foi de 33 votos a favor da partilha, 13 votos contra e 10 abstenções, a URSS votou a favor. Por que em sua opinião isto se deu?

Hassan: A partilha primeiramente era uma decisão, uma resolução da Assembléia Nacional da ONU, não era uma decisão do Conselho de Segurança. A resolução da Assembléia não tem obrigatoriedade de ser executada e a resolução do Conselho sim. Ainda que não tenha sido uma resolução do Conselho de Segurança, protestamos contra isso, porque, sabemos que o Estatuto da ONU não lhe outorga o direito de dividir um país.

A ONU tem o direito de perguntar ao povo de um país, como uma maneira de preservar a autodeterminação, quais os seus objetivos com a terra, se aceita a divisão, etc. Infelizmente, dividiram a Palestina, sem nos perguntar nada. Por quê? Porque a influência inglesa e americana em cima dos outros era enorme e ela arranjou até pela força os votos que queria para essa partilha. Agora, a respeito do voto russo-soviético, primeiro nós diferenciamos o Partido Comunista da União Soviética e o seu governo.

O governo tem suas obrigações internas e externas, o partido tem seu idealismo. Quando o partido chega a ser governo ali ele torna-se diferente. O governo da URSS apoiou a partilha, segundo meu ponto de vista, baseado em duas coisas: Primeiro, como ele é governo oriundo do Partido Comunista, e o Partido humanamente acha que qualquer ser humano tem direito à terra sem agredir o direito do outro, acaba votando favoravelmente a Israel. Mas, ele não votou a favor de Israel agredindo o direito palestino. Votou conservando o direito dos palestinos de criar seu lar nacional na Palestina. Em segundo, tem a política do governo russo que naquele tempo não tinha influência no Médio Oriente, em nenhum lugar, ao contrário, era alheio a região. Todo o Médio Oriente era dominado por governos feudais ou reinos antigos, por ditadores que eram todos do eixo imperialista inglês, francês e americano. Então a URSS pensava que Israel ia ser o único país democrático e socialista do Oriente Médio, mais próximo do governo russo do que qualquer outro governo feudal árabe aliado à França, Inglaterra ou América. A URSS imaginava que talvez através de Israel, pudesse ocupar espaço político no Oriente Médio, porque ela não tinha nenhum "pé" sequer na região. Olhando no mapa daquele tempo o Iraque era governado por um governo pró-inglês Nuri Said ⁽¹⁵⁾. O Egito era governado pelo rei Farouck ⁽¹⁶⁾, que era um corrupto. A Jordânia pelo rei Abdallah ⁽¹⁷⁾, que era quase feudal. A Arábia Saudita nem se fala, até hoje é um país quase feudal: a África toda, sendo que Tunísia e Argélia eram todos franceses. A Líbia era dirigida por Sanuci ⁽¹⁸⁾, que era mais feudal que qualquer outro país, proibido até o uso do carro. O Iêmen proibía o uso do rádio. Assim, o que podia esperar a URSS desses governos? Então a

URSS achou que iria nascer um país mais moderno, democrático.

Nesse sentido, houve erro de governo. Não estou falando erro do Partido. O Partido, ao contrário, apoiou entendendo que cada um tem o direito de viver. Agora, até eu posso dizer uma coisa, naquele tempo nós éramos como a mãe da criança que queriam dividir em dois, então ela preferia o filho vivo que morto, ela não aceitava a divisão do filho, infelizmente, talvez tenha nos faltado um pouco de visão política naquele momento, para poder captar o momento certo.

Princípios: Israel, após a proclamação do seu Estado, foi admitido na ONU em 11 de maio de 1949, sem entregar, como determina a Carta das Nações, o mapa definindo qual eram as suas fronteiras. Falemos sobre o projeto dos sionistas na construção do chamado "Grande Israel".

Hassan: Dizem, eu não vi, que na porta do Knesset ⁽¹⁹⁾ em Israel estava escrito "Do Nilo ao Eufrates, a terra de Israel". Que quer dizer isto? É o plano para crescer e fazer o grande Israel, que desça do Cairo até Bagdá. eu pergunto, se Israel não está em guerra com os vizinhos por que Israel até agora não definiu as suas fronteiras? Por que até agora Israel não definiu a sua constituição? Por que não aceita uma conferência mundial para definir suas fronteiras? Por quê? Por que ele claramente, abertamente, está declarando guerra aos vizinhos?

Quando Israel bombardeou o Iraque em 82 e destruiu uma usina nuclear, por que o mundo não protestou? Por que atacou o Iraque? Por que ninguém abriu a boca? Por que Israel tem o direito de atacar? Israel está em estado de guerra com todos os países árabes até que se realize uma conferência mundial e Israel aceite uma fronteira segura, uma fronteira conhecida e uma constituição.

Princípios: Os árabes, com esse conflito permanente com Israel, depois de 1947, tiveram várias guerras. As mais famosas são as de 1948, 1956, 1967, e 1973. Dessas guerras, desses conflitos, na sua opinião, qual foi o mais importante, mais relevante e dando os detalhes mais significativos desse processo?

Hassan: Olha não acho uma guerra mais importante que a outra, porque Israel através de todas as guerras tentou crescer mais para construir o "Grande Israel". A guerra de 1948 ⁽²⁰⁾ é muito importante, porque criou o Estado de Israel. A guerra de 1956 ⁽²¹⁾ para Israel foi também muito importante, porque o mais bravo combate ao imperialismo era realizado pelo nacionalismo árabe. Em 1967 ⁽²²⁾ ela tenta acabar completamente com esse nacionalismo. Em 1973 ⁽²³⁾ ocorreu uma guerra de Kissinger ⁽²⁴⁾, que queria mover a situação do Oriente Médio. Assim, ele iniciou esta guerra, só para poder traçar uma linha entre Egito e Israel.

Princípios: Sabemos que durante os anos que Nasser esteve à frente do governo Egípcio, este procu-

rou de todas as formas e maneiras construir, na prática, a Nação Árabe. Chegou a organizar a República Árabe Unida. Sobre a questão de nação, confunde-se muito, a diferença entre povo árabe e nação árabe. Gostaríamos que os senhor abordasse esses aspectos e nos explicasse se há um povo árabe; há uma nação árabe? Ou há povos árabes ou nações árabes?

Hassan: O povo é um grupo de pessoas que vive num determinado território com fronteiras reconhecidas e este povo domina um idioma e uma história e aspirações comum a todos, com uma mesma tradição, uma mesma cultura, etc. A nação também tem quase o mesmo sentido, um grupo de pessoas que vive em uma determinada área, mas tem uma forma mais ampla. A nação pode ter a mesma história, mas talvez não tenha a mesma língua. Do ponto de vista árabe, a nação é muito mais ampla, muito mais abrangente que um povo. A nação pode ser dividida em vários povos, mas um povo não pode ser dividido em várias nações. Não quer dizer que a nação é obrigato-

riamente dividida em povo. Às vezes a nação é um povo, mas às vezes a nação são vários povos, como a Iugoslávia que tem vários povos que formam a nação iugoslava. A palavra nação é muito mais abrangente que a palavra povo. Entre os árabes temos o povo sírio, iraquiano, palestino, o povo marroquino, são 23 povos ao todo. Assim falamos de uma nação árabe, com vários povos. ■

LEJEUNE MATO GROSSO, sociólogo, professor da UNIMEP.
HASSAM EL-EMLEH, é palestino, brasileiro naturalizado. Mora no Brasil há mais de 20 anos, onde exerce atividades de pequeno comerciante. Quando residente em Hebron, Palestina, sua cidade natal, era professor de história da Palestina.
Foi presidente por duas gestões da Federação das Entidades Árabe-Palestino-Brasileiras e atualmente é diretor da Sociedade Árabe-Palestino-Brasileira de São Paulo.
Foi um dos participantes do Congresso Nacional Palestino, que proclamou em novembro de 1988, o Estado Palestino.

NOTAS

1. Líder da OLP. Nasceu em Jerusalém em 1929, formado em engenharia. É um dos fundadores do grupo guerrilheiro palestino "Al-Fatah", o maior da OLP. Em fevereiro de 69 assume a presidência da Comissão Executiva da OLP;
2. O Estado Palestino moderno, foi oficialmente proclamado em 15 de novembro de 1988, em Argel, Argélia, por ocasião da reunião do Conselho Nacional Palestino - CNP, órgão de deliberação máxima da OLP.
3. Termo comumente utilizado para definir povos que falam línguas de origem semíticas e que habitavam a região da Palestina na antiguidade, entre eles podemos citar os assírios, os babilônios, os amoreus, os arameus, os fenícios, os árabes, os hebreus e os etíopes;
4. Segundo a lenda bíblica, Canaã era filho de Cam e neto de Moisés e os cananeus seus descendentes. Habitavam a região da Palestina e da antiga Fenícia (hoje Líbano);
5. Eram um dos povos que habitavam a região da Palestina, segundo a lenda bíblica. Se originam de tribos semi-nômades que habitavam os grandes desertos da região sírio-árabe e do Iraque;
6. Fundador do islamismo. Nasceu em Meca, em 570 e morreu em Medina, em 632, ambas as cidades consideradas sagradas para a religião islâmica e que ficam na Arábia Saudita. Foi o primeiro chefe do Império Islâmico. Sua doutrina, que fundamenta o islamismo, hoje seguido por mais de um bilhão de pessoas, é a terceira religião monoteísta da terra, que não renega as anteriores, o judaísmo e o cristianismo. Seu nome em árabe era Muhammad Ali e a tradução para o Português é Maomé;
7. Lorde Arthur James Balfour, ministro do Exterior Britânico de Sua Majestade. Ficou famoso por assinar a declaração que leva o seu nome, endereçada ao Barão de Rotschild, datada de 2 de novembro de 1917;
8. Fundada desde a época do Império Turco-otomano na Palestina, essa organização paramilitar sionista desenvolveu centenas de massacres contra a população palestina local, visando que estes fugissem, deixando para trás as suas terras. A Haganah foi também embrião do futuro exército sionista de Israel após 1948;
9. Em junho de 1916, Mark Sykes, representando o governo da Inglaterra concluiu o acordo de divisão do mundo árabe, com o Cônsul Geral da França, no Líbano, Georges Picot. Esse acordo foi denunciado por Lênin após a revolução Bolchevique na URSS em 1917;
10. O ano de 1920, marca a consolidação do Mandato Britânico outorgado à Grã-Bretanha pela Liga das Nações. A conferência de San Remo homologa a Declaração Balfour e o Tratado de Sévres, celebrado em 10 de agosto do mesmo ano, entre a Turquia e as Potências Aliadas da época, ratifica em seu artigo 95, a dominação britânica da Palestina;
11. Advogado palestino, residente em Jerusalém, onde leciona como professor assistente na Faculdade de Direito. Formado pela Universidade de Paris. Sua principal obra, "A Palestina e o Direito Internacional", é prefaciada pelo conceituado professor Dr. W. T. Mallison Jr.;

12. Marechal Edmund Henry Hynman Allenby, Visconde de Sua Majestade, a Rainha da Inglaterra, comandou o III Exército Inglês na ocupação da Palestina, Damasco, Alepo, entre os anos de 1916 e 1918;
13. Líder nacionalista árabe, que viveu entre os anos de 1918, e 1970, tendo dirigido o Egito de 54 até sua morte. Criador do Pan-Arabismo, chegou a proclamar a República Árabe Unida entre o Egito e a Síria. Pregava que todos os povos árabes deveriam se constituir em uma só nação;
14. A realidade da Palestina antes da partilha era a seguinte: os judeus detinham 5,67% das terras (1.149 km²) e os palestinos 94,33% delas (25.532 km²). O plano de partilha da ONU distribuiu as terras da seguinte maneira: para os judeus 56,47% (14.942 km²), para os árabes 42,88% (11.203 km²) e 0,65% (177 km²) pertenceria ao território de Jerusalém, que teria administração da ONU;
15. Nuri Al-Said, governou o Iraque de 49 a 58, quando foi assassinado pela revolução de julho;
16. Governou o Egito no período de 1937 até 1952, quando abdicou (ou foi forçado a tal ato por Nasser). Extremamente reacionário e corrupto, foi derrotado com seu exército pelo Haganah de Israel na guerra de 48;
17. Com a fixação das fronteiras da Jordânia com a Palestina em 1928, pelo império Britânico, impôs-se uma constituição que dava a Abdallah, filho do Rei Façal, e todos os seus descendentes, o poder de legislar e administrar o Estado Jordânico, denominado Reino Hachemita da Jordânia (a partir de 46). Abdallah governa a Jordânia até ser assassinado em 51, quando seu filho Talal, pai do atual Rei da Jordânia, Hussein, assume o trono por apenas 2 anos;
18. Idris Al-Sanuci, ou Idris I, governou a Líbia por imposição dos ingleses de 49 até 69, quando o Cel. Muammar Kadaffi o depôs;
19. Knesset é o parlamento de Israel. É de Câmara Única. Sua primeira reunião ocorreu somente em 14 de fevereiro de 1949;
20. Após a proclamação do Estado de Israel, em 14 de maio de 1948, iniciou-se uma guerra contra cinco países árabes. Estavam envolvidos a Síria, o Egito, a Jordânia, o Iraque e o Líbano;
21. Em 56 Nasser toma decisão histórica de nacionalizar o Canal de Suez, administrado até então pelos ingleses. Nesse momento, é invadido pelos exércitos da França, Inglaterra e de Israel, que se aproveita da situação;
22. Ocorre entre os dias 5 e 10 de junho de 1967. É conhecida mundialmente como a "Guerra dos Seis Dias". Esta foi a terceira guerra entre árabes e Israel. A vitória dos israelenses foi incontestável e as linhas de ocupação do seu exército no cessar-fogo, passaram a ser a nova fronteira desse país;
23. Iniciou-se em 6 de outubro de 1973. É denominada de "Guerra do Yom Kippur", em uma alusão à supresa que os egípcios, sob o comando de Annuar El-Saddat, impuseram aos israelenses que comemoravam uma das suas datas religiosas;
24. Henry Kissinger foi Secretário de Estado dos Estados Unidos, que teve influência na política externa americana no período que compreende de 68 a 76 (nos governos de Richard Nixon e Gerald Ford).;

A VOLTA AO CAPITALISMO NA UNIÃO SOVIÉTICA

JOÃO AMAZONAS

A restauração do capitalismo na URSS não foi um processo tranquilo. Várias correntes, dentro do revisionismo, disputam os rumos e o poder. Hoje, questionamentos de todo lado, colocam em pauta a luta pela sucessão de Gorbachov

Passaram-se três décadas e meia desde que o revisionismo contemporâneo chegou ao poder na União Soviética. Pouco se tem escrito sobre a maneira de como essa tendência exótica conseguiu levar à prática seus propósitos anti-socialistas. Não foi sem contradições e vaivéns. Tampouco os desajustes terminaram. Continua a competição entre partidários do mesmo ideário oportunista.

No início, avançou sem plano preconcebido. A corrente revisionista não estava estruturada. Nem havia chefes reconhecidos, com idéias definidas. No vazio de poder que se criara com a morte de Stálin, a disputa pelo cargo principal tomou feição de luta de bastidores na qual a esperteza e o aventurismo tinham vez. Quem melhor manejasse as armas da perfídia, levava vantagem. No núcleo dirigente, uns temiam os outros, todos carregavam culpas semelhantes. Entrou em cena a conspiração para eliminar concorrentes mais fortes. Num repente, muitos estavam comprometidos com golpes sujos, sem autoridade moral para deter o passo acelerado no sentido do retrocesso histórico.

Formaram-se várias tendências dentro do rumo geral revisionista. Cada personagem, eventualmente destacado, organizou seu próprio grupo. E fez tudo que pôde para manter-se na crista da onda. Alguns caíram, outros subiram. A fila continua grande. Prossegue encarniçada a luta de facções anti-socialistas.

Kruschov não era figura proeminente da direção do PCUS. Revelou-se, porém, o homem indicado para as primeiras escaramuças que visavam limpar o terreno. Com o assentimento dos demais membros do Birô Político e o apoio do general Zhukov, preparou a cilada para o ajuste de contas com Béria, que não

era flor que se cheirasse. Convocou-o a uma reunião, destituindo-o sem discussão de todos os cargos e entregou-o ao pelotão de fuzilamento. Verdadeira queima de arquivo. Seu segundo lance, e o mais decisivo em suas ambições desmedidas foi o ataque violento e intempestivo a Stálin. Havia fortes ressentimentos na sociedade soviética com as repressões, justas ou injustas, levadas a cabo em diferentes ocasiões. Utilizou esse ressentimento de forma emocional para atacar o regime revolucionário. A tecla na qual mais bateu foi o culto à personalidade, relacionando-o com toda sorte de crimes, reais ou supostos, que teriam sucedido em épocas conturbadas da nova construção social. Os grosseiros ataques a Stálin (que havia cometido erros) não objetivavam defender o socialismo, mas condená-lo.



**Kruschov investiu
contra as
bases políticas e
econômicas do
regime socialista**

Assim iniciou sua atividade revisionista. Logo após, reabilitou Tito, da Iugoslávia, que desgarrara da corrente marxista-leninista, apresentando esse nacionalista dissimulado como vítima inocente de perseguições de Stálin. Foi mais longe. Buscou acoplar-se com o imperialismo norte-americano, na época sob a direção de Kennedy. É o pioneiro na tentativa de chegar ao entendimento entre os Estados Unidos e a União Soviética para, juntos, dominarem o mundo.

Internamente, golpeou fundo uma das peças importantes do desenvolvimento agrícola socialista. Acabou com as Estações de Máquinas e Tratores, vendendo meios de produção que pertenciam ao conjunto da sociedade às cooperativas agrícolas. Com isso, reduziu a propriedade social de todo o povo e aumentou a propriedade kolkosiana de grupo. Despreparado, homem de cultura mediana, fazia-se passar por grande conhecedor dos problemas da agricultura. Idealizou e levou à prática um fantástico projeto de exploração das terras virgens da longínqua Sibéria. Havia descoberto o milho nos Estados Unidos, queria aplicar a experiência americana nas terras geladas da Rússia asiática. Não deu certo. O fracasso foi completo.

Investiu, depois, contra o Estado de ditadura do proletariado e contra o Partido da classe operária, ambos elementos fundamentais na estruturação e sustentação do regime socialista. É sabido que o Estado não pode ser neutro, nem de toda a gente, representa interesses de determinada(s) classe(s). Não há termo médio - pertence à burguesia (no regime capitalista) ou ao proletariado (no sistema socialista). Se é ou não democrático, esse é outro problema. Em princípio, o Estado Proletário deve ser democrático. "Assim como não pode haver um socialismo vitorioso que não realize a democracia total, o proletariado não pode preparar-se para a sua vitória sobre a burguesia sem uma luta total, conseqüente e revolucionária pela democracia", escreveu Lênin, em 1916. Kruschov, no entanto, inventou a fórmula "Estado de todo o povo" e "Partido de todo o povo" que nada mais era do que a renegação da direção proletária no processo da transformação revolucionária da sociedade.

Revisou também a linha estratégica do Partido dirigente. Tudo passava a ser pacífico nas relações com o imperialismo e a burguesia em geral. Ausência de revolução, de confrontos sociais. Caminho pacífico, coexistência pacífica, competição pacífica - era o seu lema de colaboração de classes.

Estadista de quinta categoria, Kruschov realizou verdadeiras palhaçadas como representante da URSS. Baixou ao nível de bater com o sapato na mesa em plena Assembléia das Nações Unidas e a dançar o "can-can" em Hollywood. Afinal, não resistiu à tentação do endeusamento próprio. Estimulou o culto a sua medíocre personalidade.

**Brejnev adotou
uma tendência
centrista mas
continuou a
obra de Kruschov**



A desmoralização pessoal e os reveses de sua política aventureira levaram ao seu afastamento do cargo que ocupava. Em 1964, era forte a pressão da ou-

tra corrente que disputava o poder. Kruschov já havia cumprido a parte que lhe cabia. Bem ou mal.

Saiu Kruschov, entrou Brezhnev, acompanhado de Kossiguin. Desde o começo, manifesta tendências *centristas*. Ao mesmo tempo que implementa a orientação geral kruschoviana, acena com pretensa defesa do socialismo e, mesmo, em certa medida, de Stálin.

Kossiguin, parceiro de Brezhnev, realiza reformas econômicas que levam ao capitalismo, na indústria e no campo. Altera o sistema de planificação. Introduce o fator "independência" em relação às empresas estatais. Fortalece o controle da URSS sobre o COMECON que domina o comércio exterior dos países satélites.

Algum tempo depois, Brezhnev centraliza a direção do Partido e do Estado durante quase duas décadas. Apóia-se na burocracia corrompida e em setores degenerados do PCUS. Imprime a sua política acentuado caráter chauvinista grão-russo. É o fundador da doutrina da "soberania limitada". Segundo essa doutrina, todos os países socialistas deviam abrir mão de uma parte de sua soberania em favor da comunidade. Na realidade, a cessão se fazia em proveito da União Soviética que sustentava e reforçava suas posições de grande potência. Nas condições em que essa doutrina era aplicada, forjava-se um sistema disfarçado de colonialismo.

A par da limitação da soberania, a URSS mantinha tropas na Hungria, na Polônia, na Alemanha Oriental. Face as demonstrações anti-soviéticas na Checoslováquia, com a chamada primavera de Praga, ocupou militarmente esse país. Mais tarde, enviou o Exército Vermelho para o Afeganistão. Evidenciou-se a toda a prova o expansionismo soviético na Ásia, na África, na América Latina. Competindo com os Estados Unidos, Brezhnev entrou na corrida armamentista da denominada guerra das estrelas, na qual empregou excessivos recursos financeiros que causaram pesados danos à economia do país.

Pondo de lado leis objetivas do desenvolvimento econômico, Brezhnev e sua equipe tecnocrática tentaram enfrentar dificuldades no crescimento da produção e no campo social, estimulando em larga escala a economia extensiva. Multiplicaram-se as fábricas de idêntico padrão e produtividade. Não houve renovação, nem progresso tecnológico. Os bens produzidos eram de baixa qualidade.

Não demorou muito para que se apresentasse com grande força o fenômeno da estagnação, que vai durar largo período. Ao final da "era" brezhneviana, são já acentuados os sintomas de profunda crise. Queda no ritmo do crescimento da produção. Queda forte também nos níveis da renda nacional.

Brezhnev incentivou a corrupção. Ele próprio possuía uma coleção de carros de luxo presenteados pelos monopólios e por governantes estrangeiros. Membros de sua família enriqueceram ilicitamente. Os baju-



ladores do poder e funcionários do Partido gozavam de privilégios e vantagens pecuniárias.

Esse o caminho percorrido, num longo período, pelo sucessor revisionista de Kruschov. Conteve-se, contudo, na expansão da economia de mercado, na abertura do país ao capital estrangeiro. Deu apoio, ao mesmo tempo que as explorava, a nações do terceiro mundo. Brigou e fez as pazes com a China. Sustentou em certa medida a luta de libertação nacional do Vietnã, submetendo-o a sua influência. Manteve a "fachada" socialista na URSS que, no entanto, de socialismo científico nada mais tinha. Realizou política de grande potência. Desenhou uma variante própria da linha geral da transição gradual do socialismo para o capitalismo que vinha do 20º Congresso do PCUS.

Período de transição até que os "renovadores" levam Gorbachov ao posto de comando



Com a morte de Brezhnev, acirram-se as disputas pelo poder entre "conservadores" e "renovadores". Estes, simpatizantes da orientação de Kruschov, adversários da vertente brezhneviana; aqueles, defensores do *centrismo*, partidários do *status quo*.

Sem força suficiente, uns e outros, para decidir a contenda a seu favor, recorrem à solução intermediária. Provisoriamente ocupam o poder dois velhos - nem cheira, nem fede - dirigentes do PCUS, que, poucos anos depois, faleceram: Andropov e Tchernenko. Ambos mantiveram sem maior alteração a situação que encontraram.

A crise, entretanto, aprofunda-se, a URSS cami-

nha para o caos. O abandono do socialismo resultou num descalabro total. Novamente vem para a ordem do dia a questão do poder. Quem assumirá a direção da União Soviética?

Desta vez, vence a corrente "renovadora", com Gorbachov à frente. Inicia-se uma fase mais avançada, e mais descarada, da transição ao capitalismo. Nada de meias palavras. Descamufagem geral. A saída seria prosseguir com maior ímpeto na linha do reformismo liberal-burguês, na "abertura" em todos os terrenos para o estabelecimento de uma sociedade plenamente capitalista na URSS.

Seus alvos de ataque concentram-se no stalinismo, origem de todos os infortúnios no dizer desse renegado, e principalmente em Brezhnev e na corrente que ele representava. A estes, indica como responsáveis imediatos pela crise econômica, social e política que afeta duramente o país (há quase trinta anos distante do verdadeiro socialismo). A linguagem é áspera, referindo-se ao brezhnevismo. "Encorajavam-se as louvações e o servilismo; as necessidades e as opiniões dos trabalhadores comuns, do público em geral, eram ignoradas. O pensamento criativo foi expulso das ciências sociais, avaliações supérfluas e voluntaristas eram declaradas verdades incontestáveis. Tendências negativas afetavam a cultura, as artes e o jornalismo, bem como o ensino e a medicina, onde a mediocridade, o formalismo e os elogios em altos brados vieram à tona". Gorbachov, sem o desejar, pinta o retrato do revisionismo contemporâneo na variante brezhneviana. Revisionismo que ele também vai pôr em prática, recobrando-o de fórmulas mágicas, demagógicas, ainda mais enganadoras.

Anuncia mudanças radicais de sentido capitalista - *joint-ventures* com capitais estrangeiros, estímulo à iniciativa individual na produção e no comércio, fechamento de fábricas que operam com prejuízo, auto-

gestão das empresas, relações diretas das empresas estatais com firmas multinacionais, instituição da bolsa de valores, participação ativa no FMI, estabelecimento de uma economia de mercado semelhante a dos países capitalistas.

No terreno político, admite certas liberdades, principalmente para acusar o antigo regime socialista e também a corrente "conservadora". Mantém um clima pesado, inibitivo de proceder-se à defesa dos valores marxistas-leninistas, à avaliação científica do legado da construção do socialismo. Abre largos espaços à demagogia e ao misticismo religioso. Transforma os soviets em parlamento burguês. Estabelece o presidencialismo como forma de governo.

**A perestroika levou
a uma crise
que recoloca na
ordem do dia
a questão do poder**



Em política internacional, faz total revisão do marxismo-leninismo. Opõe-se às idéias de Lênin acerca da guerra imperialista. Defende a opinião de que com o aperfeiçoamento das armas de extermínio em massa - que supostamente impediriam o desencadeamento de grandes confrontos bélicos - o mundo poderia viver em paz eterna. Na mesma linha de pensamento, conclui que teria cessado a era dos conflitos sociais extremados - a luta de classes seria substituída pela conciliação de interesses contrapostos. A ética e a moral nas relações internacionais ganhariam importância maior, e passariam a prevalecer os chamados valores humanos, "os princípios comuns a toda a humanidade". As duas superpotências - Estados Unidos e União Soviética - estariam chamadas a decidir o destino dos povos. Nesses raciocínios desaparecem a luta de classes, as contradições inerentes ao sistema capitalista, a necessidade da revolução social como instrumento insubstituível das transformações progressistas da sociedade humana. Emerge o mundo da convivência idílica entre exploradores e explorados, opressores e oprimidos, que só existe na mente desvairada de oportunistas impenitentes.

No relacionamento com os países "satélites", Gorbachov estimula a aplicação de política idêntica a sua Perestroika. Tem como objetivo unificar nas áreas circunvizinhas a orientação por ele introduzida na União Soviética. Pretende, assim, conservar tais países na órbita do império russo. O resultado foi catastrófico. Caíram os governos do Leste europeu. Quase todos voltaram-se para o Ocidente imperialista.

Passados cinco anos da Perestroika e da Glasnost, agravaram-se todos os problemas internos e externos da União Soviética. Os males do capitalismo afloraram violentamente, entre os quais o desemprego,

a criminalidade, as drogas, o alcoolismo, a prostituição. Há carência de alimentos e de moradias. Os índices da inflação ultrapassam 20% ao mês. A reunificação da Alemanha e o irredentismo nos países bálticos, a guerra do Golfo Pérsico, que aproximava os imperialistas ianques das fronteiras soviéticas, puseram em sobressalto os círculos militares da URSS. O país vive séria crise política que coloca novamente na ordem do dia a questão do poder.

Extrema-se a luta entre diversas correntes. A tendência "renovadora" divide-se - Boris Yeltsin, ultra-reformista, desliga-se de Gorbachov, advoga a total liberalização capitalista, em 500 dias. Os "conservadores" reúnem-se em torno do movimento político denominado SOYUZ, a segunda força no parlamento soviético, tendo como núcleo setores militares e o "aparelho" do PCUS revisionista. Gorbachov isolou-se. Surgem pequenos grupos marxistas, independentes, com reduzida influência.

Quem será o quinto governante e dirigente revisionista da União Soviética? Não está ainda decidido. Houve mudanças de posições com a guerra no Oriente Médio. Gorbachov comprometeu-se com a agressão norte-americana ao Iraque. Desqualificou a ONU como instrumento de paz. Não pôde, entretanto, manter o apoio incondicional aos Estados Unidos. A pressão interna, particularmente dos militares, se fez sentir. Gorbachov teve de ceder para não cair. Exigiu o cessar fogo e o respeito à integridade territorial do Iraque. Mas, se vê atacado por antigos adeptos da Perestroika. Enfrenta greves de longa duração em setores-chaves da economia, como as minas de carvão. Multiplicam-se os reclamos de sua demissão do cargo que ocupa. Ele se equilibra numa posição *centrista*, aparentemente entre "conservadores" e "ultra-reformistas". Vai-se agüentando precariamente. Os militares tratam de "enquadrá-lo". Os imperialistas norte-americanos temem que a sua queda traga complicações mais sérias no campo mundial.

Aí está como se desenvolve a tumultuada transição do socialismo para o capitalismo. De crise em crise, cada vez pior. Só há uma solução - voltar revolucionariamente para o caminho do socialismo científico. O que não significa repetir pura e simplesmente o passado. Novos desafios à plena realização de uma sociedade que marcha para o comunismo precisam ser equacionados e resolvidos. Também os erros verificados na construção do socialismo devem ser reparados.

Tudo isso implica na reestruturação da corrente marxista-leninista na URSS, destrocada e desorientada, bem como na recriação do Partido da classe operária de tradição bolchevique. Mais cedo, ou mais tarde, tal acontecerá. ■



E S P E C I A L

LIÇÕES DA
COMUNA DE
PARIS
120 ANOS
DEPOIS



Há 120 anos, pela primeira vez na história, um governo operário assumiu o poder: no dia 18 de março de 1871, foi instalada a Comuna de Paris pelos trabalhadores e militantes revolucionários da Cidade Luz.

A curta e dramática experiência desse governo dos comunardos, que durou apenas 72 dias, deixou importantes ensinamentos para os trabalhadores e democratas de todos os tempos. Ela demonstrou, na prática, a necessidade de extinção do Estado como um aparato especial que, com o tempo, ganhou autonomia e, de servo da sociedade, transformou-se em senhor dela.

Outra lição da Comuna é que, para chegar a esse objeti-



vo final - uma sociedade sem classes e sem Estado - é preciso que o proletariado seja capaz de forjar um instrumento político próprio para dirigir a mudança.

Experiência pioneira, a Comuna de Paris foi massacrada, e seus algozes proclamaram a derrota final do socialismo. Estavam enganados, como hoje se iludem os pregoeiros da vitória definitiva do capitalismo. A Comuna de Paris marcou o fim de uma etapa de predomínio de idéias socialistas ainda pouco desenvolvidas, e a ascensão do pensamento de Karl Marx, que tornou-se hegemônico entre os trabalhadores revolucionários que passaram, então, a orientar pelo socialismo científico seus embates contra o capitalismo.

OPERÁRIOS DE PARIS TENTAM CONQUISTAR OS CÉUS

Carlos Azevedo

31

O SOCIALISMO ESTÁ MORTO. VIVA O SOCIALISMO !

José Carlos Ruy

34

FALTOU UNIDADE DE COMANDO PARA A GUERRA POPULAR

Haroldo Lima

37

PARIS, 1.871: REVOLUÇÃO E CONTRA-REVOLUÇÃO

Clóvis Moura

40

A FACE CRUEL DOS GOVERNOS DA BURGUESIA

Marcos Aurélio Ruy

43

HEROÍNAS NO COMBATE: A MULHER NA COMUNA

Lilian Martins

47

VALIOSAS INDICAÇÕES PARA A CONSTRUÇÃO DO PARTIDO

Rogério Lustosa

49

A BURGUESIA DEMOROU PARA CONSOLIDAR O SEU PODER

Bernardo Joffily

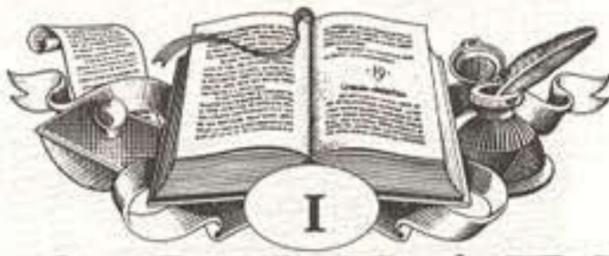
52

A IMPRENSA BURGUESA, UM VÉU DE MENTIRAS...

Antonio Martins

58

Capa: gravura da época



OPERÁRIOS DE PARIS TENTAM CONQUISTAR OS CÉUS

CARLOS AZEVEDO

*Sitiados pelos prussianos, traídos pela burguesia francesa,
os trabalhadores de Paris levantam-se
em 18 de março de 1871 e mostram os caminhos das revoluções futuras.*

Há uma imagem que serve como uma luva para a Comuna de Paris. É a da parábola do "Purgatório" no livro "A Divina Comédia" do poeta italiano Dante. Fala do homem que viaja pela noite com uma lanterna presa às costas, que não brilha para ele, porém, ilumina o caminho dos que vêm atrás.

Derrotada, massacrada, difamada... a Comuna de Paris de 1871 parece, e é, o fim melancólico de uma época revolucionária. As revoluções do século 19 - nas quais o proletariado foi a força mais ativa - destruíram a monarquia absolutista, mas também se caracterizaram pelas derrotas populares (1794) e da classe operária (1830 e 1848). Conquistada a democracia até o limite que interessava à burguesia, esta classe, a vitoriosa, deixou a revolução de lado e impediu a partir daí o progresso das liberdades democráticas para os aliados de véspera.

A partir de 1850 e até 1875, a burguesia européia viveu seu apogeu, quando o capitalismo experimentou um crescimento espantoso. Sua expansão, se estendendo além das fronteiras nacionais, criou pela primeira vez um mercado internacional. A euforia capitalista na era do que se chamou *liberalismo* ia durar pouco. Mas, naquele instante, nascia de uma sensação de solidez, de crescimento ininterrupto, constante, que caracterizou aqueles anos, que se combinava com a idéia de que os trabalhadores estavam também, para sempre, "domesticados".

A guerra civil de 1870-71 e a Comuna proletária de Paris, entram nesse quadro como um ato retardatário, como um fantasma fora de moda, que se levanta desajeitadamente do passado. Como um eco atrasado das revoluções de 1848-49, coisa "antiga" em confronto com a "modernidade". Na

Comuna de Paris os cronistas burgueses não viram nada daquelas belas e "generosas" revoluções de antes. Foi pintada como um espectro medonho, que causava terror.

De fato, ela chegava tarde como parte das revoluções burguesas e era precoce como revolução proletária. Marx mesmo sublinhou este segundo aspecto ao chamá-lo de "assalto ao céu".

Essa ambiguidade contamina por inteiro os acontecimentos relativos à Comuna de Paris. Na consciência dos que a realizaram, ela estava muito mais próxima das revoluções anteriores. Seus protagonistas buscavam nelas suas inspirações, suas palavras-de-ordem e formas organizativas. Esse fenômeno - buscar no passado explicações e justificativas para novos acontecimentos - foi desvendado por Marx numa das mais brilhantes passagens de "O 18 Brumário de Luis Bonaparte", em 1851, portanto, vinte anos antes da Comuna:

"Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, ligadas e transmitidas pelo passado. *A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos.* E justamente quando parecem empenhados em revolucionar-se a si e às coisas, em criar algo que jamais existiu, precisamente nesses períodos de crise revolucionária, os homens conjuram ansiosamente em seu auxílio os espíritos do passado, tomando-lhes emprestado os nomes, os gritos de guerra e as roupagens, a fim de apresentar a nova cena da história do mundo nesse disfarce tradicional e nessa linguagem emprestada..."

Marx mostra seu profundo conhecimento do espírito humano nesse texto que é,

a priori, um retrato do aspecto subjetivo da Comuna.

É que aquele "fracasso", aquela "derrota" tinha o caráter das verdadeiras revoluções. Ao mesmo tempo que encerrava todo um período (e encerrava também fisicamente porque a burguesia não poupou os comunardos, trucidando toda uma geração de lideranças revolucionárias), a Comuna, mesmo sem o saber (o homem da lanterna nas costas, na escuridão), abria o caminho, lançava luz para os que viriam depois, ela foi o ponto de partida para uma nova época, a época das revoluções proletárias.

Quem se atreveria a essa conclusão diante das pilhas de cadáveres dos milhares de homens e mulheres que haviam realizado a Comuna? Somente quem fosse capaz de afastar os sinais enganosos das aparências e enxergar o significado profundo da realidade. Os exércitos da França e da Alemanha, ferozes inimigos até então, uniram-se para destruir a Comuna. Marx percebeu de imediato: com esse gesto, a burguesia européia identificava na classe operária o seu "inimigo comum". Ou seja, ao arrasar a Comuna, ao tentar eliminar até a memória dela, ao *negá-la*, a burguesia anunciava ao mundo que reconhecia (e com que horror!) o seu oposto, o seu antagonista histórico. A afirmação de um é a negação do outro, pois não?

Ao levar a França à guerra e à derrota ante a Alemanha em 1870, a burguesia desvendou inteiramente sua capacidade para conduzir o país ao progresso e à democracia. Por isso, quando proclama e reimplanta a república, a classe operária parisiense se apresenta como a melhor alternativa para o po-

vo francês. A derrota de 1848 e o convencimento de que nenhuma melhoria poderia vir para o proletariado dentro da república burguesa, reforçavam essa convicção. Por isso, a Comuna teve de reconhecer, desde o primeiro momento que, chegando ao poder, a classe operária não poderia continuar governando com a velha máquina do Estado. A destruição do Estado se impôs como tarefa imediata.

Nada mais significativo dessa disposição de que o fato de o primeiro decreto da Comuna ter sido a extinção do exército permanente e sua substituição pela Guarda Nacional, formada por operários em sua maioria. Era a perspectiva do "povo em armas". A desmobilização da polícia política completava essa decisão de eliminar os pilares de força física do Estado burguês. E a separação entre Igreja e Estado, eliminação do "poder dos padres" teve o objetivo de destruir o alicerce ideológico que sustentava a máquina estatal repressiva e justificava a dominação de classe.

Criado para servir a comunidade, historicamente o Estado tem se convertido em seu opressor. Clarividente, a Comuna acertou o coração da burocracia estatal, esse monstro de muitos braços que sustenta a opressão de classe a partir do aparelho de Estado. Aplicou-lhe o remédio infalível: a) sufrágio universal - todos os cargos administrativos, judiciais e do magistério foram preenchidos através de eleições, tendo os eleitores o direito de revogar a qualquer momento o mandato concedido; b) os mandatos eram imperativos, quer dizer, os eleitos deviam praticar rigorosamente o programa de ação definido pelos eleitores; c) todos os funcionários, graduados ou modestos, passavam a receber salário de operário, com pequena diferença entre os mais altos e os mais baixos, acabando com a luta por cargos e a corrida ao empreguismo.

Caminhando no escuro com a lanterna para trás, os comunardos iluminavam os passos das revoluções futuras. Iam ao cerne da questão vital para os socialistas revolucionários - a destruição do Estado. E o que está implícito na forma de governo proposta pela Comuna não é apenas a supressão do Estado burguês, mas a substituição do Estado pela livre associação dos trabalhadores. Sua forma organizativa é a de um Conselho composto por conselheiros municipais eleitos por sufrágio universal nos diversos distritos de Paris, sujeitos a substituição a qualquer



momento. Não era um órgão parlamentar, mas uma corporação de trabalho executiva e legislativa ao mesmo tempo.

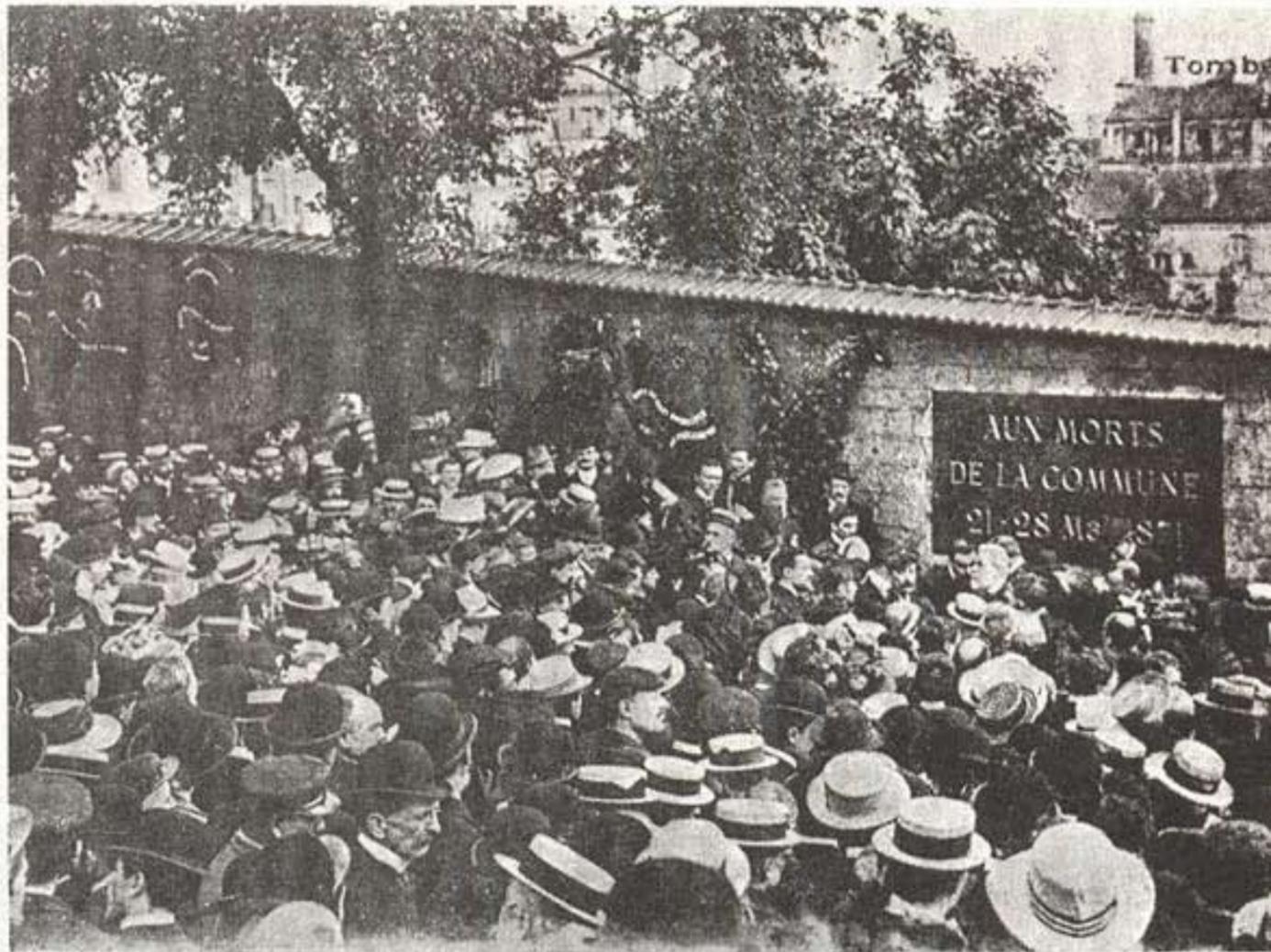
A exemplo de Paris, cada cidade da França, mesmo as menores e as zonas rurais, deviam ter sua própria Comuna. Em toda parte o antigo governo centralizado devia ceder lugar ao *governo dos produtores pelos produtores*. Havia uma engenhosidade verdadeiramente revolucionária nesse sistema ao mesmo tempo centralizado localmente e descentralizado nacionalmente, sólido na ação executiva, mas constantemente aberto às mudanças, e cujo resultado mais notável seria converter a população em protagonista central da ação de governar.

“Não se tratava de destruir a unidade da nação, mas, ao contrário, de organizá-la mediante um regime comunal, convertendo-a numa realidade ao destruir o poder estatal, que pretendia ser a encarnação daquela unidade, independente e situado acima da própria nação, em cujo corpo não era mais que uma excrescência parasitária”. São palavras de Marx, que disse também que a Comuna era uma forma política perfeitamente flexível, diferentemente das formas anteriores de governo, todas elas fundamentalmente repressivas. E mais: “eis seu verdadeiro segredo: a Comuna era essencialmente um governo da classe operária, fruto da luta da classe produtora contra a classe apropriadora, a *fórmula política afinal descoberta* para levar a cabo a emancipação econômica do trabalho”.

Engels observou a ironia histórica de que, na Comuna, tanto os proudhonistas como os blanquistas puseram em prática programas de governo econômicos e políticos inteiramente contrários às suas respectivas propostas teóricas, “como geralmente ocorre quando o poder passa para as mãos dos doutrinários”.

Sem dúvida, a combinação das circunstâncias históricas continuou, nos anos seguintes, produzindo ironias. Como a de que as revoluções socialistas do século 20 não acontecessem nos países capitalistas mais avançados, onde estava a classe operária mais esclarecida, mas em países atrasados, agrário-industriais, sob o cerco do imperialismo, etc., e tudo o mais como todo mundo sabe. E a maior de todas as ironias: na União Soviética e nos outros países onde revoluções proletárias e populares buscaram implantar o regime socialista, ao invés de ser destruído, o Estado assumiu a mais gigantesca estrutura já vista. As palavras de Engels, em 1891, já faziam antever as dificuldades da tarefa:

“Em realidade, o Estado não é mais do que uma máquina para opressão de uma



Homenagens aos comunardos em Père-Lachaise

classe por outra, tanto na República democrática como sob a monarquia; e, *no melhor dos casos*, um mal que se transmite hereditariamente ao proletariado triunfante em sua luta pela dominação de classe”.

Mas, a seguir ele adverte:

“Como fez a Comuna, o proletariado vitorioso não pode deixar de amputar imediatamente, na medida do possível, os aspectos mais nocivos desse mal, até que uma futura geração, formada em circunstâncias sociais novas e livres, possa desfazer-se de todo esse velho traste do Estado”.

O paradigma da experiência socialista de nosso século, que foi a revolução soviética, inegavelmente obteve sucesso sem precedente histórico na sua fase inicial. Nunca antes uma sociedade progredira tão rápida e profundamente nos aspectos econômico, científico-tecnológico, cultural e social, a tal ponto que, abismados, os próprios teóricos burgueses reconheciam sua superioridade sobre o capitalismo. Mas, e o aspecto político? Questões complexas como a relação do partido dirigente com as massas, do partido com o Estado, do Estado com as massas - enfim, a questão magna da democracia, da participação das pessoas simples nas decisões, *do governo dos produtores pelos produtores*, não foi suficientemente resolvida ao longo do tempo.

Os sucessivos fracassos na solução dos problemas envolvendo a democracia surgidos no processo de desenvolvimento da sociedade socialista, conduziram a um rumo contrário: ao crescimento contínuo do aparelho estatal, à formação de uma burocracia que abafou a iniciativa das massas e usurpou a soberania popular, etc., etc., como todo mundo hoje reconhece. O Estado gigantesco, onisciente e onipresente enfrentou com repressão a diversidade de idéias, esterilizando a imaginação criadora e, assim, condenando à morte a democracia proletária. Claro que há muito deixara de ser socialista.

Ao final, restava o facho de luz da lanterna da Comuna, indicando ainda e sempre o caminho. Quando aconteceu, 120 anos atrás, anunciou ao mundo que um novo personagem - a classe operária - estava presente à História. E que dela não sairia enquanto não cumprisse sua missão, a emancipação do trabalho. Com a Comuna se iniciava a época das revoluções proletárias, o que se confirmou nas décadas seguintes. Época que ainda não se encerrou e que está apenas em seu começo.

Hoje, os socialistas revolucionários estão revendo o processo e os erros da experiência socialista deste século. “No movimento atual, todos nos apoiamos na Comuna” ■

CARLOS AZEVEDO - jornalista.



O SOCIALISMO ESTÁ MORTO. VIVA O SOCIALISMO!

JOSÉ CARLOS RUY

A comuna foi a tentativa mais radical de se colocar em prática as promessas teóricas da democracia burguesa, mas a repressão sangrenta mostrou que elas não passaram de retórica.

A questão da democracia é tema central na avaliação teórica da Comuna de Paris. Os próprios *communards* já haviam enfrentado este problema na prática e as soluções que encontraram permitiram à teoria política do proletariado uma compreensão mais precisa e avançada da necessidade de extinção do Estado e do caráter histórico e classista da democracia.

“O velho edifício governamental deve ser destruído de cima a baixo, e reconstruído sobre as bases ditadas pela ciência e pela justiça (...). Só o trabalho deve ter retribuição (...) e aqueles que não trabalham não têm o direito de viver ou, pelo menos, de tomar parte na vida social. Estes são os princípios fundamentais da Comuna”, escreveu em 24 de abril de 1871 o jornal *communard* *L'Ami du peuple*, uma reedição do glorioso jornal que Marat dirigiu na revolução de 1789.

Esse trecho destaca dois traços fundamentais: a necessidade da destruição da velha máquina burocrático-militar de construção de um novo Estado, mais democrático, e a contraposição do trabalho à propriedade como critério para a participação social e política. Com esses dois traços, essa nova democracia diferencia-se radicalmente da democracia liberal burguesa, que se baseia na manutenção da máquina estatal burocrático-militar e na propriedade como fundamentos do exercício da cidadania.

Em nossos dias, assistimos a uma forte revivência do liberalismo, que contamina inclusive o pensamento de esquerda. Muitos rendem-se aos preconceitos liberais e renunciam à política proletária, prostrando-se ao altar do Estado burguês, que encaram como um instrumento neutro, acima das classes. Outros rendem-se à avalanche neoliberal e, a pretexto de atualizar as teses socialistas,

ajustam a elas contrabandos ideológicos do liberalismo, numa colcha de retalhos eclética.

A Comuna de Paris tentou levar às últimas conseqüências as idéias de igualdade, liberdade e fraternidade herdadas da revolução francesa de 1789, e provou de forma dramática os limites além dos quais o exercício dessas idéias não pode ir sob o domínio burguês. Não foi só a meta final que o socialismo deve perseguir que a Comuna de Paris desvendou - um governo popular realmente democratizado, onde o Estado se resumiria à *administração das coisas e não das pessoas*, numa sociedade sem classes. Esse foi o legado que a Comuna deixou aos trabalhadores revolucionários.

A burguesia também tirou lições da Comuna de Paris. Foi depois dela que a burguesia francesa encontrou também, *finalmente*, sua forma estável de governo, a república parlamentar. Os limites da democracia burguesa também foram definidos, com clareza, após a Comuna de Paris.

A Constituição francesa de 1875, que fundou a III República, uniu os partidários da monarquia e os republicanos conservadores (homens como Thiers, Jules Favre e outros), num conluio dos algozes da Comuna para afastar a pecha de radicalismo que envolvia a República desde 1789.

Aquela foi uma república de proprietários, formalmente democrática, cujo presidente era eleito indiretamente por uma Assembleia Nacional formada pela Câmara dos Deputados e por um Senado que tinha um terço de seus membros com mandato vitalício e os outros dois terços preenchidos por uma eleição onde só votaram os funcionários públicos provinciais. O sufrágio universal *masculino* foi conquistado após duras lutas.

A III República começou a entrar em

crise quando forças populares começaram a apresentar desempenho eleitoral favorável. Na eleição de 1936, a Frente Popular dos comunistas e socialistas fez maioria no parlamento e assumiu o controle do governo. A máscara democrática tinha então, na França, seus dias contados. A instabilidade política traduziu-se numa rápida deterioração institucional até que, em 1940, com os alemães de Hitler ocupando boa parte do território francês, instaurou-se o regime de Vichy, dirigido pelo marechal Petain e que colaborou intimamente com os nazistas.

Em contraposição a esse Estado de proprietários, que afastava o povo, limitando severamente sua participação política, a Comuna de Paris ajudou a definir os traços de uma verdadeira república democrática de trabalhadores, e uma forma de Estado que subordinava-se à sociedade, ao invés de tornar-se senhor dela.

Não se pode, porém, ter a ilusão de que a Comuna tivesse sido socialista. Marx enfatizou seu caráter de governo de operários e, dez anos depois, em 1881, numa carta a Domela-Nieuwenhuis, chamou a atenção para o fato de que a Comuna de Paris “foi simplesmente a sublevação de uma cidade sob condições excepcionais”, e a “maioria da Comuna não era em modo algum socialista nem tampouco podia sê-lo”.

Lênin, por sua vez, destacou (em 1917) que “a verdadeira tarefa que a Comuna teve de cumprir foi, acima de tudo, o exercício da ditadura democrática e não socialista, ou seja, a aplicação do nosso *programa mínimo*”.

A Comuna foi, pode-se dizer, a tentativa mais destacada de se colocar em prática



Canhões em operação na Praça Abbaye

os postulados teóricos da própria teoria política da democracia burguesa: o governo baseado na livre manifestação da vontade dos cidadãos. A burguesia produz, na teoria, inúmeras declarações de intenção que, na prática, não cumpre, ao criar obstáculos institucionais que limitam o exercício dessas *boas intenções*. E a Comuna de Paris desmascarou o mito da democracia burguesa. Num comunicado ao povo, dizia inspirar-se na República revolucionária de 1792, para realizar a "liberdade política pela igualdade social". Era demais para a burguesia, e a repressão feroz e sanguinária mostrou que, para ela, aqueles ideais invocados não passavam de retórica.

A radicalização do programa de 1789 e a tentativa frustrada de sua realização, marcou o encerramento de uma etapa na história política européia e a abertura de uma nova fase. A república parlamentar francesa que se seguiu à Comuna afastou o povo e baseou-se numa aliança da elite (ou conciliação, como se diz no Brasil) contra o povo. Desde então, mudou o padrão de alianças de classes que vigorou nas revoluções burguesas do

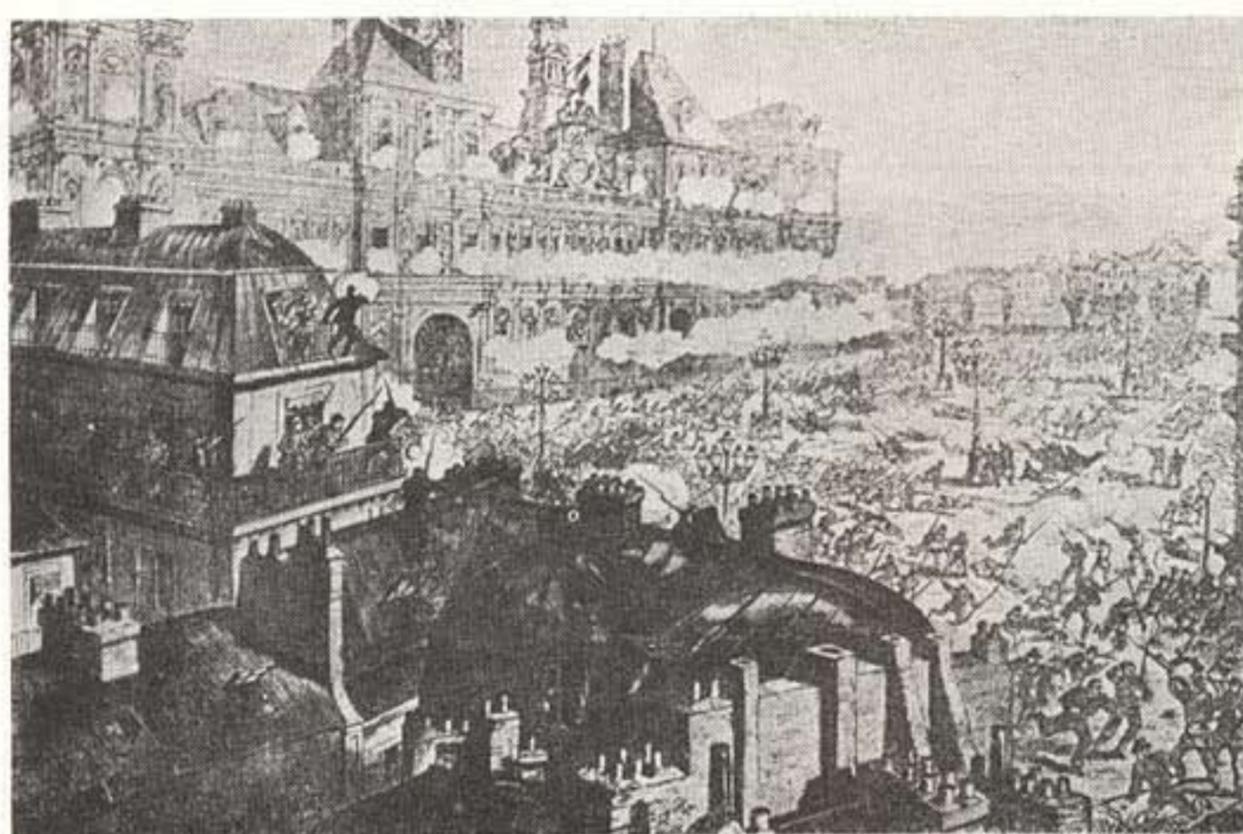
passado. Naquelas revoluções, a burguesia era a classe dirigente, que guiava todo o povo na luta contra a nobreza feudal e seus privilégios, e exercia a hegemonia sobre os trabalhadores da cidade e do campo, que mobilizou em defesa do programa de mudanças burguesas na sociedade.

Depois de 1848, a classe operária começou a libertar-se da liderança burguesa, e adquiriu programa, organização e objetivos próprios. Em consequência, as elites proprietárias formaram na Europa sua "santa aliança" contra a democracia e o socialismo. A guerra franco-prussiana de 1870 e a Comuna de Paris consolidaram esse novo padrão de aliança de classes, que sobrepôs-se inclusive às rivalidades nacionais. Quando eclodiu a Comuna, a traição nacional da elite assumiu claramente o caráter de traição contra o povo francês, e a camarilha de Favre, Thiers e companhia apelou por ajuda ao comando alemão, que aceitou libertar mais de 100 mil soldados franceses que man-

tinha prisioneiros, com os quais Thiers pode reorganizar seu Exército e esmagar a Comuna.

O novo padrão de aliança de classes unia proprietários contra o povo trabalhador. A classe operária, por seu turno, demorou em encontrar novos aliados. O lento aprendizado histórico fez dela a vanguarda na luta dos trabalhadores, e esse aprendizado implica em dotar os dirigentes operários não só de uma teoria revolucionária nova e mais avançada. Ele impõe também o rompimento com os particularismos e o exclusivismo classista, forjando um programa de mudanças revolucionárias para o conjunto da sociedade, no qual outros setores de trabalhadores e camadas oprimidas pelo capitalismo - principalmente os camponeses e a pequena burguesia assalariada - se reconheçam.

Na época da Comuna de Paris, essas idéias ainda não estavam claras na consciência dos trabalhadores, que nem mesmo tinham um programa definitivamente operário e popular. As influências mais decisivas entre os operários franceses eram, então, Pierre Proudhon e Luis Augusto Blanqui. Proudhon preconizava a reorganização da socie-



dade baseada na associação de pequenos produtores independentes, idéia de uma pequena burguesia assustada com o crescimento da grande indústria. Blanqui, por sua vez, desprezava a política de massas, e encarava a atividade política com espírito de seita, como uma tarefa de um pequeno grupo de lutadores abnegados que tomariam o poder de assalto e imporiam as reformas necessárias de modo ditatorial.

A Comuna de Paris representou o declínio dessas idéias no movimento socialista. “A Comuna foi o túmulo da escola proudhoniana de socialismo”, escreveu Engels. Ela marcou, por outro lado, o começo da hegemonia do marxismo, do socialismo científico, no campo revolucionário socialista.

A redefinição do padrão de aliança de classes e a clara afirmação de um programa revolucionário do proletariado teve consequências importantes. Ficava claro, desde então, que a revolução no século XX só pode ser proletária e socialista. As “revoluções burguesas” afastaram-se das massas e procuraram crescentemente apoio na máquina militar, naquelas nações onde ainda não se completaram as transformações capitalistas.

O Brasil é um exemplo. Aqui, as lentas transformações que levaram à hegemonia capitalista foram baseadas naquele padrão de alianças entre as classes proprietárias e seu instrumento foram os militares radicalizados, como os “tenentes” dos anos 20 e 30. O adversário principal da revolução burguesa era agora o proletariado e o campesinato, que a burguesia temia mobilizar. Adversário, inclusive, que delimitava o alcance e os limites além dos quais, ao contrário de suas antecessoras, a revolução burguesa do século XX não vai mais. O principal desses limites é a manutenção do monopólio das terras nas mãos de minorias latifundiárias.

A Revolução Russa de 1917 foi talvez aquela em que o novo padrão de alianças foi mais cristalino. Em suas origens, ela pode ser vista como a última grande revolução burguesa, como a de 1789. A revolução, porém, põe em marcha duas linhas principais - o movimento político reformista da elite, que pretende apenas mudanças jurídico-institucionais e a revolução da plebe, que exige transformações sociais mais profundas. Em 1789, a aliança da burguesia com os camponeses e a plebe levou à vitória contra a aristocracia, e permitiu à burguesia vitoriosa inclusive esmagar os setores radicalizados da plebe.

Em 1817, ao contrário, a classe operária já não estava sob liderança da burguesia. Ela disputava a direção do processo revolucionário e as lições da história foram de grande utilidade para guiar sua atuação. Os escritos de Lênin desse ano mostram sua permanente preocupação com a experiência da Comuna de Paris, suas virtudes e seus defeitos. A liderança bolchevique soube consolidar, na prática, a aliança operário-camponesa, construir a hegemonia do proletariado à frente de todos os trabalhadores do campo e da cidade e, assim, não só derrotar a ameaça de golpe militar mas também desmoralizar os preconceitos liberais dos reformistas, que não aceitavam o poder dos soviets e queriam submeter as instituições políticas populares, nascidas da luta, à liderança democrático-burguesa. Com isso, os bolcheviques conseguiram dirigir a revolução e superar sua primeira etapa, democrático-burguesa, e levá-la à segunda etapa, marcada pelo início da construção do socialismo e da primeira democracia operária da história.

O socialismo está morto proclamou Thiers depois do massacre da Comuna. Engano. Poucos anos depois, o movimento socialista renasceu na França e crescia em toda a Europa. Era já um movimento operário novo, mais forte, melhor armado teórico e praticamente, confirmando o que Marx havia escrito anos antes, em *O Dezoito Brumário*

(de 1852): “As revoluções proletárias como as do século dezenove, se criticam constantemente a si próprias, interrompem continuamente seu curso, voltam ao que parecia resolvido para recomeçá-lo outra vez, escarnecem com impiedosa consciência as deficiências, fraquezas e misérias dos seus primeiros esforços, parecem derrubar seu adversário apenas para que este possa retirar da terra novas forças e erguer-se novamente, agigantado diante delas, recuam constantemente ante a magnitude infinita de seus próprios objetivos até que se cria uma situação que torna impossível qualquer retrocesso”.

Em nossos dias, o movimento revolucionário e socialista vive uma derrota muitas vezes mais dramática e dura do que a da Comuna de Paris. Os Thiers contemporâneos apregoam que o socialismo está morto, e insistem que a democracia burguesa é a etapa final do desenvolvimento político da humanidade. Muitos progressistas juntam-se a eles nessa cantilena.

Aparentemente, entretanto, vivemos - como nos dias da Comuna - a superação de uma etapa na história da luta pelo socialismo. Uma etapa que, apesar dos enormes esforços, das energias dispendidas, volta-se “ao que parecia resolvido” para recomeçar outra vez. Esse recomeço, entretanto, não parte do zero, mas da experiência acumulada em todas estas décadas, uma experiência que enfatiza dramaticamente que a construção do socialismo não se limita somente às transformações econômicas na sociedade, mas liga-se à democratização do Estado, sua crescente submissão à sociedade, à definição de novas relações entre os homens, de uma nova cultura que aponte para a liberdade e para o desenvolvimento das infinitas capacidades do gênero humano, a uma nova e mais avançada concepção do que sejam as forças produtivas e de sua submissão às necessidades do homem e não ao contrário, como no capitalismo.

Uma nova etapa na construção do socialismo deve levar em conta questões como essa, cujo véu a Comuna começou a levantar e que os bolcheviques, sob Lênin, iluminaram como nunca ocorrera antes. ■



FALTOU UNIDADE DE COMANDO PARA A GUERRA POPULAR

HAROLDO LIMA

*Não bastou o heroísmo para enfrentar o invasor e a fúria conservadora.
O democratismo e os bons modos
facilitaram a Reação. O resultado foi um massacre.*

Após o movimento revolucionário de 1948, um golpe de estado fez surgir na França o II Império, em 2 de dezembro de 1851, com Luis Bonaparte, o Napoleão III, à cabeça. (1) O II Império empenhou-se em levar as fronteiras da França ao nível atingido no I Império e entrou em guerra com a Alemanha de Bismarck. A 2 de setembro de 1870 o exército francês foi derrotado em Sedan e feito prisioneiro, junto com o Imperador. Dois dias depois, em Paris, foi proclamada a República. O exército prussiano marchou sobre a capital. "Nessa emergência - diz Engels - o povo consentiu aos deputados de Paris do antigo corpo legislativo que agissem como governo de defesa nacional".(2) O realce a essa tarefa era tal que Marx chega a dizer que "Paris tolerou (esse governo) na condição expressa de ser exercido com o único propósito da defesa nacional".(3) Em função desse objetivo, "todos os parisienses aptos a pegar em armas entraram na Guarda Nacional e foram armados, de modo que os operários formavam agora a grande maioria armada".(4) À frente deste governo de defesa nacional estava, entretanto, Thiers, um capitulacionista, como Chefe de Estado. Mas, como disse Marx, "Paris armada era a revolução armada"(5) e a revolução armada não iria se limitar à defesa nacional, marcharia também para a transformação revolucionária da sociedade!

O governo Thiers logo capitulou frente à Alemanha e quis levar Paris de roldão. Paris reagiu e expulsou da cidade Thiers e seus homens, que se refugiaram em Versalhes. A Comuna foi então proclamada.

A política geral com que a Comuna surgiu tinha assim dois aspectos: 1) a defesa nacional, a não capitulação frente ao exército alemão que cercava Paris e mantinha pri-

sioneiro o antigo exército francês e o ex-Imperador e, 2) o início da construção de uma sociedade nova, expressão dos setores que detinham a força, a classe operária e demais trabalhadores. Na paz ou na guerra, tinha a Comuna que habilitar-se para levar à prática essa política. Seu primeiro decreto suprimiu o exército permanente e substituiu-o pelo povo armado.(6) Golpeada foi assim a base da opressão: a existência do povo desarmado, por um lado, e de um contingente armado, de outro, sob o comando de quem controla o poder. Mas, na condução da guerra propriamente dita, a Comuna revelou sua maior fraqueza.

Na noite do dia 17 de março, Thiers, ainda em Paris, montou uma operação de sequestro das peças da artilharia da Guarda Nacional estacionadas em Montmartre e Chaumont. Pretendia iniciar o desarmamento geral da Guarda. Entretanto, a madrugada do dia 18 chegou e as forças que deveriam surripiar os canhões não tinham conseguido tirá-los das íngremes e estreitas ruas dos bairros populares daquelas colinas. O povo percebeu o que se passava e mobilizou-se de imediato. Pelotões da Guarda Nacional foram chamados a Montmartre e Chaumont e o golpe-de-mão foi abortado. Os generais Lecomte e Clément Thomas, que articulavam o roubo, eram inimigos ferozes dos trabalhadores, oficiais detestados pelas suas próprias tropas. Lecomte deu por quatro vezes ordem para que sua tropa atirasse em populares que se manifestavam contra a retirada dos canhões. A tropa não atendeu, Lecomte insultou-a furiosamente. A tropa parou. Tensa - homens do povo mandados a matar irmãos, rebeldes contra essa ordem, conscientes de que seriam condenados por terem se recusado a acatar comando do general - a tropa decide:

prende Lecomte. Fuzila-o em seguida. E depois, Clément Thomas também. Logo adere à Guarda Nacional. Thiers, vendo o crescimento vertiginoso das forças da Guarda, na mesma noite do dia 18, decide abandonar Paris e ir a Versalhes. Retira-se com todo seu pessoal, corpo de funcionários, elementos abastados e mais que isso: com cerca de 20 mil soldados, sem comando e sem disciplina(7), resto de um exército desmoralizado cujo núcleo maior estava preso, longe, pelos alemães.

E aí se consuma o primeiro e mais grave erro da direção da insurreição na Comuna. A Guarda Nacional, que havia distribuído armas para o povo defender a cidade, a essa altura contava com cerca de 300 mil homens.(8) Seu estado de espírito era entusiasmado. A insurreição começara e começara vitoriosa, crescera, o inimigo fugira desbaratado. E que fez neste instante o Comitê Central da Guarda? Ao invés de lançar-se incontinentemente sobre as tropas fugitivas para liquidá-las militarmente, o que aconteceria sem maiores problemas, resolveu assentar-se em Paris, que já estava sob controle, e convocar uma eleição! Uma eleição para dentro de oito dias! Ora; iniciada a insurreição havia ela de "agir com a maior determinação e ofensiva" - ensina Engels - e não presentear a tropa que estava sendo derrotada, mas, não estava liquidada com uma inesperada e nem mesmo pedida trégua. Firmou-se a orientação "às urnas, não a Versalhes"(9), quando a palavra de ordem certa deveria ser "às urnas não, a Versalhes". Um legalismo extemporâneo fez a Comuna nascer condenada...

O governo que se instalou em Versalhes passou celeremente a tomar providências para reorganizar suas escassas tropas e por-se à altura do enfrentamento de Paris. Ape-



Barricada armada na esquina da rua Petit-Pont

los foram lançados às províncias, convocando voluntários. Thiers começou a negociar com o exército alemão a liberdade de seus soldados prisioneiros para guerrear o inimigo comum - os comunardos de Paris. O Comando alemão-prussiano, com Bismarck à frente, percebeu ter o surgimento da Comuna alterado tão radicalmente a situação, que o exército inimigo francês, contra o qual acabara de lutar, derrotar e aprisionar, passara a ser seu aliado inevitável! Bismarck decide ir reforçando Versalhes com prisioneiros libertos até firmar um acordo com representantes de Versalhes, em 10 de maio, pelo qual a França pagaria vultosa indenização de guerra, ao tempo em que Bismarck libertaria o exército cativo, o colocaria à disposição de Thiers, para exterminar Paris.⁽¹⁰⁾

O governo de Versalhes, com a ajuda do Comando alemão, de 19 de março a 2 de abril, preparou um exército de 150 mil homens, com canhões e outros armamentos germânicos.⁽¹¹⁾ A 2 de abril, os versalheses iniciam o assédio à Paris, a guerra de desgaste, atacando pontos separados da cidade, até 21 de maio, quando entram na capital. Os 57 dias de guerra civil foram terríveis, a semana final ficou conhecida como a semana sangrenta.

A Comuna tinha um instrumento de contato com o povo - o affiche, espécie de comunicado oficial distribuído ou fixado em diferentes pontos da cidade. O affiche do dia 2 de abril dá apenas a notícia: Paris foi atacada. É curto e grosso. "Houve mortos e feridos". "...nosso dever é defender a grande cidade..."⁽¹²⁾. O do dia 6 é longo,

chamativo: "Trabalhadores não vos enganéis: é a grande luta, é o parasitismo e o trabalho, a exploração e a produção que se encontram em guerra". O seu cunho social é realçado: "Se estais cansados de vegetar na ignorância e de estagnar na miséria; se quereis que vossos filhos sejam homens, possuindo o lucro de seu trabalho...; se não quereis que vossos filhos... sejam instrumentos de prazer nos braços da aristocracia do dinheiro; ...se quereis, enfim, o reino da justiça, trabalhadores, sede inteligentes, de pé!"

Paris, por essa época, tinha cerca de 2 milhões de habitantes. A 21 de maio a cidade é invadida. O affiche de 22 é pungente. O chamamento é à guerra popular: "Às armas. Que Paris se encha de barricadas e que lance ainda aos inimigos o seu grito de guerra, de orgulho, de desafio... Que as ruas sejam todas despavimentadas; primeiro porque os projéteis inimigos caindo no chão são menos perigosos; depois porque as pedras... deverão ser acumuladas... sobre os andares superiores das casas". A concepção de guerra popular revolucionária já estava presente nessa síntese: "Paris fez um pacto com a morte. Por trás de seus fortes, ela tem muros; por trás de seus muros, barricadas, casas..." Mas o avanço das tropas de Versalhes era inexorável. Seus fuzilamentos intensificaram-se a combatentes, prisioneiros e inocentes. No terceiro dia da semana sangrenta, o Hotel de Ville (Câmara Municipal), sede da Comuna, é abandonado. As chamadas con-

somem aquilo que foi um palácio popular. As posições dos comunardos vão caindo uma a uma, o fim está próximo.

O Cemitério Père Lachaire, no dia 27 de maio, é palco da derradeira e significativa cena da grande festa. Os últimos sobreviventes daquela posição travam renhida batalha dentro do cemitério, contra forças superiores. Protegem-se atrás de túmulos de franceses célebres. E, de recuo em recuo, terminam levados a um muro do cemitério, onde são sumariamente fuzilados. É o "muro dos federados", marco final da Comuna, único que permanece até hoje, em memória da Comuna, em Paris!

A condução da guerra, por parte dos federados, enfrentou outros importantes problemas. Começava pela dificuldade geral de comando. Poucos oficiais superiores tinham experiência prática de guerra em campo mais amplo. Alguns conheciam táticas de insurreição, de luta de rua, de agitação política. Havia certa indecisão, problemas com a unidade da direção militar e com a disciplina na guerra.

Logo após o ataque do dia 2 de abril a Paris, 40 mil homens, em diversas colunas, saem da capital em direção à Versalhes. O forte de Mont Valérien, que se supunha neutro, atira contra os federados. Versalhes contra-ataca. Os guardas nacionais recuam em desordem. Flourens, um membro da Comuna, e o general Duval são presos e massacrados pelos versalheses. As atrocidades das forças de Versalhes eram tais que a Comuna resolve editar um decreto que, no seu artigo 5º, diz: "Toda execução de um prisioneiro

de guerra ou de um adepto do governo regular da Comuna de Paris será imediatamente seguida pela execução de um número triplo de reféns..." Após esse decreto, Thiers suspendeu a execução sumária por algum tempo. Contudo, logo que percebeu que o decreto não era aplicado, "a execução de prisioneiros em massa foi retomada e prosseguida ininterruptamente até o fim".⁽¹³⁾

Os problemas com a unidade de direção militar e com a disciplina de guerra aparecem, seja pelos organismos novos de poder criados, e que não tinham estabelecido ainda uma linha de decisão determinada, seja pelas características mescladas que a guerra tinha, por um lado, clássica, choque entre exércitos e, por outro, social, de classe. Com a rebelião de 18 de março, começou a mandar o Comitê Central da Guarda. Depois da eleição da Comuna, a Comissão Executiva da Comuna aparece mandando também. Mais à frente cria-se o Comitê de Salvação Pública, também com poder. Tudo isso gerando um quadro em que o comando militar fica confuso. No início de maio, um novo comandante é nomeado para dirigir a guerra, um militar de formação profissional rígida, brilhante artilheiro, Rossel. Não era po-

lítico nem teórico: "Ignoro o que será a ordem futura do socialismo, mas será melhor que a sociedade que estamos prestes a deixar", é uma das suas tiradas.⁽¹⁴⁾ Poucos dias após, Rossel renuncia, deixando carta explicativa e reveladora de que não conseguira, com sua formação clássica, entender as características populares daquela guerra, mas que, tampouco, concordava com a dispersão de comando e com a indisciplina. "Não posso seguir assumindo responsabilidades onde todos deliberam e ninguém obedece..."⁽¹⁵⁾ escreveu em sua carta.

A semana final da guerra, chamada de *semana sangrenta*, assim como o período de perseguição que se seguia ao fim da Comuna, é uma página de horror e barbárie escrita pela burguesia francesa em um nível talvez sem paralelo na história da humanidade. O horror ultrapassou toda a medida. O terror imperou sem restrições. Matadouros humanos foram instalados em inúmeros locais de Paris, nas administrações municipais, escolas, hospitais, terrenos baldios. Os prisioneiros eram submetidos a vexames atrozes. Os relatos são aterradores.

A Comuna fuzilou menos de 90 pessoas (espíões, provocadores, reféns). As tropas de Versalhes perderam aproximadamente 873 oficiais e soldados, tiveram 5.990 feridos. Na semana sangrenta, 30 mil pessoas foram

mortas pelas tropas de Thiers, 45 mil presas, das quais 19 mil foram libertadas por não terem absolutamente nada com a Comuna, 4 mil foram deportadas e cerca de 20 mil foram fuziladas.⁽¹⁶⁾ O *Times*, de Londres, faz referência ao "odor pestilento da cidade" e a "um veio vermelho que se arrasta e desenha formas caprichosas pelo Sena". Era o vermelho sangue dos insurretos.

Uma última observação. A Comuna não se desenvolveu em torno de um grande homem. Tampouco foi um golpe dirigido por um chefe destacado. Também não durou tempo capaz de permitir a afirmação das lideranças maiores. Por isso não se vincula a nomes muito conhecidos. Mas, como não há história sem personagem e não há heroísmo sem heróis, citemos aqui alguns membros da Comuna de Paris, heróis da França e da humanidade: Meline, Lefrançais, Arthur Arnould, Amouroux, Jourde, Varlin, Rigault, Rane, Vaillant, Pyat, Fortune Henry, Delercluze, Euder, Jules Vallés, Billioray, Blanqui (eleito preso e preso até o fim), Clément, Ferré, Pascal Grousset, Vermorel, Bergeret, Flourens. ■

HAROLDO LIMA - líder do PCdoB na Câmara dos Deputados.

NOTAS

- (1) Sobre o assunto Marx escreveu o "18 Brumário de Luis Bonaparte". Chamava esse golpe de "segunda edição do 18 Brumário", numa alusão jocosa ao golpe do 18 de Brumário (9 de novembro) de 1799 dado por Napoleão Bonaparte, que criou o I Império.
- (2) Engels, prólogo da *Guerra Civil na França*, Obras, ed. citada, tomo 2, pg. 199
- (3) Marx, *Guerra Civil na França*, Obras, ed. citada, pg. 220
- (4) Engels, obra citada em (9), pg. 199
- (5) Marx, obra citada, pg. 221
- (6) Marx, *Guerra Civil na França*, obra citada, pg. 240
- (7) P. Lugué, *A Comuna de Paris*, Ed. Laemmert, pg. 24
- (8) Marx, *Guerra Civil na França*, obra citada, pg. 231
- (9) Horácio González, *A Comuna de Paris*, Ed. Brasiliense, 1981, pg. 72
- (10) Karl Marx, *Guerra Civil na França*, obra citada, pg. 255
- (11) Clóvis Melo, *A Comuna de Paris*, obra citada, pg. 260
- (12) Todas as citações de decretos, etc., são do livro *A Comuna de Paris*, Ed. Laemmert.
- (13) Karl Marx, *Guerra Civil na França*, obra citada, pg. 236
- (14) Horácio González, *A Comuna de Paris*, obra citada, pg. 73
- (15) Horácio González, *A Comuna de Paris*, obra citada, pg. 74
- (16) Números cotejados entre A. Dunois *A Comuna de Paris* e Horácio González *A Comuna de Paris*, obra citadas

BIBLIOGRAFIA

- ENGELS, Friedrich. "Introdução" (1891) a *Guerra Civil na França*, in Marx e Engels, *Obras Escogidas*. T. I. Editorial Ayuso, Madrid, 1975.
- FERNANDES, Luís. "Democracia: valor histórico", in *Princípios*, n.º 19, novembro de 1990, São Paulo.
- Idem, "Liberalismo e social democracia: teoria marxista no século XX", in *Princípios*, n.º 20, fevereiro de 1991, São Paulo.
- GONZÁLES, Horácio. *A Comuna de Paris - os assaltantes do céu*. Editora Brasiliense, São Paulo, 1981.
- LÊNIN, Vladimir I. "Cartas de Longe", in *Obras Escolhidas*, vol. 2. Alfa-Ômega, São Paulo, 1980.
- Idem, *A Comuna de Paris* (antologia de textos). Editorial Avantel, Lisboa, 1975.
- Idem, *El Marxismo y el Estado*. Editorial Progreso, Moscou, 1980.
- Idem. *Las tesis de abril*. Editorial Progreso, Moscou 1977.
- LUQUET, P. e outros. *A Comuna de Paris*. Editora Laemmert, Rio de Janeiro, 1969.
- LENK, Kurt. *Teorias de la Revolución*. Editorial Anagrama, Barcelona, 1978.
- MARX, Karl. *O Dezoito Brumário e Cartas a Kugelmann*. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1969.
- Idem, *Guerra Civil na França* (Manifesto do Conselho Geral da AIT sobre a Guerra Civil na França em 1871, Parte I), in *Obras Escogidas*. T. I, Editorial Ayuso, Madrid, 1975.
- MARX e ENGELS. *Manifesto Comunista*, in *Obras Escogidas*, T. I, idem.
- MAYER, Arno. *Dinâmica da Contra-revolução na Europa, 1870-1956* Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1977.
- Miliband, Ralph. *O Estado na sociedade capitalista*. Editora Zahar, Rio de Janeiro, 1982.
- RUY, José Carlos. "Qual democracia? Qual ditadura?", in *Princípios*, n.º 19, novembro de 1990, São Paulo.



PARIS, 1871: REVOLUÇÃO E CONTRA-REVOLUÇÃO

CLÓVIS MOURA

Na época da Comuna a França ainda era um país basicamente agrário. O descontentamento do povo explodia em greves que a polícia reprimia à bala.

Em 1989, todas as nações do mundo, como por um passe de mágica, festejaram apoteoticamente o bicentenário da Revolução Francesa. A mídia eletrônica de todas as partes do globo fez com que chegassem aos telespectadores deslumbrante evento militar-coreográfico-musical e político.

A URSS, os Estados Unidos, a Inglaterra, todos os países da Comunidade Européia uniam-se para prestar homenagem àquela data que simbolizava a queda do regime feudal e o início do poder da burguesia, isto é, do capitalismo. Mas, a revolução francesa, para o povo, não é motivo de tanta festividade. Já em 1871, poucos anos depois da prometida terra de liberdade, igualdade e fraternidade, revelou-se a realidade do mundo do capital, com degradação do operário, com uma economia de mercado que exigia, para funcionar *normalmente* segundo os interesses dos detentores do capital, milhares de desempregados, bem como a superexploração do trabalho das mulheres e dos menores. Essa economia de exploração logo dará os seus frutos, esmagando a economia artesã, a doméstica e outras formas inferiores de produção, entrando francamente na senda do capitalismo. De 1851 a 1869 a riqueza da França e o volume do seu comércio cresceram em mais de cinco vezes. Por outro lado, aumentou a produção do carvão de pedra e de ferro, ambos indispensáveis ao funcionamento e a construção industrial. Enquanto que em 1852 a produção foi de apenas 4,9 milhões de toneladas, em 1872 a produção atingiu 16,1 milhões de toneladas. Enquanto a produção de ferro, na quinta década, teve uma média de 780 mil toneladas por ano, a média anual da sexta década foi de 1,14 milhões de toneladas. O número de locomotivas na França, em 1850, era de 5 mil e em

1869 de 29 mil. A extensão das estradas de ferro se sextuplicou de 3,11 mil quilômetros em 1850, a 17,9 mil quilômetros.

Ao lado da pequena produção que ainda predominava em Paris, através de microempresas existiam, também, grandes empresas. De 440 mil trabalhadores industriais parisienses 50 mil eram empregados em empresas municipais e em grandes companhias. À época da Comuna, Paris já possuía dez fábricas de gás, um centro ferroviário com doze estações, fábricas de cigarro, tipografias, arsenais e outras grandes empresas municipais e privadas.

Convém dizer que esse surto econômico deu-se durante o Segundo Império de Napoleão III, aliado à burguesia financeira - banqueiros e usurários - além dos grandes latifundiários e a camada superior da burguesia industrial. Assim, o dono das maiores fábricas de munições de Creuse, Schneider, era presidente da Câmara dos Deputados. Napoleão preparava-se para a sua aventura colonial no México e para a guerra contra a Alemanha.

A pesar do surto industrial, a França à época da Comuna era predominantemente agrária pois em 1872, 68% da população francesa vivia em regiões agrárias e somente 32% nas cidades. Era um campesinato pouco diferenciado, grande parte sem terra, particularmente atormentado pelas dívidas.

Na época do Segundo Império eles pagavam um imposto direto sobre a terra, impostos sobre os produtos à cidade. Vivia particularmente oprimido pelas dívidas e frequentemente o camponês era somente o proprietário simbólico da sua terra, porque as suas

rendas eram logo distribuídas entre os seus credores.

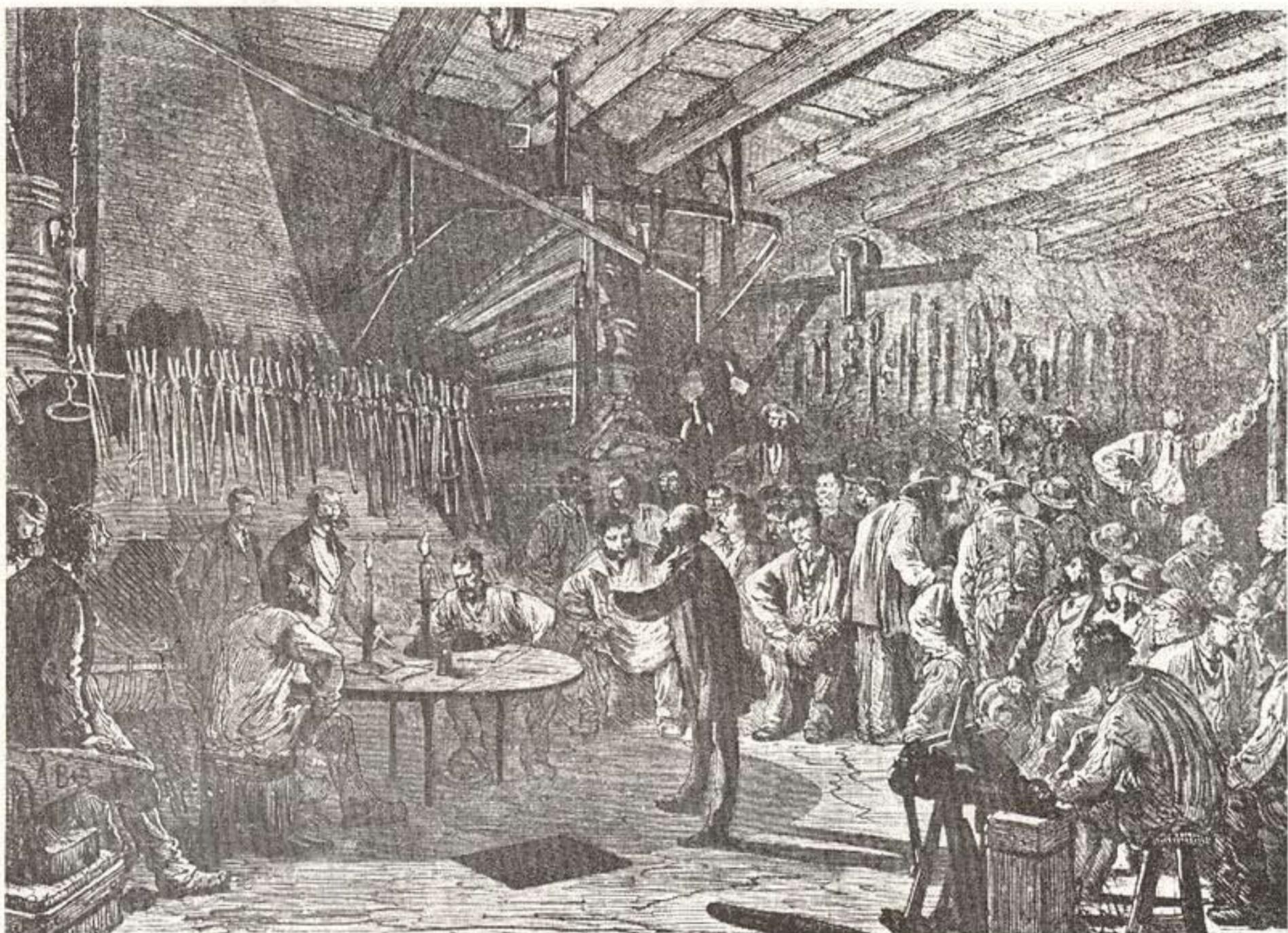
Enquanto no campo a situação existente era a que descrevemos, a classe operária se expandia dinamicamente. De acordo com o censo de 1861, existiam na França 2,9 milhões de trabalhadores industriais e 1,6 milhões de patrões. Enquanto em Paris cada empresa industrial tinha a média de 4,5 operários, a média geral para o país era ainda mais baixa: 1,7 trabalhadores. Média tão baixa de trabalhadores por empresa demonstra que na França havia um grande número de empresas artesanais.

A situação dos trabalhadores durante o Segundo Império piorou seriamente apesar do desenvolvimento econômico. Entre a quinta e a sexta década, os salários aumentaram entre 10 e 40% enquanto o preço das mercadorias e o aluguel das habitações tiveram um aumento de 70%.

Por outro lado, a jornada de trabalho em Paris excedia de 11 horas e na província ia geralmente além de 12 horas e em alguns lugares como no Loire Superior chegava a 15 e 16 horas.

Os protestos dos trabalhadores contra essa situação eram violentamente reprimidos; ocupavam fábricas com tropas, estabeleciam penas de prisão para os grevistas. Até 1864 (através da Lei de la Chapelier) as coalizões operárias estavam proibidas. O governo permitia a formação de sociedades operárias sob a direção do padre ou do alcaide local. Muitas dessas entidades tinham mais o papel de espionagem do que de reivindicação social e econômica.

A luta de classes que se aguçava tinha de ser exercida nas situações mais desfavoráveis para os operários. Nem por isto ela deixou de existir, especialmente após a participa-



Reunião eleitoral nos arredores de Paris

ção da Internacional na França. O número dos seus membros aumenta e isso desperta o receio de Napoleão III que a dissolve depois de prender e julgar inúmeros membros da organização.

As tropas do Imperador dispararam sobre os trabalhadores durante uma greve de mineiros de 1869 que abrangeu todo o vale do Loire. Várias outras greves são organizadas, como a de Creuse, 1870, provocada pela destituição de Assie, membro da Internacional que teve também caráter político. Os camponeses passam a aderir aos movimentos de protesto.

A crise se agravava para o governo. A derrota da França no México, depois de três anos, quando quis impor o Imperador Maximiliano aos mexicanos, agrava mais a situação e Napoleão vê como saída uma guerra contra a Prússia.

A guerra foi um desastre. Depois de sucessivas derrotas os franceses perdem a batalha decisiva, em Sedan, em 1º de setembro, tendo os prussianos capturado 86 mil

soldados, 39 generais, o próprio Imperador e 650 canhões. (1)

“La Debacle”, como a batizou Émile Zola, estava consumada. A França, além de perder a Alsácia-Lorena, teria de pagar cinco milhões de francos como indenização de guerra. A França estava arrasada. A burguesia desesperada proclama a república. Porém logo traiu as esperanças do povo. O governo de Defesa Nacional demonstrou total incapacidade para governar. À sua frente estavam inimigos da classe operária como o general Trochu, chefe do Conselho de Ministros, militar da capital e que não ocultava suas simpatias pela monarquia.

Mas, apesar da capitulação de Napoleão III em Sedan, os prussianos marcham sobre Paris: não queriam apenas vencer a guerra, mas saquear a cidade. Nesta conjuntura os trabalhadores começam a praticar ações armadas. Thiers, que sentia a

revolução no ar, segundo René Garmy, “quis desarmar o povo antes que fosse tarde demais. Em 18 de março as tropas governamentais lançaram-se das alturas para tentar apoderar-se da artilharia; porém espontaneamente formou-se a resistência. A multidão fechou o caminho e o 88 de linha levantou os fuzis e confraternizou com os insurgentes. Os generais Leconte e Clemente Thomas foram fuzilados. Por todas as partes foi dado o alarma e os soldados de Thiers tiveram de bater em retirada. Para isto foram erguidas barricadas. Diante da insurreição, Thiers ordenou a retirada do exército do governo e das administrações para Versalhes. À noite de 18 de março, o Comitê Central da Guarda Nacional desconcertado pela rapidez da insurreição, de improviso e quase contra a sua vontade, nomeia-se governo provincial. Assim se consumou a ruptura entre a burguesia e o proletariado.” (2)

Com as tropas governamentais derrotadas em Versalhes a Comuna elege os seus representantes e passa a deliberar rapida-

mente, enquanto o governo de Versalhes negociava com o comando alemão a fim de obter autorização de elevar de 40 mil a 80 mil homens (depois 100) o efetivo das suas tropas, destinados a operar contra Paris revoltada. (veja cronologia dos acontecimentos).

Durante a luta militar a Comuna passou pelas armas menos de 90 pessoas (reféns, espiões, agentes provocadores, etc).

As tropas versalhesas perderam durante as batalhas de rua 83 oficiais mortos e 430 feridos; 790 soldados mortos e 5.990 feridos.

Em primeiro lugar a Comuna não soube manejar a arma governamental. Não soube fazer como devia a mobilização de suas tropas contra Versalhes nem abrir os arquivos secretos, nem apoderar-se dos fundos do Banco da França, nem reprimir com a energia necessária os complôs contra-revolucionários. Thiers conseguiu de Bismarck a libertação de 100 mil prisioneiros, que se encontravam em suas mãos para marchar sobre Paris, isolando-a das províncias e das massas camponesas sem que os comunardos tivessem a iniciativa de levantar focos insurreccionais no campo, permitindo, com isto, a entrada dos exércitos de Thiers que ocuparam Paris.

Um dos maiores erros da Comuna foi "a reverência com que olhava o Banco da França". E uma vez mais, grande parte deste erro foi devido à minoria. O banco armazenava gigantescas reservas de ouro da burguesia francesa, que estavam servindo para sustentar aos de Versalhes, ou seja, à contra-revolução.

Na realidade conservou em seus postos o antigo diretor e os membros da antiga guarda. Nomeou apenas um comissário que vinha somente resguardar a segurança do capital da burguesia francesa. O banco tinha um total de três bilhões de francos em ouro, bilhetes e documentos. A quantia representada somente em ouro e brilhantes era de 1,3 milhões de francos.

Sob as vistas da Comuna, o Banco da França fornecia dinheiro sem nenhum embaraço ao governo de Versalhes. Se a Comuna tivesse tomado posse do banco, a burguesia francesa teria exercido pressão sobre o governo de Versalhes para exigir que firmasse um acordo com a Comuna.

Houve também muita divergência ideológica: anarquistas, blanquistas, babeufistas e outras correntes pequeno-burguesas no seio da classe operária da época, dificultaram a unidade de decisão em momentos cruciais,

do que se aproveitou a contra-revolução para lograr a vitória.

Esmagada militarmente a Comuna, iniciou-se o terror, não apenas contra os seus líderes e participantes, mas contra a população de Paris. Alguns documentos da época dão uma pálida visão do que foi essa carnificina contra homens, mulheres e crianças. A corte marcial de Chatelet e a caserna de Lobau, para citarmos apenas esses dois centros de repressão e tortura, não poupava nenhum parisiense, mesmo sem nenhuma participação nos eventos. Pequenos matadouros funcionavam nas administrações municipais, nas escolas, nos terrenos baldios, nas estradas dos subúrbios, etc. Havia grades nas prisões de Mazas e da Roquette. Houve também degolamentos em massa no Panteão, nos Buttes-Chaumont e no P're Lachaise.

Belleville e La Villette foram literalmente despovoadas pelo massacre.

A repressão, fuzilamentos e deportações durou até o mês de agosto. M. Camille Pelleton fazendo a contagem dos mortos e conferindo a cifra oficial de 17 mil (cifra admitida pelos generais da ordem) concluiu, por baixo, que 30 mil trabalhadores parisienses foram assassinados no decurso da semana sangrenta de maio de 1871. Junte-se a essa quantia a dos prisioneiros mortos sobre barcaças, deportados para a Nova Caledônia ou outras partes (Rochefort e Louise Michel estiveram neste número) e lá dizimados pelas febres. Queiram lembrar-se que 40 mil pessoas, homens, mulheres e crianças, foram presos em Paris, levados para Versalhes, encerrados em Satory, em condições atrozes e que os massacradores da ordem tiveram, eles próprios de admitir a inocência de 2/3 desses infelizes e ter-se-á talvez uma idéia aproximada do modo pelo qual a burguesia trata o povo operário. (3)

O historiador André Ribard descreve as cenas do terror da seguinte maneira: "A repressão foi abominável. Massacraram-se nas igrejas, no Muro, no Panteão, nas ambulâncias, mataram-se à queima-roupa mulheres amamentando os seus filhos, médicos, inválidos, feridos e enfermeiros. Massacraram-se a tiros de metralhadora nas lamas das docas de Satory. Formaram-se cortejos de prisioneiros em Versalhes e as elegantes vieram cuspir neles." (4)

Assim se restabeleceu a ordem "democrática" na França. A Comuna de Paris, apesar de derrotada, marca uma virada qualitativa no nível das lutas sociais no mundo mo-

derno. Não apenas pela sua combatividade, seu heroísmo e senso de organização, ela se projeta como superior a todas as outras que a precederam.

O que a faz qualitativamente superior é o fato de que, pela primeira vez, o proletariado toma o poder e dirige a sociedade, demonstrando, na prática, a possibilidade concreta da existência de uma sociedade sem exploradores e explorados, criando um novo tipo de Estado representativo dos trabalhadores. Esse Estado que se criou na Comuna foi o embrião daquele que surgiria depois, conforme previa Engels ao escrever que "Em realidade o Estado não é mais do que uma máquina para a opressão de uma classe por outra, tanto na República democrática como sob a monarquia; e no melhor dos casos, um mal que se transmite hereditariamente ao proletariado triunfante em sua luta pela dominação de classe. Como fez a Comuna, o proletariado vitorioso não pode deixar de amputar imediatamente na medida do possível, os aspectos mais nocivos desse mal, até que uma futura geração, formada em circunstâncias sociais novas e livres possa desfazer-se de todo desse velho traste do Estado. Ultimamente as palavras 'ditadura do proletariado' voltaram a despertar sagrado terror ao filisteu social-democrata. Pois bem, senhores, quereis saber que face tem essa ditadura? Olhai para a Comuna de Paris: eis aí a ditadura do proletariado!" (5) ■

CLÓVIS MOURA - sociólogo e escritor. Professor examinador de pós-graduação da Universidade de São Paulo. Autor de vários livros, destacando-se "A sociologia posta em questão", "Sociologia de la Praxis", "Introdução ao pensamento de Euclides da Cunha" e "As injustiças de Clio".

NOTAS

- (1) EFIMOV, A. e FREIBERG N. *História da Época do Capitalismo Industrial*. Ed. Vitória, RJ. 1945. 2 vols., 2º, p. 552-55.
- (2) GARMY, René. *Orígenes de Capitalismo y de los Sindicatos*. Ed. América, Mexico. 1938, p. 133.
- (3) DUNOIS, A. et all. *A Comuna da Paris*. Ed. Laemmert, RJ, 1968. p. 46.
- (4) RIBARD, André. *História do Povo Francês*. Ed. Brasiliense, SP. 1945, p. 263.
- (5) ENGELS, F. in *Obras Escolhidas de K. Marx e F. Engels*. Ed. Alfa-Omega, SP. sd., p. 51.



A FACE CRUEL DOS GOVERNOS DA BURGUESIA

MARCOS AURÉLIO RUY

A vingança sangrenta da elite francesa foi apenas um episódio numa longa série de violências cometidas contra o povo. O século XX assistiu a várias vinditas semelhantes.

Os historiadores estimam que a “semana sangrenta” que se seguiu à derrota da Comuna de Paris de 1871 deixou um saldo de 20 a 35 mil mortos; as fontes oficiais da época admitiam a morte de 17 mil pessoas. No total, perto de 100 mil operários parisienses foram atingidos pela repressão, entre os presos, exilados e assassinados. Pode se ter uma idéia da fúria repressora quando se compara esse número de mortos com as vítimas do Terror jacobino, de 6 de abril de 1793 a 27 de julho de 1794, quando 16.594 pessoas foram mortas, a maior parte delas, adversários políticos da revolução francesa. A hipocrisia burguesa, que faz a sobra destes mortos pairar como um véu sobre o brilho da revolução de 1789, esconde a mão manchada no sangue de um número muito maior de pessoas, num prazo de tempo infinitamente menor. Qualquer morte é lamentável; apesar disso, é possível medir, contando cadáveres, a intensidade terrorista de um governo. Os jacobinos governaram a França durante 457 dias; sob seu domínio, 36 pessoas morreram por dia. A repressão contra os *Communards* durou uma semana, durante a qual foram mortos de 2.850 a 5.000 pessoas por dia! Isto é, ela foi de 80 a 140 vezes mais mortífera do que os jacobinos. E suas vítimas foram escolhidas a esmo, no meio do povo, por qualquer capricho dos comandantes militares responsáveis pela chacina: o uso de barba, o uso de peças do vestuário da Guarda Nacional, delações, vinganças pessoais, suspeitas mal fundadas, etc.

A sangrenta vingança da burguesia francesa contra os operários parisienses, que ousaram desafiar o poder do capital e da corrompida e caduca elite francesa, é um dos inúmeros casos em que - como um tigre enlouquecido - a repressão sufocou outros le-

vantes operários e populares. Desde então, o “perigo comunista” ganhou adeptos cada vez mais radicais entre a direita e os conservadores, servindo de pretexto para massacrar movimentos populares, greves e toda atividade política independente do povo.

O espírito que animou esses massacres foi sintetizado pelo general argentino Ibérico Saint-Jean que, em 1976, justificou o golpe de Estado em seu país e a perseguição aos políticos democratas e populares dizendo: “primeiro mataremos os subversivos. Depois mataremos os colaboradores. Depois os simpatizantes. Depois, os indecisos. E finalmente, mataremos os indiferentes”.

Essa estratégia tem permeado a história desde as lutas operárias do século passado, principalmente a Comuna de Paris de 1871. O “domingo sangrento” da revolução russa de 1905 é um exemplo. No dia 9 de janeiro daquele ano, a ingenuidade e o oportunismo do padre Georgei Gapon mobilizou uma marcha de mais de 200 mil trabalhadores e seus familiares para levar ao czar Nicolau II uma petição contra a fome, a miséria e as degradantes condições de vida. No meio do caminho, porém, foram surpreendidos por tropas de cavalaria, que avançaram contra a massa, atirando, pisoteando-a com cavalos, golpeando-a com sabres. Até hoje não se conhece o número de mortos e feridos (1). Porém, a fúria da cavalaria do czar não conseguiu deter a marcha da revolução na Rússia, e o êxito dos bolcheviques liderados por Lênin, em 1917, acentuou o ânimo anti-comunista das elites em todo o mundo.

A Alemanha, no final da Primeira Guerra Mundial, viveu crise semelhante àquela que, na Rússia, evoluiu para a ruptura com o capitalismo. A monarquia alemã foi deposta e o governo assumido pelo Partido Social

Democrático, dominado por reformistas e oportunistas. O recém-criado Partido Comunista Alemão tentou repetir, então, o feito bolchevique, em vão. O oportunismo social-democrata fechou os olhos para a atuação dos *freikorps*, grupos de para-militares formados por soldados desmobilizados da frente de batalha. Autênticos esquadrões da morte, embriões das futuras milícias nazistas, os *freikorps* agiam livremente contra manifestações operárias, greves, levantes. O levante comunista de Berlim foi reprimido por eles, que prenderam, espancaram e assassinaram os líderes revolucionários Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, no dia 15 de janeiro de 1919. Mais tarde, Leo Jochiges, companheiro de Rosa, também foi preso e assassinado, juntamente com centenas de operários, fuzilados pela repressão (2).

Nesse contexto foi que nasceu o Partido Nacional Socialista alemão, em 1918, baseado num nacionalismo extremado, no anti-semitismo e, principalmente, num virulento anti-comunismo (3). Em 1933, seu líder máximo, Adolf Hitler, chegou ao poder na Alemanha. Sua política belicosa e agressiva levou à invasão de países vizinhos, à intervenção a favor dos conservadores na guerra civil espanhola e, finalmente, à Segunda Grande Guerra. A Alemanha transformou-se então na potência industrial e militar cujo objetivo declarado e explícito era a luta contra a democracia e o comunismo e que tinha, entre seus objetivos principais, a expansão para o Leste europeu e a destruição do primeiro Estado socialista que se tentava construir na história, a União Soviética.

A guerra civil da Espanha, que opôs monarquistas e republicanos de 1936 a 1939, serviu de campo de testes para armas e militares nazistas, que atuaram ao lado dos mo-

narquistas do general Francisco Franco. A guerra deixou um saldo de 600 mil mortos e um símbolo, a aldeia de Guernica, alvo dos pilotos nazistas da Legião Condor, que a destruíram completamente.

Ao fim da Segunda Grande Guerra, emergiu um mundo polarizado em torno de duas novas potências, os Estados Unidos e a União Soviética, em lados opostos. Teve início, então, a Guerra Fria que, para acertar a divisão do planeta entre dois blocos, esquentou em algumas partes, como na Grécia. Ali ocorreu uma guerra civil que pode ser encarada como o Vietnã dos anos 40. Os alemães haviam sido expulsos principalmente pelos esforços do ELAS (Exército de Libertação Nacional), sob a liderança dos comunistas, que recusou-se a depor armas (como fizeram a resistência italiana e a resistência francesa) em favor de um novo governo, pró-ocidental. Em 3 de dezembro de 1944, os gregos conheceram então seu "domingo sangrento", quando tropas inglesas abriram fogo, em Atenas, contra o ELAS e contra manifestantes pró-independência e autonomia da Grécia. Houve um acordo de cessar fogo (acordo de Varkiza), e extremistas de direita tomaram o poder, iniciando uma guerra civil sangrenta e feroz (4). Nela, foram então testadas pela primeira vez muitas das idéias e métodos da contra-insurreição, que os norte-americanos e os europeus usaram (e ainda usam) após a Segunda Grande Guerra.

Essas táticas foram aperfeiçoadas pelos franceses na Argélia, onde, em novembro de 1954, começou a guerra pela independência contra a França. Os franceses aperfeiçoaram a tortura e o extermínio de prisioneiros, como métodos de interrogatório e repressão. Espancamentos, uso de choque elétrico e de produtos químicos, tudo isso foi sendo testado e incorporado ao arsenal de métodos anti-populares e anti-democráticos. A guerra da Argélia durou 8 anos, até a independência, em 1962 e os argelinos perderam um milhão de vidas como preço de sua independência nacional.

A "guerra fria" se espalhou pelo mundo todo e acentuou-se no Sudeste asiático, nos anos 60 e 70. Em 1961, começou a Guerra do Vietnã, onde o pretexto de afastar os comunistas do governo justificou a tentativa de sufocar a independência nacional daquele país. Também no começo dos anos 60, na Indonésia, a repressão policial-militar erigiu um novo símbolo na luta contra a repressão ao povo: Jacarta.



O governo Sukarno, um líder populista, apoiava-se no Partido Comunista Indonésio e tentava desenvolver um programa nacionalista. Em 1965, os militares, liderados pelo general Suharto, deram um golpe de estado e desencadearam uma selvagem caça não só aos comunistas, mas também aos "colaboradores", "simpatizantes", "indecisos" e "indiferentes" da Indonésia. Isto é, a todos os democratas, socialistas, comunistas e políticos populares que não seguissem a cartilha da extrema direita Indonésia. Chegaram a linchar adversários pelas ruas de Jacarta e, no final, mais de 500 mil "comunistas" foram massacrados.

A Guerra do Vietnã terminou em 1975, com a expulsão dos norte-americanos e seus aliados do país, numa derrota memorável: um pequeno e pobre país havia enfrentado vitoriosamente a maior potência militar do planeta. Ao custo de 1,5 milhão de mor-

tos e 3 milhões de feridos (numa população total de 39 milhões de pessoas!) conseguiu unificar o país e afirmar sua soberania nacional.

Os bisnetos latino-americanos do general Galliffet, que foi um dos responsáveis pelo massacre da Comuna de Paris, agem hoje livremente em muitos países da América Latina. Eles fazem parte de uma longa tradição de militares que oprimem seu povo em defesa de interesses anti-nacionais, como os que, em 1907, no Chile, massacraram os mineiros de Iquique. Os trabalhadores haviam ocupado o porto, numa greve contra os patrões ingleses. Para fazê-los voltar ao trabalho, os militares cercaram a praça e metralharam o povo desarmado, em nome da defesa da "propriedade, da ordem pública e da vida"! (5).

Um ano depois, no México, o presidente Porfirio Díaz pedia ajuda militar aos norte-americanos para reprimir movimentos grevistas. Na cidade de Juarez, na fronteira, os líderes operários Flores e Magon, que eram irmãos, foram assassinados, e suas cabeças exibidas em praça pública, para servir de exemplo.

Na Argentina, surgia então a Liga Patriótica Argentina, uma organização paramilitar direitista, que matava operários e judeus nas ruas de Buenos Aires, com a complacência do governo. E, no interior do país, na Patagônia, o próprio exército fuzilava peões em greve nos latifúndios.

Os tiros que assassinavam o povo, em inúmeros episódios semelhantes na América Latina, defendiam os interesses das elites locais, aliadas ao imperialismo norte-americano. E o espírito que animava esses defensores da "civilização ocidental" foi

Relatos Macabros

Os fuzilamentos em Paris, durante a *semana sangrenta*

O massacre dos operários de Paris pelas forças policiais-militares da burguesia francesa teve requintes de crueldade. Marx, em *A Guerra Civil na França* transcreveu alguns relatos onde se nota que eles chocaram a própria imprensa burguesa da época. A seguir, reproduzimos esses relatos:

A coluna de prisioneiros se deteve na avenida Urich, e foi formada com quatro ou cinco filas, dando vista à rua. O general marques Galliffet e seu Estado Maior desceram dos cavalos e começaram a passar em revista, da esquerda para a direita. O general andava lentamente, observando as filas; de vez em quando, se detinha e tocava o ombro de um prisioneiro ou o chamava com um movimento de cabeça, se estava nas filas de trás. Na maioria dos casos, os selecionados por esse procedimento, sem mais trâmites, eram postos no meio da rua, onde formavam uma pequena coluna à parte... A possibilidade de erro era, evidentemente, considerável. Um oficial montado indicou ao general Galliffet um homem e uma mulher, como acusados de algum crime. A mulher saiu correndo da fila, pôs-se de joelhos e, com os

braços abertos, protestou sua inocência com grande emoção. O general aguardou uns instantes e, em seguida, com rosto impassível, e sem mover-se, disse: Madame, conheço todos os teatros de Paris: não vale a pena fazer comédias ("ce n'est pas la peine de jouer la comédie")... Aquele dia era pouco conveniente para alguém ser ostensivamente mais alto, mais sujo, mais limpo, mais velho ou mais feio que seus vizinhos. Um homem com o nariz cortado chamou minha atenção, e em seguida compreendi que devia àquele detalhe ver-se livre rapidamente deste vale de lágrimas... Deste modo foram selecionados mais de cem; um pelotão de fuzilamento destacou-se, e a coluna seguiu sua marcha. Em poucos minutos começou em nossas costas um fogo intermitente, que durou mais de um quarto de hora. Estavam executando aqueles desgraçados, condenados tão sumariamente (Correspondente do *Daily News* em Paris, 8 de junho).

Este Galliffet, "o cafetão de sua mulher, tão famosa pelas desavergonhadas exhibições de seu corpo nas orgias do Segundo Império", era conhecido durante a guerra com o nome de "Alferez Pistola" francês.

O *Temps*, que é um jornal prudente e pouco dado a sensacionalismo, relata a história horrorizante de pessoas meio fuziladas e enterradas vivas.

Na praça de Saint Jacques-La-Bouchiere foi enterrado um grande número de pessoas; algumas delas muito superficialmente. Durante o dia, os ruídos da rua não permitia ouvir nada, mas no silêncio da noite os vizinhos das casas que rodeavam a praça acordaram ao ouvir gemidos longínquos, e pela manhã uma mão crispada foi vista saindo do solo. Em consequência disso, ordenou-se que se desenterrassem os cadáveres... Que muitos feridos foram enterrados com vida é coisa que não oferece menor dúvida.

Há um caso do qual posso falar pessoalmente. Em 24 de maio Brunel e sua amante foram fuzilados no pátio de uma casa na Praça Vendôme, onde seus corpos abandonados até a tarde do dia 27. Quando por fim vieram retirar os cadáveres, viram que a mulher ainda vivia e a levaram a uma clínica. Embora tivesse recebido quatro tiros, está agora fora de perigo."

(Correspondente do *Evening Standard* em Paris, 8 de junho).

definido com precisão pelo chefe da Máfia norte-americana, Al Capone, em 1929. Falando para 10 mil estudantes no estádio da Northwestern University, aquele gangster conclamou-os, em meio à grande depressão, à "defesa contra o perigo comunista"! O mesmo espírito que, nos anos 50, levou o senador direitista norte-americano Joseph McCarthy a criar a legislação anti-comunista e o macartismo, iniciando uma perseguição sem tréguas contra todos os suspeitos de atentarem contra o status quo e o bom andamento dos negócios.

Repetindo os slogans "é proibido proibir" e "a imaginação no poder", dos estudantes franceses, universitários saíram às ruas da cidade do México em 1968, gritando palavras de ordem contra o governo. Foram massacrados na praça de Tlatelolco pelo exército mexicano. No Chile, Salvador Allende, do Partido Socialista, foi eleito presidente, e começou um programa de reformas que feria os interesses da elite local e do imperialismo. A CIA fomenta então um golpe de Estado, que assassinou Allende e iniciou uma ditadura sanguinária. O Estádio Nacional de Santiago tornou-se pequeno para a quantidade de prisioneiros lá alojados, e milhares de chilenos foram assassinados nos anos seguintes.

Na Argentina, os militares deram sucessivos golpes desde 1965, e o clímax da violência ocorreu no período iniciado em 1976, quando milhares de argentinos foram torturados e assassinados, muitos jogados em alto mar.

O Uruguai viveu história semelhante, com a característica de que lá, os militares faziam os prisioneiros pagarem a estadia nas prisões do país!

Na América Central, a violência endêmica acentou-se com o crescimento da guerrilha. Em 1979, os sandinistas tomaram o poder na Nicarágua; em consequência, a extrema direita e os militares, apoiados pelos norte-americanos, recrudesceram sua atividade em El Salvador, Guatemala, Honduras e outros países da região. Esquadrões da morte agem impune e barbaramente na região, contra militantes operários, democratas e nacionalistas.

Em 1974, na Guatemala, o general Kjell Laugerud, eleito presidente através de fraudes, resolveu praticar as técnicas de contra-insurreição recomendadas pelos militares norte-americanos e desenvolvidas no Vietnã. Tornou-se comum ver-se cabeças de "ban-

didados", decapitadas, penduradas em postes, como exemplo.

Em 1980, na Bolívia, o general Luiz Garcia Meza liderou um golpe de Estado. O país vivia um processo de normalização institucional, e o golpe ocorreu às vésperas do segundo turno da eleição daquele ano. Na primeira rodada, nenhum candidato havia obtido maioria absoluta, o líder socialista Marcelo Quiroga Santa Cruz obteve uma votação expressiva, e o favorito era Sile Zuazo, de tendência nacionalista. O golpe de Estado, ocorrido no dia 17 de julho foi o mais violento da história boliviana. Grupos para-militares percorreram La Paz de alto a baixo, e mataram mais de 1.500 pessoas - entre eles Quiroga, Santa Cruz e vários outros líderes populares que, no momento do golpe, faziam uma assembléia na sede da Central Operária Boliviana, deliberando as providências que tomariam contra a ameaça de golpe.

Esta lista de horrores - na qual, deliberadamente, não nos referimos a episódios da história brasileira, que são muitos e tão dramáticos quantos os aqui lembrados - revela a face cruel do governo burguês contra os lutadores do povo e da democracia. Uma sanha que cresce à medida em que a luta de classe se torna aguda e que, como na Comuna de Paris, deixa de lado todos os disfarces judiciais e institucionais, e revela a violência crua e implacável daqueles que lutam em defesa dos privilégios da minoria.

São tantos os episódios violentos dessa natureza que pontilham a história do Brasil que o historiador Capistrano de Abreu escreveu, certa vez, que o povo brasileiro é um povo *capado e sangrado*; o historiador José Honório Rodrigues, por sua vez, disse - num ensaio sobre as lutas escras ocorridas durante o século passado - que o Império brasileiro viveu num estado de guerrilhas permanente.

Infelizmente episódios violentos não fazem parte apenas da história, mas frequentam o noticiário dos jornais mesmo em nossos dias, no limiar do século XXI. Lembrese, por exemplo, da invasão da Companhia Siderúrgica Nacional, em greve, em 1988, quando soldados armados e tanques de guerra foram enviados contra operários indefesos, resultando na morte de trabalhadores.

O estado de guerrilha permanente subsiste ainda hoje no campo brasileiro, no conflito aberto entre latifundiários que monopolizam a posse da terra e lavradores que exigem um pedaço de chão para plantar.

O último episódio de grande repercussão, nesse particular, foi assassinato de Expedito Ribeiro, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria, no sul do Pará, parte trágica de uma série de assassinatos ocorridos na região. Desde 1980, só no sul do Pará, 173 militantes sindicais e outros defensores dos direitos dos trabalhadores rurais foram assassinados. Em Rio Maria, desde 1985, foram oitos os mortos, entre eles João Canuto, primeiro presidente do Sindicato local, morto em dezembro de 1985, e dois de seus filhos, em abril de 1990.

Isso apesar de inúmeras vezes ter sido denunciada a existência de macabras listas de condenados à morte pelo latifúndio e seus capangas. São homens acima de qualquer lei; a impunidade é tamanha que os pistoleiros propagam abertamente seus "feitos". Afinal, a chance de serem pegos e terem que pagar por seus crimes são pequenas, apesar de todo o alarde feito em torno do julgamento dos matadores de Chico Mendes, cujo assassinato teve repercussão mundial.

Dados divulgados pela Comissão Pastoral da Terra comprovam a impunidade. Segundo a entidade, de 1964 a 1990, ocorreram 1.630 assassinatos de sindicalistas e trabalhadores rurais no país; apenas 22 deles foram levados a julgamento, e somente 14 foram condenados! Mas a ação dos donos de terra não se limita aos assassinatos, 512 trabalhadores rurais sofreram lesões corporais, 66 foram torturados, 401 foram presos ilegalmente, houve 1.079 agressões, ocorreram 5 seqüestros e 5 trabalhadores desapareceram. ■

MARCOS AURÉLIO RUY - jornalista.

NOTAS

- (1) KOCHAN, Lionel. *Origens da Revolução Russa*. Zahar, RJ, 1968.
- (2) GUIMARÃES, Juarez (org.). *Rosa, a vermelha*. Editora BuscaVida, SP, 1987.
- (3) CARSTEN, Francis L. *Ascension del fascismo*. Editora Seix, Barcelona, 1971.
- (4) GITLIN, Todd. *Contra-insurreição: mito e realidade*, in Horowitz, David (org.). *Revolução e Repressão*. Zahar, RJ, 1969.
- (5) GALEANO, Eduardo. *O século do vento* (Memória do Fogo, III). Editora Nova Fronteira, RJ, 1988 (os episódios da história das Américas aqui referidos foram extraídos desta obra).



HEROÍNAS NO COMBATE: A MULHER NA COMUNA

LILIAN MARTINS

*Elas foram a alma da Comuna, lutaram, acudiram feridos,
foram presas, perseguidas, assassinadas.
Entre elas destaca-se a líder revolucionária e escritora Louise Michel.*

“Cidadãos de Paris, descendentes das mulheres da Grande Revolução, que, em nome do povo e da justiça, marcharam sobre Versalhes, levando cativo Luís XVI, nós, mães, mulheres e irmãos deste mesmo povo francês, suportaremos por mais tempo que a miséria, a ignorância, façam nossas crianças inimigos, que pai contra filho, irmão contra irmão, venham eles se entrematar sob nossos olhos, pelo capricho de nossos opressores, que desejam o aniquilamento de Paris, após a terem entregue ao estrangeiro?

(...)E se as armas e as baionetas forem utilizadas por nossos irmãos, restar-nos-ão ainda pedras para esmagar os traidores”.

Os termos do apelo de 12 de abril de 1871, lançado por “Um grupo de cidadãs”, expressam o espírito que animou a participação das mulheres parisienses, particularmente as da classe operária, nos episódios da Comuna de Paris. A França de 1789, 1848 e 1871 é o testemunho de que as mulheres não são seres frágeis, sem vontade própria, voltadas para a paz do lar. Muito pelo contrário, em todos esses episódios, as mulheres marcaram sua presença pela combatividade, pela operosidade e determinação.

Quando, em 18 de março, às 3 horas da manhã, Thiers, chefe do Poder Executivo indicado pela Assembléia Nacional eleita em 1871, decide desarmar a Guarda Nacional e retirar os canhões de Paris, as mulheres são as primeiras a acorrerem em defesa dos armamentos. Mãos à cintura, elas interpelam os soldados de Versalhes e, aproximando-se das armas, fazem uma barreira com seus corpos, impedindo os Versalheses de imobilizarem Paris.

As mulheres participaram ativa e orga-

nizadamente da Comuna, durante seus setenta e dois dias. Fundaram, a 8 de abril, a *União de Mulheres para a defesa de Paris e de apoio aos feridos*. Os organizações de mulheres não eram uma novidade, porém, esta associação nasce marcada por um caráter que evidencia o reflexo do pensamento da Internacional e mais precisamente das idéias marxistas. Entre suas fundadoras estão algumas filiadas à Internacional: Nathalie Lemel, Aline Jacquier, Marcelle Tinayre e Otavine Tardif.

A União de Mulheres tem como suas tarefas essenciais a luta contra Versalhes e por um novo regime social. A declaração de 6/4/81 atesta estes objetivos: “(...) Unidas e resolutas, engrandecidas e esclarecidas pelo sofrimento que as crises sociais sempre trazem em sua esteira, profundamente convencidas de que a Comuna, representante dos princípios internacionais e revolucionários dos povos, conduz em si os germes da revolução social, (...)”

A atuação da União centrou-se em três questões principais: o esforço para engajar a mulher no trabalho produtivo; a educação das crianças e das mulheres; e a participação na defesa de Paris.

A administração e organização dos ateliers cooperativos, criados para oferecer trabalho e produzir o que Paris necessitava, estava a cargo da União. Funcionavam com mão-de-obra feminina. Esses organismos, apesar de sua forte influência proudhoniana, eram uma tentativa de suprimir a exploração patronal do trabalho.

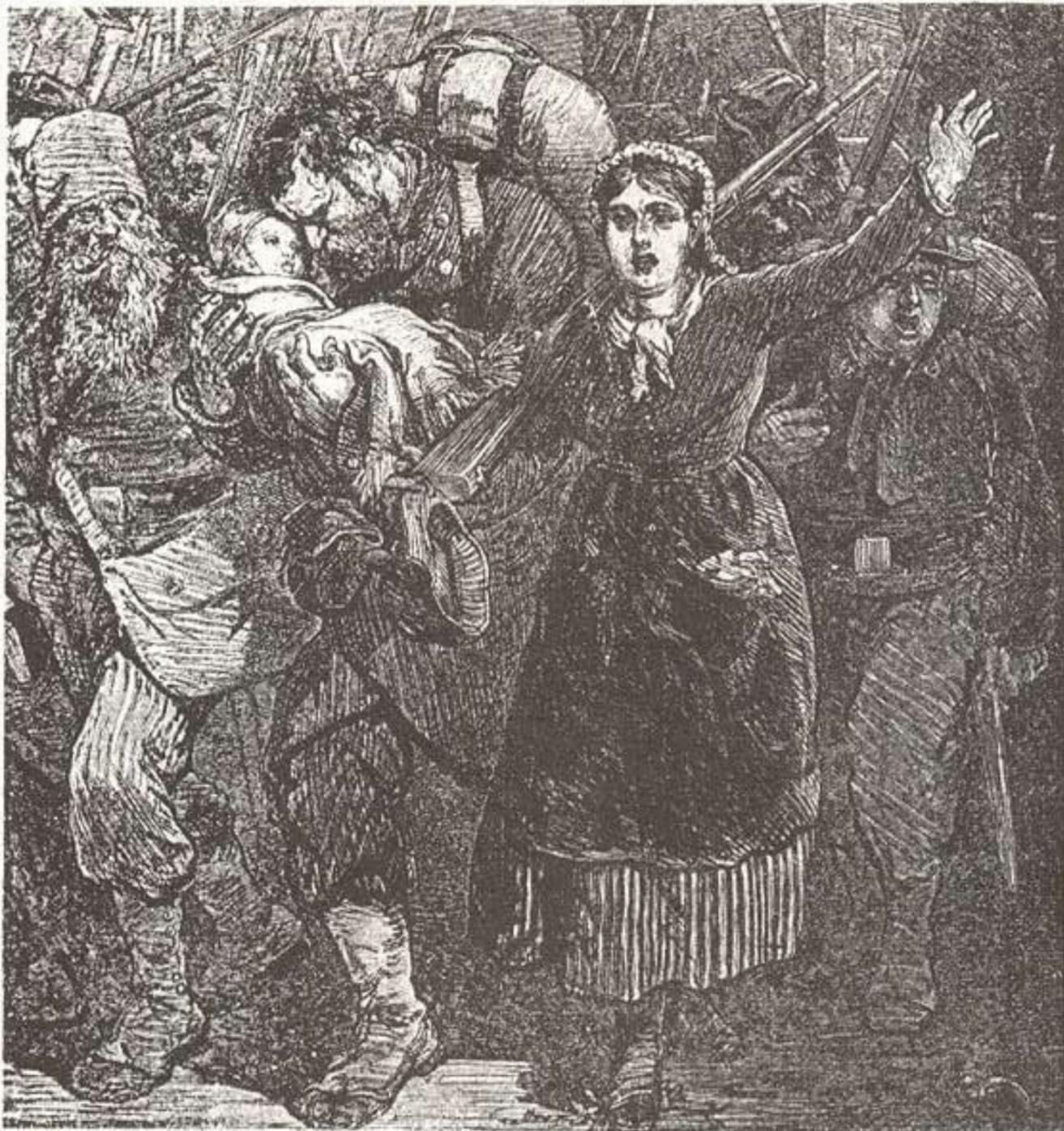
Quanto às questões educacionais, a União de Mulheres buscava atender às crianças, qualificar a mulher operária e suprimir a tutela clerical da vida da família. Essas preocupações, na verdade, refletem a compreensão de que a igualdade da mulher se daria

pelo trabalho e pela educação. Decorrencia tanto das idéias marxistas como do nascente movimento feminista do século XIX, que via na educação o meio de promover socialmente a mulher.

O envolvimento na luta em defesa de Paris se materializava no recrutamento de ambulanceiros, enfermeiras, combatentes e no atendimento aos feridos.

A estrutura organizativa da União em comitês de distritos, dirigidos por um Comitê Central, evidencia seu caráter. Na direção da associação estavam, na maioria, mulheres operárias. É interessante notar que, entre as várias funções existentes, havia uma responsável pela questão social e uma responsável pela orientação política.

A organização das mulheres não teve propriamente um programa, não existiu um documento que detalhasse as reivindicações da mulher feitas à Comuna. Mas certas medidas, tomadas por solicitação das parisienses, demonstram os avanços imprimidos pelo poder revolucionários no que respeita direitos da mulher e da família. O decreto de 8 de abril, por exemplo, que estabelecia proteção às viúvas e crianças dos cidadãos mortos na defesa de Paris, reconhecia benefícios para os filhos, legítimos ou não, e para as mulheres, esposas ou companheiras em uniões de fato. É preciso considerar que o Código Napoleônico, válido no Segundo Império, foi um dos documentos mais reacionários no que tange à questão da mulher. Privava-a de todo e qualquer direito, submetendo-a inteiramente ao pai ou ao marido, não reconhecia as uniões de fato e só reconhecia os filhos do casamento oficial. Importante destacar, também, que no período da Comuna,



As mulheres participaram ativamente das batalhas

pela primeira vez, uma mulher assume a inspetoria, ou seja, a direção das escolas públicas. Seu nome era Marcelle Tinayre.

Inestimável papel cumpriu a União na desmoralização das atitudes conciliatórias e manipulatórias do Governo de Versalhes. Tentando usar o tradicional conceito de “mãe amantíssima e pacífica”, a reação orleanista lançou, a 3 de abril, manifestos em nome das mulheres, solicitando o armistício entre Paris e Versalhes. Em 6 de abril, a resposta ineludível é lançada pelo Comitê Central das cidadãs: “(...) Hoje, uma conciliação seria uma traição. (...) Paris não recuará, porque ela conduz a bandeira do futuro. (...)”

Foi sobretudo na luta concreta, armada, nas barricadas, que as mulheres se destacaram. Usando uma ‘*écharpé*’, uma braçadeira ou simplesmente uma peça de roupa vermelha, as parisienses, sobretudo as operárias, lutaram de armas na mão, ao lado dos homens.

Elas reeditaram a frase de Olympe de Gouges, revolucionária de 1789, que adaptada para os tempos da Comuna, ficaria:

“A Terceira República, nascida sobre o sangue de dezenas de milhares de proletários e proletárias parisienses, deveria ter lhes reconhecido seu direito à igualdade, já que lhes deu o direito de serem presas, fuziladas e deportadas por sua participação na Insurreição de Paris.”

Entre os trinta mil trabalhadores mortos, haviam milhares de mulheres. Dos duzentos e setenta condenados à morte, oito eram mulheres - as famosas “incendiárias”, cujos crimes foram bater-se nas barricadas e cuidar dos feridos. Entre elas, Josephine Marchais e Leontine Suétens.

Nos heróicos e trágicos fatos da Comuna, eleva-se Louise Michel. Fundadora da União de Mulheres para a defesa de Paris, comanda um batalhão feminino, que enfrenta a reação nas barricadas de Paris.

Escapa à morte, é presa e comparece perante o Conselho de Guerra em 16/12/71. Seu julgamento é exemplo de firmeza e convicção

revolucionária. Recusa os advogados designados *ex-officio* e apresenta pessoalmente sua defesa, que na verdade, é a defesa da causa dos comunardos.

“Não quero me defender. Pertencço toda à Revolução Social. Declaro aceitar a responsabilidade por meus atos (...). O que exijo de vós ... é o campo de Satory, onde já caíram meus irmãos. É preciso separar-me da sociedade, disseram-vos que o fizesseis, pois bem! O Comissário da República tem razão. Uma vez que, ao que parece, todo coração que bate por liberdade só tem direito a um pouco de chumbo, exijo minha parte! Se me deixardes viver, não cessarei de clamar vingança e denunciarei, à vingança de meus irmãos, os assassinos da Comissão das Graças”...

Reivindica morrer no *campo de Satory*. O palco do mais odioso tratamento recebido pelos combatentes de Paris. Ali, na noite de 27 para 28 de maio, milhares foram massacrados pelas tropas de Versalhes.

Louise não foi condenada à morte, foi deportada para a Nova Caledônia. A anistia votada a 11/07/1880 a beneficia. Voltou para a França, onde reassumiu, imediatamente, seu posto de combate, em defesa dos oprimidos. Participou e dirigiu várias manifestações dos operários e desempregados. Presa várias vezes, foi condenada, em 1883, a seis anos de prisão. Libertada, morre em 1905. Recebeu inúmeras manifestações de reconhecimento dos trabalhadores de Paris e de toda a França. Foi enterrada com o estandarte da Comuna.

Louise Michel, apesar de pensar a questão da mulher ainda de forma unilateral, vendo-a apenas como decorrência direta e mecânica do fim da opressão de classe, sem enxergar sua dimensão específica, é um símbolo da participação da mulher nas lutas sociais em defesa do progresso e do Socialismo. Não foi apenas uma lutadora de ações práticas. Professora formada, escreveu várias obras onde revelou seu pensamento revolucionário, entre elas “*Memórias e a Comuna*”, em 1898.

A Comuna de Paris reafirma a força revolucionária da mulher, já desenhada na revolução de 1789. As mulheres de Paris contribuíram com grande parte da força que pôs em movimento a máquina da revolução proletária, indicando que elas não mais saíam da cena da luta dos povos pelo progresso social, pela liberdade. ■



VALIOSAS INDICAÇÕES PARA A CONSTRUÇÃO DO PARTIDO

ROGÉRIO LUSTOSA

*O movimento abriu caminho pelo ímpeto revolucionário do povo.
Mas carecia de um programa e definição
das tarefas essenciais, coisas que só um Partido pode orientar.*

A Comuna é um exemplo da fantástica capacidade transformadora das massas. Diante de uma oportunidade concreta de enfrentar seus inimigos, os trabalhadores realizaram prodígios com os poucos recursos que tinham à mão. Enfrentaram forças muito superiores, revelaram imensa criatividade e, apesar da falta de um programa sistemático e coerente, tomaram iniciativas revolucionárias de grande significado.

Embora seja uma experiência limitada - pelas circunstâncias concretas da situação - representa uma demonstração convincente de como transformações sociais são obra das grandes massas e não um processo esquemático, traçado previamente por cérebros iluminados.

A revolução assemelha-se à explosão das águas que rompem uma barreira e, no choque com os obstáculos, procura o caminho mais apropriado.

Mas, por outro lado, a atividade dos comunardos comprovou que a energia revolucionária se perde quando não é canalizada e organizada por um Partido. Um destacamento de combate capaz de compreender cientificamente a situação e, de forma global, avaliar as tarefas mais importantes, traçar uma estratégia e as táticas adequadas a unir os esforços de milhares de braços que se levantam. Um núcleo que oriente o centro da explosão para o coração do inimigo e, com isto, utilize plenamente o potencial das forças acumuladas.

Os combatentes de Paris eram, na grande maioria, operários. Mas eram lutadores apoiados mais no instinto de classe do que em conceitos e programas. Nesta época, o marxismo já tinha razoável penetração no movimento operário. Esta influência, entretanto, ainda não se traduzia em organização política do proletariado. Faltava aos comunardos um partido com visão revo-

lucionária da sociedade e das transformações exigidas. Mesmo assim, no curso de luta, as idéias socialistas fizeram com que a maioria das orientações adotadas tivessem nítido caráter revolucionário e, inclusive, fossem contra as doutrinas pequeno-burguesas então dominantes - mesmo entre os dirigentes do movimento.

Os trabalhadores parisienses contavam com os sindicatos e com as seções francesas da Associação Internacional dos Trabalhadores, ainda muito débeis.

Com o desenvolver da luta, o povo se organizava em clubes que já existiam antes da Comuna, mas com papel muito limitado.

Tais clubes, entretanto, formados espontaneamente, não se construíam em bases político-ideológicas unificadas, possuíam uma estrutura muito rudimentar e pouca ligação uns com os outros, não tinham capacidade de dirigir um movimento revolucionário tão vasto. Dedicavam-se a elevar a "educação do povo pelo povo", como proclamavam os estatutos dos Clubes Proletá-



rios, e “uniam-se para fazer triunfar a revolução”, como declarava o Clube Nicolas-des-Champs.

A variedade de concepções entre os comunardos dificultava a definição de objetivos comuns e a unidade de ação mais ampla. O movimento abria seu caminho um pouco pelo ímpeto revolucionário das massas, um pouco por iniciativas dos mais avançados, um pouco pelo espírito prático dos trabalhadores, com base em formulações bastante gerais sobre uma nova sociedade. A ideologia do proletariado, sistematizada pelo marxismo, ainda não tinha condições de galvanizar o processo social.

Entre os representantes eleitos para o Conselho da Comuna, a maioria se dizia de revolucionários independentes - com muitas idéias, mas sem capacidade de transformá-las em um plano revolucionária.

Outra parte era de republicanos, defensores de um socialismo um pouco românti-

co, impreciso (Lênin os chama de jacobinos sem povo). Uma parte era de blanquistas, seguidores de Blanqui (preso em Versalhes), velho revolucionário, abnegado, mas preso a uma visão imediatista com grande incompreensão sobre o papel das massas e do próprio processo revolucionário. Cerca de 30 conselheiros eram ligados à Internacional, porém com pouca unidade ideológica. Boa parte destes estava sob domínio das concepções anarquistas - e reformistas - de Proudhon. Só uns poucos, como Frankel, Vaillant e Vaslin, tinham proximidade com as idéias de Marx - mesmo assim, exerceram razoável influência sobre os demais e fizeram enorme esforço para manter Marx informado dos acontecimentos. E este, por sua vez, mesmo à distância, dedicou-se com entusiasmo à tarefa de ajudar os insurretos com algumas orientações. (Veja carta de Marx no quadro)

Dos 90 membros do Conselho, 25

eram operários. Militantes autênticos, conhecidos do povo. Mas não representavam um partido. Nem mesmo se inspiravam na ideologia operária. Eram também portadores de concepções marcadamente pequeno-burguesas, republicana e proudhonista. Apesar disso, revelaram-se os mais lúcidos e coerentes. Embora não fossem marxistas, na ação prática se aproximaram das orientações mais revolucionárias. Por sua bravura e combatividade, eles arrastaram a maioria para um caminho mais próximo às exigências da luta de classes, com as debilidades já vistas.

Entretanto, a vida ensinou - e vem confirmando seguidamente - que só o instinto revolucionário não é capaz de conduzir à revolução. Sem compreender o alcance da luta de classes, os comunardos não perceberam que a burguesia, ao retirar-se para Versalhes, realizava uma manobra estratégica para acumular forças e, a seguir, esmagar a revolta de Paris. Tiveram excessivo respeito pelas

A Comuna de Paris vista por Marx

17 de abril de 1871

Caro Kugelmann,

Sua carta chegou bem. No momento estou com as mãos inteiramente ocupadas. Assim, apenas umas poucas palavras. Que você possa comparar as demonstrações pequeno-burguesas à 13 de junho de 1849, etc., com a atual luta em Paris, é bastante incompreensível para mim.*

A história mundial seria na verdade muito fácil de fazer-se se a luta fôsse empreendida apenas em condições nas quais as possibilidades fôssem infalivelmente favoráveis. Seria, por outro lado, coisa muito mística se os “acidentes” não desempenhassem papel algum. Esses acidentes mesmos caem naturalmente no curso geral do desenvolvimento e são compensados outra vez por novos acidentes. Mas a aceleração e a demora são muito dependentes de tais “acidentes”, que incluem o “acidente” do caráter daqueles que de início ficam à frente do movimento.

O “acidente” decisivo desfavorável, desta vez, não deve de modo algum ser encontrado nas condições gerais da sociedade francesa, mas na presença dos prussianos na França e sua posição logo junto de Paris. Os parisienses estavam

muito conscientes disso. Mas a *canaille* burguesa de Versalhes estava também muito consciente disso. Precisamente por esta razão eles apresentaram aos parisienses a alternativa de aceitar o combate ou sucumbir sem luta. No último caso, a desmoralização da classe operária seria uma desgraça muito maior que a queda de qualquer número de “líderes”. A luta da classe operária contra a classe capitalista e seu domínio entrou em nova fase com a batalha de Paris. Sejam quais forem os resultados imediatos, um novo ponto de partida de importância mundial foi conquistado.

Adio
K.M.

* 13 de junho de 1849, a “Montanha” - extrema esquerda da Assembléia Nacional - organizou uma demonstração em Paris para protestar contra a violenta supressão da República Romana pelas tropas francesas. A manifestação foi facilmente desfeita, e indicava uma bancarrota dos democratas pequeno-burgueses na França. (K. Marx, Carta a Kugelmann, p.293-294)

Londres, 13 de maio de 1871

(...)A Comuna me parece perder muito tempo com bagatelas e querelas pessoais. Vê-se que há ainda outras in-

fluências além dos operários. Tudo isso não seria nada se você pudesse recobrar o tempo perdido.

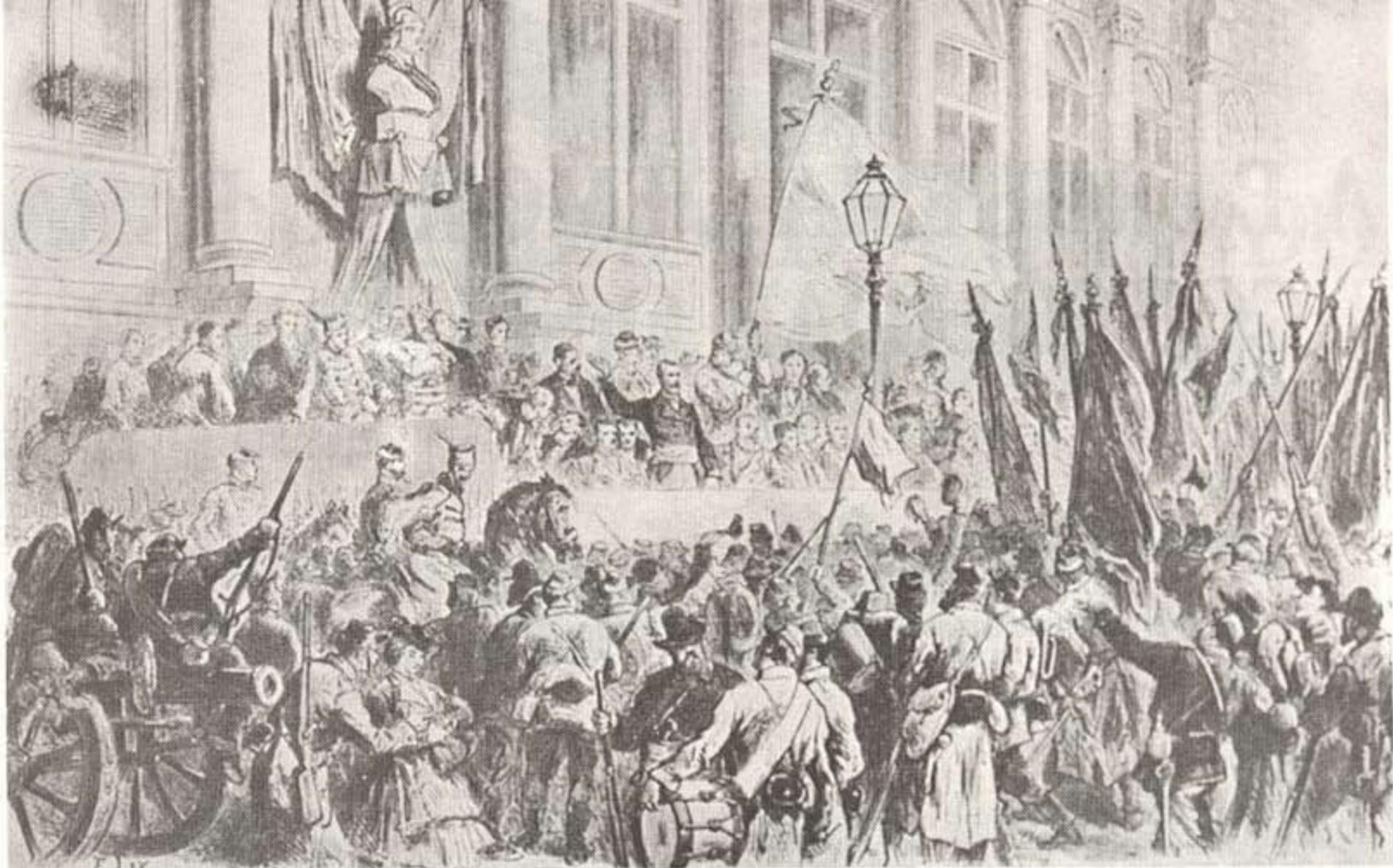
(...) Os prussianos não entregarão os fortes aos versalheses, mas depois da conclusão definitiva da paz (10 de maio)(1) eles permitirão ao governo cercar Paris com seus gendarmes (policiais). Como Thiers e companhia tinham, como você sabe, estipulado o pagamento de uma luva no tratado concluído em Pouyer-Quertier, eles recusarão aceitar uma ajuda dos banqueiros alemães, oferecida por Bismark. Nesse caso, eles perderiam a luva. A condição primordial da realização de seu tratado sendo a conquista de Paris, eles suplicariam a Bismark que prolongasse o prazo de pagamento da primeira prestação até a ocupação de Paris. Bismark aceitou essa condição. A Prússia, precisando urgentemente desse dinheiro, oferecerá todas facilidades possíveis aos Versalheses para acelerar a ocupação de Paris.

Assim, cuide-se!

(Carta de Karl Marx a Léo Frankel e Eugene Varlim)

Nota

(1) - Onde está dez de maio no original a data é 26 de maio.



Proclamação dos resultados eleitorais em 28 de março

formalidades e pelas instituições. Vacilaram em reprimir os inimigos, apressaram-se em fazer eleições, tiveram escrúpulos em se apoderarem do Banco da França. A afobação em fazer eleições resultou, inclusive, em que 15 representantes da burguesia conseguissem votação suficiente para ocupar cadeiras no Conselho da Comuna (logo passaram a sabotar o movimento e se demitiram). Também por falta de visão histórica, não buscaram apoio dos camponeses. Só muito mais tarde, a 28 de abril, aprovou-se um "Apelo aos Trabalhadores do Campo". Por tudo isto, como afirmou Lênin, ficaram a meio caminho. E permitiram à burguesia retomar a ofensiva.

É fácil compreender tais debilidades. O nível de desenvolvimento das forças produtivas era pequeno. Boa parte dos operários trabalhava em fábricas pequenas ou médias. A classe operária não tinha noção exata de sua força e de suas tarefas no movimento revolucionário.

A Comuna, e inúmeras experiências posteriores, demonstraram que o proletariado não tem como exercer sua hegemonia sem a constituição de um partido de classe, diferente, com visão científica da sociedade, que saiba como agem as outras classes, que interprete corretamente o que cabe aos trabalhadores realizar e que alianças devem realizar, assim como os alvos principais a serem atacados. Uma organização com perspectiva histórica e idéias revolucionárias, que reúna os ele-

mentos avançados e faça com que, através da estreita ligação destes com as grandes massas, o conjunto do movimento popular tenha uma direção conseqüente.

Não se pode pensar conseqüentemente em revolução sem tratar da organização de sua força mais destacada, que é a classe operária. Este foi um problema na Comuna e é um problema geral, para todos os países na atualidade.

Mas a ligação com as massas e a capacidade de disputar posições e influenciar a maioria - mesmo em situação difícil - como fizeram os operários da Comuna, precisam ser lembrados em nossos dias.

Em não raras ocasiões, destacamentos operários agem, até hoje, como se bastasse a definição pelo marxismo-leninismo e a adesão formal aos princípios para assegurar a posição dirigente. Transformam, assim, o posto de vanguarda em um "status" automaticamente estabelecido e não uma condição dia a dia conquistada, teórica e praticamente.

Tal atitude tem provocado o afastamento dos trabalhadores, deliberações fora da realidade, conclamações pomposas e vazias. E ao esvaziamento de tais partidos.

Em países onde se iniciou a construção do socialismo, este fenômeno se manifestou de forma mais aguda. A posição de vanguarda passou a ser definida em Constituição: "A força dirigente é o Partido Comunista". E pronto. A atividade apoiada na dialé-

tica foi então substituída por procedimentos burocráticos. O Partido assumiu uma postura acima do povo, isolando-se e perdendo seu caráter avançado. Mais do que isto, passou-se a considerar o Partido como única forma do proletariado exercer sua direção política, diminuindo-se o papel dos sindicatos, dos soviets, das cooperativas e outras organizações de massas.

Os acontecimentos na URSS e no Leste europeu evidenciaram todo o dano que isto acarreta. No socialismo, a batalha pela hegemonia, no terreno das idéias e da prática, prossegue, com novas formas e, muitas vezes, mais acirrada. Trocar bons argumentos, a vinculação com o povo, o desenvolvimento da teoria, a sistematização das experiências, o aprendizado com as massas, por métodos administrativos e pelo mandonismo, não pode conduzir a um bom final.

Estudar a Comuna não é saudosismo ou exercício cultural diletante. É sobretudo extrair e aproveitar os ensinamentos para a prática presente. A luta dos comunardos chama a atenção para a necessidade do Partido e fornece indicações importantes para o processo de sua construção. O papel do Partido é canalizar as imensas energias das massas e não substituí-las ou comportar-se como um ser superior que dita regras e dá ordens. ■



A BURGUESIA DEMOROU PARA CONSOLIDAR O SEU PODER

BERNARDO JOFFILY

1789 a 1871: a classe dominante francesa levou quase cem anos para criar uma forma de poder estável com sucessivos golpes de Estado.

O proletariado em nossos dias trata de encontrar sua própria forma de poder.

Hoje, quando se comemora os 120 anos da Comuna de Paris, o socialismo vive uma crise que já se arrasta há mais de uma geração e o atinge em suas três dimensões: a crise das experiências concretas de construção da nova sociedade, que degeneraram, retrocederam e desmoronaram ruidosamente; crise do movimento político socialista no mundo; a crise da teoria socialista, chamada a enfrentar os gigantescos desafios formulados pela atualidade. Essa crise pode ser encarada como a de uma formação econômico-social nova, que luta para firmar-se e

consolidar-se como uma etapa superior da história humana. E que, enfrentando as contradições que a velha forma de organização da vida impõe, enfrenta idas e vindas - fenômeno que, aliás, a própria sociedade burguesa sofreu, na luta contra o sistema feudal e as formas pré-capitalistas que a procederam. O melhor exemplo das idas e vindas de uma nova forma de organização social, até consolidar-se, é fornecido pelo próprio processo da revolução burguesa, especialmente na França, onde se realizou com o máximo de transparência e nitidez.

Neste aniversário da Comuna de Paris, não seria demais recordar que esta teve um duplo papel histórico: inaugurou a lista das revoluções socialistas, mas também forçou a conclusão das transformações democrático-burguesas, que já se arrastavam na França há mais de oito décadas.

A Revolução Francesa foi um caso raro de movimento social, em que a burguesia chamou as massas à ação revolucionária direta.

Mesmo na França, o fluxo revolucionário foi de curta duração, embora radical e fecundo.

Cronologia da Comuna de Paris

| 1870 | JULHO | AGOSTO | SETEMBRO |
|------|---|---|--|
| | <p>12 - Manifesto da Internacional contra a guerra - "Nós queremos a paz, o trabalho e a liberdade".</p> <p>22 - Primeiro manifesto do Conselho Geral aos membros da Associação dos Trabalhadores da Europa e Estados Unidos.</p> | <p>06 a 09 - Manifestações de rua contra Napoleão.</p> | <p>04 - Proclamação da república no Hotel de Ville. Forma-se o Governo de Defesa Nacional e pede-se eleições, abolição da polícia do Estado e o armamento de todos os franceses.</p> <p>09 - Segundo manifesto do Conselho Nacional da I Internacional sobre a guerra franco-alemã.</p> <p>22 - Delegados de vários Departamentos e os comandantes da Guarda Nacional reclamam eleições da Comuna.</p> |
| | <p>19 - Napoleão III declara guerra à Prússia.</p> <p><i>O professor Edgard Carone elaborou esta cronologia e deu importantes indicações bibliográficas - inclusive dos textos de Lênin e Marx</i></p> | <p>14 e seguintes - Diante das tropas francesas em Beaumont, perto de Sedan. Capitulação do exército de Mac-Mahon</p> | <p>04 - Os deputados de Paris (corpo legislativo do ex-império) formam o governo dito de defesa nacional.</p> <p>15 - Jules Favre inicia negociações com Bismarck.</p> <p>18 - Tropas alemãs investem sobre Paris.</p> |



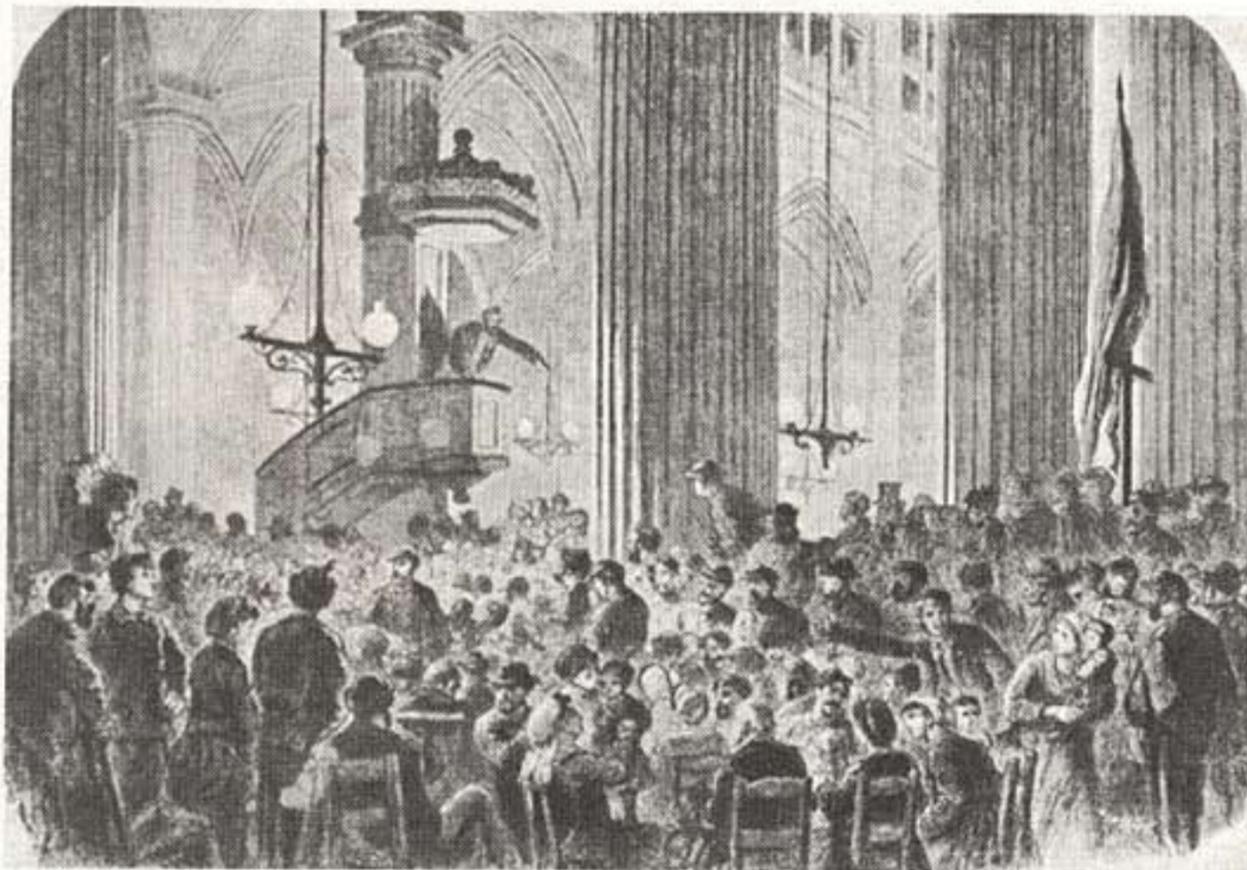
Seu detonador e símbolo foi a tomada velha fortaleza da Bastilha pelas massas insurretas de Paris, em 14 de julho de 1789. Seguiram-se a 1ª Constituinte; supressão dos dízimos e privilégios fiscais da nobreza; Declaração dos Direitos do Homem; nacionalização dos bens da Coroa, dos nobres que fugiram e da Igreja; monarquia parlamentar; voto censitário (só votam os possuidores de bens); proibição das greves e associações operárias; fuga, captura e prisão do rei; guerra com as monarquias feudais européias; insurreição em Paris; organização do povo em Comunas, bisavós da Comuna socialista de 1871; terror revolucionário contra os aristocratas; proclamação da República; execução do rei Luis XVIII e da rainha Maria Antonieta; reforma agrária; Segunda Constituição, republicana e democrática (parlamento unicameral, sufrágio universal); estabelecimento do "máximo" (congelamento do preço do trigo); supressão de todos os privilégios feudais; abolição da escravatura nas colônias francesas; reforma do exército.

sia mercantil e industrial, representada pelos *girondinos*. E, por fim, entre junho de 1793 e julho de 1794, a pequena burguesia revolucionária, tendo como porta-vozes os *jacobinos*, liderados pelo jovem advogado Robespierre, "O Incorruptível".

Ainda mais à esquerda estavam as massas trabalhadoras de Paris, artesãos, operários, armados e organizados nas Comunas. Seus representantes na Convenção, co-

mo Hebert, o fantástico jornalista Jean Paul Marat, do periódico *O Amigo do Povo*, e o padre plebeu Jacques Roux, são chamados raivosos. Eles, porém não chegaram ao poder. São os setores mais à direita que tomaram as rédeas da situação, com o golpe de 27 de julho de 1794 (9 de Termidor, segundo o calendário da revolução).

Logo no dia seguinte ao golpe de Termidor, Robespierre e 21 dos seus guilhotinados.



Reunião do clube Nicolas des Champs

Neste processo, o controle dos acontecimentos passou a setores cada vez mais avançados.

Primeiro, a nobreza reformista e a grande burguesia financeira, partidárias da monarquia constitucional. Em seguida, a burgue-

05 - Flourens e os batalhões de Belleville pedem armas e a depuração do pessoal bonapartista.

08 - Nova delegação dos batalhões operários procura Jules Ferry (secretário do governo), que se recusa a recebê-la.

10 a 13 - A polícia tenta prender Blanqui e Flourens.

31 - Os guardas nacionais ocupam o Hotel de Ville e prendem alguns elementos governamentais. Cria-se um novo poder (Delescluze, Flourens, Milliere). Entretanto, eles tentam negociar com o governo de Versalhes. O movimento fracassa.

OUTUBRO

27 - Capitulação de Bazaine e do exército de Metz.

03 - Plebiscito em Paris sobre a questão dos poderes do governo (557 mil-sim; 62 mil-não).

05 - Eleições em Paris dos prefeitos: 12 favoráveis ao governo, 15 favoráveis à Comuna.

NOVEMBRO

05 - Começo da repressão - mandatos de prisão contra os líderes populares.

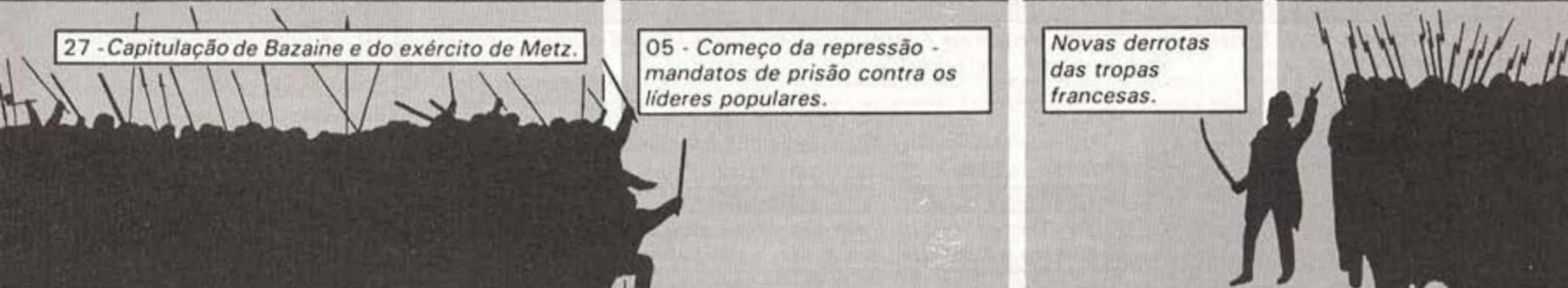
DEZEMBRO

Novas derrotas das tropas francesas.

05 - Início do bombardeio de Paris, começando pela margem esquerda.

1871

JANEIRO



O clube dos jacobinos foi fechado. O "máximo", suprimido. Na primavera de 1795, o povo pobre de Paris tentou uma reação, com os "motins da fome"; o novo governo mandou a artilharia bombardear os bairros operários e estabeleceu o terror contra-revolucionário.

Uma terceira Constituição retornou ao sistema de duas câmaras e ao voto censitário; o Executivo ficou a cargo de um diretório de cinco membros.

Em 1797, a rebeldia das camadas trabalhadoras parisienses ainda se manifestou na "Conspiração dos Iguais", sob a liderança de François Noel Babeuf, um precursor do pensamento socialista. Mas um delator entregou Babeuf e ele foi guilhotinado.

A reviravolta termidoriana nos rumos da revolução teve um nítido significado de classe. A burguesia francesa, tendo derrubado o antigo regime e afastado os principais entraves ao desenvolvimento do capitalismo, voltou as costas para a revolução e procurou uma ordem política estável, que consagrasse suas vitórias, mantivesse o povo afastado do poder e defendesse os interesses da França burguesa na arena européia.

Esta busca a levou a um sujeitinho de pouco mais de um metro e meio, com trinta anos de idade e seis de generalato, falando francês com um forte sotaque corso: Napoleão Bonaparte. Ele, derrubou o Diretório e se apoderou do governo sem maiores difi-

culdades. Fez aprovar uma quarta Constituição e o célebre Código Civil napoleônico, reformou o ensino, reestruturou o aparato burocrático, pôs fim à desordem administrativa e econômica da época revolucionária. Os sindicatos e greves continuavam proibidos. A burguesia vibrou. Os camponeses, agora proprietários das terras que trabalham, não se queixavam. Em 1804, o jovem general fez-se coroar imperador.

Desapareceu assim a República conquistada durante as jornadas revolucionárias. Porém, a monarquia napoleônica tinha um conteúdo distinto da dos Bourbons: uma era feudal; a outra é essencialmente burguesa.

Desde 1792 a França estava em guerra permanente, combatendo os aristocratas contra-revolucionários, a rebelião da Vendéia, as monarquias feudais do continente e a Inglaterra, que há mais de um século realizara transformações de caráter burguês, mas juntamente por isso temia a concorrência francesa. A revolução forja um novo exército e uma nova concepção de guerra que logo mostram sua superioridade nos campos de batalha.

A França rechaça o inimigo para além de sua fronteira e continua, na época napoleônica, a espalhar pela Europa o seu império e as idéias incendiárias - para a época -

das transformações democrático-burguesa.

Em 1812, o Império francês abrange 152 departamentos e tem mais de 50 milhões de habitantes (a Europa soma na época um total de 175 milhões). Em torno dele estende-se uma área de Estado-satélite e aliados, que vai desde a Península Ibérica, a Oeste, até a Áustria, a Prússia e a Polônia, ao Sul, e da Noruega, ao Norte, até a península da Itália, ao Sul.

Napoleão liderou o novo império burguês da França em guerras contra as dinastias feudais européias, deixando no rastro de seu exército transformações profundas no Velho Continente. Mas, finalmente, a colisão das velhas aristocracias européias venceu o "Pequeno Corso" em 1815, acontecimento que levou a um período de restauração monárquica não só na França mas em toda a Europa.

O período de 1814 a 1830 foi então o exemplo clássico de restauração de um sistema político-social que parecia irremediavelmente relegado à lata de lixo da história. É certo que não dava simplesmente para fingir que a revolução não acontecera.

O rei foi obrigado a conviver com uma Constituição, mas outorgada por ele próprio. O parlamento era bicameral, com uma Câmara dos Pares, hereditária, e uma

21 - Guardas Nacionais liberam Flourens.

22 - Manifestações dos batalhões dos guardas nacionais na rua Rivoli. Seu fracasso e sua repressão.

26 - Preliminares da paz assinadas em Versalhes entre Thiers, J. Favre e Bismarck.

01 - Entrada dos alemães nos Campos Elíseos.

03 - Assembléia de delegados de 200 batalhões, que vota os estatutos da Federação Republicana da Guarda Nacional e nomeia uma comissão executiva.

JANEIRO

13 - Proclamação do Império Alemão em Versalhes.

FEVEREIRO

08 - Eleição na Assembléia Nacional: entre 43 eleitos, 6 são partidários da capitulação.

17 - Thiers eleito chefe do poder executivo pela Assembléia. Nomeia ministros políticos reacionários como J. Favre, J. Simon, Picard.

26 - Os canhões de Paris são deslocados para os quarteirões do Este e Nordeste, isto é, longe dos bairros operários.

10 - A Assembléia escolhe Versalhes como local de reunião. A República é declarada como expediente provisório.



Câmara de conservadores. O rei promulgou leis contra o "sacrilégio" e a liberdade de imprensa, restabeleceu o controle da Igreja sobre o ensino, dissolveu a Guarda Nacional e aprovou a "Lei do Bilhão", indenizando os aristocratas emigrados pelos domínios feudais que perderam.

Em meados de 1830, Carlos X dissolveu a Câmara dos Deputados, limitou ainda mais o direito de voto, decretou nova lei de censura; a França encaminhava-se nitidamente para o absolutismo explícito. A burguesia vacilou, mas as massas populares saíram às ruas de Paris. As barricadas retornaram; após três dias de combate, Carlos X abdicou e fugiu para a Inglaterra. Triunfava a Revolução de Julho de 1830.

Desta vez, porém, a vitória revolucionária não abriu, como em 1789, um período de participação popular. A grande burguesia francesa tirou lições do passado e temia mais o povo que os restos feudais. Assim, ela rapidamente encontrou um novo rei, Luís Felipe, um Bourbon do ramo de Orleans, de 57 anos, riquíssimo e muito bem relacionado nos meios financeiros; que ficou conhecido como o "rei burguês". Por um lado, ele apontou os excessos restauracionistas de seus antecessores: reformou a Constituição, aboliu a censura, restaurou a Guarda Nacional,

readotou a bandeira nacional tricolor. Por outro lado, apoiava-se nos "legitimistas" ultraconservadores da nobreza latifundiária, manteve os republicanos e bonapartistas no ostracismo e formou sucessivos governos conservadores, autoritários e corruptos. A classe social que dava efetivamente as cartas já não era a nobreza feudal, mas a alta burguesia. Entretanto, os restos do Antigo Regime ressuscitados durante a restauração sobreviviam em grande medida, sobretudo na super-

estrutura política. O voto censitário eliminou do parlamento qualquer representação dos operários, camponeses ou da pequena-burguesia e reduziu consideravelmente o peso da própria burguesia industrial.

Em 1848 explodiu na França uma terceira revolução de conteúdo democrático-burguês, vanguardando, mais uma vez, uma onda revolucionária que se espalhou pela Europa. Em fevereiro, trabalhadores, estudantes e efetivos da Guarda Nacional pa-



Execuções sumárias no Jardim de Luxembourg

13 - A Federação da Guarda Nacional constitui seu Comitê Central (4 delegados por Departamento).

16 - A Guarda Nacional recusa entregar os canhões da Praça de Vosges.

19 - O Comitê Central decreta eleições para a Comuna. Prefeitos e deputados (Louis Blanc) desmentem o Comitê Central, pretendendo se encarregar dos direitos de Paris.

22 a 26 - Instalada a Comuna em Lyon, Marselha, Narbone, Toulouse e Saint-Étienne.

26 - Eleições da Comuna em Paris (229 mil do partido dos prefeitos; 65 pelo Comitê Central).

27 - Instalação da Comuna de Paris.

02 - A Comuna decreta o máximo a ser pago por ano: 6 mil francos. Decreta-se a separação da Igreja/Estado.

MARÇO

11 - Vinoy suspende seis jornais republicanos e condena à morte Flourens, Blanqui e Levrault; Duval e Leo Meillet são procurados pelas autoridades militares.

18 - Vinoy tenta se apossar dos canhões instalados em Montmartre e ocupar militarmente Paris. Os generais Clément Thomas e Lecomte são executados por seus soldados. Thiers dá ordens de evacuar Paris e todos serviços governamentais.

20 - A Assembléia se reúne em Versalhes e nomeia uma comissão de quinze membros para orientar o governo de Thiers; esta Comissão faz apelos e exclui a palavra República.

21 - Thiers diz não querer atacar Paris.

ABRIL

02 - Ataque dos versalheses sobre Courbevoie.

03 - Marcha de três colunas sobre Versalhes. Flourens é preso e morto. Massacre dos prisioneiros comunardos em Chatou.

risiense se amotinaram e ergueram 2 mil barricadas. Luis Felipe fugiu do palácio por um subterrâneo e o povo proclamou o fim da monarquia. Formou-se um governo provisório, com hegemonia burguesa e pequena participação de socialistas pequeno-burgueses. Uma Assembléia Constituinte foi convocada e, mais uma vez, os acontecimentos pareciam inclinar-se no sentido de uma superação radical e definitiva dos restos do antigo regime.

Porém, a esta altura, a frente antifeudal já estava objetiva e irremediavelmente cindida, com burgueses de um lado e proletários de outro. Em junho, respondendo ao fechamento das "Oficinas Nacionais", que davam trabalho a mais de 100 mil desempregados, os operários de Paris partiram novamente para a insurreição.

Nas jornadas de junho de 1848, a classe operária apareceu pela primeira vez como força política independente e deparou-se com uma repressão de ferocidade nunca vista, a cargo do general Cavaignac, célebre por sua crueldade nas guerras de conquista da Argélia. Os operários, inclusive mulheres e crianças, lutaram com heroísmo, mas o campesinato permaneceu apático e as tropas de Cavaignac terminaram por vencer. Cerca de 800

operários morreram em combate; outros 2 mil foram fuzilados após a derrota; 25 mil foram presos e 3,5 mil deportados.

Em novembro foi promulgada a Constituição da Segunda República: ela previa um parlamento unicameral e eleição direta para a Presidência, por quatro anos não renováveis. Não foi, contudo, o fim da luta pela conclusão das transformações democrático-burguesas. Luís Bonaparte, sobrinho de Napoleão Bonaparte (apelidado "Napoleão, o pequeno" pelo romancista Victor Hugo) venceu a eleição presidencial abrindo o caminho para um novo retrocesso.

De fato, em 1852 Luís Bonaparte promoveu um golpe de Estado e proclamou-se imperador, com o título de Napoleão III, numa repetição caricata da trajetória de seu tio. O novo "imperador dos franceses pela graça de Deus e a vontade do povo", dissolveu o parlamento, rasgou a Constituição republicana e outorgou outra, monárquica. Retomando os velhos cacoetes monárquicos da aristocracia francesa, apoiou-se na burocracia e no exército e restabeleceu a tutela clerical sobre o sistema de ensino. As greves e associações operárias permaneceram proibidas até 1864. O mesmo traço reacionário se manifestou na política externa: A França enviou uma expedição militar para recolocar no trono de Roma o papa Pio IX, deposto pelos revolucionários italianos.

Desta forma, até o momento mesmo

em que os comunardos de Paris hastearam a bandeira do socialismo, ainda não se haviam completado as transformações democrático-burguesas. Quando Napoleão III perdeu a guerra e foi aprisionado pelos prussianos, em 1870, o parlamento proclamou a República, cedendo mais uma vez à pressão popular. Porém, na Assembléia Popular convocada em seguida, 450 dos 750 deputados eram monarquistas e já se preparavam para achar um novo rei ou imperador.

Por ironia da história, foi o proletariado socialista de Paris, com sua revolução frustrada, mas profética, que obrigou a burguesia francesa a concluir, a contragosto, a sua própria revolução.

Toda esta reconstituição evidencia como a revolução burguesa se processou dolorosa e sinuosamente, num processo cheio de altos e baixos, avanços e recuos, acúmulos quantitativos e saltos qualitativos, até dar conta de sua missão histórica. Mostra, ainda, que o avanço *em última instância* da revolução não exclui a possibilidade da restauração. No caso da revolução proletária, pelo menos dois fatores contribuem para tornar o processo ainda mais difícil.

Em primeiro lugar, ela precisa negar não só alguns séculos de capitalismo, mas

06 - Decreto sobre os prisioneiros.

12 - Decreto sobre os vencimentos: todas as diligências são suspensas.

13 - Decreto sobre a Coluna Vendome.

16 - Eleições complementares da Comuna.

19 - Programa da Comuna: **Declaração ao Povo Francês.**

21 - O poder executivo da Comuna é confiado aos delegados reunidos em nove comissões. Cada uma das comissões é composta por cinco membros.

22 - É criado o Tribunal Revolucionário.

24 - Os oficiais ministeriais (notórios) receberão uma soma fixa pelo seu serviço, e o restante será entregue ao Estado.

28 - Proposta a criação de um Comitê de Salvação Pública. Proclamação ao povo do campo. Interdição do trabalho à noite em padarias. Comissão para organizar o ensino laico, primário e profissional.

01 - A Comuna vota contra a formação do Comitê de Saúde Pública.

09 - Renovação de Comitê de Salvação Pública.



ABRIL

06 - Mac-Mahon nomeado chefe do exército versalhês.

08 a 09 - J. Favre, de Versalhes, se dirige ao quartel-general prussiano, em Rouen. Ao retornar é festejado por Thiers.

16 - Circular de Thiers: "Eu não tenho nada a dizer"; "se alguns tiros de canhão forem ouvidos não há nada a dizer".

20 - A Assembléia de Versalhes rejeita categoricamente qualquer medida de pacificação.

25 - Nova declaração de Thiers "É impossível a conciliação".

27 - Massacre dos prisioneiros confederados em Belle-Épine.

28 em diante - Operações militares das tropas versalhesas contra o Fort d'Issy.

05 - Ataque dos versalheses contra Clamart.

08 - Ultimato de Thiers aos parisienses.

10 - O governo de Thiers assina a paz em Francfort com o Império Alemão.

vários milênios de propriedade privada e divisão da sociedade em exploradores e explorados. Em segundo lugar, as novas relações econômicas e sociais socialistas, ao contrário das relações burguesas, não podem se estruturar no seio da velha sociedade. A revolução burguesa, ao se colocar a tarefa de tomar para si o poder político, já encontra as formas da economia capitalista, que foram brotando espontaneamente da própria decomposição do feudalismo. Sua tarefa se limita a transformar a superestrutura, libertando-a dos entraves ao livre desenvolvimento do capital.

Ao passo que a revolução socialista depende do poder político para erguer, a partir de uma base econômica moldada pelo capitalismo (e, às vezes, até com sobrevivências pré-capitalistas), as novas relações sociais baseadas na produção coletiva e na apropriação coletiva dos frutos do trabalho.

Isto significa uma diferença de qualidade entre uma restauração feudal-absolutista, no curso da revolução burguesa, e uma restauração burguesa no curso da revolução proletária. A primeira, quando muito, consegue emperrar, porém, jamais impedir e, menos ainda, reverter o desenvolvimento das relações capitalistas na economia. Durante todo o período da restauração pós-napoleônica,

na França e na Europa, as novas relações capitalistas foram se impondo inexoravelmente. A indústria francesa, em 1820, contava com apenas 65 máquinas a vapor; em 1847 já contava com mais de 5 mil.

Já a revolução socialista, ao perder o poder político (seja através de uma contrarrevolução aberta, seja pelo apodrecimento e aburguesamento de suas próprias estruturas), perde também sua base econômica.



Proclamação comunarda

A propriedade coletiva socialista dos meios de produção degenera num tipo de capitalismo de Estado, ou de cooperativismo capitalista "auto-gestionário", até entrar em colapso e assumir formas explícitas de privatização, como mostra a história de nossos dias.

Este é um traço específico e (por que não dizer?), um agravante de restauração burguesa face à restauração feudal.

Deriva daí uma situação contraditória, que constitui a tragédia, o paradoxo e o desafio da revolução proletária em nossos dias. Ao retrocederem, as tentativas de construção do socialismo não deixam mais que sua experiência como legado aos combatentes revolucionários da atualidade.

A vitalidade da causa revolucionária brota de outra fonte, o contínuo agravamento da contradição entre produção social e apropriação privada dentro do próprio sistema burguês. É ele que coloca ao alcance de nossas mãos, de nossa ousadia e competência, a realização do profético programa dos revolucionários da Comuna - tomar de assalto os Céus da emancipação da humanidade. ■

BERNARDO JOFFILY - jornalista.

15 - Declaração da minoria da comuna hostil à nova direção do Comitê de Salvação Pública.

16 - A Coluna Vendôme é demolida.

22 - Apelo às armas feito pelo Comitê de Salvação Pública. Barricadas são feitas em Batignolles e no 9.º Departamento.

24 - A Comuna se transfere para o 11.º Departamento.

25 - Última reunião da Comuna.

26 a 28 - Últimas barricadas.

MAIO

21 - As tropas versalhesas entram em Paris, em várias direções.

22 - Várias posições dos comunardos são tomadas pelos versalheses que progredem para o centro de Paris. Vários focos de incêndios aparecem na cidade.

24 - Iniciam-se os massacres dos federados.

25 - Os versalheses continuam progredindo na cidade.

26 a 28 - Inicia-se a execução dos prisioneiros.

NOTA

A bibliografia sobre a Comuna é imensa e as informações são as mais variadas possíveis. Para esta cronologia utilizamos principalmente dois livros: *Ouvres Complètes de Karl Marx, La Guerre Civile em France (1871)*, Edition Nouvelle accompagnée des travaux préliminaires de Karl Marx. Paris, Editions Sociales, 1953. 358 p. (é a reprodução da edição MEGA, isto é, da melhor edição das obras de Marx, pois, além das diversas versões desse trabalho, temos a reunião do material que o próprio Marx utilizou para redigi-la; além dos recortes de jornais há uma cronologia e um completo index de nomes.

Henry Lefevre - *La proclamation de la Commune (26 mars 1871)*. Paris, Gallimard, 1965 (além de uma iconografia bastante original, o livro traz uma cronologia sucinta sobre a guerra franco-prussiana e os acontecimentos iniciais da Comuna.

28 - Fim da resistência.

JUNHO

28 - Iniciam-se as execuções em massa, que terminam no começo de junho.

Fim de maio - junho: 17 mil fuzilados pelos oficiais versalheses. De 26 de maio de 1871 a 31 de dezembro de 1874: os 24 conselhos de guerra criados pelo governo de Versalhes julgaram 80 crianças, 132 mulheres, 9.950 homens da Comuna, sem contar os rebeldes que não comparecem em juízo. Eles pronunciaram 13.450 condenações, das quais 270 à morte, 410 a trabalhos forçados, 4.016 a deportação numa fortaleza, 3.507 a simples deportação, 1.323 a detenção ou reclusão, 322 ao exílio, 8.407 a prisão.



A IMPRENSA BURGUESA, UM VÉU DE MENTIRAS...

ANTONIO MARTINS

*... de mentiras sobre a Comuna. O método crítico de Marx levou-o
a restaurar a verdade dos fatos, indicando
à imprensa popular o caminho fértil da análise de conjuntura.*

Para enfrentar o “muro de mentiras”, que os jornais burgueses ergueram contra a Comuna, Marx desenvolveu as bases de um método para uma imprensa popular militante. As características deste jornalismo, baseado num método concreto e não-dogmático de análise da conjuntura, precisam ser estudadas ainda hoje pelas forças progressistas. Em 30 de maio de 1871 o jornal conservador “Le Temps”, que durante a maior parte do tempo que durou a Comuna pode manter ácida propaganda contra ela, desdobrava-se para apresentar a campanha sangrenta das forças de Versalhes como a vitória da “civilização”.

“Paris respira enfim: a luta horrível terminou há 24 horas. (...) que seria de Paris sem o movimento feliz e imprevisto que abriu, antes da hora programada para o assalto, as portas da cidade ao exército libertador? (...) As paixões e os ódios sem nome que moveram homens da Comuna constituem um fenômeno tão monstruoso que exigem todo poder de observação dos políticos, dos filósofos, dos moralistas”.

“Le Temps” não era uma exceção. Durante os 72 dias que durou a revolução, os jornais burgueses da França e do resto do mundo não se contentaram em verberar contra a Comuna. Eles distorceram deliberadamente os fatos e chegaram a inventar acontecimentos para fazer brotar o ódio da opinião pública contra o movimento. Foi “noticiada” em todo o mundo a execução em massa de “reféns”. A onda de calúnias chegou ao Brasil. O “Jornal do Comércio”, do Recife, e outros, falaram em massacres de beneditinos, depredação e incêndio do museu do Louvre, crimes contra a honra, vilipêndio de igrejas e outras atrocidades. O objetivo, em boa parte alcançado, era apresentar a reação selvagem da burguesia francesa como um ato salutar, ainda que atroz - como a res-

posta dura e necessária a barbárie que de outra forma não poderia ser contida.

A imprensa ergueu “um muro de mentiras” contra a revolução, contra-atacou Karl Marx na época. Apesar de enfermo, Marx usou todas as suas forças para analisar em profundidade o desenvolvimento da Comuna e para tornar possível a ação das massas trabalhadoras de toda a Europa a favor dela.

“Não acredite numa palavra daquilo que os jornais escrevem sobre os acontecimentos de Paris. É tudo mentira e impostura. Jamais a vulgaridade da escrevinhice jornalística burguesa se fez valer com tanto brilho”, disse Marx ao deputado socialista alemão Liebknecht em uma carta datada de 6/4/1871. Marx não se contentou, porém, em *denunciar* a deturpação dos fatos. Ele ansiava pela intervenção das massas trabalhadoras francesas e européias na defesa da Comuna. E sabia que só seria possível desencadeá-la se o movimento operário organizado fosse capaz de formular uma interpretação para a crise capaz de vencer *intelectualmente* as demais, e dessa forma mobilizar amplos contingentes do povo. Chegar a tal interpretação e difundí-la amplamente entre os trabalhadores, pensavam Marx e a Internacional, era uma tarefa de prioridade máxima, cuja concretização justificava todos os esforços e sacrifícios.

As dificuldades eram múltiplas e começavam pelos obstáculos à manutenção de uma correspondência regular entre a Inglaterra e Paris rebelde. Durante algumas semanas, Auguste Serrailier, enviado expressamente pela Internacional à Comuna, remeteu farto material sobre os acontecimentos. Em seguida, porém o cerco versalhês e prussiano sobre a insurreição bloqueou as comunicações por correio. As cartas passaram a ser enviadas por mensageiros socialistas e chegavam

com grande atraso. Mais tarde, até mesmo esta forma de contato foi impedida.

Marx passou a contar, então, apenas com a imprensa burguesa. A comissão de autores soviéticos que redigiu sua biografia em 1973 relata que ele dava, desde o início, grande importância à leitura deste material e chegou a desenvolver um método próprio de trabalhar com ele. Mantinha um volumoso caderno com recortes dos jornais. E sabia extrair da montanha de mentiras e especulações lançadas por eles “o fato primitivo, o número, a frase exata de um determinado político”. Dessa forma, “reconstituía a trama dos acontecimentos, seguia seu desenvolvimento, descobria as suas causas sociais e políticas”.

A partir dos fatos extraídos da própria imprensa burguesa, Marx construía um conjunto de *teses* essenciais sobre os movimentos mais importantes da conjuntura. Essas teses compõem as versões preliminares das obras que escreveu no período. Talvez por isso todas elas estejam repletas de citações não apenas do jornal oficial da revolução - o “Journal Officiel” -, mas também da imprensa burguesa da época. Vistos através de uma interpretação mais avançada, os dados fornecidos por esta imprensa voltam-se contra os próprios “comentários” que os acompanham. Além disso testemunham a segurança do autor, suficientemente forte para servir-se das informações prestadas pelo adversário... Na “Guerra civil em França”, obra em que Marx procurou sintetizar a experiência da Comuna e extrair dela conclusões teóricas originais são seguidamente mencionados, entre outros, o “Journal de Paris”, o “Le Temps” e o “Le Siècle”, os ingleses “The Times”, “Daily News”, “Evening Standard” e “Spectator”.

A análise que Marx faz dos fatos ganha força graças a certas características essen-

ciais. A primeira delas é a capacidade de identificar numa conjuntura complexa o elemento mais relevante, que presidirá o desenvolvimento dos demais. Em maio de 1870, Marx começa a chamar a atenção para uma tendência nova que desponta no movimento operário europeu. Os trabalhadores franceses, pensa ele, estão elevando rapidamente seu grau de organização.

O segundo Império, de Luís Napoleão, havia perseguido ferozmente os operários, cujos líderes estavam em boa parte no exílio ou na prisão. O próprio grau de consciência do proletariado era muito inferior, por exemplo, ao que existia na Alemanha, onde as teses marxistas desfrutavam de enorme prestígio. No entanto, a desagregação acelerada do regime agudizava a luta de classes e deslocava o centro da conjuntura para a França. A classe operária francesa dará “o primeiro empurrão” para a revolução europeia, escreve Marx e Engels em 1875. Coerente com tal ponto de vista, é para este país que ele voltará sua atenção principal, a partir daí.

E, ao invés de tentar “enquadrar” os acontecimentos que surgem nas conclusões teóricas obtidas no passado, ele procura extrair de cada fenômeno novos elementos que enriqueçam ainda mais sua teoria. Tal tendência torna-se nítida já durante a guerra franco-prussiana, que seria a causa imediata da Comuna.

Na luta pela independência dos trabalhadores transpareceria uma outra característica da atividade de Marx como publicista. Cultivador da polêmica, ele considerava ser necessário expor, *abertamente* as divergências que surgiam no seio do próprio movimento revolucionário. Num documento aprovado ainda em 4 de setembro, os membros parisienses da Internacional haviam capitulado diante da pressão ideológica de sua própria burguesia e repetiam frases de claro conteúdo chauvinista. Numa carta escrita em 14/9, Marx alertou: “Todo o tom deste manifesto é absurdo e de modo nenhum corresponde ao espírito da Internacional”.

Em 18 de março de 1871 eclodiu em Paris a revolução popular que ficou conhecida como a Comuna. As contínuas vacilações das classes dominantes francesas haviam criado uma situação em que não restara ao proletariado outra alternativa. A manutenção de tropas alemãs na França humilhava o país. O movimento operário, que reivindicava incessantemente a independência, viu-se obrigado, diante da inação prolongada do gover-



Jornais da Comuna

no burguês, a lutar por ela com suas próprias mãos. Qualquer alternativa seria vista como incapacidade de cumprir o próprio programa, e levaria à desmoralização.

Marx estuda com cada vez maior preocupação os fatos e comunica-se sem cessar com os comunardos. Mesmo feita em Londres, sua análise chega a ponto de indicar a eles esquemas militares para a defesa de Paris. Quando o acordo entre as burguesias francesa e prussiana está cada vez mais próximo, Marx aconselha os revolucionários a fortificar o lado norte das colinas de Montmartre, próximo ao qual estão estacionadas as tropas de Bismarck. Mais tarde escreverá, com amargura: “Tinham ainda tempo para fazê-lo. Eu os avisei de antemão que, de outro modo, cairiam numa ratoeira...”

Na primeira dezena de maio concretiza-se o acordo entre Bismarck e Louis Favre, ministro do Exterior do governo de Versalhes. A burguesia francesa, antes impotente, reúne agora 150 mil soldados, muitos deles ex-prisioneiros de guerra libertados pelos prussianos. Thiers avisa que será implacável na vingança contra a Comuna. Suas tropas entram em Paris em 21 de maio. Uma semana depois a cidade está arrasada.

Nos documentos que elaborou sobre a Comuna, Marx não se furtou a dizer que a revolução de Paris representava, independentemente de sua direção, o estágio mais avançado atingido até então pela luta dos tra-

balhadores. A desmoralização deles em caso de capitulação, explicou ele a Kugelmann, teria sido uma tragédia bem maior que a derrota. E completou, numa condenação categórica à tendência oportunista de perseguir a todo custo vitórias táticas, mesmo quando elas comprometem a independência da luta operária: “A história mundial seria, aliás, muito fácil de fazer se a luta fosse empreendida apenas sob a condição de probabilidades infalivelmente favoráveis”.

Marx chega a conclusões igualmente inovadoras sobre as novas alianças de classe que se esboçam no cenário internacional. Decorrido um quarto de século desde a redação do “Manifesto Comunista”, havia se esgotado por completo o papel revolucionário da burguesia. Ela havia abandonado as alianças que estabelecera no século XVIII e no início do século XIX com os operários e as massas despossuídas. Consolidada no poder, unia-se agora às classes mais retrógradas, aos remanescentes aristocráticos e feudais da sociedade para esmagar o proletariado. Este, por sua vez, devia atuar como o defensor dos interesses do campesinato trabalhador e da pequena burguesia urbana empobrecida. Aí, entre as massas despossuídas, residiam suas possibilidades de aliança.

A mensagem que Marx escreveu para a Internacional sobre a Comuna recebeu o título definitivo de “Guerra Civil na França”. Foi apresentada ao Conselho Geral e aprovada em 30 de maio. O fim da revolução parisiense exigia que o proletariado apresentasse uma resposta teórica imediata. Qualquer demora, qualquer atitude burocrática e protelatória, implicaria em prejuízos políticos graves e crescentes”.

A burguesia liquidara a Comuna. Apenas dois dias transcorridos após o fim da campanha militar sangrenta de Thiers, contudo, a direção do movimento operário demonstrava que tinha, naquele tempo, disposição e capacidade para dar resposta intelectual imediata e aos problemas com que se defrontava. “Guerra Civil na França”, que imediatamente foi publicado em mais de dez idiomas e com tiragem superior a de qualquer outra obra de Marx editada até então, terminava assim: “Paris dos operários, com sua Comuna, será para sempre celebrada como a precursora de uma sociedade nova. Seus exterminadores, a História já os pregou em um pelourinho eterno, e todas as preces de seus padres não bastarão para resgatá-los...” ■

O COMUNISMO E O ESTADO: (TEORIA POLÍTICA MARXISTA A PARTIR DE LÊNIN)

LUIS FERNANDES

Com este artigo completa-se uma série sobre a teoria marxista do Estado. Partindo do pensamento de Marx, analisamos as deformações de Berstein e dos revisionistas. Concluimos agora com o “tronco” encabeçado por Lênin

O surgimento do marxismo como vertente teórica própria, a partir das reflexões de Marx e Engels nos anos 40 do século passado, teve como base objetiva o deslocamento do centro do movimento revolucionário mundial da França para a Alemanha, deslocamento que se acentuou ainda mais ao longo da segunda metade do século XIX. Na Alemanha, o refluxo da onda revolucionária que sucedeu a derrota militar na I Guerra sufocou (nos sentidos figurado e literal) a alternativa política que estava se constituindo na ala esquerda do Partido Social-Democrata ao redor das figuras de Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht (fundadores, em seguida, do Partido Comunista alemão). A partir deste refluxo, a evolução geral da social-democracia (na Alemanha e no mundo) foi marcada pela progressiva incorporação do *revisionismo* de Bernstein e, conseqüentemente, pela “recomposição” com o liberalismo (como vimos no artigo da edição anterior da *Princípios*). A outra alternativa política e teórica de esquerda que se desenvolveu nos marcos gerais da social-democracia - o *austró-marxismo* - tampouco sobreviveu ao esmagamento da experiência da “Vienna Vermelha” (governada pelo Partido Social-Democrata austríaco) e à anexação da Áustria pela Alemanha nazista. Além destes desenvolvimentos, os diversos autores (sobretudo alemães) que se alinharam com as formulações da chamada “Escola de Frankfurt” (de Horkeimer e Adorno, no seu início, a Habermas e Claus Offe, nos dias de hoje) resvalaram, basicamente, para uma crítica *cultural* do capitalismo, sem muita consqüenciapolítica (pelo menos política *revolucionária*).

A partir de Lênin, surge um *tronco* da teoria política marxista alternativo à social-democracia fora

da área geográfica dos países europeus de língua alemã. A base objetiva para isto foi o deslocamento do centro do movimento revolucionário mundial da Alemanha para a Rússia na passagem do século XIX para o século XX. A Rússia, nesta época conjugava um desenvolvimento altamente concentrado do capitalismo nas principais cidades com sobrevivências do regime de servidão feudal no campo. As contradições deste desenvolvimento geraram três revoluções no espaço de apenas doze anos - as revoluções democrático-burguesas de 1905 e fevereiro de 1917, e a revolução socialista, dirigida pelo Partido bolchevique de Lênin, em outubro de 1917.



Gerar dirigentes proletários intelectualmente capazes é um grande desafio

Boa parte da produção teórica de Lênin acerca do Estado tratou de resgatar as formulações clássicas da teoria política de Marx e Engels (sobretudo a sua caracterização do Estado *como órgão de dominação de classe* contra os novos enfoques dessa questão introduzidos pelos autores e correntes *revisionistas* no âmbito da social-democracia. Este enfoque está presente já nos primeiros escritos, como o texto de polémica com o “marxismo acadêmico” *O Conteúdo Econômico do Narodismo e a sua Crítica no Livro do Sr. Struve (O Reflexo do Marxismo na Literatura Burguesa)*, escrito em 1894, quando tinha apenas 24 anos



de idade. Seus trabalhos teóricos mais sistemáticos sobre o Estado, no entanto, foram elaborados nos períodos imediatamente anterior e posterior à revolução soviética. Estes incluem obras como o célebre *O Estado e a Revolução*, escrito em agosto e setembro de 1917, o livro *A Revolução Proletária e o Renegado Kautsky*, de novembro de 1918, a conferência *Sobre o Estado*, proferida em julho de 1919. Nesta última, Lênin enfatiza a necessidade de estudar a fundo a teoria marxista do Estado, questão complexa que, segundo ele, havia sido “embrulhada e complicada ainda mais pelos eruditos e especialistas burgueses” por “afetar os interesses das classes dominantes mais do que qualquer outra questão” (fora os fundamentos da ciência econômica).⁽¹⁾

Apesar da sua importância, estes trabalhos não chegam a configurar uma contribuição original de Lênin à teoria política marxista, a não ser pela discussão das suas conseqüências e desdobramentos para as revoluções proletárias no começo do século XX. A preocupação do principal dirigente da revolução soviética, aqui, era a de recolher, recuperar e sistematizar as extensas (e, muitas vezes, dispersas) reflexões teóricas de Marx e Engels sobre o Estado, para as situar nas grandes polémicas teóricas, estratégicas e táticas que sacudiam o movimento social-democrata na Rússia e no mundo. Esta sistematização da teoria marxista do Estado já seria, em si, uma importante contribuição (embora não original). Mas Lênin, na verdade, vai muito além e formula uma série de desenvolvimentos criadores e originais da teoria política marxista.

Sem dúvida, uma das maiores contribuições leninistas foi o aprofundamento e sistematização da teoria do partido proletário-revolucionário (suas bases

teóricas, políticas, organizativas e programáticas). As bases teóricas deste partido foram discutidas por Lênin no seu famoso livro *Que Fazer?*, de 1902. As questões organizativas do partido formaram o tema central do livro *Um Passo em Frente, Dois Passos Atrás*, de 1904. Já as suas bases políticas e programáticas foram examinadas na sua obra *Duas Táticas da Social-Democracia na Revolução Democrática*, de 1905.

Uma discussão mais aprofundada e detalhada destas bases teóricas da concepção leninista de partido é algo que foge ao escopo deste artigo.⁽²⁾ Tratarei resumidamente, aqui, apenas da sua conclusão fundamental - a de que a consciência socialista não brota espontaneamente da luta econômica do movimento operário. O raciocínio de Lênin a este respeito se apóia na seguinte reflexão teórica de Kautsky:

“O socialismo e a luta de classes surgem um ao lado do outro e não derivam um do outro; surgem de premissas diferentes. A consciência socialista moderna não pode surgir senão na base de profundos conhecimentos científicos... Porém, o portador da ciência não é o proletariado, mas a *intelectualidade burguesa* (sublinhado por K.K.): foi do cérebro de alguns membros desta camada que surgiu o socialismo moderno e foram eles que o transmitiram aos proletários intelectualmente mais desenvolvido, os quais, por sua vez, o introduzem da luta de classe do proletariado onde as condições permitem. Deste modo, a consciência socialista é algo introduzido de fora na luta de classe do proletariado e não algo que surgiu espontaneamente no seu seio”.⁽³⁾

Ao contrário do que afirmam muitas críticas apressadas e superficiais, nem Lênin, nem Kautsky argumentam, neste raciocínio, que os operários devem

ser dirigidos por intelectuais no “seu” partido revolucionário. O que o argumento acima evidencia é que, dado o agravamento progressivo da divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual nas sociedades divididas em classes antagônicas (e que é aprofundada ainda mais no capitalismo) a defesa científica do socialismo não surgiu historicamente do seio do próprio proletariado, mas da produção teórica de intelectuais que se identificaram com a “causa operária” (no caso, Marx e Engels). Isto diz respeito, portanto, à *gênese histórica* da “moderna teoria socialista”, e não a uma relação social a ser preservada e perpetuada nos partidos socialistas. O desafio do partido proletário-revolucionário é justamente gerar dirigentes proletários (tanto do ponto de vista teórico, quanto de origem social) intelectualmente capacitados para conduzir a luta da sua classe pelo poder.

**A política une
a “minoría”
consciente com
as grandes
massas operárias**



Justamente por se apoiar no domínio de um método científico e dialético de análise, que vai além do “mundo das aparências” onde os homens espontaneamente se movem, Lênin indicava que os partidos proletários-revolucionários sempre se constituíam em destacamentos organizados de *uma minoria mais consciente da classe*. Isto é agravado pelo fato, já indicado por Marx e Engels, da ideologia dominante de cada sociedade ser, de maneira geral, a ideologia da(s) classe(s) dominante(s) dessa sociedade. Assim, no capitalismo, predominam, mesmo no seio da classe operária, valores burgueses ou até mesmo pré-capitalistas. Por isto, Lênin concluía que:

“Com efeito, na época do capitalismo, quando as massas operárias são submetidas a uma incessante exploração e não podem desenvolver suas capacidades humanas, o mais característico para os partidos políticos operários é justamente que só podem abarcar a uma minoria de sua classe, uma vez que os operários verdadeiramente conscientes em toda sociedade capitalista não constituem senão uma minoria de todos os operários”. (4)

Esta é a base do conceito de “partido de vanguarda”, de Lênin, que desenvolve formulações elaboradas por Marx e Engels no próprio *Manifesto Comunista*, onde afirmam que:

“Praticamente, os comunistas constituem, pois, a fração mais resoluta dos partidos operários de cada país, a fração que impulsiona as demais; teoricamente tem sobre o resto do proletariado a vantagem de uma compreensão nítida das condições, da marcha e dos fins gerais do movimento proletário”. (5)

“Os comunistas combatem pelos interesses e objetivos imediatos da classe operária, mas, ao mesmo tempo, defendem e representam, no movimento atual, o futuro do movimento”. (6)

Mas, como levar adiante a revolução socialista *proletária* se apenas uma minoria do proletariado é “verdadeiramente consciente”? Muitos adversários de Lênin no movimento social-democrata consideravam que sua formulação de “partido de vanguarda” era basicamente “blanquista” (7), já que conceberia a revolução feita por uma minoria *em nome* do proletariado, e não *pelo* proletariado (contrariando, assim, o preceito marxista de que a emancipação do proletariado é obra do próprio proletariado). O próprio Trotsky, na sua polêmica com Lênin a respeito dos princípios organizativos do Partido Operário Social-Democrata da Rússia argumentava, em 1904, que as concepções do dirigente da ala bolchevique gerariam uma situação onde “a organização partidária substituirá o Partido, o Comitê Central substituirá a organização partidária, e, finalmente, o ‘ditador’ substituirá o Comitê Central... Os comitês se encarregarão da ‘direção’ enquanto o povo fica quieto”. (8)

Para Lênin, a chave para a resolução deste dilema era a *política*. Caberia ao partido revolucionário-proletário encontrar, em cada momento, as bandeiras políticas capazes de despertar e mobilizar o conjunto da classe operária e das amplas massas trabalhadoras (ou de uma parte substancial de ambas) para a ação política revolucionária. Aprofundando os termos da ruptura política de Marx e Engels com os anarquistas (tanto na Primeira Internacional como na Segunda), Lênin polemizou com os *economicistas* russos destacando a importância fundamental da *luta política* para a emancipação do proletariado. Justamente por ser o instrumento central da *luta pelo poder político*, caberia ao Partido romper com o desenvolvimento espontâneo do movimento de massas, promovendo (*pela luta política*) a fusão deste com a ciência socialista:

“Tudo o que seja inclinar-se perante a espontaneidade do movimento operário, tudo o que seja diminuir o ‘elemento consciente’, o papel da social-democracia, *significa, independentemente da vontade de quem o faz - fortalecer a influência da ideologia burguesa sobre os operários*”. (9)

Coerente com esta formulação leninista, as teses do II Congresso da Internacional Comunista lançava um alerta contra o “corporativismo estreito” no movimento operário:

“O proletariado só se torna revolucionário se não se fecha no âmbito de um estreito corporativismo, e se penetra e atua em todas as manifestações e em todos os domínios da vida social, como chefe de todas as massas trabalhadoras e exploradas”. (10)

Contudo, Lênin sabia que não bastava a vontade subjetiva da “vanguarda consciente” para despertar o proletariado para a luta política revolucionária. De fato, uma das contribuições essenciais de Lênin à

teoria política marxista é mostrar que a revolução não ocorre em qualquer momento do desenvolvimento social. Mesmo com um brutal antagonismo entre as forças produtivas e as relações de produção na base econômica da sociedade, ela só pode irromper com o surgimento de uma situação *política* propícia. Não compreender isto seria uma das bases para o predomínio de uma nova versão do economicismo nos partidos da Segunda Internacional, a começar por seu principal dirigente Karl Kautsky. Em resposta a esta orientação economicista limitada, mecanicista e estreita (que achava que a simples força numérica do proletariado seria o fator central e decisivo para a sua conquista do poder, sem maiores rupturas), Lênin formulava o conceito de “situação revolucionária” para elucidar as condições *políticas* necessárias para o advento de qualquer revolução:

“Quais são, de maneira geral, os traços distintivos de uma situação revolucionária? Seguramente, não cairemos em erro se apontarmos três traços principais:

1) A impossibilidade das classes dominantes manter imutável a sua dominação; uma crise no ‘alto’, uma crise na política da classe dominante, que provoca uma fresta por onde irrompe o descontentamento e a indignação das classes oprimidas. Para que estale a revolução não basta que ‘os de baixo não queiram’, é necessário, também, que ‘os de cima não possam’ continuar vivendo como antes.

2) Um agravamento, superior à habitual, da miséria e dos sofrimentos das classes oprimidas.

3) Uma intensificação considerável, por estas causas, da atividade das massas, que em tempo de ‘paz’ se deixam espoliar tranquilamente, mas em épocas turbulentas são empurradas a uma ação histórica independente, tanto pela situação de crise quanto pelos mesmos que estão ‘em cima’.

Sem estas mudanças objetivas, não só independentes da vontade dos diferentes grupos e partidos, como também da vontade das diferentes classes, a revolução é, de uma maneira geral, impossível. O conjunto destas mudanças compõe precisamente o que se chama de situação revolucionária”. (11)

Esta descrição da “situação revolucionária” feita por Lênin retrata um desenvolvimento *objetivo*, que independe da vontade individual das personalidades ou dos grupos afetados por ela, e é válida para as revoluções em geral, e não apenas para a revolução proletária. Dependendo do contexto histórico, ela pode ou não se materializar em tentativas efetivas de tomada do poder pelas classes em contenda. Muitas vezes, estas situações nem mesmo levam a revoluções políticas, limitando-se a rebeliões difusas ou reivindicações imediatas mais limitadas. O que determina se situações revolucionárias desembocam (ou não) em tentativas efetivas de tomada revolucionária do poder, segundo Lênin, seria a presença, nessas sociedades, dos fatores *subjetivos* da revolução - isto é, de forças

políticas em condições de mobilizar amplas massas para a ação revolucionária. Quando este é o caso, a situação revolucionária evolui para uma *crise revolucionária* (também chamada por ele de “crise geral nacional”).

No caso da revolução proletária, é aqui que o conceito de “partido de vanguarda” joga um papel determinante. Atuando de forma ampla e flexível, no curso dos acontecimentos políticos que marcam a crise, a “minoría consciente” pode mobilizar em torno de si parte substancial do proletariado. O desafio do Partido leninista, nestas condições, é justamente o de se enraizar no conjunto da classe operária e conduzir sua luta política de tal forma que esta assuma a direção do processo revolucionário na sociedade, estabelecendo alianças com todas as classes e forças sociais que possam compor um movimento político geral voltado para depor a(s) classe(s) proprietária(s) que domina(m) o poder de Estado. Assim, um dos desafios centrais do partido proletário-revolucionário é o de determinar bandeiras políticas *gerais* que consigam mobilizar amplas forças sociais para a luta revolucionária contra o Estado central. Na verdade, a luta revolucionária tende a se materializar em reivindicações de *reformas* (estruturais ou não) que as classes dominantes são incapazes de atender, e não na idéia genérica de “revolução”. (12) Isto revela como é simplista e esquemática a contraposição absoluta entre *Reforma e Revolução*, como era feito nas polêmicas do movimento social-democrata na época e continua sendo feito nos debates atuais da esquerda no Brasil e no mundo.



Vanguarda é um conceito essencialmente político para Lênin

É nestes termos que Lênin formula outra contribuição fundamental para a teoria política marxista - o conceito de *hegemonia*. Na tradição da social-democracia russa, desde as primeiras formulações feitas por Axelrod em 1901, o conceito de hegemonia se relacionava à conquista pelo proletariado, através do Partido Social-Democrata, da direção geral da revolução democrática contra o absolutismo. (13) Lênin desenvolve este conceito para abarcar a disputa pela direção política de processos revolucionários em geral (com coalisões mais ou menos amplas de interesses de classe e forças sociais, dependendo das condições históricas particulares de cada processo). Esta noção foi incorporada às teses dos primeiros congressos da Internacional Comunista que afirmaram a necessidade do proletariado manter, a partir das próprias instituições soviéticas, sua hegemonia política sobre os de-

mais setores explorados e oprimidos com quem se aliou na luta contra o Estado burguês. (14)

Assim, os que acusavam (e continuam acusando) Lênin de preconizar uma “revolução das minorias” certamente não compreenderam a riqueza, complexidade e profundidade da sua teoria da revolução, e tampouco a sua resposta teórica original ao dilema de como viabilizar a revolução *socialista* tendo como ator das mudanças um proletariado ainda dominado por valores burgueses. Mas são igualmente infundadas as formulações, eivadas de arrogância e auto-suficiência, dos que se auto-proclamam “vanguarda” pelo simples fato de fazer uma “profissão de fé” marxista-leninista.

O conceito de “partido de vanguarda” de Lênin (como vimos até aqui e como ele mesmo fez questão de enfatizar no seu célebre livro *O Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo*, de 1920) é essencialmente *político*, e não definido *a priori* por uma filiação teórica geral. Mesmo porque, é na ação política concreta que se materializam as orientações teóricas que efetivamente predominam na prática política dos indivíduos e dos partidos. (15) Ou seja, o partido tem de *acertar na política* (com uma ação ampla e flexível no curso dos acontecimentos do seu país) para se constituir efetivamente em força de “vanguarda” do processo revolucionário.

Outra grande contribuição de Lênin para a teoria política marxista foi a sua análise das consequências, para o movimento revolucionário mundial, da passagem do capitalismo para a fase do domínio dos monopólios (fase em que ele chamava de *imperialismo*). As formulações originais de Marx se apoiavam na noção de que as primeiras revoluções socialistas vitoriosas eclodiriam nos países de maior concentração de capital e produção - onde a contradição da propriedade capitalista e o caráter social da produção nas empresas modernas estaria mais aguçado. Por eclodir nos países capitalistas mais desenvolvidos, a revolução proletária tenderia a se espalhar rapidamente pelo restante do mundo.

Segundo Lênin, a passagem do capitalismo para a sua fase monopolista na virada do século XIX para século XX, com a divisão de todo o globo em esferas de dominação e hegemonia de um punhado de potências imperialistas, forçava uma revisão teórica deste prognóstico marxista original que se baseava na realidade do capitalismo no século passado. A obtenção de lucros extras nos países dependentes e coloniais (a partir da exportação de capital excedente) teria permitido aos grandes grupos monopolistas praticar uma política de corrupção de determinadas camadas do proletariado nos seus países de origem. Isto levou ao surgimento de uma camada social do proletariado nesses países que Lênin chamava de “aristocracia operária” (e que se constituiu na base objetiva para a consolidação de idéias políticas reformistas no seio da classe como um todo). Por outro lado, a inte-

gração de todo o globo num sistema capitalista único, dominado pelos monopólios, teria transformado as lutas de libertação nacional em “aliadas naturais” da luta proletária-revolucionária nos países centrais.

Assim, o processo revolucionário mundial passaria a ser composto por duas vertentes básicas que se reforçam mutuamente - o movimento revolucionário do proletariado contra a burguesia nos países capitalistas mais desenvolvidos e os movimentos revolucionários antiimperialistas dos povos das nações dependentes, coloniais e semicoloniais. Dado o inevitável desenvolvimento desigual das diversas nações no imperialismo, uma situação política revolucionária poderia eclodir em países que constituíssem “elos fracos” da cadeia imperialista, sem que, necessariamente, estes fossem os de produção capitalista mais concentrada. Por isso, os partidos operários em cada país deveriam ter a maior preocupação em estabelecer amplas alianças com outras classes e forças sociais que pudessem ser mobilizadas para a ruptura revolucionária com o poder de Estado existente. Especial atenção, segundo ele, deveria ser dada para a aliança com os camponeses pobres nos países centrais, e com o campesinato como um todo nos países dependentes.



Explicar o processo de debacle do campo socialista é crucial para o marxismo

Foi o correto entendimento destas questões que possibilitou ao Partido Bolchevique conduzir a revolução socialista de outubro de 1917, mesmo nos marcos de uma Rússia que, embora compusesse o “rol” de potências imperialistas da época, mantinha um acentuado atraso econômico e social em relação aos países capitalistas mais adiantados. A partir do triunfo da revolução soviética, formou-se em tonro do Partido Bolchevique a Terceira Internacional (Internacional Comunista), que procurou congregar todas as correntes marxistas revolucionárias que se destacavam dos partidos sociais-democratas, em desacordo com a sua “virada revisionista” (sobretudo a sua descaracterização do Estado democrático moderno como órgão de dominação classista da burguesia).

As orientações teóricas de Lênin e a experiência histórica da revolução soviética serviram de fonte de inspiração para toda a evolução do movimento comunista. Este tomou grande impulso como alternativa histórica à Social-Democracia com a formação do campo socialista no fim da Segunda Guerra. Referenciado no “modelo de desenvolvimento soviético”, este chegou a abarcar cerca de um terço da humanidade. Ao mesmo tempo, a compreensão teórica do desdobramento do processo revolucionário mundial em

duas vertentes permitiu aos partidos comunistas encaixar diversos movimentos de libertação nacional, orientando-os na direção do socialismo (como na China, Coreia do Norte e Vietnã). O movimento comunista pôde acompanhar, assim, um novo deslocamento do centro do movimento revolucionário mundial no pós-guerra - da Europa para os países da África, Ásia e América Latina.

Esta afirmação histórica foi golpeada, no entanto, por um novo surto *revisionista* (agora nos marcos do próprio movimento comunista) tendo como marco fundamental as formulações de Krushev a partir do XX Congresso do PC soviético em 1956. Este novo surto se materializou, de início, na substituição dos conceitos de *partido-proletário* e *ditadura do proletariado* pelos de Partido e Estado *de todo o povo*. Estas reformulações acabaram deflagrando um processo geral de cisão e retrocesso no movimento comunista internacional, que culmina no atual deblacle do sistema socialista no mundo (coroadas pelas mudanças dos últimos dois anos no Leste Europeu).

É interessante notar que essa debacle atinge, inclusive, a todos os países do campo socialista que procuraram, em algum momento, se apresentar como "paradigmas alternativos" de desenvolvimento no âmbito do movimento comunista - a URSS, Iugoslávia, China, Albânia, Romênia, etc. (a única exceção, pelo menos por enquanto, é Cuba). Isto revela que os problemas estruturais que golpeavam essas experiências estavam situadas *além* do horizonte de alternativas políticas que surgiam do debate no próprio movimento.

A questão mais crucial para a teoria política marxista é compreender o processo pelo qual, nestas sociedades, um instrumento concebido para servir à luta de emancipação do proletariado - o partido leninista - acabou se transformando no seu contrário: um instrumento gerador e preservador de uma nova casta, dominante e privilegiada, completamente afastada do proletariado e do povo, e absolutamente descompromissada com os desafios mais gerais da transição para uma sociedade sem classes. O desfecho disto no Leste foi uma espécie de "crise geral *contra-revolucionária*" (por essa Lênin não esperava...).

A matriz deste processo se encontra no desenvolvimento tomado pelo Estado e o Partido na URSS, sobretudo no período em que era dirigido por Stálin, já que este arranjo serviu de "modelo" para todos os demais componentes da "comunidade socialista". Não pretendo ir a fundo nesta discussão, aqui, por absoluta falta de espaço e tempo. ⁽¹⁶⁾ As observações que se seguem não são conclusivas. Devem ser encaradas como *hipóteses de orientação de pesquisa*.

Como vimos, no primeiro artigo desta série, a questão de *como* organizar um poder de Estado (a ditadura do proletariado) que tem como meta fundamental a sua própria extinção é algo respondido apenas parcialmente pela teoria marxista, com base na ex-

periência histórica da Comuna de Paris. A teoria leninista introduz um segundo complicador para esta questão - como organizar um Estado *socialista* tendo como base para o exercício do poder um proletariado que ainda está profundamente impregnado de valores burgueses ou mesmo pré-capitalistas (e, por isso, *não tende espontaneamente* para o socialismo, mesmo após o triunfo da revolução socialista). No caso concreto da revolução soviética, estes "dilemas estruturais" do Estado socialista eram agravados por outro - a própria composição social inicial da URSS, de esmagadora maioria pequeno-burguesa (sobretudo *camponesa*). O proletariado russo, assim, era uma classe inteiramente *minoritária* na sociedade no momento do triunfo da *sua* revolução.



Os órgãos do poder soviético foram esvaziados pela direção do Partido

Estas contradições estruturais geravam uma tensão na montagem do Estado de ditadura do proletariado entre a adoção de formas radicais de democracia e de controle do Estado pelo povo trabalhador (com base nas lições da Comuna), de um lado, e o papel dirigente do "partido de vanguarda" (concebido como "portador" da consciência socialista e do futuro do movimento proletário), de outro.

A chave para a resolução desta tensão, com base no pensamento de Lênin, está na *política*, isto é, na necessidade do "destacamento organizado da minoria consciente do proletariado" encontrar, em cada fase e momento, as bandeiras capazes de mobilizar o conjunto da classe e demais setores do povo trabalhador no enfrentamento dos desafios estratégicos gerados pela transição socialista. Enfim, o partido proletário-revolucionário tem de continuar *disputando* a hegemonia política da sociedade e a própria direção do Estado. Fora uma primeira fase do processo revolucionário, onde a questão central do Estado é defender a sobrevivência das conquistas da revolução diante da reação armada da *contra-revolução* (e, portanto, o Estado proletário é forçado a assumir *formas* ditatoriais), o centro decisório do Estado socialista tem de se constituir *efetivamente* nos órgãos de soberania popular (de poder popular - *democracia* no sentido etimológico). É justamente a ampliação e radicalização da democracia proletária, na concepção de Marx, que serve de base para a progressiva superação do Estado.

O fato, no entanto, é que na totalidade das experiências deste primeiro (e, até aqui, único) ciclo de revoluções socialistas no mundo (que ora se encerra), esta tensão acabou sendo enfrentada de forma burocrática e administrativa. O papel dirigente do partido

proletário-revolucionário era concebido de forma apriorística e não-política, evidenciado na sua “proclamação constitucional”. Os órgãos do poder soviético ou da democracia popular foram esvaziados e substituídos pelo dirigismo partidário. O desenvolvimento social era marcado por uma super-centralização a partir da cúpula dirigente do Partido. Proliferavam relações sociais baseadas na corrupção, no clientelismo, no favorecimento e nos privilégios do sistema da “nomenklatura partidária”. Em vez de uma opção revolucionária, a adesão ao Partido passava a ser o canal para ascensão social individual, atraindo toda espécie de oportunistas e puxa-sacos. Proliferavam as ações de repressão política e ideológica, violando as normas da legalidade do Estado socialista, e gerando um clima de medo e intimidação.

O que fica claro na evolução do Estado nestas primeiras experiências socialistas é que, ao invés de caminhar para a sua extinção com base na ampliação do auto-governo do povo, ele se fechou e centralizou como um órgão cada vez mais destacado da própria sociedade. A teoria política marxista critica a essência do pensamento político liberal revelando que, ao não questionar as bases da divisão da sociedade em classes antagônicas com base na propriedade privada, sua defesa dos princípios da Liberdade e da Igualdade é meramente formal. Mas, hoje, somos forçados a reconhecer que a montagem do poder nas primeiras experiências socialistas também resvalou para uma contradição fundamental entre órgãos meramente formais de poder soviético ou popular e a concentração do exercício real do poder nas mãos do Partido.

Desta forma, relações sociais de *degeneração* (no sentido de progressivo afastamento dos objetivos iniciais) acabavam envolvendo o Partido-Estado e triunfando sobre a “firmeza” ou “pureza” ideológica do seu núcleo dirigente. Esta montagem do Estado socialista teve a sua eficácia histórica no período do grande esforço de industrialização extensiva da economia. Porém, quando esta se esgota, impondo o desafio de uma nova fase de desenvolvimento intensivo (calçado na elevação da produtividade das empresas já instaladas), esse tipo de Estado se torna um estorvo para o desenvolvimento econômico da sociedade, que entra num processo de estagnação.

**Em certo ponto
Gramsci deu
um passo atrás
na teoria
do leninismo**



Do ponto de vista político, isto gera fatores de crise, pois a fonte de legitimidade deste Partido-Estado altamente centralizado reside na sua capacidade de produzir resultados econômicos superiores aos dos

países capitalistas (o que era factível na fase de desenvolvimento extensivo, mas deixa de o ser na fase intensiva). Assim, apesar da preservação de uma gama de conquistas sociais que seriam inconcebíveis no capitalismo, o descontentamento se alastra. Esta insatisfação assume contornos (reais ou potenciais) *anti-socialistas*, já que se volta diretamente contra o Partido no poder que, em nome do socialismo, centraliza tudo e se responsabiliza por tudo. Assim, a plataforma política do retorno aberto ao capitalismo acaba conquistando a hegemonia política da sociedade.

O fato de não ter gerado respostas teóricas e práticas para estas contradições estruturais é um dos componentes centrais da atual crise do marxismo. Considero ter contribuído decisivamente para isto certos “efeitos perversos” (isto é, resultados não previstos nem desejados) da luta contra o *revisionismo* social-democrata no movimento comunista. No esforço feito para recuperar e resgatar a teoria marxista clássica, surgiram certas tendências dogmáticas que tratavam a teoria marxista como “escrituras sagradas” que continham respostas prontas para tudo. Isto gerou uma certa estagnação teórica, tendo como base um “congelamento conceitual” que não permitiu que a teoria se desenvolvesse no grau necessário para dar respostas *socialistas* aos novos problemas e desafios impostos pela vida. Basta dizer que, apesar de passarem por décadas de profundas transformações revolucionárias, não surgiu nenhuma grande obra teórica sobre o Estado nos países do campo socialista. Nenhum esforço foi feito, sequer, para preencher as lacunas que o próprio Marx e Engels reconheciam existir na sua teoria política. Se isto criou problemas profundos e sérios para o movimento como um todo, para os partidos no poder foi fatal, já que não puderam identificar a tempo os novos desafios gerados pelo esgotamento da primeira fase da transição socialista centrada, fundamentalmente, na construção (extensiva) da sua base econômica.

Nos partidos comunistas fora do poder, o desenvolvimento teórico mais original da teoria política marxista foi feita pelo dirigente comunista italiano Antonio Gramsci. Intelectual de grande envergadura, Gramsci procurou situar sua reflexão sobre o Estado no tronco da teoria política marxista plantado por Lênin. Preso pelo regime fascista de 1928 até a sua morte em 1937, produziu uma extensa reflexão política e filosófica nos seus *Cadernos do Cárcere*. Destes cadernos surgiram diferentes livros de teoria política, entre os quais se destacam *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno* e *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*, já publicados no Brasil. Boa parte do esforço teórico gramsciano se dedica ao desenvolvimento de novas fundamentações para as teorias leninistas, como na sua comparação do “partido de vanguarda” ao “Príncipe Moderno” da unificação nacional italiana. No entanto, naquilo que é tido como a sua grande contribuição à teoria política marxista - a in-

corporação da noção de hegemonia ao conceito marxista de Estado - a minha opinião é que as formulações de Gramsci dão um passo atrás em relação a Lênin.

Vimos anteriormente como a teoria política clássica de Marx e Engels tem como uma das suas grandes conclusões a caracterização do Estado como órgão de dominação de classe, que se baseia, sobretudo, na violência e coerção (é o que Carlos Nelson Coutinho chama de "conceito restrito de Estado"). Gramsci amplia este conceito de Estado para abarcar, também, os órgãos e funções de direção cultural e ideológica da sociedade, situando neste âmbito a problemática da hegemonia. O Estado moderno, assim, assumiria cada vez mais a forma de um "minotauro", com uma metade composta pela sociedade política (aparelhos coercitivos e repressivos como as forças armadas, prisões, etc.) e a outra metade pela sociedade civil (aparelhos "privados" de hegemonia como as escolas, imprensa, partidos, sindicatos, etc.).



Órgãos e funções de direção cultural não são elementos do próprio Estado

Na verdade, a teoria política marxista clássica não ignora a existência de órgãos e funções formadores de consenso na sua discussão do Estado. O que não significa que estes tenham de ser incorporados no próprio conceito de Estado. Em seu livro *Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, Engels examina o surgimento do Estado (baseado na violência e na coerção) justamente em função da inviabilização da direção consensual da sociedade pela sua divisão em classes antagônicas irreconciliáveis. É neste sentido que ele afirma que os antigos patriarcas das clãs primitivas (como os caciques das nossas tribos indígenas no Brasil) tinham mil vezes mais autoridade do que as gigantescas máquinas de repressão do Estado moderno, já que sua direção da sociedade se apoiava nos mecanismos da tradição e não da violência. A existência de órgãos e funções de direção da sociedade, portanto, é anterior à própria existência do Estado. O entendimento mais profundo do surgimento deste exige justamente a compreensão dos fatores que impediram que aqueles continuassem produzindo o consenso na sociedade (basicamente, o surgimento da divisão de classes). Igualmente, a proposta marxista de superação do Estado não prevê a extinção dos órgãos e funções de direção da sociedade, e sim dos aparelhos coercitivos e repressivos de origem classista, que se tornam progressivamente desnecessários e supérfluos à medida que se consolida uma nova cultura política baseada na erradicação das diferenças de classe.

Assim, do ponto de vista da teoria política clássica marxista, não há como conceber os órgãos e funções de direção cultural e ideológico da sociedade como elementos constitutivos do Estado. Althusser radicaliza e aprofunda ainda mais esta (in)compreensão Gramsciana ao apontar a "simbiose" no poder de Estado de "aparelhos repressivos" e "aparelhos ideológicos" de Estado. (17) Assim, para Althusser, as Igrejas, as escolas (mesmo as privadas), as famílias, os diferentes partidos, os sindicatos a imprensa, etc. são todos "aparelhos ideológicos" de Estado). Resta perguntar - e o que fica fora desta caracterização do Estado?

A ampliação gramsciana do conceito marxista de Estado, com a inclusão da dimensão da hegemonia cultural na sociedade, tem duas implicações negativas muito concretas para a orientação teórica das revoluções proletárias:

1. Ela ignora que no terreno da produção de valores e cultura, sobretudo no período de monopolização das sociedades capitalistas, a superioridade da burguesia é completa, e, assim, conduz a luta revolucionária do proletariado a um beco sem saída.

2. Ela ignora os dilemas e contradições gerados pelo predomínio de valores culturais burgueses ou pré-capitalistas no proletariado mesmo após o triunfo político da sua revolução e, assim, não ajuda a encontrar respostas para os desafios políticos da transição socialista.

O fato, já indicado por Marx e Engels, é que o proletariado (ou melhor, a sua "minoridade consciente") justamente por não deter propriedade, não tem instrumentos ao seu alcance que lhe possibilitem se contrapor globalmente à direção cultural e ideológica da sociedade pela burguesia. A chave para enfrentar isto, tanto em Marx como em Lênin, era a luta na esfera política (onde podia-se gerar uma "crise geral" do Estado burguês, apesar do seu predomínio cultural). A abordagem alternativa a esta era conceber, como Bernstein e os liberais em geral, que as instituições da direção burguesa da sociedade não contem um "viés" classista e podem ser apropriados pelo proletariado e usados em seu próprio benefício. Esta é, aliás, a abordagem que serve de base para o surgimento do "euro-comunismo", com base nas formulações de Palmiro

Togliatti que, já em 1958, afirmava abertamente no seu livro *O Caminho Italiano para o Socialismo*, que:

"Marx e Engels, primeiro, e depois Lênin afirmaram que o aparelho de Estado burguês não pode servir para construir a sociedade socialista. Este aparelho deve ser quebrado e destruído pela classe operária, substituído pelo aparelho do Estado proletário". (18) Essa posição continua plenamente válida hoje? Com efeito, quando nós afirmamos que é possível um caminho de avanço para o socialismo não apenas no terreno democrático, mas também utilizando formas par-



lamentares, é evidente que corrigimos algo dessa posição, levando em conta as transformações que tiveram e continuam a ter lugar no mundo.

Poulantzas combate a visão do Estado como instrumento de opressão de classe



As formulações teóricas de Poulantzas vão no mesmo sentido ao combater (sobretudo na sua polémica com Ralph Miliband) a visão do Estado como *instrumento* de dominação de classe. Segundo a visão desenvolvida por Poulantzas, o Estado, enquanto tal, não teria poder próprio algum - seria um mero "terreno" onde se desenvolve a luta de classes. (19) Seria uma "condensação das relações de classe" na sociedade. Me parece evidente que, levada às suas últimas consequências, esta abordagem leva à *não-problematização* da natureza do aparelho de Estado e de suas instituições e à *impossibilidade* de conceber a existência de interesses estatais com relativa autonomia em relação às classes.

A substituição da abordagem *política* da questão da hegemonia em Lênin por outra essencialmente

cultural e ideológica aproxima Gramsci da tradição de pensamento da chamada Escola de Frankfurt e cria sérios problemas teóricos e práticos para a luta política revolucionária. Ao contrapor as condições para o desenvolvimento do movimento revolucionário no "Ocidente" e no "Oriente", Gramsci abordava a questão da hegemonia nos seguintes termos para as sociedades ocidentais:

"Um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (essa é uma das condições principais para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder, e mesmo que o conserve firmemente nas suas mãos, torna-se dominante, mas deve continuar a ser também 'dirigente.'" (20)

Entendida do ponto de vista *político*, esta formulação gramsciana é correta e coerente com a teoria leninista. Só que, como sabemos, a discussão da "direção" em Gramsci é essencialmente cultural e ideológica. Nestes termos, a formulação acima restringe, na verdade, o partido proletário-revolucionário a uma atuação *reformista* sem maiores consequências, já que esbarra no "viés classista" das instituições do Estado e dos principais órgãos de (re)produção ideológica e cultural na sociedade (isto não exclui o reconhecimento teórico e prático da possibilidade do proletariado e seus aliados explorarem, a seu favor, contradições existentes no âmbito destas instituições e órgãos,

mas não gera ilusões de que isto possa vir a alterar o seu caráter de classe). É verdade que o próprio Gramsci nunca chegou a estas conclusões reformistas. Sua atividade como dirigente comunista foi marcada pela sintonia com as posições gerais da direção da Internacional Comunista, inclusive nas grandes polêmicas que sacudiram o movimento na sua época (como, por exemplo, a polêmica contra o "trotsquismo"). Mas, essas conclusões estavam contidas, pelo menos "em germe", na sua teoria da "ampliação do Estado".

Assim, o principal esforço teórico de desenvolvimento e inovação da teoria política marxista após Lênin acabou entrando numa "contra-mão" que não nos ajuda a enfrentar e superar a crise teórica atual do marxismo nesse terreno. Nosso alento, nesta questão, é que os dilemas e contradições surgidos da experiência histórica do socialismo e do capitalismo são passíveis de ser solucionados nos marcos gerais da teoria marxista (mas são insolúveis nos marcos do libera-

lismo, como vimos no primeiro artigo desta série). Para superar a sua crise atual, surge como "necessidade histórica" para o marxismo o resgate do seu "espírito" dialético, aberto e criador. É nesta base que precisamos conduzir um esforço de reflexão, pesquisa e estudo, não só para cobrir áreas da teoria do Estado deixadas em descoberto por Marx (como o exame mais detido das formas históricas-concretas de articulação do poder de Estado com a dominação de classe), mas sobretudo para aprofundar a compreensão teórica de questões como a crise atual do Estado capitalista e o dilema crucial da institucionalidade democrática no socialismo. Mãos à obra... ■

LUIS FERNANDES, professor da Universidade Federal Fluminense (UFF) e doutorando do Programa de Ciência Política do IUPERJ.

NOTAS

1. V. I. Lênin, "Sobre o Estado", publicado nas suas *Obras Escolhidas - Vol. 3*, Lisboa, Edições AVANTE!, 1979, p. 177.

2. Como referência para o combate teórico mais recente sobre o conceito leninista do Partido, sugiro a leitura do artigo de Rogério Lustosa, "O Canto de Sereia de um Partido para Todos", publicado na revista *Princípios*, nº 19, novembro de 1990, São Paulo, Editora Anita Garibaldi.

3. K. Kautsky, *Neue Zeit*, Ano XX, Vol. 1, nº 3, 1901-1902, p. 79.

4. V. I. Lênin, "Discurso sobre o Papel do Partido Comunista no II Congresso da Internacional Comunista - 23 de julho de 1920", publicado na sua coletânea de textos *O Trabalho do Partido entre as Massas*, São Paulo, Editora Ciências Humanas, 1979, p. 169. Pode-se perguntar - o que seriam, afinal, "operários verdadeiramente conscientes"? Do ponto de vista da teoria marxista, a resposta é que seriam operários conscientes da necessidade histórica de superar o capitalismo através da revolução política do proletariado.

5. K. Marx e F. Engels, "Manifesto do Partido Comunista", publicado nas suas *Obras Escolhidas - Vol. 1*, São Paulo, Editora Alfa-Omega, s.d., p. 31.

6. *Idem.*, p. 46.

7. Referência ao dirigente revolucionário francês do século XIX, Louis Blanqui, criticado por Marx e Engels por conceber a revolução como consequência de uma conspiração secreta ou de um golpe de estado.

8. L. Trotsky, *Nossas Tarefas Políticas*, citado no livro de Tariq Ali, *Trotsky for Beginners*, New York, Pantheon Books, 1980, p. 28. (tradução minha - L. F.)

9. V. I. Lênin, "Que Fazer?", publicado nas suas *Obras Escolhidas - Vol. 1*, Lisboa, Edições AVANTE!, 1977, p. 106.

10. *Documentos - Os Quatro Primeiros Congressos da Internacional Comunista - Vol. 1*, Lisboa, Edições Maria da Fonte, s.d., p. 136.

11. V. I. Lênin, "La Bancarrota de la II Internacional", publicado

na sua coletânea *Contra el Revisionismo*, Moscou, Editorial Progreso, s.d., pp. 228-29.

12. Na Comuna de Paris, por exemplo, a bandeira da revolução proletária foi simplesmente a defesa militar de Paris. Na revolução soviética foi o lema "Paz, Pão, Terra e Liberdade", que, em si, não tinha nada de socialista. Na China, a revolução popular foi conduzida pela bandeira da independência nacional. Na Albânia e Iugoslávia, pela libertação dos invasores nazi-fascistas. Em Cuba, pela derrubada do regime corrupto de Fulgêncio Batista, etc.

13. Uma discussão interessante a respeito pode ser encontrada no artigo de Perry Anderson, "As Autonomias de Antonio Gramsci", publicado na revista *Crítica Marxista*, nº 1, 1986, SP, Editora Jorúes.

14. *Idem.*, p. 19.

15. Faz parte da abordagem dialética e materialista de Marx não julgar os indivíduos, os partidos ou mesmo as sociedades pelo que eles pensam ou afirmam de si mesmos, e sim pela sua prática social.

16. O artigo de João Amazonas, "A Teoria Enriquece na Luta por um Mundo Novo", publicado na revista *Princípios*, São Paulo, Editora Anita Garibaldi, contém um exame inicial da trajetória de montagem do Estado socialista na URSS com inúmeras observações críticas. A importância destas observações é acrescida pelo fato de serem feitas por uma personalidade que desempenhou papel de destaque no movimento comunista no período em questão, tendo, inclusive, residido por dois anos na própria União Soviética.

17. Ver L. Althusser, *Aparelhos Ideológicos de Estado*, RJ, Edições Graal, 1983.

18. P. Togliatti, "La Via Italiana al Socialismo", publicado nas suas *Opere Scelte*, Roma, Editori Reuniti, 1974, p. 758.

19. Ver, por exemplo, N. Poulantzas, *O Estado, o Poder e o Socialismo*, Rio de Janeiro, Edições Graal, 1990.

20. A. Gramsci, *Quaderni del Carcere*, Turim, Einaudi, pp. 2010-11. Citado por Carlos Nelson Coutinho no seu livro *A Dualidade de Poderes: introdução à teoria marxista de estado e revolução*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1985, pp. 66-67.

CIÊNCIA E FILOSOFIA NA EXPERIÊNCIA SOCIALISTA

OLIVAL FREIRE JR.

Ao lado de uma política científica bem sucedida, a URSS desenvolveu uma desastrosa relação entre filosofia e ciência, além de um injustificável fechamento no estudo e debate da filosofia, da cultura e das ciências

O pós-guerra foi marcado na URSS por uma ofensiva do partido soviético no terreno da luta ideológica. A presença destacada de A. Zhdanov neste processo tem levado à caracterização deste período da vida cultural soviética como o período do "zhdanovismo". Esta denominação embora útil na periodização da história da cultura soviética, é contudo insuficiente porque não se tratam de concepções exclusivas de Zhdanov ⁽¹⁾. Ainda que caiba examinar mais de perto as suas intervenções trata-se em verdade de examinar a experiência soviética e do partido bolchevique, sob a direção de Stálin, no trato de problemas ideológicos, em particular na esfera das relações entre Ciência e Filosofia.

A primeira grande intervenção de Zhdanov no terreno cultural ocorreu ainda antes da Segunda Guerra, em 1934, por ocasião da fundação da União dos Escritores Soviéticos da URSS. Este congresso marca na URSS o início da fase do realismo socialista na arte soviética. Não nos referimos aqui ao realismo socialista enquanto tendência literária que tem suas origens nas reflexões de Górkí e de Lukács e cujos méritos e limitações não nos cabe aqui examinar. Para o nosso estudo queremos realçar que 1934 é o início da fase do realismo socialista enquanto concepção e método obrigatório a toda a literatura soviética. A própria União dos Escritores nasceu de uma resolução do partido soviético, em 23 de abril de 1932, que dissolveu todos os grupos literários então existentes. Este dirigismo e monopólio de uma tendência sobre o conjunto de uma esfera da vida cultural encontra-se expresso nos próprios estatutos da União. ⁽²⁾

No pós-guerra a vida cultural soviética foi marcada por uma intervenção de Zhdanov, em nome do

Comitê Central, em agosto de 1946, no Smolni, em Leningrado, sobre as revistas literárias *Zvezda* e *Leningrado*. ⁽³⁾ O alvo da intervenção era a existência de visões que defendiam a "arte pela arte" e os alvos concretos: os escritores Zostchenko e Anna Akhmatova. O Comitê Central resolve também dissolver uma das revistas em tela. Aqui não vamos entrar no mérito da intervenção, mas tentar apreender os métodos partidários e o ambiente reinante na vida cultural soviética de então. É no mínimo bastante discutível que na URSS vitoriosa na II Guerra a existência de mais de uma tendência ideológica na literatura colocasse em risco o poder soviético. Quanto ao clima gerado por intervenção desta natureza, um depoimento pode nos ilustrar:

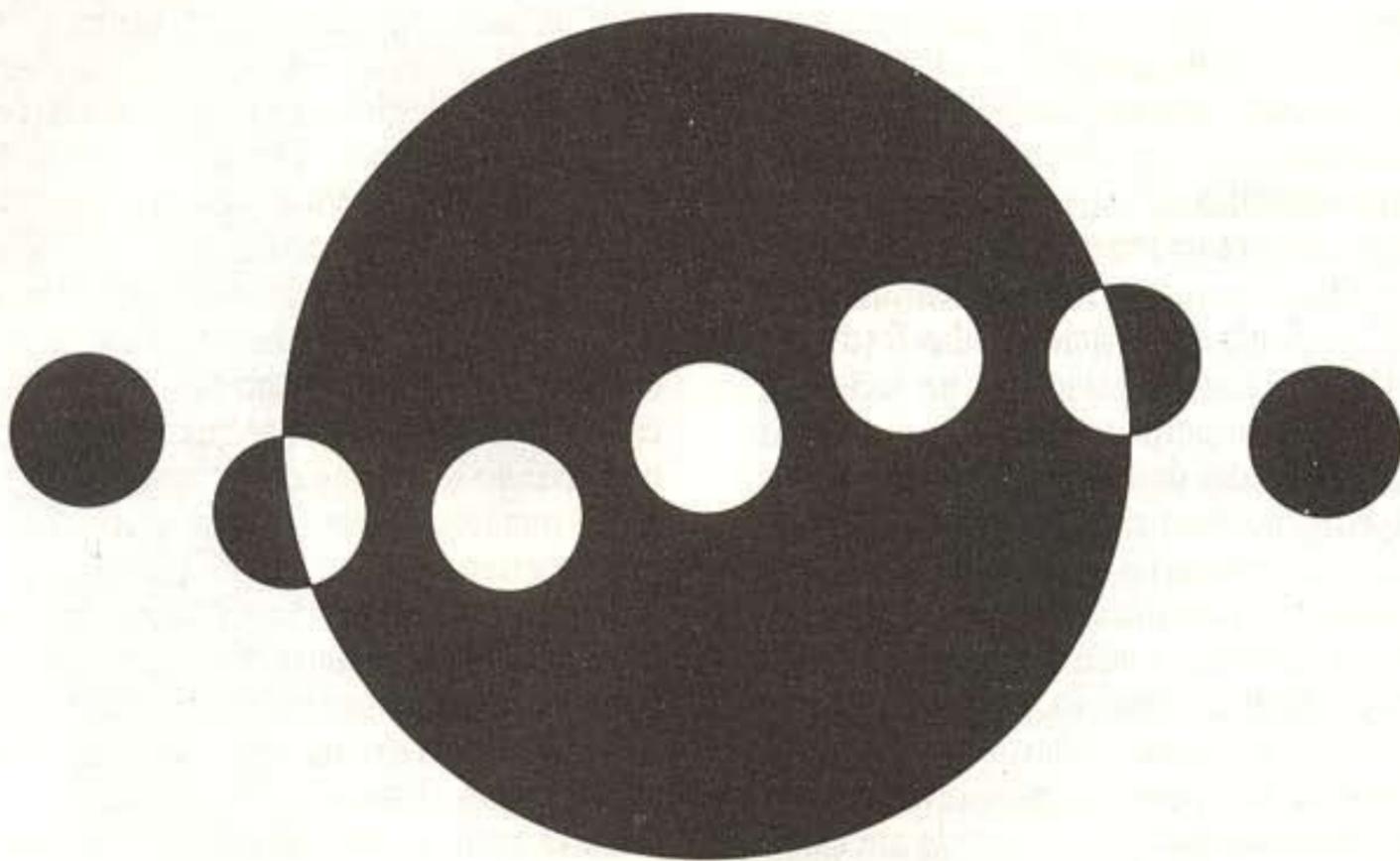
"...o relator calou-se por um instante e começou a falar. E após poucos minutos, instaurou-se o mais fantástico silêncio. A sala se fazia muda e imóvel, ia se tornando de gelo até que, no curso de três horas, transformou-se num só bloco duro e branco.

O que o relator disse causou espanto.

Depois da reunião, as pessoas foram embora em silêncio. Era mais de meia-noite.

Em agosto as noites são escuras. O jardim do Smolni estava envolto por uma úmida névoa de outono.... Algumas centenas de pessoas saíam do edifício lentamente e em silêncio. Sempre em silêncio, percorreram a longa avenida diretamente até a praça, naquela hora já deserta, e tomaram em silêncio os seus ônibus e lotações." ⁽⁴⁾

A intervenção do partido soviético para assegurar o realismo socialista não ficou restrita à literatura. Em fevereiro de 1948 o Comitê Central, a partir de uma intervenção de Zhdanov aprova uma resolução



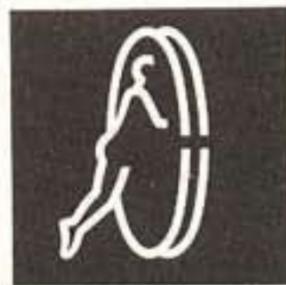
condenando a ópera “Grande Amizade” de V.Muradeli (5). A resolução tem um alvo mais amplo. Trata-se de “condenar a tendência formalista na música soviética como anti-popular e que conduz na realidade a sua liquidação”. Os principais compositores visados são Chostakovitch, Prokofieff, Khatchaturian, entre outros. A resolução chega ao detalhe de apresentar o seguinte receituário para a música:

“Traço essencial da tendência formalista é também a rejeição da música polifônica e do canto - que se baseiam na combinação e no desenvolvimento simultâneo de linhas melódicas independentes - e a atração pela música unitonal, uníssona e um canto frequentemente sem palavras, o que representa uma violação do sistema polifônico de música e canto de nosso povo e conduz ao empobrecimento e à decadência da música.”

A convicção da onipotência e infalibilidade do partido soviético para alterar radicalmente o desenvolvimento da música soviética está expresso quando o Comitê Central resolve: “Propor à Direção de Propaganda e Agitação do Comitê Central e ao Comitê das Artes a modificação da situação em que se acha a música soviética, a liquidação dos defeitos assinalados na presente resolução do C.C. e assegurar o desenvolvimento da música soviética dentro da tendência realista.”

Mas, para o assunto em tela, relação entre ciência e filosofia, a intervenção fundamental de Zhdanov neste período ocorreu em junho de 1947 por ocasião do exame do livro “História da Filosofia da Europa Ocidental”, de G.Alexandrov. O discurso (6) deixa entrever que existe a consciência de uma crise no desenvolvimento da Filosofia soviética ao reconhecer que

“a ausência de discussões criadoras de crítica e auto-crítica, não podem deixar de repercutir de maneira prejudicial na elaboração dos trabalhos filosóficos científicos. Todos sabem que a produção filosófica é inteiramente insuficiente em quantidade e fraca na qualidade. Monografias e artigos de Filosofia são um fenômeno raro.” Embora não proponha métodos para o estabelecimento de uma ‘discussão criadora’ ele apresenta uma clara diretriz sobre o rumo a adotar no desenvolvimento da Filosofia. Sustenta que “A história científica da Filosofia, consequentemente, é a história da germinação, nascimento e desenvolvimento da concepção materialista científica e suas leis.



Duas revoluções na Física vistas como se fossem coisas superficiais

À medida que cresce o materialismo e este se desenvolve na luta contra as correntes do idealismo, a história da Filosofia é também a história das lutas do materialismo contra o idealismo.” Nesta história é difícil imaginar que espaço teria a dialética de Heráclito ou a dialética hegeliana. Mas, Zhdanov expressa-se com clareza quanto ao problema da utilidade ou não, para a filosofia marxista, do estudo de Hegel. Ele afirma que “as opiniões e idéias filosóficas há bastante tempo derrotadas e enterradas não merecem muita atenção” e referindo-se diretamente a Hegel afirma “Desse ponto de vista, parece-nos estranho

tenha havido aqui discussão sobre Hegel. Os participantes dessa discussão quiseram forçar a porta aberta...A questão sobre Hegel há muito já foi resolvida. Para revivê-la não existe qualquer fundamento, nenhum novo material, além dos que já foram apresentados e apreciados. A própria discussão seria desapontadoramente escolástica....”

Não se encontra no texto de Zhdanov uma única palavra sobre a necessidade do desenvolvimento dialético da teoria do conhecimento, das formas de determinismo presentes na natureza e na sociedade, por exemplo. Vemos, portanto, que para o dirigente soviético as debilidades da filosofia soviética, para a época, não estão no insuficiente desenvolvimento da dialética, mas nos resquícios de idealismo (7). Logo, a direção da luta na filosofia estará no combate a estas influências idealistas e não no desenvolvimento materialista da dialética hegeliana. Porém, o materialismo no século XX só pode desenvolver-se desenvolvendo a dialética sob pena de desenvolver-se como um materialismo mecânico, ou de sentido mecanicista. Retomaremos esta questão mais adiante. Cabe ainda registrar que Zhdanov faz uma incursão direta no relacionamento entre Filosofia e novas teorias científicas. Vale a pena transcrevermos porque ela será uma espécie de paradigma a ser desenvolvido:

“A ciência burguesa contemporânea fornece ao clericalismo, ao fideísmo, nova argumentação, que precisa ser implacavelmente desmascarada... muitos continuadores de Einstein, transferindo certamente os resultados das investigações das leis do movimento de uma parte limitada e finita do universo para todo o universo infinito, chegam até a idéia de que o mundo é finito, até à sua limitação no tempo e no espaço.... Igualmente, as manobras kantianas dos físicos atômicos da burguesia contemporânea, conduzem os à conclusão lógica sobre o 'livre arbítrio' no *electron*, às tentativas de interpretar a matéria tão somente como um conjunto de ondas, com o diabo a quatro.”

Cabe assinalar que os problemas referidos com tanta ligeireza e superficialidade dizem respeito a duas revoluções científicas ocorridas na Física na primeira metade deste século: a Relatividade Geral, formulada em 1916, e sua aplicação ao conjunto do universo, dando origem à moderna cosmogonia científica, trazendo para o plano científico a idéia de um universo em expansão, não estacionário, um universo com história. O outro problema citado diz respeito à Teoria Quântica formulada em 1927 e que introduziu uma descrição de tipo probabilística entre outras importantes inovações conceituais. Vejamos como esta concepção e as práticas referidas repercutiram nos problemas científicos em exame.

Nesta questão é preciso registrar todo um debate que tomou conta da Física nos anos trinta e, portanto, antecedendo aos acontecimentos soviéticos dos anos 47/48 (8). Este debate teve início no ocidente em 1927 quando foi formulada e interpretada uma teo-

ria consistente para dar conta das propriedades dos átomos, das moléculas e da interação destas com a radiação eletromagnética. Esta teoria, denominada de Teoria Quântica foi o ápice de todo um período de transição e de crise na Física. As inovações conceituais acarretadas pela Teoria Quântica tinham uma dimensão filosófica muito evidente. O ponto de partida era a introdução de discontinuidades essenciais nas grandezas físicas. Obtinha-se uma descrição probabilística no trato dos fenômenos atômicos. As interações necessárias ao estudo dos objetos microscópicos eram introduzidas na própria interpretação da teoria, usando-se a noção de fenômeno como uma espécie de totalidade entre o objeto atômico e as interações necessárias ao seu estudo. Usava-se um conceito de excludência mútua ou de “complementariedade” entre os modelos ondulatório e corpuscular para enfrentar a dualidade onda-partícula que tinha sido revelada pelas ondas eletromagnéticas e pelos corpúsculos microscópicos. Esta noção de excludência mútua expressava tanto a equivalência entre os dois modelos quanto a necessidade de um recurso aos dois modelos para a descrição dos fenômenos atômicos. O principal formulador desta interpretação foi o físico dinamarquês Niels Bohr. Estas novas idéias embora expressas num conjunto de pouca consistência filosófica representavam momentos dialéticos na formulação de um conhecimento novo e traziam, diretamente de um campo estritamente científico, formulações que poderiam enriquecer uma teoria marxista do conhecimento que ainda estava em curso de elaboração.



Autores como Fock não eram publicados porque divergiam da opinião dominante

Esta teoria encontrou resistências entre físicos contemporâneos. O mais destacado opositor à Teoria Quântica foi Albert Einstein. As razões das restrições do renomado cientista são variadas, mas incluem o seu próprio programa de desenvolvimento da Física, sua restrição a uma descrição probabilística com o estatuto de lei fundamental da natureza e sua peculiar concepção física e filosófica de realidade objetiva. O diagnóstico de Einstein era que a Teoria Quântica era uma teoria de um conjunto estatístico de objetos atômicos, cabendo aos físicos o desenvolvimento de uma outra teoria que desse conta dos objetos atômicos individuais. Contudo a interpretação formulada por Niels Bohr terminou impondo-se na comunidade científica apesar desta ilustre oposição.

Num campo estritamente filosófico devemos registrar que cientistas como Jordan, Eddington e Heisenberg procuraram conferir à Teoria Quântica um

sentido idealista e positivista. Por outro lado físicos de formação marxista, como Langevin, Fock e Take-tani realçaram os elementos dialéticos da teoria e buscaram interpretá-la numa perspectiva materialista. Este debate também repercutiu na URSS dos anos trinta com artigos de Fock alinhando-se a Niels Bohr e de Nikolsky alinhando-se a Einstein.

Em 1947/48 este debate foi retomado com a publicação de artigos divergentes na revista "Problemas de Filosofia" e, surpreendentemente, logo encerrado com a substituição de B.M. Kedrov, diretor da revista e a conclusão de que "...o balanço da discussão de 1947/48, estabeleceu que a Mecânica Quântica não é uma teoria do micro objeto individual, como é considerado segundo o princípio da complementariedade. A Mecânica Quântica é uma teoria estatística, isto é uma teoria aplicada somente aos conjuntos estatísticos de micro objetos...." (9). Esta posição evidentemente alinhada à de Einstein adquiriu caráter de posição oficiosa do partido sendo expressa nas mais variadas publicações e mesmo em manuais e dicionários. Abriu-se então um "período do destêro da complementariedade na União Soviética" (10) que perdurou até o final dos anos cinquenta. Neste período, nas publicações em língua estrangeira, autores como Fock que tinham uma interpretação distinta daquela "dominante" não tinham seus artigos referentes ao tema publicados.

A polêmica na URSS sobre as teorias referentes à hereditariedade antecede à II Guerra. Formaram-se basicamente duas escolas. A primeira delas sustentava na URSS a Teoria da Hereditariedade de Mendel/Morgan. Esta teoria situa-se no desenvolvimento do paradigma firmado por Charles Darwin com a Teoria da Evolução e buscava decifrar o enigma da hereditariedade. Entre os anos 1850 e 1860 Mendel estudou o cruzamento de ervilhas e formulou uma série de leis para explicar a transmissão de caracteres. Por mais de 30 anos estes trabalhos não tiveram uma repercussão imediata na Biologia sendo retomados no início do nosso século.

Morgan em 1910 retomou estes trabalhos cotejando-os a uma série de experiências realizadas com o cruzamento da mosca-da-fruta (*drosophila melanogaster*) e propôs que os fatores que interviam nas leis de Mendel deviam ser unidades físicas concretas localizadas nos cromossomos (nos núcleos das células) e deu a estes fatores o nome de "genes". Esta teoria abria uma nova área de conhecimento, a genética, e se punha o desafio não só de formular as leis da transmissão dos caracteres mas explicar a própria natureza dos genes. Este segundo objetivo estava, contudo, limitado à época pela incipiência da Biologia molecular. Lembremos que em 1910 não tínhamos uma teoria consistente para explicar as propriedades dos átomos e moléculas.

A outra corrente foi liderada por T.D.Lyssenko e apoiava-se no mitchurinismo - experiência sovié-

tica de massas no desenvolvimento de novos métodos na agricultura - para defender seus pontos de vista. Esta corrente divergia da teoria de Mendel/Morgan desde a base pois sustentava que a interação do organismo vivo com meio ambiente produzia no organismo alterações que seriam transmitidas aos seus descendentes. É evidente que esta teoria ligava-se à Teoria dos Caracteres Adquiridos, formulada por Lamarck no início do século XIX e superada pelos trabalhos de Darwin.



Lyssenko usa como argumento a aprovação do Partido para suas teses

Já nos anos trinta os partidários de Mendel/Morgan sofreram variadas restrições (11) e no pós-guerra este debate foi reavivado tendo o seu desfecho numa sessão da Academia Lênin de Ciências Agrícolas em agosto de 1948. O discurso de T.D.Lyssenko (12) nesta sessão é uma peça célebre na história da ciência e da URSS e seu exame nos ajudará a entender os problemas em tela.

Na abertura ele deixa claro sua visão limitada sobre o papel da elaboração teórica no conhecimento científico, pois considera, referindo-se a Darwin, que "sua teoria sobre a seleção é um resumo das seculares experiências práticas dos criadores de plantas e animais...." A defesa de sua teoria enquanto uma teoria de transmissão dos caracteres adquiridos é explícita: "A teoria materialista da evolução da natureza viva compreende o reconhecimento da necessidade de transmissão hereditária de características individuais adquiridas pelo organismo nas condições de sua vida; ela é incompreensível sem o reconhecimento da hereditariedade de caracteres adquiridos." Também é explícita a vinculação de sua teoria ao pensamento de Lamarck: "Em primeiro lugar, as conhecidas teses lamarckianas, que reconhecem o papel ativo das condições exteriores na formação do ser vivo, e a hereditariedade de caracteres adquiridos, ao contrário da metafísica do neo-darwinismo (ou weismanismo) não são absolutamente errôneas. Elas são perfeitamente verdadeiras e científicas." Nada mais precisamos acrescentar sobre as diferenças científicas entre as duas teorias ou os dois paradigmas. Mas, qual o critério usado por Lyssenko para sustentar a veracidade de seus pontos de vista? No terreno estritamente teórico era impossível em 1948 sustentar a superioridade das teses de Lamarck sobre a genética de Mendel/Morgan. No terreno dos resultados experimentais, embora faça referências a experiências desenvolvidas por ele mesmo no trato de cereais de inverno, não refuta nem polemiza com as décadas de resultados experimentais

acumulados pela genética. Claro que são décadas de resultados experimentais no terreno da ciência básica e não no terreno de aplicações tecnológicas. E Lyssenko especula então com as escassas aplicações tecnológicas na discussão da veracidade de uma teoria científica que não tinha atingido tal estágio.

Contudo, a força da argumentação de Lyssenko, que leva à Academia a aprovação de seu relatório, reside em outros terrenos. O primeiro está na carga da argumentação ideológica. A teoria de Mendel/Morgan seria idealista e reacionária. A luta na Biologia seria parte da Guerra Fria em curso. Nas suas palavras “Na época atual de luta entre dois mundos, as duas correntes opostas e antagônicas que penetram nos fundamentos mesmos de quase todos os ramos da Biologia estão definidas de maneira particularmente aguda.” Os subtítulos do seu discurso são significativos: “A história da Biologia: uma história de controvérsias ideológicas”; “Dois mundos - duas ideologias na Biologia”; “O escolasticismo do mendelismo-morganismo”.

Mas, o seu principal argumento é de autoridade: o apoio do partido soviético e de Stálin a sua teoria. Embora não haja resoluções formais do partido soviético a respeito deste tema o apoio não oficial é amplamente usado por Lyssenko no seu discurso. Afirma que é a “...doutrina de Mitchurin, a corrente michurinista na ciência, apoiada pelo Partido Bolchevique e pela realidade soviética....” E finaliza seu discurso afirmando:

“O Partido, o Governo, e Stálin, pessoalmente, dedicaram um interesse inabalável ao futuro desenvolvimento da doutrina de Michurin.”

Eleição na Academia converte a teoria de Michurin em doutrina oficial do Estado



Cabe ainda uma importante questão. Como os biólogos soviéticos converteram-se ao “michurinismo” a ponto de aprovar o informe de Lyssenko? Ele mesmo admite que “nos mais altos círculos científicos oficiais de biólogos, também, os seguidores de Michurin e Williams estiveram frequentemente em minoria. Foram uma minoria igualmente na Academia Lênin de Ciências Agrícolas da URSS.” Ou seja os michurinistas tinham sido minoria no próprio fórum onde Lyssenko estava discursando. Qual foi o milagre da conversão? O próprio Lyssenko dá a resposta que é representativa de um conjunto de práticas e concepções vigentes na URSS de então. Segundo o autor:

“Um número considerável de michurinistas foram eleitos membros, e membros correspondentes da

nossa Academia, e outros serão acrescentados brevemente, nas próximas eleições. Isto criará uma nova situação na Academia e novas oportunidades para o futuro desenvolvimento da doutrina de Michurin.”

Com a aprovação do relatório Lyssenko vieram as consequências. Biólogos como Orbeli foram destituídos de seus cargos. Outros fizeram humilhantes “auto-críticas”. A carta do eminente cientista A. Shebraka ao jornal PRAVDA ilustra toda uma concepção de que o partido tem sempre razão, em todas as questões, e mesmo contra todas as convicções pessoais o militante deve adotar as opiniões do partido. Nesta carta Shebraka afirma:

“Enquanto o Partido reconheceu as duas orientações da genética soviética e valeram as diferenças de critério sobre problemas teóricos como discussões frutíferas eu tenho defendido insistentemente meus pontos de vista...Mas agora, depois que me convenci que as teses fundamentais de Mitchurin na genética soviética foram aprovadas pelo Comitê Central do Partido Comunista (bolchevique) da URSS, na condição de membro do Partido, considero já impossível aferrar-se por mais tempo a essas opiniões que o Comitê Central de nosso Partido tem declarado errôneas...” (13)

Nesta questão, os problemas têm uma história anterior à II Guerra e guardam relação com um cientista, Pavlov, e com sua proposta para o desenvolvimento da Psicologia. Pavlov (1849/1936) foi discípulo do grande fisiologista russo do século passado I.M. Sechenov (1829/1905) que estudou em bases materialistas os mecanismos fisiológicos do sistema nervoso em preparações neuro-musculares de rãs. A sua mais destacada contribuição científica foi a descoberta e a conceituação dos reflexos condicionados. Por estes trabalhos ele ganhou o Prêmio Nobel de 1904. E Pavlov também formula todo um paradigma para a pesquisa científica: a reflexologia. Nesta formulação Pavlov e seus seguidores consideram possível estudar processos psicológicos mais complexos pelo estudo das partes mais simples de seus comportamentos considerando que para processos psicológicos mais complexos continuam a valer as leis próprias dos reflexos condicionados. (14)

Pavlov exerceu enorme influência científica e filosófica na União Soviética. Sua força no terreno filosófico estava em ter oferecido uma base material para os fenômenos psíquicos. No entanto, o *programa pavloviano* apresentava enormes dificuldades no terreno científico e filosófico. Deixava de fora do objeto da Psicologia processos psicológicos superiores como a linguagem, a inteligência, a memória, características especificamente humanas. Portanto situava-se no terreno filosófico numa posição materialista estreita, de fundo mecanicista. Outros caminhos eram tentados. A Psicologia no início deste século estava ainda a firmar-se como disciplina científica e apresentava outros paradigmas como o introspectivismo fun-

dado pelo alemão W. Wundt e o gestaltismo liderado por Wertheimer, Koffka e Kohler. Com outra denominação, mas com os fenômenos psíquicos como objeto de estudo, desenvolvia-se a Psicanálise fundada por Sigmund Freud.

É neste quadro que na URSS, a partir de 1924, desenvolveu-se toda uma pesquisa e um projeto próprio para a Psicologia, de grandes potencialidades, formulado por Lev Vigotskii (1896/1934). De sólida formação marxista, ele examinou o conjunto da história da Psicologia, criticando suas limitações e sustentou que "...a consciência era um conceito que deveria permanecer no campo da Psicologia, argumentando que ela deveria ser estudada por meios objetivos."

(15) A especificidade deste programa é dada pela sua concepção de que "...nem a psicologia subjetiva...nem as tentativas muito simplificadas para reduzir o todo da atividade consciente a simples esquemas reflexos proporcionariam um modelo satisfatório da psicologia humana. Uma nova síntese das verdades parciais dos modos anteriores de estudo deveria ser encontrada. Foi Vigotskii quem anteviu os contornos desta nova síntese." (16) Neste programa ele buscou a descrição e a explicação dos processos psicológicos superiores situando-os como processos que ocorrem em interações sociais.

**Vigotskii deixou
de ser
editado por
20 anos,
a partir de 1936**



No período que vai até 1935, embora houvesse uma valorização da psicologia pavloviana, existiu espaço filosófico e institucional para todo o trabalho de Vigotskii e de seus discípulos como Luria e Leontiev. Já a partir de 1936 o partido bolchevique proibiu os testes psicológicos, as revistas especializadas em Psicologia foram desativadas e Vigotskii deixou de ser publicado por vinte anos (17). Mas, depois da II Guerra, a psicologia soviética teve também o seu fórum institucional para dar a última palavra nos problemas científicos em investigação. Em 1950 uma Sessão Comum da Academia de Ciências da URSS com a Academia de Ciências Médicas sobre os problemas fisiológicos da teoria do acadêmico I.P. Pavlov afirma o programa pavloviano como o programa para a psicologia soviética (18).

Este conjunto de proposições científicas e filosóficas teve para o movimento comunista internacional o caráter de verdadeiras resoluções políticas. Os textos afinados com as posições "dominantes" foram os únicos divulgados. Ocorreu toda uma orientação para a jovem intelectualidade marxista trabalhar nestas teses (19). Contudo, cometeríamos uma grave omis-

são se concluíssemos este relato sem afirmar que nem todos aderiram ou fizeram "auto-críticas". Entre os físicos, por exemplo, de formação marxista Fock, russo, Taketani, japonês, Schenberg, brasileiro e Havelman, alemão, sustentaram suas posições com independência relativamente às posições, predominantes na URSS. Porém, o exame crítico destes problemas pelas correntes marxistas-leninistas não é um problema resolvido mesmo na década de 80. No Brasil, por exemplo, a revista PRINCÍPIOS publicou durante toda a sua existência (1979-1991) um único artigo sobre Psicologia. Trata-se de uma crítica filosófica à psicanálise freudiana de autoria do soviético Stoliarov (PRINCÍPIOS, n.8, 1984)

O desenvolvimento da ciência neste período foi adverso às teses aqui examinadas. O "lyssenkismo" teve pernas curtas dada a dificuldade de sustentar, nos anos 50 a tese de Lamarck da transmissão dos caracteres adquiridos. Mas, o início dos anos 50 trouxe resultados mais adversos. Estabeleceu-se uma corrida no campo da ciência para decifrar a estrutura molecular dos genes, os corpos que continham a informação da hereditariedade. Para o lyssenkismo, esta procura era sem fundamento, e a ciência soviética ficou à margem desta corrida. Em 1953 Watson e Crick, ganharam a corrida revelando ao mundo a estrutura, de dupla hélice, da molécula do DNA, a molécula responsável pela transmissão do código genético, abrindo assim toda uma nova fase na biologia molecular. A ironia é que Watson e Crick, buscaram auxílio no livro-texto "Ligações Químicas" de L. Pauling, também criticado na URSS (20).

No terreno da física, a questão não foi tão simples e podemos dizer que mesmo hoje a investigação epistemológica e científica sobre os fundamentos da Teoria Quântica tem significado. Mas, esta teoria, nos marcos da interpretação de Bohr, tem resistido a décadas de testes teóricos e práticos. Ainda em 1948 ela gerou seu produto tecnológico mais importante, o transistor, base de toda micro-eletrônica moderna. Nos anos 60 o físico J. Bell apresentou resultados teóricos que revelavam forte discrepância entre as previsões da Teoria Quântica e toda uma classe de hipotéticas teorias alternativas, as chamadas teorias de variáveis escondidas. Estes resultados, denominados de desigualdades de Bell, foram submetidos aos mais refinados testes experimentais e no início dos anos 80 a análise dos testes experimentais realizados deixou claro que a Teoria Quântica havia vencido. De tal forma que uma posição como a que prevaleceu entre os soviéticos tem hoje seu espaço reduzido.

Na Psicologia, todo o desenvolvimento recente em torno das teses de Vigotskii, que está em rápida expansão no mundo, traz consigo uma informação factual: estas teses foram marginalizadas na União Soviética do final dos anos 30 até o final dos anos 50.

Não se pode deduzir desta relação desastrosa, que efetivamente existiu entre filosofia marxista e ciên-

cias, que se deva abrir mão desta interação, mesmo porque a interação entre ciência e filosofia de uma forma geral é uma interação que não pode ser abstraída seja nos momentos de criação científica seja na interpretação dos resultados obtidos (21). O desafio é examinar concretamente esta interação. Penso que algumas conclusões preliminares podem ser extraídas.

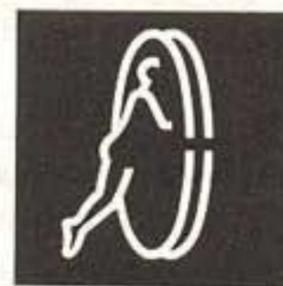
A primeira diz respeito ao grau de “acabamento” da filosofia marxista.

Lênin propõe uma sociedade de amigos materialistas da dialética de Hegel



Afirmar que a filosofia marxista não é uma teoria acabada é talvez uma trivialidade. O problema aparece quanto aos rumos do seu desenvolvimento. Vejamos um exemplo ilustrativo. Lênin escreveu, em 1908, uma obra essencial para a filosofia marxista que foi o “Materialismo e Empirio-criticismo” num contexto de luta contra tendências idealistas que se apresentavam no próprio campo do marxismo (Bogdanov, etc). Neste livro ele retoma a tese de Engels da “Teoria do Reflexo dos Objetos pelo Pensamento” e sustenta “...as coisas existem fora de nós. As nossas percepções e as nossas representações são as imagens delas. O controle dessas imagens, a distinção entre as imagens exatas e as imagens errôneas, nos é fornecida pela prática.” (22) Porém, esta obra não dá conta do conjunto da visão leninista sobre a filosofia como mesmo hoje alguns pensam. (23) No período entre 1914 e 1916 Lênin desenvolveu estudos mais sistemáticos de filosofia, estudou Hegel, estudou a dialética num contexto de mudanças bruscas que se avizinhavam na Rússia e na Europa. E seguramente beneficiou-se deste estudo nas revolucionárias formulações deste período, especialmente em “Teses de Abril” e “Imperialismo, etapa superior do capitalismo”. Estes estudos estão registrados em anotações pessoais publicadas pela primeira vez em 1929/1930 e posteriormente republicadas sob o título de Cadernos Filosóficos. Num destes fragmentos, escrito em 1915, ele afirma: “eis os domínios do saber dos quais deve formar-se a teoria do conhecimento e a dialética: história da filosofia, das ciências singulares, do desenvolvimento intelectual da criança, do desenvolvimento intelectual dos animais, da linguagem (mais Psicologia, mais fisiologia dos órgãos dos sentidos), em suma: a história do conhecimento em geral”. (24) É claro que isto aponta para todo um desenvolvimento a ser realizado na teoria do conhecimento, até porque algumas das áreas científicas citadas ainda eram embrionárias, e é uma formulação mais rica e abrangente que a teoria do reflexo como formulada no Materialismo e Empirio-criticismo. A teoria do reflexo está essencialmente cor-

reta se contextualizarmos o Materialismo e Empirio-criticismo enquanto obra crítica em relação a formulações idealistas sobre o problema do conhecimento, mas é uma formulação insuficiente para uma teoria dialética do conhecimento. E este é, em última instância, um reflexo da realidade, mas é também uma construção humana. Esta visão filosófica “madura” de Lênin está indicada num artigo de 1922 quando ele, traçando um programa para a principal revista filosófica bolchevique (Sob a Bandeira do Marxismo), sustentou a necessidade de os colaboradores da revista organizarem o “estudo sistemático da dialética de Hegel do ponto de vista materialista” e constituírem-se em “uma espécie de sociedade de amigos materialistas da dialética hegeliana” (25). Não está no nosso objetivo um exame do desenvolvimento da filosofia soviética entre 1922 e 1947, mas é claro que nesta época, entre os bolcheviques, a principal obra elaborada foi o Materialismo Dialético e Materialismo Histórico de Stálin que é uma obra de sistematização e divulgação e não de desenvolvimento de questões filosóficas. Fica evidenciado então o equívoco expresso no diagnóstico da filosofia soviética (e da marxista de uma forma geral) quando Zhdanov indica serem os resquícios idealistas e não o insuficiente desenvolvimento dialético a raiz das debilidades no terreno da filosofia. Esta concepção levou ao desenvolvimento de um materialismo mecanicista incapaz de perceber, valorizar e desenvolver os elementos dialéticos que o próprio desenvolvimento da ciência tinha trazido à tona especialmente, nos exemplos aqui examinados, com a teoria quântica e a psicologia de Vigotskii.



Marxismo não tem acúmulo teórico e prático em artes, estética e cultura

A segunda indicação guarda correlação com a primeira. Trata-se, ainda hoje, de desenvolver a dialética bebendo na fonte do próprio desenvolvimento das ciências. Mas, esta própria interação entre filosofia marxista (em desenvolvimento) e ciências naturais, ou ciências do comportamento, (também em desenvolvimento) está numa esfera distinta daquelas onde o marxismo e o leninismo originariamente se desenvolveram. E, se aplicarmos o critério marxista de verdade (a prática) ao próprio pensamento marxista, é claro que este não tem acúmulo (teórico e prático) expressivo em áreas como estética, artes, ciências naturais, cultura. O reconhecimento destes problemas não deveria levar a não enfrentar tais problemas, mas fazê-lo, levando em conta as limitações da teoria e não adotando sobre temas como estes posições acabadas e resoluções partidárias. E mesmo em questões melhor desenvolvidas a filosofia marxista não pode ser um cri-



tério externo para validar ou não determinado conhecimento. Há que ir a fundo do mérito dos problemas buscando formular/identificar as categorias, os conceitos, as relações, os processos que lhes são especificamente relevantes.

No entanto, não foram só concepções filosóficas equivocadas, mecanicistas e dogmáticas. Do pouco aqui examinado, fica claro que se tratava de toda uma prática de fechamento de questões filosóficas, científicas e culturais que revelou-se equivocada enquanto prática da elaboração da teoria e enquanto prática social. O deslocamento, institucional e físico, dos oponentes e o partido como última instância destas questões gerou práticas sociais difusas de medo, seguidismo, de estímulo à mediocridade. Práticas estas que desarmaram a sociedade soviética para os desafios ulteriores da construção socialista. Aqui, a questão da liberdade como questão política para o socialismo aparece como indispensável não só para a incorporação das amplas massas no desafio da construção socialista, mas também como pré-requisito para o próprio desenvolvimento científico e tecnológico. A história da ciência e da tecnologia está repleta de exemplos que evidenciam que só em ambiente de liberdade podemos ter elevada criatividade. Mais do que isso, a liberdade é necessária para a própria tomada de decisões sobre políticas científicas e tecnológicas. É que este desenvolvimento científico e tecnológico não pode ser completamente previsto e planejado. Exemplo recente do que estamos sustentando diz respeito às expectativas econômicas, sociais e tecnológicas geradas em relação à energia nuclear e, portanto, em relação à Física Nuclear. No final dos anos 40 e início dos anos 50. Entretanto o principal salto tecnológico veio

de outra parte, a informática e a microeletrônica que tem por base física uma outra teoria física: a do estado sólido.

A prática do Partido e do Estado Soviético nestas questões e neste período apresenta resultados essencialmente negativos. É evidente que não examinamos aqui a política científica posta em prática na experiência socialista e que levou a um rápido desenvolvimento da ciência e da técnica. Expressão desse desenvolvimento é o fato de que a URSS colocou o primeiro satélite artificial, o Sputnik, e o primeiro homem no espaço, I. Gagarin, no final dos anos 50. E nem examinamos o conjunto das experiências de relacionamento entre marxismo e ciências naturais que apresenta importantes elementos de riqueza filosófica e científica. Também não foi objeto do nosso exame as imensas conquistas sociais no terreno do emprego, educação, saúde, habitação, etc., obtidas pelos trabalhadores nesta primeira experiência socialista. Mas, o exame das questões da relação ciência/filosofia apresenta este resultado que formulamos. Estes resultados essencialmente negativos guardam correlação também com os seus efeitos propriamente políticos. É que estes acontecimentos fixaram aos olhos de uma parcela importante da opinião pública mundial uma imagem do materialismo dialético como uma filosofia superada, incompatível com o moderno desenvolvimento científico. São problemas que já vinham de antes da guerra mas apresentam-se cristalizados no pós-guerra. ■

1. Por ocasião da morte de Zhdanov, em 1º de setembro de 1948, Rui Facó, então dirigente do Partido Comunista do Brasil, publicou na revista *PROBLEMAS* (n. 13, p. 106) um artigo que situa a trajetória de Zhdanov no partido bolchevique, mostrando que desde 1930 quando foi eleito membro do Comitê Central no 16º Congresso ele integra o núcleo dirigente do partido. O historiador Vittorio Strada mostra que a partir do início dos anos 30 as duas principais referências do marxismo leninismo no campo da cultura serão Gorki e Zhdanov (in Hobsbawn, E. J., (org), *História do Marxismo*, Paz e Terra, 1987, v. 9, p. 148). Além disso sobre o tema em foco foram adotadas resoluções pelo Comitê Central do partido bolchevique.
2. "O realismo socialista, que é o método fundamental da literatura soviética, exige do artista uma figuração verídica e historicamente concreta da realidade em seu desenvolvimento revolucionário. Ao mesmo tempo, a veracidade e a concreticidade histórica da figuração artística da realidade devem se unir à tarefa da remodelação ideológica e da educação dos trabalhadores no espírito do socialismo" (*História do Marxismo*, v. 9, p. 192). Ou seja, a obra literária que não adotasse o realismo socialista como "método" seria considerada uma obra não soviética ou anti-soviética, com todas as implicações políticas desta caracterização.
3. *PROBLEMAS*, n. 20, 1949, p. 88/106 e *PRINCÍPIOS*, n. 8, 1984.
4. Na doklade Zhdanova. Rasskaz D. D. in *Partiat, Istoricheski Sbornik*, Paris, n. 2, 1979, p. 449/450 apud *História do Marxismo*, v. 9, p. 217/218.
5. *PROBLEMAS*, n. 21, 1949, p. 19/39.
6. *PROBLEMAS*, n. 7, 1947, p. 62/81.
7. Este sentido a ser dado à luta na Filosofia foi apreendido pelos marxistas no mundo inteiro. No Brasil, por exemplo, Rui Facó, então dirigente comunista escreve num artigo necrológico sobre Zhdanov que este "faz uma crítica arrasadora de todas as influências idealistas ainda existentes no setor da filosofia soviética, mostrando serem essas influências as causas fundamentais de suas debilidades" (*PROBLEMAS*, n. 13, 1948, p. 120). Esta orientação impressa à filosofia soviética teve variados desdobramentos. Em 1953, por exemplo, num artigo denominado "Contra o subjetivismo nas ciências da natureza" publicado no *PRAVDA* e reproduzido no mundo inteiro, Y. Jdanov apoia-se na obra "Os problemas econômicos do socialismo na URSS" de Stálin, para extrair conclusões filosóficas gerais onde a objetividade das leis naturais é apresentada como que implicando uma absolutização do objeto e conferindo um papel passivo e completamente subordinado ao sujeito. Neste artigo ele investe em defesa do "método objetivo pavloviano" e contra a visão de Niels Bohr sobre a relação sujeito/objeto na Física Quântica, problemas que examinamos neste artigo. (*LA NOUVELLE CRITIQUE*, n. 44, 1953, p. 104/110 e *PROBLEMAS*, n. 47, 1953.).
8. Para o exame deste debate ver Freire Jr., O. "Estudo sobre interpretações (1927/1949) da teoria quântica. Epistemologia e física", dissertação, USP, 1991.
9. Terletsky, I. P., *Problemes du developpement de la theorie quantique*, in *Questions Scientifiques*, t. I, p. 131/146, Les Editions de la Nouvelle Critique, Paris, 1952.
10. Graham, L., R., *Ciencia y Filosofia en la Unión Sovietica*, Siglo Veintiuno de España, Madrid, p. 102, 1976.
11. As restrições aos partidários da genética de Mendel/Morgan começaram bem antes do período que estamos examinando. Em 1930 a Academia Comunista conclamando à bolchevização da ciência, condena os trabalhos do geneticista Serebrovskii, mas não aprova as teses lamarckistas. Expressivo desta tendência, já nos anos 30, a resolver institucionalmente disputas científicas e filosóficas é que um ano antes o geneticista I. I. A. gol tinha proposto, sem êxito, a condenação das teses lamarckistas ("Soviet Marxism and Natural Science, Joravsky, D., Routledge and Kegan Paul, London, p. 301/7). No final da década as restrições foram ainda mais fortes. Vavilov, geneticista de renome mundial, ficou marginalizado do Congresso de Genética realizado em Moscou em 1939, teve que recusar a sua eleição para a presidência do VII Congresso Internacional de Genética a se realizar em Edinburgo e, desde outubro de 1939, nenhuma notícia sua foi obtida no Ocidente, supondo-se a sua morte no exílio em Magadan (Sibéria). (Wetter, G., A., *Filosofia y Ciencia en la Unión Sovietica*, Guadarrama, Madrid, 1968, p. 110).
12. *PROBLEMAS*, n. 16, 1949, p. 52/79.
13. Wetter, idem, p. 111/112.
14. Wetter, idem, p. 139.
15. Luria, A., R., "Vigotskii", in *Linguagem, Desenvolvimento e Aprendizagem*, Vigotskii, L., S., et alii, EDUSP, SP, 1988, p. 22. Este texto é uma boa apresentação à obra de Vigotskii. Para uma visão de conjunto deste pensamento ver *CADERNOS CEDES*, n. 24, 1991, "Pensamento e Linguagem, estudos na perspectiva da psicologia soviética", Ed. Papirus, 16. Luria, idem, p. 22/23.
17. M. Coler e S. Scribner, *Introdução*, in *A Formação Social Mente*, L. S. Vigotskii, Livraria Martins Fontes, SP, 1984 e J. Cipolla-Neto, L. S. Menna-Barreto, M. I. F. Rocco, M. Kohl de Oliveira, *Apresentação*, in *Linguagem, Desenvolvimento e Aprendizagem*, L. S. Vigotskii et alii, EDUSP, SP, 1988.
18. Wetter, idem, p. 142/143. Ver repercussão destas posições entre psicólogos marxistas franceses em *LA NOUVELLE CRITIQUE*, n. 45, 1953, p. 228/232 e p. 322/323.
19. Dois exemplos: Na França os marxistas desenvolveram intensa atividade editorial no pós guerra onde estas teses encontraram a mais ampla acolhida. O PCF editou, a partir de 1952, uma coleção denominada *Questions Scientifiques*, com números dedicados à Física à Química e à Biologia. Os volumes apresentavam *exclusivamente* artigos de autores soviéticos defendendo as teses aqui examinadas. A leitura do *LA NOUVELLE CRITIQUE* no período que vai até 1955 apresenta uma extensa gama de artigos franceses e soviéticos laudatórios destas teses. Mas o movimento comunista francês não só divulgou tais posições como desenvolveu-as. Já em 1949 uma "comissão de filosofia da ciência do círculo de estudos dos filósofos comunistas" publica um artigo assinado por M. Darciel, J. Desanti e G. Vassail com o título "Ciência burguesa, ciência proletária". Este artigo trata o problema da ciência sem estabelecer nenhuma diferenciação entre ciências humanas, onde se põe o problema dos interesses de classe no conhecimento, e ciências da natureza onde o problema não tem esta conotação. Mas a definição dada por estes autores para este problema dispensa comentários. Vejamos o que eles dizem "Que chamamos nós, efetivamente, hoje, de ciência burguesa? Aquilo que a burguesia dos países imperialistas continua a produzir para subsistir como classe exploradora e perpetuar seus benefícios. Que chamamos hoje ciência proletária? Aquilo que o proletariado vitorioso na União Soviética, construtor da sociedade sem classes..." (*LA NOUVELLE CRITIQUE*, n. 8, p. 41) Este movimento teve seu ápice em 1953 com a realização das Jornadas Nacionais de Estudos dos Intelectuais Comunistas (*LA NOUVELLE CRITIQUE*, n. 45, 1953, com as atas destas jornadas). Nestas jornadas os chamados Círculos de físicos e de psicólogos cancelaram todas estas teses que aqui estamos discutindo. Chama a atenção que o relatório do grupo de biólogos, feito por Marcel Prenant não contém uma única referência a Lyssenko e a suas teses.
20. No Brasil a revista *Problemas* em seus 66 números entre 1947 e 1955 publicou dois únicos artigos sobre ciências da natureza: a intervenção de Lyssenko de 1948 e um artigo de W. Rochet, da direção do PCF, (*PROBLEMAS*, n. 18, 1949, p. 89/101) elogiando as teses de Lyssenko.
21. Para uma análise da polémica estabelecida em torno da teoria da ressonância de Linus Pauling consultar: *L'exemple de la chimie soviétique*, a propos de "questions de chimie", le cercle des chimistes, *LA NOUVELLE CRITIQUE*, n. 45, 1953, p. 61/73 e Wetter, obra citada, p. 75/79.
22. Na interpretação de uma dada teoria o exemplo aqui examinado das divergências entre Bohr e Einstein é ilustrativo desta interação ciência/filosofia. Na criação de uma nova teoria esta interação é bem mais complexa. Porém, se considerarmos que o conhecimento científico tem a dimensão de representação da realidade, mas tem também uma dimensão de construção, de elaboração de conceitos, de formulação de leis e relações, é claro que não só a concepção filosófica, mas toda a bagagem cultural interfere no processo de elaboração/construção. Contudo, pensamos como Paty, que "... as considerações gerais sobre a natureza exata desta relação são ainda imprecisas e somente o exame das situações efetivas e das idéias dos cientistas, em sua diversidade, podem nos instruir." (Paty, M., *A dimensão filosófica do trabalho científico*, *NOVOS ESTUDOS CEBRAP*, n. 28, 1990, p. 130).
23. Lenine, V. I., *Materialismo e Empirio-criticismo*, Estampa, Lisboa, 1975, p. 95.
24. Em 1984 escrevemos uma resenha deste livro sem situá-lo no conjunto do pensamento filosófico de Lênin incorrendo no erro que aqui criticamos. (*PRINCÍPIOS*, n. 8, 1984, p. 39/43).
25. Lenine, V. I., *Cadernos Filosóficos*, Ed. Avante, Lisboa, Obras Escolhidas em 6 tomos, t. 6, 1989, p. 295.
26. V. I. Lênin, *Significado do materialismo militante*, Obras Escolhidas em 3 vols., v. 3, Alfa/Omega, 1980, p. 567/68.

IDEOLOGIA E HEGEMONIA NA OBRA DE GRAMSCI

AUGUSTO CESAR BUONICORE

Gramsci procura indicar os meios pelos quais a ideologia dominante penetra e controla os oprimidos. E o papel da filosofia da práxis para construir junto aos trabalhadores uma “visão crítica do mundo”

Gramsci, neste ponto, se aproxima de Lênin ao encarar a ideologia enquanto “uma concepção de mundo que se manifesta implicitamente na arte, no direito, nas atividades econômicas e em todas as manifestações da vida intelectual e coletiva”. (1)

“Nela (ideologia) são incluídas todas as atividades do grupo social dominante, aqueles aparentemente menos ideológicos, particularmente as ciências... mesmo a ciência é parte integrante da superestrutura... uma categoria histórica”. (2) Portanto para Gramsci, a ideologia está presente em todas as atividades humanas, não se traduz apenas no campo da produção de idéias, mas se reduz na prática, seja cotidiana, seja científica.

Para Gramsci, somente as “ideologias orgânicas” deviam ser consideradas, ou seja, só aquelas vinculadas a uma das classes fundamentais da sociedade, no caso do capitalismo, a burguesia e o proletariado. Ele estabelece níveis dentro desse todo que podemos chamar de ideologia dominante, ou seja, entre a concepção de mundo “produzida” pelos intelectuais orgânicos da classe dominante e as idéias, senso comum, das classes subalternas, informadas por aquela concepção de mundo. Esta diferenciação em níveis é engendrada pelas contradições objetivas inerentes à sociedade dividida em classes sociais antagônicas. Esta contradição é a fonte das constantes fissuras; responsável, em certo sentido, pela falta de homogeneidade entre o discurso (sempre ideológico) de dominantes e dominados, apesar desses últimos, no fundamental estarem presos nos laços da ideologia burguesa, que os informam.

“A ideologia difundida nas camadas sociais diri-

gentes é evidentemente mais elaborada que os seus fragmentos encontrados na cultura popular... na cúpula, a concepção de mundo mais elaborada, a filosofia, ao nível mais baixo, o folclore. Há entre esses dois níveis extremos, o senso comum”. (3)

A filosofia, enquanto nível ‘superior’ da ideologia, como afirma Gramsci, é a “chave mestra da ideologia”, a principal força coesiva, é justamente ela que modela e dirige os demais níveis, em especial o senso comum. Dirige, respeitando os limites apresentados anteriormente.

Mas, se uma filosofia deseja cumprir a sua função deve, necessariamente, manter-se ligada às classes subalternas, às massas populares, sem isso perderia a sua capacidade de direção política e ideológica. Marx já afirmava que a teoria só adquire força material quando penetra nas massas.

O senso comum por sua vez revela-se uma amálgama de diversas ideologias tradicionais e da ideologia de classe dirigente. O senso comum aparece na obra de Gramsci enquanto “o folclore da filosofia”.



A ideologia não é inerente ao sujeito, mas fruto de todo um processo social

“Cada camada social possui seu próprio senso comum... seu traço fundamental mais característico é o de constituir (mesmo a nível de cada cérebro) uma



concepção fragmentária, incoerente, inconseqüente, conforme a situação social e cultural da multidão para a qual esse traço também é a filosofia”. (4)

Gramsci procura, também, compreender os meios pelos quais a ideologia das classes dominantes (a sua filosofia) penetra e ajuda, em certo sentido, a coesionar as classes subalternas sob a sua direção, impedindo assim a ruptura violenta do *Status Quo* de dominação, mantendo coeso o edifício social. A esses instrumentos de produção e reprodução de ideologias, no seu conjunto, Gramsci denomina “estrutura ideológica”, ou seja, uma “organização material destinada a manter, defender e desenvolver a frente teórica”.

Esta estrutura é composta por diversas instituições, entre elas, as principais para Gramsci, são a Igreja, a Escola e a Imprensa; junto com estas compõem a ‘estrutura’ todas as instituições que de uma forma ou de outra “podem influir, direta ou indiretamente, sobre a opinião pública”, sobre o pensar e o fazer das classes sociais subalternas. Neste rol de instituições podemos incluir bibliotecas, clubes, etc. Estes, por sua vez, necessitam de canais de expressão - os materiais ideológicos - que Gramsci classifica segundo seu grau de eficiência: “os meios audiovisuais... são os meios de difusão que possuem maior rapidez, raios de ação e impacto emotivo muito mais vastos que a comunicação escrita (livros, jornais), mas superficialmente e não em profundidade”. (5)

“Em todo homem está presente uma consciência imposta pelo ambiente em que vive, e para qual, portanto, concorrem influências diversas e contraditórias. Na consciência do homem, abandonado à própria espontaneidade, não ainda criticamente consciente de si mesmo, vivem ao mesmo tempo influências

ideológicas diferentes, elementos dispares, que se acumularam através das estratificações sociais e culturais diversas”. (6)

Gramsci tem a clareza de que a formação da consciência, a construção da ideologia, não é algo inerente ao sujeito, mas fruto de todo um processo social, de relações sociais e históricas bastante concretas. Sabe também da capacidade de influência que a ideologia das classes dominantes exerce sobre a maneira de pensar e agir (dois aspectos da ideologia) das classes subalternas. É a ideologia dominante que, em grande parte, informa e forma a consciência (ou falsa consciência - Luckacs -) das classes sociais dominadas.

Não é sem razão que Marx já afirmava na sua obra *Ideologia Alemã* que as idéias dominantes eram sempre as idéias das classes economicamente (e portanto, politicamente) dominantes, pelo menos, como ressalva Gramsci, nos momentos em que não existe a crise da hegemonia, ou seja, nos momentos em que a revolução não se apresenta enquanto problema imediato a ser resolvido.

A preocupação de Gramsci, em certo sentido, foi também uma preocupação de Lênin. Era preciso não substituir a luta ideológica, em nome da luta exclusivamente econômica. Era preciso não deixar a classe operária no espontaneísmo das lutas reivindicatórias imediatas, pois não seria através delas que adviria a sua consciência de classe. A classe operária deixada à sua própria sorte caminharia, não no sentido da construção da consciência socialista, mas sim no sentido da ideologia meramente sindical-corporativa, ainda burguesa.

“Mas, por que, pergunta Lênin, o movimento espontâneo, que se dirige no sentido do mínimo esforço, conduz exatamente à dominação da ideologia burguesa? Pela simples razão de que a ideologia burguesa é muito mais antiga que a ideologia socialista e está completamente elaborada e possui meios de difusão infinitamente maiores... a ideologia burguesa mais difundida (ressuscitada sob as mais diversas formas) é aquela que se impõe espontaneamente, sobretudo aos operários”. (7)



A função do membro do partido é organizativa e diretiva, isto é, intelectual

Não precisamos fazer aqui um minucioso trabalho de comparação entre as obras dos dois autores para notarmos o débito de Gramsci para com Lênin e deste para com Marx, particularmente, no que diz respeito ao papel desempenhado pela ideologia (enquanto conjunto de idéias) junto às classes sociais exploradas (ou subalternas) no sentido de enquadrá-las no sistema.

Gramsci avança ao descobrir que entre a concepção de mundo compartilhada pelas classes populares, 'impostas' pela burguesia, e a sua ação (prática) concreta, enquanto classes exploradas, existe uma contradição insolúvel, pois a sua condição objetiva de classe explorada leva-a constantemente a pôr em xeque a hegemonia das classes dominantes, ameaçando superá-la.

O problema central, para Gramsci, tratava-se então de tornar explícita (através da filosofia de práxis) as condições de exploração, que de uma forma ou de outra, transparecem na ação das classes sociais, criticando também a concepção de mundo imposta às classes subalternas, através dos aparelhos ideológicos, no sentido de superá-la, estabelecendo assim a "unidade entre a teoria e a prática, entre a política e a filosofia".

Mas, esta nova concepção de mundo, a proletária, que é representada pela filosofia de práxis, deve partir das experiências concretas das massas, a partir da sua compreensão ainda que fragmentária da realidade, do senso comum, não para se manter preso a ele, mas para criticá-lo, depurá-lo das influências burguesas, unificá-lo e elevá-lo a um nível superior, ao bom senso (a filosofia), construindo assim uma "visão crítica de mundo".

E para Gramsci "somente a filosofia da práxis é uma filosofia capaz de unificar e elevar as pessoas simples ao nível de uma visão superior (a filosofia)", pois ao contrário das outras filosofias, em especial a católica, "ela não tende a manter as pessoas simples em sua filosofia primitiva, o senso comum, mas tende - a conduzi-las a uma concepção superior de vida. Ela afirma a exigência da relação entre os intelectuais e as pessoas simples". (8)

Uma pergunta ainda fica: Se a nova concepção de mundo, a ideologia socialista, como a chama Lênin, não nasce espontaneamente, de onde ela vem? Ela só poderia vir então de fora da relação direta entre operário e patrão na fábrica. Kautsky já afirmava: "A consciência socialista de hoje não pode surgir senão de um profundo conhecimento científico... assim a consciência socialista é um elemento importado de fora... e não algo que surgiu espontaneamente". (9)

Contudo, quem são os portadores, os divulgadores, desta ideologia? São os teóricos do socialismo, os intelectuais orgânicos da classe operária.

"Naturalmente, afirma Lênin, isto não significa que os operários não participem dessa elaboração. Mas, não participam na qualidade de operários, participam como teóricos do socialismo". (10)

Nos dias de hoje, a tarefa da construção de uma nova hegemonia, acreditava Gramsci, não poderia ser obra de um homem, de uma pessoa singular, mas deve ser obra de "um organismo no qual já tenha início a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e afirmada parcialmente na ação. Esse organismo já foi dado pelo desenvolvimento históri-

co e é o Partido político a primeira célula onde estão contidos os germes da vontade coletiva que tendem a tornar-se universais". (11)

Todavia, a grande diferenciação entre a estrutura de um partido operário e as demais organizações é que ele, apesar de dividido em níveis, busca superar esta divisão em seu seio entres dirigentes e dirigidos, grandes e pequenos intelectuais. Se a filosofia da práxis busca elevar as classes subalternas do senso comum ao nível do bom senso, no seio do partido, ela busca capacitar o militante de base a exercer funções de dirigentes políticos.

Por isso, a tarefa do partido consiste em superar os resíduos corporativos (os momentos egoístico-passionais) através do que Gramsci chama de "processo catártico", ou seja, a superação do interesse mesquinho de "espírito de corpo" pela ação política.

"No partido político, os elementos de um grupo social econômico superam esse momento (corporativo, egoístico-passional) de seu desenvolvimento histórico e se tornam agentes de atividades gerais, de caráter nacional e internacional". (12)

"Um comerciante", continua Gramsci, "não entra num partido para fazer comércio, nem um industrial para fazer nada". (13)



Somente a filosofia da práxis eleva as pessoas ao nível de uma visão superior

O destaque que Gramsci dá ao problema dos intelectuais está intimamente ligado a importância que tem para ele o problema da hegemonia. Não é à toa que ele chamava os intelectuais como os "funcionários de hegemonia".

"Os intelectuais... não são um grupo social autônomo... eles dão homogeneidade à classe dominante... todo o grupo social deve elaborar a sua própria hegemonia político-cultural, deve criar, portanto, os próprios quadros, seus próprios intelectuais". (14)

Qual é o conceito de intelectual para Gramsci?

"Todos os homens são intelectuais... mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais" continua, "quando se distingue entre intelectuais e não intelectuais faz-se referência, na realidade, tão somente à imediata função social da categoria profissional dos intelectuais, isto é, leva-se em conta a direção sobre a qual incide o peso maior da atividade profissional específica, se na elaboração intelectual ou se no esforço muscular nervoso". (15) Gramsci busca captar os homens nas suas múltiplas relações. Para ele era impossível separar o "homo faber" do "homo sapiens".

"Mesmo no mais mecânico e degradado (traba-

lho físico) existe um mínimo de qualificação técnica, isto é, um mínimo de atividade intelectual criadora".⁽¹⁶⁾ Portanto, ele supera a visão tradicional de intelectual que sempre foi traduzido na figura do grande literato, do filósofo, do artista. A concepção de Gramsci em algumas passagens de sua obra é mais ampla do que afirmam alguns autores, como Gruppi, pelo qual Gramsci teria mudado "completamente a noção de intelectual. Intelectual não seria quem sabe latim ou grego antigo, o escritor ou coisa parecida. O intelectual é o dirigente da sociedade, o quadro social".⁽¹⁷⁾ Como já vimos em citações anteriores, podemos notar que o conceito de Gramsci é ainda mais amplo, em todo o trabalho, até no mais mecânico está implícita a necessidade de certo esforço intelectual, por isso "todo homem é um intelectual".

Entretanto será que Luciano Gruppi, e outros marxistas, estariam equivocados assim? Não haveria, na obra de Gramsci, certas ambiguidades que dessem margem a outras interpretações?

Acredito que sim. Numa leitura mais atenta podemos notar que Gramsci, ao mesmo tempo que amplia "ao infinito" o seu conceito de Intelectual (homem = intelectual = *faber + sapiens*), sente certa necessidade de lhe impor alguns limites. Primeiro explode o conceito tradicional para depois resgatá-lo, em outro patamar. Referindo-se ao Partido, Gramsci afirmaria "que todos os membros do partido devem ser considerados como intelectuais... pois importa sim, a função que é diretiva e organizativa, isto é, educativa, intelectual".⁽¹⁸⁾ Ou seja, Gramsci relaciona o conceito de intelectual e a função dirigente. Qualquer elemento que exerça na sociedade um papel educador e o de direção (neste inclui-se o camponês, mesmo o analfabeto, que seja líder de uma das muitas ligas camponesas existentes na Itália) pode ser considerado intelectual.

"Todos os homens são intelectuais... mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais" e mesmo esses poucos se dividem numa verdadeira hierarquia de "intelectuais".

"Existe uma hierarquia qualitativa entre os intelectuais, essa hierarquia *exclui* aqueles que... *não exercam funções de intelectuais* (o grifo é nosso): os agentes subalternos, que não têm a função de direção. No aparelho de direção social e governamental existe toda uma espécie de empregos de caráter manual e instrumental".⁽¹⁹⁾ Esses setores, os agentes subalternos, não teriam grande papel na construção da hegemonia, os intelectuais propriamente ditos dividiam-se segundo o grau de eficiência enquanto agentes da hegemonia: na cúpula, os criadores da nova concepção de mundo e de seus diversos ramos como as ciências, filosofia, arte, direito; no escalão inferior, aqueles que estão encarregados de administrar ou divulgar esta ideologia.⁽²⁰⁾ Gramsci faz uma divisão entre aqueles que produzem a cultura e aqueles que, de uma forma ou de outra, a reproduzem. Isto tem consequência

prática, na elaboração de uma política, de uma estratégia na luta ideológica, na luta pela superação da hegemonia das classes exploradoras.

"Na frente ideológica, a derrota dos auxiliares e adeptos menores tem uma consequência quase negligenciável, é uma luta em que é preciso reservar os golpes para os mais eminentes. Senão confunde-se o jornal com o trabalho científico, é preciso abandonar as casuísticas infinitas da política que toca os jornais".⁽²¹⁾

Mais uma vez podemos sentir a influência do pensamento de Lênin sobre Gramsci. Nas suas diversas cartas nas quais trata do problema da produção intelectual, em especial, as endereçadas a seu amigo Máximo Gorki, Lênin afirmaria: "Se os pequenos artigos, periódicos (semanais ou quinzenais) nada vos dizem, se vos sentis bem trabalhar numa grande obra, naturalmente que não vos aconselharei a interrompê-la. Ela será muito mais útil".⁽²²⁾

Mas, não devemos concluir precipitadamente que a importância dada aos "grandes intelectuais" signifique necessariamente a substituição do papel que desempenham os pequenos intelectuais, enquanto agentes reprodutores da ideologia. Em especial quando se trata de compreender a sua importância na sociedade política (= Estado), cuja tática (= estratégia) fundamental é ainda o da "guerra de posições".

"Pode ser interessante empregar a tática que consiste em forçar os pontos de menor consistência para ter condições de tentar o assalto do ponto mais forte dispondo do máximo de força, na medida em que, justamente liberaram-se tropas para eliminação dos auxiliares mais fracos" ou seja, na luta política, as classes dominadas nunca devem negligenciar o papel desempenhado pelos intelectuais subalternos sob pena de sofrerem graves revezes. Por isso era preciso neutralizar esse setor que tem a sua importância na estratégia revolucionária de Gramsci, a guerra de posições.

"Não existe uma classe independente de intelectuais, mas cada grupo social possui a sua própria camada de intelectuais ou tende a formá-la".⁽²³⁾



Um intelectual sem organização é tão desprezível quanto a ideologia que produz

Para Gramsci é justamente o grau do vínculo orgânico (grupo social e camada de intelectuais) que, em última instância, define qualquer intelectual. Dependendo do grau dessa relação temos um nível de intelectual, sendo que as camadas mais importantes e complexas (de maior influência e de maior poder de coesão) são as que possuem maior ligação orgânica

com uma das classes fundamentais da sociedade, em especial, com a classe que detém a direção política do Estado e poder econômico. E essa relação é mais estreita, portanto orgânica, quando o intelectual se origina da classe que representa, mas ressalva: “o chefe da empresa-homem político aparecerá como intelectual orgânico da burguesia e não como chefe da empresa, *sua função predomina sobre a sua origem social* (grifo é nosso)”.⁽²⁴⁾

É certo, inclusive para Gramsci, que estas afirmações devem ser relativizadas, pelo menos em alguns casos, pois se elas servem muito bem no caso das classes dominantes, não se ajustam com a mesma precisão no caso das classes subalternas que “pelo menos inicialmente são obrigadas a importar os seus intelectuais entre os grandes intelectuais”.⁽²⁵⁾ Isto coloca as classes subalternas numa situação de inferioridade, convivendo em meio ao risco de verem seus intelectuais serem cooptados pelos grandes intelectuais das classes dominantes, através do processo que Gramsci chama de “transformismo”.

Portanto, para Gramsci, o intelectual não é autônomo em relação às classes sociais e este caráter de classe do vínculo orgânico já provoca conseqüências: o caráter ‘improdutivo’ de qualquer intelectual isolado de uma classe social: “um intelectual sem vínculo orgânico, afirmava ele, tem importância tão desprezível quanto as ideologias que produz”.⁽²⁶⁾

Então qual é a real função do intelectual orgânico das classes dominantes no seio da sociedade?

“São eles que elaboram a ideologia da classe dominante dando-lhe consciência do seu papel e transformando-a em concepção do mundo que impregna todo o corpo social... são os encarregados de animar e gerir a ‘estrutura ideológica’ da classe dominante no seio das organizações da sociedade civil... e de seu material de difusão... agentes da sociedade política, encarregada da gestão dos aparelhos de Estado”. São eles que “mantém coeso o bloco histórico, os que elaboram a hegemonia da classe dominante, que sem eles não poderia ser dirigente: seria apenas dominante e opressiva, faltando a base de massas, o consenso necessário para exercer o seu poder”.⁽²⁷⁾ Os intelectuais, aqueles que asseguram o consenso das classes subalternas em torno das classes dominantes, que servem de elo entre a superestrutura e a infra-estrutura do bloco histórico.

Apesar de compreender o intelectual enquanto “funcionário da superestrutura” ou “funcionário da hegemonia” não incorre num erro bastante comum do “sociologismo”, que estabelece uma relação mecânica entre os intelectuais e as classes sociais. Para ele nas relações intelectuais e as classes sociais deve haver a mesma mediação existente entre a infra e superestrutura dentro de determinado bloco histórico. A estrutura econômica determina, mas só em última instância, a superestrutura e esta, por sua vez, tem relativa autonomia em relação à infra-estrutura que lhe dá susten-

tação. Portanto, o intelectual enquanto elemento (= agente) da superestrutura, possui também uma relativa autonomia em relação às classes sociais, das quais não é um reflexo passivo.

“A evolução da estrutura, para Gramsci, pode, inclusive, ser retardada ou até retida por uma evolução mais lenta dos intelectuais particularmente pela manutenção de dirigentes políticos tradicionais”.⁽²⁸⁾ É o próprio Engels que afirma: “embora as condições materiais de vida sejam as causas primeiras isto não impede que a esfera ideológica reaja por sua vez sobre ela”.⁽²⁹⁾



No momento da crise todos os aparelhos ideológicos sofrem alterações

Baseando-se novamente em Engels, Gramsci reafirmaria “a relação entre os intelectuais e o mundo da produção não é imediata como ocorre com todos os grupos sociais fundamentais e sim, mediada em graus diversos, por intermédio de toda trama social, do complexo das superestruturas”.⁽³⁰⁾

É justamente esta relativa autonomia, impulsionada principalmente pelas contradições internas da sociedade, que permite, vez por outra, que alguns intelectuais se desloquem da situação de reprodutores da ideologia dominante para a de portadores de uma nova ‘ideologia’, a filosofia de práxis, ligando-se organicamente às classes subalternas, em especial, ao proletariado.

Marx em diversas de suas obras afirma que as bases, as causas, de qualquer revolução social, inclusive a socialista, devem ser procuradas no mundo da produção, pois elas são frutos da contradição irreconciliável entre as forças produtivas, que apresentaram um desenvolvimento contínuo e as relações de produção, que tenderiam a se desenvolver mais lentamente.

“Ao chegar a uma determinada fase do desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade se chocam com as relações de produção existentes.

De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações se convertem em obstáculos a elas. E se abre, assim, uma época de revolução social”.⁽³¹⁾ Já afirmava Marx.

Gramsci, também parte desse pressuposto marxista de que toda a crise revolucionária é, em última instância, determinada pelas contradições que se dão no mundo da produção, portanto tem um caráter objetivo. Mas, ele avança sobre essa premissa como já havia feito Lênin, ao dirigir as suas atenções para um outro aspecto da crise revolucionária, que é o aspecto subjetivo, ideológico, ela (a crise revolucionária) é vista por ele, acima de tudo, como uma crise

da superestrutura, “é lida a nível de superestrutura e é concebida como crise de hegemonia”. (32)

Lênin já havia esboçado as duas condições básicas (do ponto de vista político) de uma crise revolucionária: 1º. os de baixo não se submetem a ser governados como antes; 2º. os de cima já não podem governar como antes. Podemos notar que Lênin também dava muito valor a este aspecto superestrutural da crise, tão subestimado pelos teóricos da II Internacional, presos a uma leitura mecanicista e fatalista da obra de Marx. Estes ‘teóricos’ acreditavam que o próprio desenvolvimento do capitalismo levaria-nos necessariamente ao socialismo, quer queiramos ou não. Subestimam assim o papel ativo exercido pelo homem na história enquanto agente transformador. Na verdade, esta posição aparentemente dogmática era a maneira de se acobertar uma política reformista, da eterna espera da situação madura, que por si só traria as mudanças. A classe operária deveria esperar, paciente e, a lagarta transformar-se em borboleta.

A Revolução Russa de 1917 viria desmascarar tais teses. Não por acaso que o jovem Gramsci saudara a revolução Russa, como uma Revolução contra o *O Capital*. Na verdade, tratava-se de uma revolução contra determinado tipo de leitura de *O Capital*. *O Capital* havia se transformado nas mãos da Social-Democracia europeia num manual de economia e não em um guia para a ação política revolucionária.

Voltemos novamente a Gramsci para vermos como encara o problema da crise.

“Essa hegemonia”, segundo Gruppi, “entra em crise quando desaparece sua capacidade de justificar um determinado ordenamento econômico e político da sociedade. Isso ocorre quando as forças produtivas desenvolvem-se a tal nível que põem em xeque as relações de produção existentes” (33) ou seja, as pressões impostas pela infra-estrutura se traduzem num desenvolvimento sem precedente do movimento social das classes exploradas, no aumento de sua ação política o que leva, por sua vez, as classes até então hegemônicas a perderem, em grande parte, a sua eficiência enquanto “agentes do consenso” diante da contra-ideologia, que vai ganhando as classes dominantes em luta. Assim a revolução (a ruptura radical com a hegemonia anterior) só se realiza quando se forja a unidade férrea entre a filosofia de práxis, trazida pelo partido, e o movimento espontâneo das massas, entendidas aqui, enquanto classes subalternas.

O grupo dominante embora mantenha a dominação política e econômica, perde toda (ou em grande parte) a sua capacidade dirigente, é quando uma concepção de mundo que durante séculos conseguiu se impor ao conjunto da sociedade entra em crise e em seu lugar desenvolve-se uma nova maneira de pensar e agir, uma nova ideologia, informada pela filosofia de práxis.

Neste momento particular de crise, todos os aparelhos de reprodução ideológicos ou de dominação

política sofrem profundas alterações: “Os partidos tradicionais... como os homens que os dirigem, não são mais reconhecidos como expressão própria de sua classe, ou fração de classe... o partido termina por se tornar anacrônico e, nos momentos de crise aguda, chega a se esvaziar inteiramente de seu conteúdo social e fica como se construído no vazio”. (34)



Nenhuma revolução se faz sem solucionar o problema chave da hegemonia

A crise de hegemonia, que é sempre uma condição da crise revolucionária, não leva necessariamente à ruptura, ela apenas abre os espaços para que ela ocorra, sua condição *Sine Qua Non*. A ruptura, como já afirmamos anteriormente exige a ação (teórico-prática) dos intelectuais orgânicos da classe, no caso, o Partido (definido por Togliatti como intelectual coletivo).

“A crise gera situações imediatas, perigosas, porque diferentes camadas da população não possuem a mesma capacidade de orientar-se rapidamente e organizar-se com o mesmo ritmo” (35). As classes subalternas, mesmo nestes períodos de crise, que teoricamente parecia-lhe mais favorável, ainda estão numa situação de relativa desvantagem diante da classe ainda no poder, que, portanto, possui o domínio sobre os aparelhos de coerção e cooptação (que mesmo debilitado mantém, em parte, a sua eficiência). Gramsci já alertava que o “proletariado, como classe, é fraco em elementos organizadores, não possui e não pode dotar-se de uma camada de intelectuais senão muito lentamente... e somente depois da conquista do poder estatal”. Aqui, decerto, Gramsci se baseava na experiência viva da Revolução Russa que teve na conquista da intelectualidade, educada pela burguesia, um problema crucial. Mas, posteriormente defenderia a tese da possibilidade e da necessidade de ganhar amplas camadas da intelectualidade, antes mesmo da conquista do poder, enquanto uma condição.

“Certamente é importante e útil para o proletariado que um ou mais intelectuais adiram à título individual ao seu programa, a sua doutrina, se fundam no proletariado e sintam-se parte integrante dele... Hoje, são os intelectuais como massa e não como indivíduos que nos interessam... É tão importante quanto útil que se opere na massa dos intelectuais uma ruptura de caráter orgânico, historicamente determinada que se manifeste como formação de massa, uma tendência de esquerda no sentido moderno do termo, isto é, uma virada em direção ao proletariado revolucionário”. (36)

Gramsci tinha a consciência do papel do Partido

enquanto intelectual coletivo da classe. Ele era, para Gramsci, "O elemento decisivo de qualquer situação, a força permanente, organizado, preparado com bastante antecedência e que possa fazer avançar quando se julgue que a situação é favorável (e só será favorável na medida em que tal força exista e esteja plena de ardor combativo) por isso, a tarefa essencial é de, sistemática e parcialmente, formar, desenvolver, tornar essa força cada vez mais homogênea, compacta e consciente de si". (37)

Luciano Gruppi já alertava e, penso se não inutilmente, que não era Marx que Gramsci visava desenvolver e sim Lênin. Digo inutilmente pois nestas últimas décadas a Universidade vem sendo invadida por uma série de trabalhos que têm em Gramsci o seu principal referencial teórico, ao mesmo tempo que outros autores clássicos do pensamento marxista, em especial Lênin, vêm sendo sistematicamente abandonados, enquanto referenciais teóricos, não sendo incluídos em nossos currículos, embora poucos sejam aqueles que neguem publicamente a importância do seu pensamento.

Hoje, alguns autores chegam mesmo a erigir uma verdadeira muralha da China entre esses dois pensadores, um considerado dogmático, ortodoxo e outro, original e crítico. As citações de Gramsci se multiplicam nos artigos e monografias, enquanto Lênin poucas vezes aparece. É justamente aí que reside a contradição, visto que Gramsci sempre se considerou um leninista e procurou aplicar as teses de Lênin, de maneira original, à realidade italiana. Esta originalidade jamais significou a libertação de um limite, o pensamento de Lênin. É isto que em certo sentido este trabalho procurou, ainda que modestamente, resgatar.

A Hegemonia é decerto um problema colocado diante de qualquer classe que deseja conquistar e manter o poder político. Mas foi apenas a partir dos fins do século XIX que este conceito passaria a compor o arcabouço teórico do que podemos chamar, a grosso modo, de ciência política marxista, uma preocupação que roubaria o tempo e o sono de muitos intelectuais revolucionários. Pois só para aqueles que tinham na Revolução um problema a ser resolvido é que a hegemonia aparece também como problema-chave; para aqueles que a questão do poder não se colocava, a hegemonia também não podia se constituir como centro de preocupações mais sérias. Nenhuma revolução, até nossos dias, se concretizou sem que fosse dada solução ao problema da hegemonia, ou seja, sem que a classe revolucionária e o seu partido conseguissem o consentimento das demais classes subalternas para o seu projeto político.

Entre todos estes teóricos, inclusive Lênin, seria Gramsci que mais se preocupou em desenvolver o conceito, enquanto direção político-ideológica, enquanto momento de predomínio do consentimento sobre a coerção. Seu estudo tem como referencial teórico as sociedades européias ocidentais, mais desenvolvidas

econômica e politicamente que a Rússia czarista, mas não se restringe a elas, podendo ser estendida para o estudo do Estado em geral. Coube a Gramsci o resgate do papel da ideologia e dos aparelhos ideológicos enquanto instrumentos privilegiados na construção da hegemonia; no caso da ideologia predominante, serviria enquanto cimento que dava homogeneidade e coesão a todo edifício social, um agente a serviço da produção e da reprodução das relações sociais de produção. Resgata o papel ativo da ideologia não como reflexo mecânico da estrutura econômica, compreendendo-a em sua autonomia, ainda que relativa, como já constataria Engels em seus últimos dias.

Mas, se a ideologia é o cimento que busca manter coeso o edifício social, os intelectuais seriam os artífices desta obra, são eles (os intelectuais) os portadores e reprodutores privilegiados das ideologias, buscando dar a elas um estatuto de ciência.

Gramsci também compreendeu que a mediação que deve existir entre os intelectuais e as classes sociais que lhe dão suporte é a mesma que existe entre a infra e a superestrutura, ou seja, os intelectuais não são reflexos mecânicos das classes das quais de originam ou deveriam representar. É esta contradição que, quando levada ao extremo, pode levar a ruptura de parcelas da intelectualidade com a classe da qual provêm e a sua adesão ao projeto político de outras classes sociais. ■

AUGUSTO CESAR BUONICORE, historiador e diretor do Sindicato dos Servidores Municipais de Campinas.

NOTAS

- (01) GRAMSCI, A. *Concepção Dialética da História*, p. 16.
- (02) PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o Bloco Histórico*, p. 23.
- (03) PORTELLI, Hugues. op. cit., p. 23.
- (04) GRAMSCI, A. apud, H. PORTELLI, *O conceito de Bloco Histórico*, p. 26.
- (05) GRAMSCI, A. apud, idem p. 28.
- (06) GRUPPI, L. *O Conceito de Hegemonia em Gramsci*, p. 6.
- (07) LÊNIN V.I. *Que Fazer?*, p. 33.
- (08) GRAMSCI A. *Concepção Dialética da História*, p. 10/11
- (09) KAUTSKY, K. apud, V.I. LÊNIN, *Que Fazer?*, p. 31.
- (10) LÊNIN V.I. *Que Fazer?*, p. 31.
- (11) GRAMSCI A., *Maquiavel a política e o Estado Moderno*, p. 208
- (12) Ibid.
- (13) Ibid.
- (14) GRUPPI L., *O Conceito de Hegemonia em Gramsci*, p. 80.
- (15) GRAMSCI A., *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*, p. 7.
- (16) Ibid.
- (17) GRUPPI L., *Tudo começou com Maquiavel*, p. 84.
- (18) GRAMSCI A., *Os Intelectuais e a organização da Cultura*, p. 15.
- (19) PORTELLI H., *Gramsci e o Bloco Histórico*, p. 96.
- (20) Idem, p. 97.
- (21) GRAMSCI A., *Concepção Dialética da História*, p. 157
- (22) LÊNIN V.I. apud, J.M. PALMER; *Lenine: Arte e a Revolução*, p. 117.
- (23) GRAMSCI A. apud, Hugues PORTELLI, *Gramsci e o Bloco Histórico*, p. 85.
- (24) PORTELLI H., op. cit. p. 85.
- (25) Ibid.
- (26) Ibid.
- (27) PORTELLI H., op. cit., p. 87.
- (28) Idem, p. 89.
- (29) ENGELS F., *Obras Escolhidas*, V. 3.
- (30) GRAMSCI A., *Os Intelectuais e a organização da Cultura*, p. 9.
- (31) MARX K., *Prefácio à Contribuição à Crítica da Ec. Política*.
- (32) GRUPPI L., *O Conceito de Hegemonia em Gramsci*, p. 90
- (33) Idem, p. 90.
- (34) GRAMSCI L., *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*, p. 56
- (35) Idem, p. 55.
- (36) GRAMSCI A. apud, C. Buci-Glucksmann, p. 45/46
- (37) GRAMSCI A., *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*, p. 54

Existimos, logo pensamos

Desenvolvimento Cognitivo. A.R. Luria. São Paulo; Editora Ícone 1990; 223 pp.

Cogito ergo sum; será? A máxima de Descartes, "penso, logo existo", revela uma concepção muito comum entre os psicólogos modernos de que o pensamento existe "a priori", antes da experiência e do aprendizado. Eles dizem que a consciência humana deve estar embutida nas profundezas do espírito" ou nos elementos estruturais do cérebro, e negligenciam completamente o ambiente que o cérebro reflete.

O livro recém-lançado do psicólogo soviético A. R. Luria, *Desenvolvimento Cognitivo*, mostra que a coisa não é bem assim. Luria e alguns discípulos fizeram uma pesquisa inovadora no Uzbequistão, em 1931 e 1932. Seus resultados são apresentados no livro, escrito em 1976. Eles mostram o importante papel que o desenvolvimento sócio-histórico desempenha na formação da consciência e do pensamento.

Naquela época, a URSS passava por mudanças sócio-econômicas significativas: a industrialização, a coletivização da agricultura, a escolarização maciça através de cursos rápidos e o realinhamento da vida pelos novos princípios socialistas.

O Uzbequistão era então muito atrasado. Ali conviviam, neste período de transição, professores recém-formados, alfabetizados, porém com conhecimento ainda muito rudimentar; trabalhadores de fazendas coletivas e jovens que haviam feito alguns cursos rápidos, ainda semi-analfabetos; camponeses que viviam em vilarejos afastados, analfabetos e ainda fortemente ligados à tradição feudal e muçulmana; e mulheres analfabetas que, sob a influência da religião islâmica, ficavam alijadas das atividades sociais modernas, isoladas em alojamentos específicos, com pouco contato com outras pessoas.

Os pesquisadores formavam um grupo de psicólogos materialistas dialéticos que, inspirados por L. S. Vigotskii, renovaram radicalmente sua ciência. Eles puderam trabalhar, naquela situação de mudança, com os diferentes grupos - alfabetizados, semi-analfabetos e analfabetos - e comparar o processo cognitivo de cada grupo levando em conta a realidade em que cada indivíduo vivia no momento da pesquisa, sua tradição cultural, sua realidade social.

Um dos testes relatados refere-se ao aplicado ao muçulmano Mirzanb, de 33 anos, analfabeto, que vivia num vilarejo e que só foi à cidade uma vez. O pesquisador apresentou-lhe quatro cartões, com os desenhos de um copo, uma panela, uma garrafa e de um óculos. Pediu-lhe então que tirasse o cartão com o desenho do objeto que não encaixava na sequência.

M: Não sei qual das coisas não se encaixa aqui. Será a garrafa? Você pode beber chá no copo - isso é útil. Os óculos também são úteis. Mas há vodka na garrafa - isso é mal".

P: Você poderia dizer que os óculos não pertencem a esse grupo?

M: Não, óculos também são úteis.



Em seguida, perguntou-se a ele: "Mas você pode usar uma palavra - vasilha - para esses três, certo?"

Mirzanb insiste em dizer que há vodka na garrafa, e que por isso ela é má, e que os óculos devem permanecer na sequência porque são úteis".

"Se você está cozinhando alguma coisa, você tem de ver o que você está fazendo, e, se os olhos de uma pessoa a estão incomodando, ela tem de usar óculos".

Na mesma linha de pesquisa, outro grupo entrevistado constituía-se de jovens com um ou dois anos de escolaridade, que serviram o Exército ou se tornaram ativistas de fazendas coletivas. Para Sult, de 20 anos, o pesquisador mostrou desenhos de um martelo, uma serra, uma tora de madeira e uma machadinha.

S: A madeira não cabe aqui. Madeira só fica no chão, enquanto os outros três são usados para diversos tipos de trabalho.

P: Qual é a palavra que você poderia usar para estas três coisas?

S: Você poderia chamá-las de ferramentas.

P: Você poderia chamar uma tora de ferramenta?

S: Não, ela é de madeira".

Esses dois exemplos mostram o desenvolvimento do pensamento concreto, baseado naquilo que o sujeito vê, para o pensamento abstrato, que usa categorias para se relacionar com os objetivos. Mirzanb só pensa nos objetos dentro de seu dia-a-dia, como se apenas sua relação com os objetos permitisse a existência deles. Já Sult cria categorias e, apesar dos objetos ainda estarem ligados ao situacional (a madeira só ficava no chão), ele consegue desprendê-los da sua utilidade mais imediata. Sem dúvida, há diferenças na consciência de mundo de Mirzanb e de Sult. Esta diferença não existe *a priori* no cérebro de cada um deles, mas é resultado da história social de um e de outro.

Esses exemplos foram tirados de uma série apresentada por Luria em seu livro. O mesmo tipo de experiência foi realizado para verificar os processos de percepção, abstração e generalização, dedução e inferência, raciocínio e solução de problemas, imaginação e, finalmente, auto-análise e auto-consciência.

Os resultados da pesquisa corrigem Descartes e toda sua vasta descendência, e obrigam a uma revisão radical, materialista, do *Cogito* que, mais corretamente, deveria ter a formulação: *Existimos, logo pensamos!*

CAMPANHA DE ASSINATURAS

PRINCÍPIOS

A partir desta edição a revista Princípios inicia uma campanha nacional de assinaturas, para ampliar sua circulação e permitir que mais gente participe da discussão. Faça já sua assinatura preenchendo os dados abaixo.

Dê assinatura de presente aos amigos e se quiser nos ajudar de forma mais efetiva na campanha, entre em contato conosco.



ASSINATURA ANUAL (4 EDIÇÕES) - Cr\$ 4.000,00

Mande já seu nome, endereço, cep, cidade e estado.
"Quero assinar a partir do nº _____".

Mande cheque nominal à Editora Anita Garibaldi
Rua dos Bororós, 51 - 1º andar - CEP 01320 - São Paulo
Telefone: (011) 278-3220



Editora Anita Garibaldi

GRITAREI POR MINHA TERRA

ENQUANTO EU POSSUIR
UM PEDAÇO DE TERRA,
ENQUANTO EU TIVER
UMA OLIVEIRA,
UMA LARANJEIRA,
UM POÇO...

UM BOSQUEZINHO DE CACTUS,
ENQUANTO TIVER LEMBRANÇAS,
UMA PEQUENA BIBLIOTECA,
A FOTO DE UM ANTEPASSADO...

UMA PEDRA,
ENQUANTO EXISTIREM EM MEU PAÍS
PALAVRAS ÁRABES
E CANTOS POPULARES,
ENQUANTO EXISTIREM MANUSCRITOS
DE POEMAS PALESTINOS,
ENQUANTO EU POSSUIR OLHOS,
LIVROS,
MÃOS,

ENQUANTO EU TIVER... ALENTO,
GRITAREI DE FRENTE AO INIMIGO,
GRITAREI, DECLARAÇÃO DE GUERRA
EM NOME DE HOMENS LIVRES,
OPERÁRIOS, ESTUDANTES, POETAS,
GRITAREI... E QUE OS PARASITAS
E OS INIMIGOS DO SOL
SE FARTEM DO PÃO E DA VERGONHA,
ENQUANTO EU TIVER ALENTO,
E ALENTO EU TEREI,
MINHA PALAVRA SERÁ PÃO E PEDRA
ENTRE AS MÃOS DOS GUERRILHEIROS

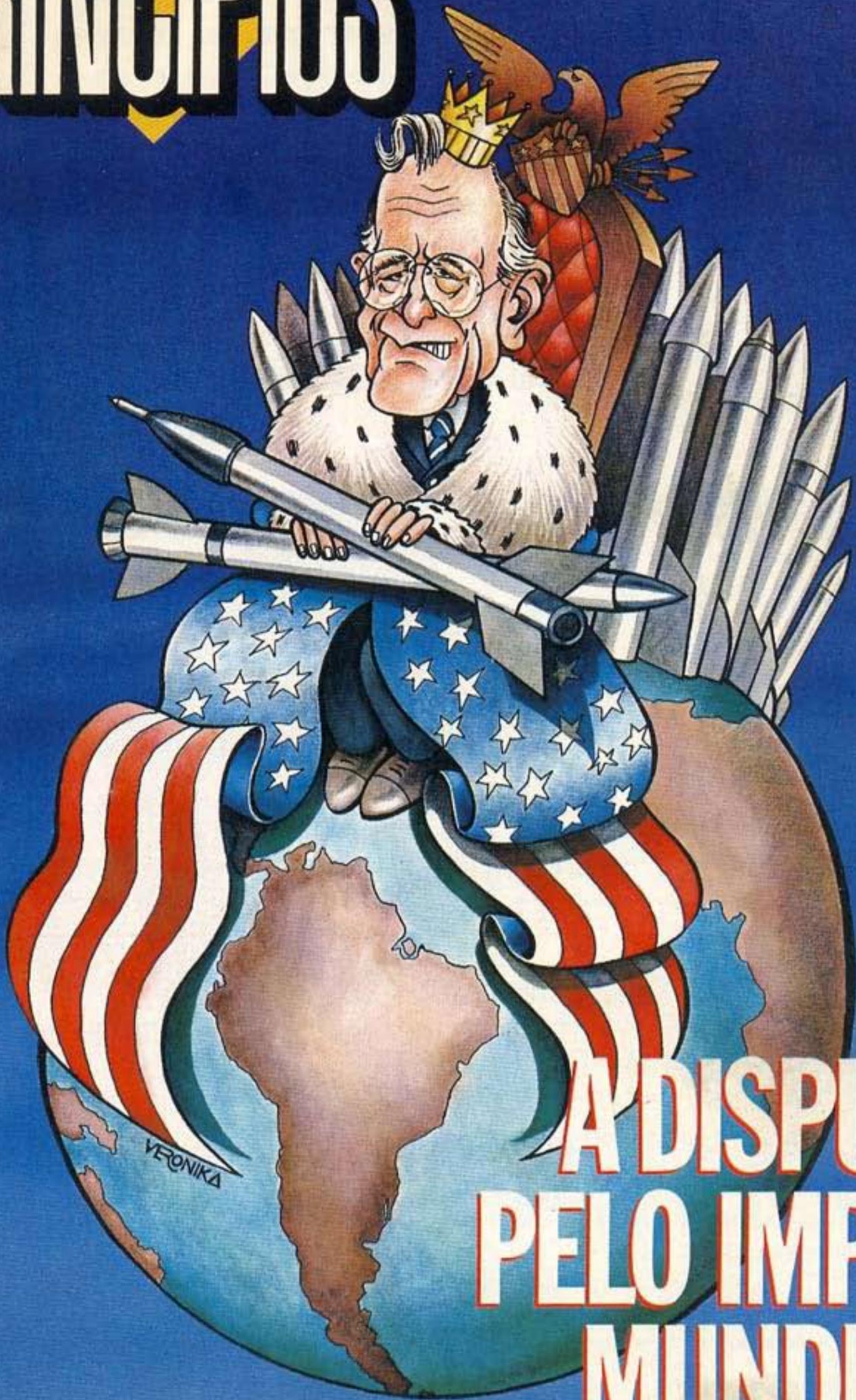
Samih Al Qassim

POETA PALESTINO



REVISTA TEÓRICA, POLÍTICA E DE INFORMAÇÃO
MAIO ■ JUNHO ■ JULHO 1991 N.º 21 Cr\$ 1.000,00

PRINCÍPIOS



A DISPUTA PELO IMPÉRIO MUNDIAL

ESPECIAL

120 ANOS DA COMUNA DE PARIS



Editora Anita Garibaldi